

FRANCISCO ALVES FRAZÃO FILHO

**MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA E PRONAF:
UMA COMBINAÇÃO ESTRATÉGICA NA TRAJETÓRIA SOCIAL DE
POPULAÇÕES CAMPONESAS EM FRANCINÓPOLIS-PI**

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TERESINA-PI

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO ALVES FRAZÃO FILHO

**MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA E PRONAF:
UMA COMBINAÇÃO ESTRATÉGICA NA TRAJETÓRIA SOCIAL DE
POPULAÇÕES CAMPONESAS EM FRANCINÓPOLIS-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dione
Carvalho de Moraes.

TERESINA-PI

2009

FRANCISCO ALVES FRAZÃO FILHO

**MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA E PRONAF:
UMA COMBINAÇÃO ESTRATÉGICA NA TRAJETÓRIA SOCIAL DE
POPULAÇÕES CAMPONESAS EM FRANCINÓPOLIS-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas públicas.
Área de concentração: Estado, sociedade e políticas públicas

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes – UFPI
Presidente

Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro – UFMA
Examinador

Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira – UFPI
Examinadora

À minha mãe e ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

... A todos/as os/as camponeses/as migrantes e não migrantes, em especial, aos do município de Francinópolis, nominalmente Evanildes Alves da Silva, Domingos Antonio da Silva, Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Francimar Francisca Oliveira Moura, José Wilson Oliveira Moura, Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, João Cícero Rodrigues de Meneses, Pedro da Silva Oliveira, Joselina dos Santos Oliveira, José Reinaldo Lima dos Santos, Raimundo Ferreira da Silva, Damião Santos Pereira, Gedeias Mateus Moreira, Antonio Gilson de Jesus Sousa, José Ferreira dos Santos, Francisco das Chagas Monteiro de Lima, Raimundo Nonato Bispo e João Taulentino da Silva. Esses/as trabalhadores/as, apesar das dificuldades, são exemplos de dignidade, solidariedade, resistência e perseverança.

... à minha orientadora Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes, o incentivo, quando ainda me encontrava na graduação em Ciências Sociais, bem como a orientação minuciosa do trabalho e, ainda, sua experiência e, acima de tudo, sua paciência ante as minhas limitações;

... ao programa de pós-graduação em Políticas Públicas, em especial, à Neila Palácios, Masilene Tidafi e Lúcia Rosa, a generosidade;

... à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o suporte na concretização desse trabalho;

... aos meus pais Francisco Alves Frazão e Maria Auxiliadora Carvalho Alves, que tornaram possível a minha trajetória estudantil da Unidade Escolar Ivo de Carvalho, no interior do município de São João da Serra, à UFPI, em Teresina;

... a Antonio José Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francinópolis, e a Vereadora Maria Joaquina, o apoio incondicional na realização desse trabalho;

... a Mariano Lima Bezerra, representante do EMATER no município de Francinópolis, a importante colaboração;

... a Francisco Borges Fernandes, gerente do Banco do Nordeste Brasileiro, agência de Valença do Piauí, a essencial contribuição;

- ... aos “Nuedianos” Benedito, Evanoel, Clendson, Stanley e Sâmara, o enriquecimento intelectual através das discussões;
- ... aos colegas e demais mestres do curso de Ciências Sociais, em especial ao professor Benedito Carlos, a convivência enriquecedora;
- ... aos meus irmãos Marcio Leandro, Ana Lúcia e João de Deus, a conjugação de incentivo e generosidade;

...aos tios e tias, avôs e avós, o incentivo;
- ... aos meus primos Ivo Sodré, Cleiton Germano, Jucilaine Carvalho e Juciléia Maria, a convivência motivadora;
- ...aos colegas de mestrado Patrícia, Robert, Sônia, Valdomir, Suzane, Eliane, James, Pierre, Edileusa, Marfisa, Claudia e Teresa, a amizade incondicional.

*Vejo que preciso partir,
buscar além do que encontro
aqui,
Preencher uma ausência com
Outras ausências,
cavar não só com as mãos,
cavar até garantir,
deixar a esperança correr,
partir e chegar pra colher.*

Pastoral dos Migrantes

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso realizado no município de Francinópolis, Microrregião de Valença-PI, com camponeses/as que recorrem à migração temporária e com implementadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A migração temporária está presente na trajetória social desses camponeses/as, os/as quais, em decorrência de condições precárias de vida, nos locais de origem, são compelidos/as a migrarem temporariamente para trabalhar no corte de cana, principalmente no interior do Estado de São Paulo. Considerando que, muitos desses trabalhadores tiveram acesso ao crédito do Pronaf, a partir de 2004, mas continuaram migrando, este estudo analisa como o Pronaf incide na trajetória social dessas populações camponesas. Nesta pesquisa, privilegiou-se não a análise do Pronaf em termos institucionais, mas sim o ponto de vista dos sujeitos envolvidos, buscando entender suas experiências da migração temporária e, mais especificamente, como inserem o Pronaf em suas vidas. Na pesquisa de campo, a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas, transcritas e analisadas em leituras verticais e horizontais e em mapas de associação de idéias. O *corpus* de informações é constituído, ainda, pelos registros no diário de campo e conversas do cotidiano com os sujeitos da pesquisa. Os dados foram interpretados na perspectiva da complexidade, para compreender as nuances dessas experiências que combinam migração temporária e Pronaf. Dessa dialética entre pesquisador e sujeitos, resultaram algumas conclusões, das quais se destacam: a migração temporária está cristalizada nas trajetórias sociais das famílias camponesas, como alternativa de reprodução social. O movimento migratório perpassa gerações, marcando uma face do modo de vida campesina e não tem cessado, até o momento, mesmo com o advento de políticas públicas no município, em especial, o Pronaf. Este tem, para os sujeitos abordados, significações que divergem da proposta institucional o que aponta para uma apropriação subjetiva dessa política por parte dos/as camponeses/as. Contudo, mesmo recorrendo ao Pronaf camponeses preferem continuar na migração a ficarem “labutando” com o programa. Desse modo, percebe-se a necessidade de melhor diálogo entre o Pronaf e a lógica cultural desse campesinato inserido na migração do qual o programa contempla apenas parcial e precariamente seus arranjos econômicos, o que não parece suficiente para amenizar a migração compelida.

Palavras-chave: Campesinato. Trajetória social. Migração temporária. Políticas públicas.

ABSTRACT

This work is the result of a case study conducted in the municipality of Francinópolis, Microregion of Valencia-PI with campesinos / as they resort to temporary migration and implementers of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf). The temporary migration is present in the social history of peasant / as the / which, due to precarious conditions of life in places of origin, are compelled / as to migrate temporarily to work on cutting sugar cane, mainly in the State of São Paulo. Whereas many of these workers had access to credit from Pronaf, from 2004, but continued moving, this study examines how the Pronaf focuses on the social history of the peasant. In this research, the emphasis is not on the analysis of Pronaf institutional terms, but the view of the subjects involved, understand their experiences of seeking temporary migration, particularly as the fall Pronaf in their lives. In field research, from a predominantly qualitative approach, there were semi-structured, recorded, transcribed and analyzed in vertical and horizontal readings and statements of association of ideas. The body of information is made, even by daily records in the field of daily life and conversations with the subjects. The data were interpreted in terms of complexity, to understand the nuances of these experiences that combine temporary migration and Pronaf. This dialectic between researcher and subject, led some conclusions of which are: temporary migration is crystallized in the social trajectories of rural families as an alternative to social reproduction. The migration involves generations, indicating a view of the peasant way of life and has not ceased, so far, even with the advent of public policies in the municipality, in particular the Pronaf. This has, for the subjects discussed, meanings that diverge from the institutional proposal that points to a subjective appropriation of that policy on the part of / as campesinos / as. However, even using Pronaf farmers prefer to continue the migration to be "toiler" with the program. Thus, we find the need for better dialogue between the cultural logic Pronaf and inserted in the migration of peasants to which the program includes only partial and precarious their economic arrangements, which does not appear sufficient to mitigate the migration compelled.

Keywords: Peasantry. Social trajectory. Temporary migration. Public policies.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito Rural.

BB - Banco do Brasil.

BIRD - *Banco* Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste Brasil.

CAF - Consolidação da Agricultura Familiar.

CAI - Complexo Agroindustrial Canavieiro.

CEPETE - Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

DAP - Declaração de Aptidão do Produtor.

DRT - Delegacia Regional do Trabalho.

EMATER - PI - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FETAG-PI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PDRI - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado

PIN - Programa de Integração Nacional

PLANAP - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba.

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário.

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do
Norte-Nordeste

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado do *Piauí*.

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Sociais (ano 2000) - Francinópolis - PI.....	21
Tabela 2 - Porcentagem de contratos e recursos do Pronaf por região.	72
Tabela 3 - Classificação dos imóveis rurais	77
Tabela 4 - Estabelecimento familiar por condição do produtor - Francinópolis-PI.....	78
Tabela 5 - Número de Estabelecimentos Familiares por estratos	78
Tabela 6 – Transferências de benefícios	88
Tabela 7 - Índice de Precipitação de Chuva no Município de Francinópolis.....	92
Tabela 8 - Grupos do Pronaf operacionalizados em Francinópolis - Safra 2007/2008.....	128
Tabela 9 - Contratos e montante de crédito do Pronaf por ano agrícola- Francinópolis	129
Tabela 10 - Pecuária no município de Francinópolis	131
Tabela 11 - Zoneamento agrícola de risco climático para o plantio de Arroz de sequeiro - Francinópolis.	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Estado do Piauí, com localização do município de Francinópolis	18
Figura 2 - Mapa: Migração no Piauí e em Francinópolis.....	49
Figura 3 - Mapa: destinos dos migrantes.....	103

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Roça brocada, Francinópolis-PI.	84
Fotografia 2 - Roça derrubada, pronta para a queimada - Francinópolis	84
Fotografia 3 - Processo de queimada da roça	85
Fotografia 4 - Roça queimada	85
Fotografia 5 - Senhor Raimundo Nonato Bispo em sua roça de arroz, milho e mandioca, Francinópolis.	86
Fotografia 6 - Camponeses trabalhando em estradas como diaristas da Prefeitura de Francinópolis.....	87
Fotografia 7 - Extrativismo e quebra de coco babaçu por camponesas de Francinópolis.	88
Fotografia 8 - Atividade de olaria entre camponeses de Francinópolis.	89
Fotografia 9 - Criatório de porco no fundo do quintal de residência de família na sede do município.....	94
Fotografia 10 - Adjutório na cobertura de uma casa.	108
Fotografia 11 - Placas de motocicletas indicando destinos dos migrantes.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
CAMPESINATO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA:	
QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS?	30
1.1 Considerações sobre campesinato no Brasil	30
1.2 Migração: significações e ressignificações	39
1.3 Sobre processo de construção das migrações internas temporárias no Brasil	45
1.4 Enraizamento e desenraizamento: paradoxos da migração temporária	51
1.5 Políticas sociais no Brasil: prolegômenos sobre o Pronaf	55
1.6 Sobre desenho, organização e legitimidade de políticas públicas com vistas a relação entre populações camponesas e Pronaf	62
1.7 Pronaf: gestação, implementação, possibilidades e limites	66
CAPÍTULO 2	
CAMPESINATO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA EM FRANCINÓPOLIS-PI	76
2.1 Campesinato no município de Francinópolis	76
2.2 “As condições aqui é roça”: cotidiano camponês entre a roça e a rua	83
2.3 Migração temporária na trajetória das famílias.	98
2.4 Migrantes: identidade sociocultural?	119
CAPÍTULO 3	
PRONAF EM FRANCINÓPOLIS	127
3.1 Sobre Pronaf: perspectiva institucional.	127
3.2 Experiências com o Pronaf na ótica camponesa: “o negócio do empréstimo”	138
3.3 Migração temporária e Pronaf no cotidiano camponês: uma combinação estratégica.	151
CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	179
A - Trabalho migrante: da construção civil ao corte de cana	180
B - Condições do crédito rural do Pronaf - modalidades e grupos	181
C - Mudanças no Pronaf	185
D - Renegociação de dívidas da Agricultura Familiar.	190
E - Termos de adesão.	194
F - Declaração de Aptidão ao Pronaf.	196
G - Carta de Anuência.	197
H - Proposta de custeio agrícola.	198
I - Contrato do Pronaf C investimento.	199
L - Declaração de Posse.	203

INTRODUÇÃO

A migração temporária de populações camponesas, em especial, a que ocorre com trabalhadores/as agrícolas, não consta nas estatísticas oficiais. Apesar disso, esse tema vem sendo objeto cada vez maior da atenção de instituições públicas como a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a pesquisa científica da UFPI, as ciências sociais (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGERIO JR, 2007; NOVAES et al., 2007) e entidades públicas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral do Migrante, Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo (CEPETE) e, ainda, do movimento sindical, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG-PI) e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), em municípios diversos.

Desse modo, embora não haja informações estatísticas oficiais desse tipo de deslocamento populacional, pode-se dizer, com base no diagnóstico do CEPETE e na pesquisa acadêmica (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGERIO JR, 2007), que essa migração temporária é desmedida, no Estado do Piauí, sendo que mais de 80% dos/as trabalhadores/as migrantes realizam atividades agrícolas nas regiões de destino (CEPETE, 2003). De fato, a migração, vista como constitutiva dos processos sociais, representou e ainda representa ventura para alguns, haja vista que a formação da própria sociedade brasileira foi marcada por movimentos migratórios¹.

A migração resulta de dois fatores: a necessidade, na origem, e a atração, no destino, os quais agem simultaneamente, embora com intensidades diferentes. Assim, pode-se tomar como problemática social a migração temporária de populações camponesas para o trabalho no corte de cana, nas agroindústrias canavieiras da região Sudeste do Brasil. As precárias condições de vida compelem camponeses a migrarem em busca de sobrevivência. Nas três últimas décadas, o pólo atrativo da mão-de-obra migrante é, sobretudo, a indústria de açúcar e álcool que, embora não se localize apenas no Sudeste do Brasil, tem ali significativa concentração, em especial, no Estado de São Paulo. A mão-de-obra empregada no trabalho do corte de cana é constituída por trabalhadores jovens, entre 18 e 40 anos, sobretudo do sexo masculino, advindos/as, principalmente, da região Nordeste. O Estado do Piauí se apresenta,

¹De 1890 a 1990, entraram no Brasil mais de 1,4 milhões de imigrantes (Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 10 fev.2008).

ao lado do Estado do Maranhão, como um dos principais exportadores dessa força-de-trabalho, inclusive, para trabalho escravo em diversas regiões do país.²

Uma característica da migração ligada ao setor sucroalcooleiro é a temporalidade, com contratos trabalhistas, na sua maioria, com duração de seis a oito meses. Em que pese a ausência de estatísticas oficiais, a CEPETE afirma que, no Estado do Piauí, 90% das migrações são temporárias, face da migração que, segundo Martins (2003), torna-se quase invisível aos órgãos oficiais de pesquisa. De fato, a migração temporária é parte da realidade social de muitos/as trabalhadores/a e, em muitos casos, essa experiência do temporário torna-se permanente (SILVA, M., 1999), como meio de sobrevivência, tanto em relação a pessoas quanto a grupos familiares, estes, muitas vezes, com gerações sucessivas recorrendo ao expediente da migração. Extrapolando o limite geográfico do deslocamento, aspecto distintivo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na definição de migrante, entende-se migração, neste estudo, como deslocamentos de ordem sociocultural (costumes, valores, formas de sociabilidade) no interior do deslocamento geográfico (MARTINS, 2003).

Com efeito, para esse Instituto, é considerado migrante o/a morador/a que migrou “para outras regiões, em busca de trabalho, e ali fixou residência” (CENSOS..., 2007, p. 38). Desse modo, quando se ausentam há menos de 12 meses da data de referência³ do censo, por motivos de “viagens: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos, etc.” (CENSOS..., 2007, p. 37)⁴, as pessoas são recenseados/as em seus domicílios sendo considerados/as “moradores/as” e não migrantes. De acordo com essa definição e frente a esses motivos apontados, os sujeitos abordados nessa pesquisa, não são migrantes, no ponto de vista do IBGE. Essa concepção de migração fixa no tempo e restrita a espaço⁵, na melhor das hipóteses, expressa motivos, mas não significados dos motivos. A concepção de migrante aqui considerada refere pessoas que “colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e [...] se sujeitam às situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referências” (MARTINS, 2003, p. 144-145). Além de referir os membros da família que migram, este conceito compreende, também, “o conjunto da unidade social [família] de referência do/a migrante que se desloca” (MARTINS, 2003, p. 144-145). Trata-se de

² Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, pode haver cerca de 40 mil trabalhadores na condição de trabalho escravo. Em junho, o Ministério do Trabalho e Emprego libertou 250 trabalhadores, em Goiás. No mesmo período, o Ministério Público do Trabalho resgatou 29 migrantes em condições degradantes, em Rio das Pedras (SP). Sobre aliciamento da mão-de-obra no Maranhão, ver Silva (2004).

³ A noite de 31 de março para 1º de abril de 2007 (CENSOS... 2007).

⁴ Como lembra Brito (2000), um dos elementos tidos como fundamentais para se considerar migração é o tempo. O autor refere, então, cinco anos como tempo necessário para caracterizar migração.

⁵ Essa concepção do IBGE refere apenas deslocamento de pessoas de espaço geográfico a outro.

trabalhadores/as compelidos/as a colocarem um *modus vivendi* entre parêntese ao tomarem a migração temporária como alternativa para sua reprodução social. Essa problemática da migração, como referido, perpassa gerações sobrevivendo no trânsito das idas e voltas, em um ciclo que continua mesmo com as iniciativas governamentais, sejam das chamadas políticas sociais, sejam as de fomento à produção.

No âmbito dessas ações políticas, os governos federal, estadual e até alguns municipais vêm aplicando uma série de políticas voltadas para trabalhadores/as do campo, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A operacionalização dessa política, na microrregião de Valença do Piauí, iniciou-se nos anos de 1998/1999. No município de Francinópolis, o Pronaf é implementado a partir de 2003. Nesses poucos mais de cinco anos de experiências, a migração temporária ainda é expressiva, inclusive entre trabalhadores/as beneficiados/as com o Pronaf, muitos dos quais são migrantes.

Frente a essa situação, o presente trabalho mostra resultados de um estudo de caso realizado junto a populações camponesas migrantes da sede e das localidades rurais de Francinópolis (Figura 1), município situado na Microrregião de Valença⁶, limitado ao Norte com Elesbão Veloso e Regeneração, ao Sul, com Várzea Grande e Arraial, ao Leste, com Elesbão Veloso e Barra d'Alcântara e, ao Oeste; com Regeneração. De fato, a migração está na própria história da formação desse município. De acordo com Eliane Moraes, a instalação de fazendas de gado (instaladas na região em 1865 pelos colonizadores (PLANAP, 2006)) teve um contributo no processo de povoamento que deu origem ao município de Francinópolis, “aliada ao movimento migratório de famílias cearenses que estavam de passagem para o Maranhão, que se fixaram na região” (MORAIS, 2008, p. 30). Assim, a história de migrantes se insere no imaginário social local sobre a formação histórica do município.

⁶ Constituem a Microrregião de Valença os seguintes municípios: Aroazes, Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí, Várzea Grande.

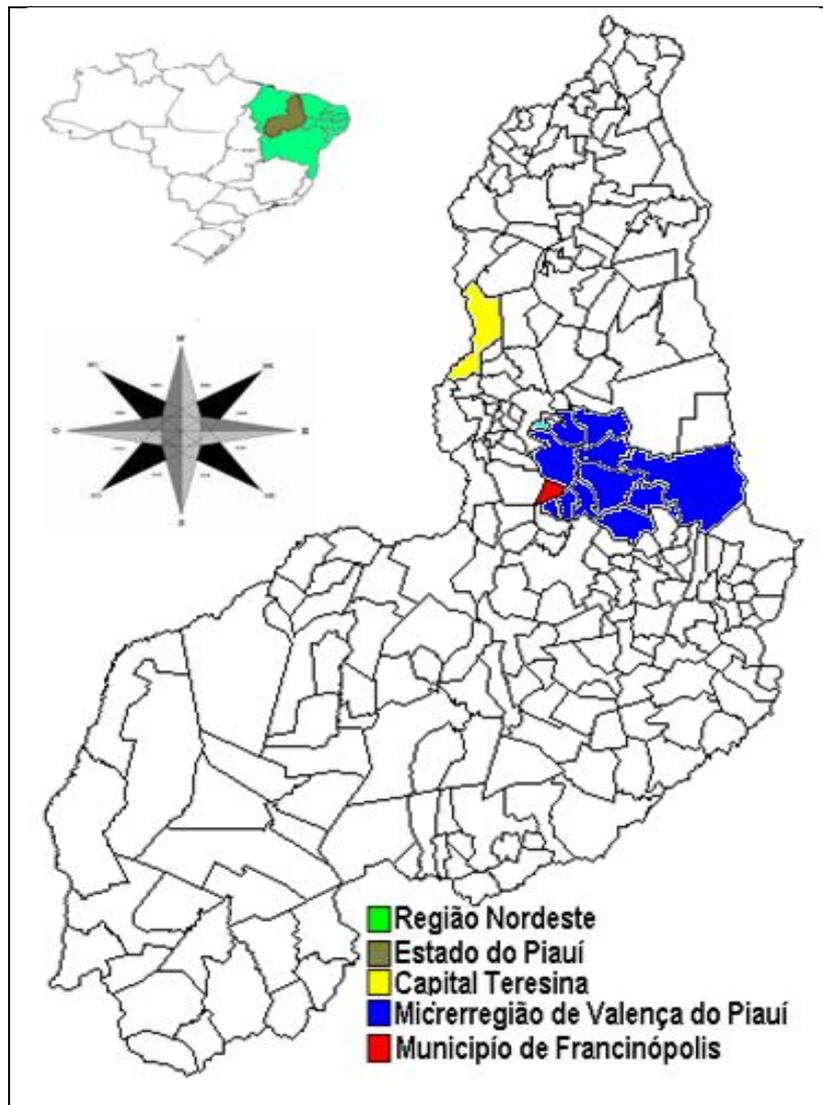


Figura 1- Mapa do Estado do Piauí, com localização do município de Francinópolis. Construído pela pesquisa⁷.

Nessa memória social (Moraes, 2000) que reúne história e mito de fundação (GODOI, 1999), destaca-se a figura do migrante Manoel Papagaio como primeiro morador do antigo povoado Papagaio (MORAIS, 2008). Mas essa denominação do povoado relacionada a esse migrante é controversa, no imaginário popular. De acordo com Moraes (2008), para uns, esse migrante passou a ser chamado Manoel Papagaio, quando chegou à região, porque ele era caçador de papagaio, fauna abundante na localidade. No entanto, para outros, a região já era

⁷Com base em mapa mudo disponível em: <http://dtr2002.Saude.gov.br/caadab/indicadores/Piaui/FRANCINOPOLIS.pdf>. Acesso em: 5 fev.2009.

denominada Papagaio⁸ quando esse migrante chegou e, por ser o primeiro morador, ficou conhecido como Manoel Papagaio.

Esses acontecimentos ligados ao povoamento do município de Francinópolis não têm datações precisas. De fato, em 1950, Papagaio era uma aglomeração urbana com 110 (cento e dez) residências e 510 (quinhentos e dez) moradores aproximadamente (MORAIS, 2008). É importante destacar que o povoamento da região dos Papagaios, atual município de Francinópolis, teve como elemento peculiar a feira, evento este que se diferencia das formas históricas de povoamento de outras regiões do Estado do Piauí, que tinham como elemento comum as ações da igreja católica no interior de fazendas de gado (MORAIS, 2008)⁹. Na feira de Francinópolis, comercializavam-se produtos das atividades pecuaristas na região, dentre outros (MORAIS, 2008). Retirantes da seca de 1877/79, cearenses que migraram para o norte, foram importantes na configuração desse povoamento. A substituição do nome papagaio por Francinópolis na década de 1960 “atende[u] a condicionantes político-partidários” (MORAIS, 2008, p. 100).

O município de Francinópolis fica a 185,8 km da capital, Teresina, no Estado do Piauí. Foi emancipado em 1962 e tem uma população de 5.292 (IBGE, 2007) habitantes. Localiza-se na Microrregião de Valença do Piauí, insere-se no Território de Desenvolvimento¹⁰ Vale do Sambito, com acréscimo do município de Ipiranga do Piauí, este localizado na microrregião de Picos. No território, há predominância de vegetação de campo cerrado, vegetação de parque cerrado, cerradão, caatinga arbustiva, caatinga arbórea e floresta secundária latifoliada (PLANAP, 2006). Seu relevo constitui-se da Depressão do Meio Norte, Chapada do Meio Norte e Planalto da Ibiapaba, bacias e coberturas sedimentares (PLANAP, 2006). A precipitação média anual de chuva no referido território varia de 600 a 900 mm, com maior concentração nos meses de fevereiro a abril, havendo irregularidades em sua distribuição, o que o torna sujeito a veranicos.

O clima do território é semi-árido quente, com 6 a 8 meses secos. Apesar das condições climáticas desfavoráveis, o território é rico em hídricos, e tem como principais rios: Sambito, Poti, São Nicolau, Berlenga (este corta o município de Francinópolis), São Vicente, Coroatá, Tranqueira, Serra Negra e Corrente; e lagoas: Grande, Pequena, Boa Esperança, Flor

⁸ O antigo Povoado Papagaio está localizado na Data Brejo e Data Olho D'água. O Anuário de Valença (1951) registra que a Data Brejo era denominada Brejo dos Papagaios (MORAIS, 2008).

⁹ Essa feira foi criada em 1898, no local chamado Brejo dos Palmares. Essa “feira era única em toda região, o que proporcionou o rápido desenvolvimento local” (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992 apud MORAIS, 2008, p. 76).

¹⁰ A instituição de territórios de desenvolvimento no Piauí é uma política do governo Wellington Dias, planejada a partir de 2003 e posteriormente articulada com a política de territorialização nacional. A propósito, ver LEI..., (2007).

da América, Serra da Raquel, Nogueira, Poti do Roque, dos Bauguês e do Forte (PLANAP, 2006). Além disso, “o Território é privilegiado, com presença dos principais aquíferos da bacia, como o da Serra Grande, do Cabeças e do Poti-Piauí, todos com potencial hídrico de médio a alto e com águas de boa qualidade química” (PLANAP, 2006, p. 18). Esses potenciais recursos hídricos carecem de melhor aproveitamento socioeconômico.

A agricultura familiar é a base econômica do município de Francinópolis. É significativo o número de pessoas envolvidas nessa atividade. Na microrregião de Valença situada no âmbito do Território de Desenvolvimento Vale de Sambito, aproximadamente 80.992 pessoas estão envolvidas na agricultura familiar (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007). No município de Francinópolis e região circunvizinha destaca-se a produção de arroz de sequeiro, milho, fava, feijão e mandioca (PLANAP, 2006)¹¹.

Na pecuária, merecem relevo, a criação de ovinos (*Ovis Áries*), caprinos (*Capra hircus*), suínos (*Sus domesticus*), bovinos (*Bos taurus*) e aves (*Gallus gallus domesticus*), principalmente, galinha para consumo familiar, além da produção de leite, ovos, mel e peles de ovinos e caprinos. Há também, grandes áreas de pastagens nativas e cultivadas (PLANAP, 2006) de grandes estabelecimentos agropecuários no território, a exemplo da Fazenda Serra Negra,¹²

uma *holding* [Grupo Edson Queiroz] do Ceará, de 198 mil hectares, com 8 mil hectares de pastagens, estendendo-se por Aroazes, Valença, Pimenteiras, São Miguel do Tapuí e Santa Cruz dos Milagres, com criação de bovinos, ovinos, caprinos, cavalos, burros e jumentos (PLANAP, 2006, p. 30).

Essa fazenda ocupa grandes extensões de terra e tem como inconveniência, com base em sua ação frente ao desenvolvimento do território, o fato de apresentar “baixa absorção da mão-de-obra local”¹³ (PLANAP, 2006, p. 30). A instalação desse empreendimento ocorreu através da expropriação de terras, que se utilizou de métodos como uso da força e da violência física e psicológica. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que o Estado é mínimo – no sentido de estar ausente, na mediação dos conflitos como indicam os próprios camponeses. Essa

¹¹Os nomes científicos das espécies vegetais e animais referidos nesta dissertação encontram-se no capítulo.

¹²A sede velha da Fazenda Serra Negra foi tombada, passando a integrar o Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Piauí, pelo DECRETO Nº 12.135 DE 15 DE MARÇO DE 2006.

¹³Essa informação contrasta com a matéria vinculada no *site* do Governo do Estado do Piauí, que afirma: “para a população do município, a Fazenda Serra Negra ocupa uma importância de destaque no setor agropecuarista, gerando emprego e renda. Mais de 300 famílias são beneficiadas com a oferta de trabalho, uma vez que essas famílias têm o pai, mãe, filho ou filha que prestam serviços na fazenda” (por Cláudio Vasconcelos 01/05/2005). Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia>>. Acesso em: 13 mar.2009.

situação resultou na migração de significativos contingentes de populações camponesas¹⁴ para os municípios mais próximos, a exemplo do município de Aroazes¹⁵.

A condição do território onde se insere Francinópolis é assim retratada:

O Território tem, na economia, o potencial de algumas atividades agropecuárias em expansão em contraste com a inexistência de saneamento ambiental que condicione salubridade do meio físico, saúde e bem-estar da população, como: abastecimento de água, qualidade de água para consumo humano, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta e disposição final dos resíduos sólidos, educação sanitária ambiental, melhoria sanitária domiciliar, controle de vetores e eliminação de focos de doenças, uso e ocupação dos solos e eficiência na gestão dos serviços de educação e saúde (PLANAP, 2006, p. 18).

Nesse contexto, no município de Francinópolis, a migração temporária se deve a fatores como índice de pobreza (Tabela 1), que supera os dos demais municípios da microrregião de Valença do Piauí, ocupando a 196ª posição no *ranking* estadual (LIMA, 2003). A estrutura socioeconômica do município não consegue prover as demandas sociais, devido ao seu baixo dinamismo econômico (CAIXA..., 2003). Em decorrência dessas condições adversas, famílias camponesas de Francinópolis se inserem na problemática social da migração temporária, no caso, para o trabalho no corte de cana, no Sudeste e Centro-Sul do país.

Tabela 1 - Indicadores Sociais (ano 2000) - Francinópolis - PI.

Indigentes	Pobres	Crianças indigentes	Crianças Pobres	Intensidade da pobreza
63,21%	76,92%	70,68%	87,01%	67,73%

Fonte: Programa SIM Brasil (CAIXA..., 2003).

As famílias camponesas de Francinópolis, inclusive aquelas com membros migrantes, de acordo com a Lei da Agricultura Familiar, são público-alvo das políticas agrícolas do governo e, como referido, muitas se incluem na população atendida pelo Pronaf. Tendo em vista esse direcionamento do Programa, questiona-se: por que há ainda camponese/as não incluído/as no Pronaf? Por que mutuários dessa política continuam migrando? A que se devem experiências consideradas positivas pelos implementadores e quais as implicações

¹⁴Um filho de camponês conta que saiu das terras, forçado, e teve sua casa demolida por um trator de esteira na Fazenda Serra Negra.

¹⁵O senhor Amadeu Pereira da Costa, pequeno proprietário de terra, nos arredores da sede do município de Aroazes, falou do rápido crescimento da cidade, principalmente, do bairro onde reside. De acordo com ele, essa urbanização acelerada se deve principalmente à presença do Grupo Edson Queiroz na Fazenda Serra Negra. Com efeito, camponeses/as perderam suas terras e assim migraram para a sede do município. Esse movimento migratório não parou na sede, estendendo-se para o trabalho no corte de cana no Estado de São Paulo. Os migrantes ficam “cá e lá igual ponteiro de relógio” (Amadeu Pereira da Costa, camponês, Aroazes, 24/12/2007).

desses aspectos na trajetória social e na identidade sociocultural dos/as trabalhadores/as? Tais questões se incluem no problema de pesquisa, assim exposto: como o Pronaf se insere na trajetória social de populações camponesas de Francinópolis-PI as quais têm a migração temporária para o trabalho na agroindústria canavieira paulista como uma estratégia fundamental à sua reprodução social?

Tomou-se como pressuposição inicial que as políticas públicas, em muitos casos, por um lado, não se adequam à realidade social dos trabalhadores/as. Por outro lado, os seus resultados se dão em médio e longo prazo. No entanto há necessidades, como no caso estudado, que são imediatas, pois as condições de reprodução social das famílias são precárias. Assim, migra-se em decorrência da falta de alternativas que atendam às necessidades e a migração temporária, nesse contexto, aparece, como referido por Menezes (2002) como estratégia de reprodução social camponesa. A migração temporária, assim, pode expressar ausência de políticas e/ou problemas relativos à sua implementação.

Nessa direção, o presente estudo teve como objetivo geral ampliar e dar visibilidade a essa discussão, com o objetivo geral de analisar como o Pronaf incide na trajetória social de populações camponesas de Francinópolis, estas, na condição de trabalhadores/as nas usinas canavieiras de São Paulo. Como objetivos específicos, visou-se apreender os sentidos da migração temporária na trajetória social e nas identidades dos sujeitos abordados pela pesquisa; identificar o significado do Pronaf para migrantes e suas famílias; apontar os fatores que confluem para o sucesso ou não do Pronaf frente às condições das famílias dos/as migrantes e, examinar a relação entre Pronaf e migração temporária no cotidiano camponês.

A pesquisa aponta para o fato de que a experiência do Pronaf, no caso em questão, se dá em um contexto no qual a condição de migrante se insere na trajetória social dos/as sujeitos e na construção de suas identidades.

Convém esclarecer que este estudo não se constitui em uma avaliação do Pronaf, mas, sim, de uma análise de como essa política é apropriada pelos sujeitos que constituem o alvo dessa política e que se encontram inseridos na problemática social da migração. E como esse enfoque não poderia ignorar a perspectiva institucional sobre desenho e implementação do Pronaf, entendeu-se a necessidade de dialogar também com os mediadores responsáveis pela implementação do Pronaf no município de Francinópolis.

Método de investigação

No método de investigação dessas questões realizaram-se pesquisa teórica sobre camponeses (FORMAN, 1979; OLIVEIRA, 2001; MORAES, 2000; SHANIN, 1980, 2008; WOLF, 1976; WOORTMANN, 1990), migração (MARTINE, 2005; MARTINS, 2003; MENEZES, 2002; SANTANA, 1998; SILVA, M., 1999), políticas públicas (CARNEIRO, 1997; DRAIBE, 1990, IANNI, 1986; MATTEI, 2005; MELO, 1993; SILVA, 2001;) etc. e pesquisa de campo nos moldes de um estudo de caso (MAY, 2004, GOLDENBERG, 2001). Assim, a pesquisa de campo no município de Francinópolis visou a entender a presença do Pronaf no município e sua relação com a trajetória social de um campesinato do qual a migração temporária parece ser parte essencial, inclusive como construtora de identidades socioculturais. São camponeses/as cujas vidas estão em constante processo de (des)enraizamento, tornando-se importante apreender os sentidos de determinadas políticas públicas nesse contexto social. A idéia de realizar estudo de caso sobre a relação entre populações camponesas migrantes e Pronaf teve inspiração em pesquisa anterior da qual este pesquisador participou como bolsista¹⁶ (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007) na qual essa temática foi percebida, mas não trabalhada, dado os limites da própria pesquisa. O município de Francinópolis mostrou-se como *locus* empírico pertinente por fornecer diversas situações de uso do Pronaf por famílias camponesas.

Em busca de assimilar o objeto de estudo na perspectiva da complexidade¹⁷, consideraram-se as interações e retroações organizadoras e desorganizadoras das relações sociais (MORIN, 1996). Nesse sentido, incorporaram-se fundamentos de uma abordagem dialética, no intuito de apreender, no movimento migratório, suas conexões, mediações, tendências e contradições (BARROS; LEHFELD, 1988).

O foco da pesquisa são aspectos da realidade que não podem ser meramente quantificados, o que não exclui indicadores construídos por processo de quantificação. Com efeito, a ênfase foi posta no universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, compreendido (BOURDIEU, 1997) dentro do contexto de significados atribuídos e construídos pelos sujeitos (GOLDENBERG, 2001). O campo empírico – município de

¹⁶ Pesquisa financiada pelo MEC e levada a cabo em parceria entre UFPI, UFRJ, UFMA, e UFSCar.

¹⁷No sentido de “enfrentar novamente as incertezas e contradições banidas pelo conhecimento simplificador, não aquém, mas além deste conhecimento (...) [de modo a] considerar, na sua associação antagonista, ordem-desordem-organização” (MORIN, 1996, p. 239).

Francinópolis – foi escolhido, como referido, de forma intencional e, ainda, por ser o município com maior índice de pobreza e um dos quatros municípios abordados por Moraes, Frazão e Rogério Jr (2007), em cujo processo de investigação se evidenciou a relação de várias famílias de migrantes com o Pronaf.

O universo da pesquisa constitui-se de camponeses/as migrantes, ex-migrantes mutuários/as ou não do Pronaf, famílias com alguns de seus membros com experiência em migração temporária e, ainda, implementadores do Pronaf na região: gerente do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), agência de Valença do Piauí, representante do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), no município de Francinópolis-PI, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francinópolis-PI.

A definição da amostra não seguiu parâmetro estatístico. Desta forma, não se trata de uma amostragem probabilística, visando generalização, mas de uma escolha “proposital, pela qual é feita uma seleção daqueles a serem pesquisados de acordo [com os objetivos da pesquisa]” (MAY, 2004, p. 117).

De fato, no caso em questão, a seleção dos sujeitos não se deu por amostra aleatória, estatisticamente orientada, mas sim por amostra intencionalmente direcionada. Desse modo, o objetivo não era “contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p. 68). A referida seleção baseou-se no problema de pesquisa e nas circunstâncias da pesquisa. Assim, caminhos pré-definidos no projeto de pesquisa sofreram alterações, ao longo da pesquisa de campo, não por mera escolha particular do pesquisador, mas de forma racionalmente orientada, na perspectiva da descrição densa (GEERTZ, 1989).

O acesso ao *locus* empírico foi mediado por representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais-STR do município e facilitado pelas experiências do pesquisador na referida pesquisa (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007), realizada no mesmo município e região. A participação de camponeses e camponesas na pesquisa foi acordada através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo padrões éticos (COOK, 1987; MAY, 2004) em sua realização. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de agosto e novembro de 2007, janeiro, maio, julho, agosto, setembro e novembro de 2008 e fevereiro de 2009. Nos primeiros momentos, estabeleceram-se os contatos iniciais com a referida agência mediadora, o STR, para identificar os primeiros sujeitos participantes da pesquisa. Identificações posteriores foram feitas através de conversas com esses próprios sujeitos, pela técnica da bola de neve (MAY, 2004; WEBER, 1996), ou seja, interações

iniciais levaram a outros sujeitos. Todas as entrevistas foram marcadas com antecedência, primando pela aquiescência, disponibilidade, e disposição dos sujeitos.

Na busca de entender a trajetória social dos trabalhadores migrantes, empregou-se a observação direta, guiada por certos princípios da observação participante, tais como racionalização reflexiva¹⁸, reflexividade e flexibilidade (MAY, 2004). Essa observação aponta para aspectos não registrados nas entrevistas, mas importantes para a pesquisa, uma vez que são frutos da observação direta e de conversas do cotidiano (MENEGON, 2000), anotadas no diário de campo (BRANDÃO, 1998; WHITAKER, 2002). A coleta de informações para construção dos dados (GOBO, 2005) foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas apoiadas em tópicos-guias (GASKELL, 2002), gravadas com mini-gravador digital, individualmente. Não foi possível, como preterido, realizar entrevistas em grupo. Na primeira tentativa, as disponibilidades dos camponeses escolhidos eram diferentes; na segunda, houve desistências de última hora. A utilização de ambas visava à compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações (GASKELL, 2002). Mas, ainda que as entrevistas tenham sido individuais (algumas delas, com presença de mais de uma ou duas pessoas), é importante ressaltar que, “embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais” (GASKELL, 2002, p. 71).

Como referido, o número de participantes da pesquisa não foi definido previamente, mas no próprio desenrolar da pesquisa. Levou-se em conta que, no caso da abordagem qualitativa, o número grande de entrevistados não aumenta a qualidade ou a validade da pesquisa, pois “há um número limitado de interpelações, ou versões, da realidade [...]. Há o tamanho do *corpus* a ser analisado” (GASKELL, 2002, p. 71), que pode requerer um tempo que ultrapasse o prazo de realização da pesquisa. Nesse estudo, foram entrevistadas vinte e duas pessoas. A decisão de encerrar as entrevistas foi ancorada em aspectos peculiares à abordagem qualitativa, no caso, o princípio da saturação das informações (MAY, 2004).

A intenção também de construir histórias de vidas (HAGUETTE, 1987) para melhor entender as trajetórias individuais de camponeses/as não se concretizou. Embora importante,

¹⁸A racionalização reflexiva busca fazer interpretação e aplicação contínuas de novos conhecimentos pelas pessoas (incluindo eles mesmos) nos seus ambientes sociais, como um processo permanente. Respectivamente, significando que: a) as orientações dos pesquisadores serão formatadas pelas suas localizações históricas, incluindo valores e interesses que as mesmas lhes confirmam, b) permite aos pesquisadores presenciarem as ações das pessoas em situações diferentes e fazerem-se rotineiramente uma miríade de perguntas a respeito das motivações, crenças e ações (MAY, 2004).

não resultou em prejuízo para a pesquisa, pois a própria semi-estruturação das entrevistas possibilitou aos sujeitos a liberdade de expressar, o necessário para exporem momentos de suas histórias e trajetórias. Assim, as expectativas de trabalho com histórias de vidas foram, pelo menos em parte, atendidas.

Além das entrevistas, as conversas do cotidiano foram também utilizadas como fontes de dados. Nesse contexto, as conversas são entendidas como “uma das maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano” (MENEGON, 2000, p. 216). Embora não esteja substituindo as entrevistas esse recurso metodológico é importante, em que pesem as conversas fluírem ao sabor das circunstâncias. No entanto, expressam aspectos da realidade que podem não surgir em situação formal, como a da entrevista, por exemplo. Uma situação de entrevista, embora bem articulada, gera, de alguma forma, certas formalidades. No início das entrevistas realizadas, geralmente, as pessoas deixavam transparecer ansiedade, embora logo superada. Em conversas do cotidiano,

as condições propícias para a reafirmação ou produção de outros sentidos est[ão] nos sulcos da flexibilidade, da frouxidão de regras e na possibilidade de vários posicionamentos frente ao leque de repertórios interpretativos disponibilizados aos falantes (MENEGON, 2000, p. 219).

Outro recurso importante nesse sentido é o diário de campo, procedimento de produção de dados usado em situações da pesquisa de campo que não podem ser registradas pelo gravador, como, por exemplo, o registro das condições de realização das entrevistas, uma vez que “os escritos do diário descrevem maneiras de [observar, perceber e] sentir pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13). As anotações no diário foram feitas, ao máximo possível, logo após a observação, para evitar falha de memória, suscetível de introduzir “elementos que não se deram” (PINTO, 1982, p. 2). O registro no diário acompanhou todos os momentos da pesquisa de campo.

Além do diário de campo, foram utilizadas fotografias para registrar aspectos do cotidiano de camponeses e camponesas. As fotografias “oferece[m] um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais” (LOIZOS, 2002, p. 137). A imagem fotográfica é um aspecto importante na apresentação da pesquisa, na medida em que “o visual e a mídia desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica” (LOIZOS, 2002, p. 138), na sociedade em que vivemos. A fotografia foi utilizada, aqui, na perspectiva do “modo reflexivo [...] como um meio de elucidar as representações criadas pelo sujeito cognoscível no trabalho de campo [...]” (BITTENCOURT, 1998, p. 200). Nesse

sentido, as imagens são, também, uma linguagem expressiva na pesquisa, pois a sua própria produção se deu em diálogo com os sujeitos.

A pesquisa contou, ainda, com análise de documentos diversos, públicos e privados, necessários para se entender o objeto de estudo em questão. Os documentos, como considerados aqui, “cobrem uma ampla variedade de fontes, incluindo estatísticas oficiais, fotografias, textos e dados visuais, em geral” (MAY, 2004, p. 205). A utilização dos documentos “é claramente uma questão metodológica e teórica, assim como a temática relativa às tecnicidades que cercam o método” (MAY, 2004, p. 207).

Ao longo das investigações, buscou-se analisar as informações e construir os dados em diálogo com referências teóricas. Assim, procedeu-se a uma acurada revisão da bibliografia (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2004), com as informações empíricas e confrontadas com a literatura para, a partir de então, identificar convergências e contradições, no processo de construção dos dados.

No maior número possíveis situações, as transcrições de entrevistas foram feitas pouco tempo depois de sua realização. Assim, no decorrer do trabalho, alguns tópicos-guias puderam ser reavaliados e reformulados. Com efeito, identificaram-se quais aspectos precisavam ser aprofundados. O processo de transcrição é uma parte muito sensível da pesquisa que requer atenção redobrada, para evitar arbitrariedades em relação às falas dos sujeitos. Nesse processo, é possível reproduzir preconceitos quando na verdade se pensava objetá-los. Com base em Whitaker (2002) e Bourdieu (1997) consideravam-se critérios importantes nas transcrições das falas. Para a autora, que focaliza especificamente populações rurais,

respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar esse respeito (WHITAKER, 2002, p. 117).

Com efeito, a construção de dados é um “processo de produção de sentidos” (SPINK; LIMA, 2000, p. 105). Não se trata de uma interpretação absoluta das informações coletadas, pois interpretação é sempre uma experiência particular de outra interpretação pré-existente (SPINK; LIMA, 2000; GEERTZ, 1989). Assim, no processo de análise e construção dos dados, as entrevistas foram lidas e relidas, com vistas à impregnação dos seus conteúdos, através de leituras verticais e horizontais (MICHELAT, 1987). Com isso, buscou-se identificar particularidades, semelhanças e diferenças nas falas. Esse é um momento importante, porque “um elemento do raciocínio pode faltar numa entrevista e ser encontrado

em outra. Um elemento que só apareceu em uma entrevista pode, assim, levar a um novo questionamento do conjunto do material” (MICHELAT, 1987, p. 206).

Parte da sistematização das análises realizou-se através da construção de mapas de associação de idéias (SPINK; LIMA, 2000). O primeiro passo na construção desses mapas é a definição das categorias gerais, baseadas nos objetivos da pesquisa.

Busca-se organizar os conteúdos a partir dessas categorias, a exemplo das análises de conteúdos, mas procura-se preservar a seqüência lógica das falas (evitando, dessa forma descontextualizar os conteúdos) e identificar os processos de interanimação dialógica dos conteúdos a partir da esquematização visual da entrevista como um todo (ou de trechos selecionados da entrevista). (SPINK; LIMA, 2000, p. 105).

A forma de organização dos dados objetivou identificar “dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado” (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.170). A análise dos dados foi realizada em dois momentos que se complementaram. O primeiro ocorreu simultaneamente ao tempo da coleta de informações, procurando identificar “temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores” (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.170). O segundo momento foi o da análise final e construção dos dados, depois que a pesquisa de campo foi concluída.

A essa fase, segue a parte final que consiste na apresentação dos resultados, na descrição do social (COLOMBO, 2005). Nesse processo, parte-se do pressuposto de que “qualquer que seja o ponto de observação que [o pesquisador] escolha para ver o mundo, a sua posição teórica, as suas escolhas metodológicas e a sua posição ideológica têm implicações sobre as narrações” (COLOMBO, 2005, p. 282). Com efeito, o texto final foi escrito tendo como referência a reflexividade.

Trata-se de um tipo de escrita em que os discursos na primeira pessoa e na terceira pessoa se alternam, de modo a iluminarem-se reciprocamente, cuja interpretação do pesquisador é continuamente colocada em comparação e testada por outras interpretações [...], as quais buscam explicar, com uma consciência [...] sobre o que se diz e o que se cala, no qual se busca evidenciar e não ocultar, de onde e para quem se escreve (COLOMBO, 2005, p. 283).

Nessa perspectiva, as falas de camponeses/as e mediadores foram transcritas no texto não apenas para comprovar a pesquisa, mas, sobretudo, por considerar “as diversidades, os múltiplos pontos de vista, as diferentes interpretações dos diferentes sujeitos presentes na realidade considerada e construída pela pesquisa” (COLOMBO, 2005, p. 284). Nesse caso, as subjetividades não foram apresentadas de forma genérica e, sim, associadas à realidade de cada sujeito. Por isso, todos os sujeitos da pesquisa foram identificados no texto, com a

devida autorização dos mesmos – com exceção de apenas um dos entrevistados que preferiu não ser identificado. Nos casos de identificação de entrevistados/as, optou-se por registrar a expressão da subjetividade de cada um dos sujeitos quando identificados nas entrevistas. Dessa maneira, optou-se por utilizar a terminologia auto-referida na identificação de entrevistados/as. Assim, embora trabalhando com o conceito de camponês como referencial teórico na identificação dos sujeitos, utilizaram-se autodenominações como: lavrador, trabalhador rural, professor, roceiro etc. Teoricamente, tais denominações são contempladas pelo conceito de campesinato.

Na estruturação da dissertação, optou-se por não elaborar um capítulo teórico. Nessa direção não se separam os conceitos das análises do material empírico, ou seja, os conceitos são discutidos de forma articulada às análises e interpretação dos dados. Este trabalho se compõe de três capítulos. O primeiro capítulo intitula-se “Campesinato e migração temporária: quais políticas públicas?” e refere aspectos da trajetória do campesinato, assim como sua relação articulada e contraditória com o capitalismo no campo e, ainda, os rearranjos e adaptações do campesinato frente à migração, processo decorrente da precarização das condições de vida campesina, sobretudo com o advento do capitalismo no campo. Por fim, fez-se breve esboço dos momentos da estruturação das políticas sociais e ainda uma reflexão teórica sobre desenho, organização e legitimidade de políticas públicas, bem como sobre a construção sócio-histórica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O capítulo segundo, denominado “Campesinato e migração temporária em Francinópolis-PI”, destaca as faces do campesinato no município de Francinópolis, assim como as condições de camponeses e camponesas e a migração temporária. A parte final deste capítulo enfatiza os sentidos da migração na trajetória social dos sujeitos sociais individuais ou em grupos familiares.

O último capítulo, que trata do “Pronaf em Francinópolis”, apresenta o Pronaf na perspectiva institucional e sua significação para os/as camponeses/as através de suas próprias experiências com o programa. Emerge, assim, uma avaliação do Pronaf por esses trabalhadores/as, no âmbito da combinação Pronaf e migração temporária.

Na conclusão, retomam-se aspectos desenvolvidos ao longo do trabalho: a relação entre campesinato e migração temporária como uma combinação estratégica. O advento do Pronaf não impede as migrações, assim como a migração temporária não afasta dessa política um campesinato que está no campo, nas pontas de ruas e no trânsito de realidades socioculturais distintas de vida social.

CAPÍTULO 1 CAMPEPINATO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA: QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS?

1.1 Considerações sobre campesinato no Brasil

A constituição do campesinato no Brasil realiza-se no próprio processo de estabelecimento do sistema agro-exportador, no período colonial. Convém considerar que esse campesinato pode ser pensado para além de casa-grande e senzala.

[desde] cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proprietários, rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo (FORMAN, 1979, p. 47).

O sistema da monocultura, no âmbito desse processo histórico, não excluía a pequena produção, mas, ao contrário, incorporava-a como um pilar de sua própria sustentação. Nessa perspectiva, a lógica da exportação necessitava de mercado interno, que tinha como principais produtores os pequenos estabelecimentos agrícolas. Essa produção marca o surgimento de um campesinato no Brasil (FORMAN, 1979)¹⁹.

No período colonial, o sistema agrário brasileiro já era marcado pela diversidade de mão-de-obra e, por conseguinte, de relações sociais e de produção (FORMAN, 1979; TEIXEIRA, 1981). A respeito, Forman (1979) argumenta que o escravismo é parte e não o todo de um sistema mais amplo e diversificado de relações sociais. Tais relações é um reflexo também da estrutura agrária que, embora organizada pelo sistema de sesmarias, nela coexistiam diferentes formas de posse da terra. Esse campesinato emergente era heterogêneo, uma vez que “os camponeses [eram] conhecidos por diversos nomes tais como lavradores, moradores, e foreiros, [e] tiveram diferentes vinculações sócio-econômicas com os senhores de engenho” (FORMAN, 1979, p. 52). De fato, o campesinato, além de abastecer o sistema exportador, era o principal agente dinamizador do comércio interno.

O camponês do Brasil colonial estava organizado em regimes familiares que produziam colheitas comerciais para o mercado exportador e gêneros alimentícios para o consumo doméstico vendendo os seus excedentes em feiras locais e suplementando sua renda através de uma variedade de ocupações artesanais. Vive

¹⁹Sobre o tema da presença desse campesinato no Brasil-Colônia, ver Teixeira (1981) quando refere os “pobres livres do campo”.

em pequenas vilas, povoados e cidadezinhas, em aglomerações espalhadas pelo vasto interior do país²⁰ (FORMAN, 1979, p. 58).

As populações camponesas do período colonial não se diferenciam significativamente das contemporâneas (FORMAN, 1979). Ao contrário, as semelhanças são muitas, sobretudo na localização espacial e nas ocupações²¹. Muitos camponeses encontram-se em povoados e na periferia de pequenas cidades interioranas²². Tais condições, em parte, resultam do mesmo processo que constituiu e manteve o campesino do período colonial integrado e ao mesmo tempo à margem da sociedade brasileira. A estrutura agrária atual ainda se caracteriza pela existência de concentração de terras, mas com uma diferença: no período colonial, o acesso à terra não era tão precário para camponeses, como ocorre em nossa contemporaneidade. A própria existência de um campesinato no Brasil-Colônia demonstra que as grandes propriedades não constituíram uma forma única de exploração agrícola (FORMAN, 1979).

O sistema de sesmarias não impedia as divisões das terras, que

foram [...] desmanteladas por proprietários que subdividiram suas propriedades em pequenas parcelas e as alugavam a fazendeiros individuais. Assim é que a propriedade absenteísta ajudou a demarcar o perfil de uma sociedade camponesa desde cedo na história brasileira (FORMAN, 1979, p. 52).

A emergência desse campesinato significa, no mesmo sentido, sua importância para o sistema econômico da época, representando um elemento a mais para se repensar a história agrária no Brasil.

Embora certamente ofuscado pelo setor dominante da economia rural, de exportação, a produção camponesa para o mercado interno sempre foi uma atividade comercial importante desde os tempos coloniais. Na verdade, a caracterização popular da história agrária brasileira em termos de propriedades extensivas, senhores e escravos, e da produção para o mercado europeu, é inadequada à compreensão da atual crise²³ agrária no Brasil (FORMAN, 1979, p. 48).

A importância atribuída ao campesinato vai de encontro à tese do fim dessa forma de produzir, tese embasada, sobretudo, nas transformações da estrutura agrária decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Aliadas a esse processo estão as transformações nas dimensões rural e urbana. De acordo com o IBGE, o Brasil era predominantemente rural²⁴ até

²⁰Como lembra Dione Moraes, o termo interior é utilizado no Estado do Piauí para referir qualquer espaço diferente de cidade em qualquer município e também em relação à capital (MORAES, 2006).

²¹Um aspecto semelhante ao da combinação de variadas ocupações, já evidenciada na constituição do modo de produção camponesa (SHANIN, 2008).

²²É o caso de muitos /as camponeses/as do município de Francinópolis.

²³A crise à qual Forman (1979) se refere, ainda persiste, agora com as conseqüências mais agudas da modernização dolorosa (SILVA, J. F. G., 1981) na agricultura.

²⁴A definição de rural para o IBGE “é de *natureza residual*: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso às infra-estruturas, aos serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne

meados do século XX. A partir de então, tem como uma de suas características uma crescente urbanização.

[Os dados do censo de 1940 mostram que] a população urbana no Brasil correspondia a 12,8 milhões de habitantes e, em 2000 atingiu 137,9 milhões, tendo um acréscimo de 125,1 milhões de habitantes urbanos resultando no aumento do grau de urbanização, que passou de 31,3%, em 1940, para 81,2%, em 2000 (TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS, 2007, p. 19).

Essa perspectiva, de alguma forma, alimenta a tríade industrialização-urbanização-desenvolvimento. Nesse sentido, “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente, a atraso, carência de serviços e falta de cidadania” (ABRAMOVAY, 2000, p. 8). Essa concepção de rural tem implicações mais amplas, inclusive no âmbito das políticas públicas.

Que esta visão tenha prevalecido quando o pensamento social voltava-se fundamentalmente ao processo de industrialização é bastante compreensível. As concentrações populacionais apareceram, no mundo todo, até muito recentemente, como uma espécie de corolário do próprio desenvolvimento. Mas é exatamente este pressuposto que a literatura e o trabalho de diversos institutos estatísticos contemporâneos europeus e norte-americanos vêm colocando cada vez mais em dúvida [...]. Enquanto o estudo do meio rural for a monótona confirmação da profecia sempre realizada de seu esvaziamento, será impossível compreender as razões que explicam a existência de áreas rurais dinâmicas, o que, como bem mostram os trabalhos da divisão de desenvolvimento territorial da OCDE (1994 e 1996) e Von Meyer (1998), compromete a própria concepção de políticas para as áreas mais atrasadas (ABRAMOVAY, 2000, p. 8).

Essa identificação oficial oferece ampla importância à urbanização e deixa de compreender a dinâmica nas áreas rurais (ABRAMOVAY, 2000). No entanto, na contramão dessa identificação, há estudos afirmando que

o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula²⁵, pois [a] essa dimensão pertencem, 80% dos municípios e 30% da população, que nada tem de negativo, já que algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais (VEIGA, 2004, p. 91-92).

Além disso, outros aspectos tornam-se secundários, nessa forma de identificar a dimensão rural.

[...] Os indicadores estatísticos não são capazes de exprimir todos os aspectos desta dinâmica e muitas vezes deixam na sombra o mais importante que são as

“urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista - de maneira distorcida - como “urbanização do campo” (ABRAMOVAY, 2000, p. 8, grifo no original).

²⁵José Eli da Veiga afirma que “não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população, como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século XX. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem milhares de cidades imaginárias” (VEIGA, 2004, p. 81).

instituições, a capacidade localizada de tomar iniciativas conjuntas, em suma, os elementos que compõem o *capital social do desenvolvimento dos territórios* [...]. O essencial, porém, mesmo sob o ângulo quantitativo, é que se abandone a identificação automática entre rural e áreas destinadas ao esvaziamento social, cultural e demográfico. O importante não é apenas saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas qual é a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno (ABRAMOVAY, 2000, p. 33, grifo no original).

No entanto, no Brasil, a subestimação do valor do rural se estende ao modo de vida camponesa, em que pese sua importância desde o período colonial (FORMAN, 1979). O advento do capitalismo industrial, historicamente, provocou transformações significativas na vida das populações camponesas. Tais mudanças se tornaram mais visíveis, sobretudo, na última metade do século XX e começo do século XXI, especialmente com a extensão de fronteiras agrícolas. É necessário entender que tais transformações não implicaram, necessariamente, na dissolução do campesinato. Com efeito, no longo processo das lutas sociais, no contexto referido, dá-se mesmo

[...] a [re]criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponesas ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato (SHANIN, 2008, p. 24).

Nesse processo, o campesinato, no Brasil, tem transitado em meio às dimensões rural e urbana da vida social. Isso não atesta o seu fim e nem mesmo a desruralização preconizada pelas teses de esvaziamento do campo.

Por sua vez, as atividades não-agrícolas e mesmo assalariadas, presentes na vida camponesa, longe de serem uma contradição com esse modo de vida, são, na realidade, aspectos da combinação (SHANIN, 2008) que sempre caracterizou o campesinato no Brasil. O que compele à migração, inclusive para áreas urbanas são, em geral, determinantes econômicos, os quais não fazem desaparecer fundamentos de ordem moral (WOORTMANN, 1990).

A idéia de que a emancipação das populações rurais passa pela intensificação dos processos migratórios não é apenas perversa, mas corresponde à subestimação do valor da própria ruralidade para as sociedades contemporâneas. A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor - e não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2000, p. 33-34, grifo no original).

Acrescenta-se que “os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas” (SHANIN, 1980, p. 75). Por campesinato comumente se entendem

“aqueles estabelecimentos rurais em que a produção é decisivamente determinada pelos meios naturais (terra e força de trabalho) de produção” (SHANIN, 1980, p. 59). Economicamente é comum serem identificados como pequenos produtores. Mas, “[...] nem todos os pequenos produtores são camponeses ou compartilham igualmente da ética camponesa [...]” (WOORTMAN, 1990, p. 13)²⁶. Para camponeses/as, a terra é, antes de tudo, um valor e não um mero fator de produção.

[Dentre populações camponesas], não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade: não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio ou como dádiva de deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMAN, 1990, p. 12).

O campesinato se inclui, pela margem, no sistema dominante²⁷. Seja nos moldes tradicionais, seja em termos de um campesinato de ponta de rua (CARNEIRO; SOUZA; MARINHO, 2007), quando por motivos diversos, camponeses se encontram em periferias das cidades interioranas, muitos dos quais migram para o trabalho no corte de cana, uma atividade orientada pela lógica de trabalho capitalista. No entanto, mesmo “nesse contexto, [...] a campesinidade pode aflorar de maneira mais extremada no plano das representações e dos valores” (WOORTMAN, 1990, p. 13). No corte de cana, camponeses estão submetidos à competição, ao trabalho excessivo e, até mesmo, a humilhação. Nessas condições, pode emergir [...] “uma campesinidade agonística, uma situação de crise em que se tornam manifestas e mais conscientes as categorias que organizam a ética camponesa” (WOORTMAN, 1990, p. 14). A migração e a localização nas periferias urbanas promovem mudanças na relação de camponeses com a terra. Mas, a importância da terra não se encontra, necessariamente, na fixação da morada.

[...] Cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, ao que parece, existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral como terra, família, trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família (WOORTMAN, 1990, p. 23).

A campesinidade, da qual fazem parte essas categorias nucleantes, é elemento importante para a existência do campesinato, que “[...] tem demonstrado grande capacidade

²⁶Para uma análise das diversas categorizações do campesinato, no Brasil, ver Moraes (1998).

²⁷Como lembra Moraes (1998), a tese antropológica de importante repercussão dentre estudiosos do tema define campesinato como *part-society*.

de adaptar-se e ser adaptado, transformar-se e ser transformado pelos diferentes contextos” (CAMPOS, 2006, p. 147). Mas é necessário lembrar que o campesinato, no Brasil, sempre esteve em situação de liminaridade²⁸, inclusive no contexto da modernização na agricultura, a partir de meados do século XX.

As transformações na agricultura não expropriaram completamente o trabalhador e ainda não revolucionou o processo de produção de um modo amplo e dinâmico. A agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em maior parte sustentada pelos subsídios estatais (SILVA, 1981, p. 33).

De fato, essa modernização se processa de forma fragmentada, atingindo algumas culturas e algumas regiões (Sul e Sudeste), privilegiando médias e grandes unidades produtivas (SILVA, 1981). É importante ressaltar que a “a estrutura agrária brasileira tem se caracterizado desde sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra” (SILVA, 1981, p. 33) e que a política de modernização agrícola não modificou tal situação e até reafirmou essa estrutura, numa modernização tida como conservadora (SILVA, 1981). Vale lembrar que “nunca [houve] uma transformação dinâmica, auto-sustentada, pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do estado” (SILVA, 1981, p. 40).

Com efeito, as transformações não foram significativas, na agricultura brasileira, em todas as regiões. Mantiveram-se e mesmo reafirmaram-se as relações de produção desiguais. De fato, o proletariado rural, tanto sendo trabalhador/a fixo/a, quanto sendo volante, encontra-se no Estado de São Paulo e em estados próximos assim como nas ilhas de modernização agrícola no Norte e Nordeste do Brasil; situação de semi-escavidão é comum na região amazônica embora não apenas ali; assalariados temporários são encontrados, desde a Região Nordeste ao Extremo Sul (SILVA, 1981). Assim, mantém-se uma parcela significativa das unidades produtivas não integradas ao sistema e “enormes contingentes rurais em situação de pobreza e subnutrição” (MULLER, 1989, p. 44). Essas condições não foram, ainda, suficientemente transformadas pela ação de políticas públicas.

Nas últimas quatro décadas, o que se obteve de políticas públicas para agricultura, foi principalmente a agrícola, destacando-se três pontos fundamentais: a) a política agrícola brasileira foi paulatinamente orientada em consonância com os interesses do *agrobusiness*; b) a política agrícola perdeu importância e cedeu espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da

²⁸Essa condição de liminaridade social tem relação, em vários momentos da história brasileira, com expressões de luta de populações camponesas como protagonistas ou como aliadas a outros atores sociais, contra essa condição, como em Canudos, Contestado (FACÓ, 1991) Ligas camponesas (MARTINS, 1995) Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (DUTRA, 2002).

liberalização; e c) atribui-se novos papéis para a agricultura na geração de emprego e na preservação ambiental (ZINGA, 2004, p. 21, grifo no original).

O direcionamento de políticas para as grandes unidades produtivas é parte da modernização conservadora que se processa na agricultura brasileira. Como se percebe, muda-se o foco das políticas ou programas de desenvolvimento rural, na medida em que “seriam usualmente dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato e, também assumem um caráter de políticas de desenvolvimento rural-regional” (ZINGA, 2004, p. 22). Desse modo, as políticas não atenderam à finalidade para a qual originalmente seriam destinadas e, ainda, intensificaram a precariedade do campesinato, na medida em que se constituíram em um instrumento do capitalismo no campo. Esse processo tornou-se mais visível a partir de 1963 e se estende até os dias de hoje²⁹.

[...] o país sofreu modificações no seu perfil econômico e social, com a penetração do capitalismo no campo que produziu um aumento na concentração de terra, a proletarianização do trabalhador rural, e a migração forçosa da população rural para as periferias dos grandes centros urbanos (ZINGA, 2004, p. 22-23).

De fato, as políticas públicas para o campo desde os anos de 1960 beneficiaram mais os grandes produtores agropecuários voltados para a exportação³⁰, a exemplo da tecnologia³¹ direcionada para os produtos exportáveis como soja (*Neonotonia wightii*), café (*Coffea arabica*), açúcar (*Sugarcane*) e trigo (*Triticum vulgare Vill*). Tal processo acentuou a desigualdade na distribuição de riqueza, ao dispor de mais subsídios para os que detinham uma maior riqueza. Observa-se que a política de crédito subsidiado, uma das mais importantes nos anos de 1960 e 1980, destinou-se aos que apresentavam garantias. Nessa investida política, os agentes financeiros alocaram mais crédito aos agricultores que apresentavam um risco menor e ofereciam uma garantia real maior (ZINGA, 2004). Como também anuncia o mesmo autor,

²⁹Este é o terceiro período de caracterização de política agrícola no Brasil: “o primeiro período iniciou-se com o império e estendeu-se até fins da década de quarenta [1940]. Um segundo período, caracterizado pela expansão da fronteira agrícola, teve início na década de 50[1950] a 60[1960] e visava industrializar o país, concedendo ao setor industrial subsídios que causaram efeitos perversos para agricultura, tais como a transferência de intensiva mão-de-obra e capital para o setor industrial” (ZINGA, 2004, p. 22-23).

³⁰Nos anos 1960, a ênfase foi dada às políticas de crédito com baixas taxas de juros. Mas nem todas tiveram acesso a esse crédito. Nos anos de 1970, 20% dos estabelecimentos foram beneficiados com o crédito rural, principalmente, aqueles de médios e grandes produtores. Nos anos 1970, a política de subsídios aos preços favoreceu aos agricultores que tiveram acesso à modernização da agricultura. Nos anos 1980, a restrição de crédito implicou na redistribuição dos recursos para priorizar o custeio e garantir safras mínimas. Na mesma década, estímulos à políticas de preços mínimos

³¹“Para os pequenos produtores, a tendência de tecnificação estava mais direcionada no sentido de absorver as tecnologias físico-químicas. Este fenômeno é parte dos efeitos perversos da modernização conservadora que visou produzir tecnologia direcionada aos grandes produtores rurais, num processo que acabou excluindo os pequenos produtores dos seus benefícios” (ZINGA, 2004, p. 25).

[...] Os últimos desdobramentos [nas últimas décadas] das políticas agrícolas demonstram de forma clara a persistente tensão dentro do Estado brasileiro que oscila entre a preferência pelo financiamento do setor agro-exportador e o apoio à agricultura familiar. [...] Esta precária oscilação reflete as contradições de classe que historicamente permeiam a questão de propriedade da terra e o acesso ao crédito governamental no Brasil, que tem sido realizada de forma diferenciada por parte dos distintos governos, sendo deste modo, considerado também como um dos motivos da luta pela garantia de melhores condições de trabalho dos pequenos produtores rurais e da luta pela terra (ZINGA, 2004, p. 28).

Nesse entendimento, se o campesinato brasileiro sofreu transformações significativas ao longo de sua trajetória, tais mudanças foram mais intensas, principalmente, a partir da modernização conservadora, especificamente, com a penetração efetiva do capitalismo no campo, processo custeado pelo Estado através de políticas de subsídios³². Embora estas fossem também destinadas ao campesinato, seus impactos foram sentidos mais negativamente que positivamente por camponeses/as, uma vez que beneficiaram mais amplamente as grandes unidades produtivas, gerenciadas por capitalistas urbanos, o que muito contribuiu para a precarização do campesinato.

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. [...] Os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

De fato, o processo de modernização agrícola dificulta ainda mais o acesso de camponeses/as à terra. Com efeito, diz-se que “os problemas porque tem passado o campesinato brasileiro, no decorrer da história do Brasil, podem ser responsabilizados, em grande medida, pelo latifúndio e o esquema concentrador de riquezas no país” (STORINO; SAMPAIO, 1999, p. 2). Nesse sentido, a concentração de terra “é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso” (OLIVEIRA, 2001, p. 187). A contradição está na forma de atuar de empresas capitalistas no âmbito do Complexo Agroindustrial (CAI) que se institui no país³³.

³² O processo de modernização agrícola no Brasil como nos EUA e na Europa foi impulsionado pelo Estado. A partir da década de 1960, e principalmente nos anos 1970, um conjunto de políticas agrícolas foi posto em prática pelos governos brasileiros, sobretudo, as de crédito e de preços, com vistas a impulsionar o processo de modernização (CIPRAND; FERT NETO, 1996).

³³ O surgimento do CAI canavieiro remonta a produção de açúcar no período colonial, e até 1940 o Nordeste era a principal região produtora para a exportação. Desde então, o Estado de São Paulo aumentou sua capacidade de produção e, na década de 1960, foi o mais beneficiado com os investimentos públicos destinados à modernização do CAI e tornou-se principal produtor (ALVES, 2007). O CAI canavieiro utiliza a mão-de-obra de um amplo contingente de trabalhadores migrantes, sobretudo do Estado do Piauí e Maranhão. De fato, a dinâmica competitiva do CAI, assim como do agronegócio brasileiro, “repousa ainda, destarte os investimentos

[...] a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo, no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a "peonagem", relação de trabalho também chamada de "escravidão branca". (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Essa contradição e desigualdade das relações não são especificidades isoladas, mas partes integrantes do desenvolvimento do sistema capitalista.

[...] No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que [...] o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele (OLIVEIRA, 2001, p. 185)³⁴.

Se entendermos, com Forman (1979), a existência de um campesinato no Brasil para além de casa-grande e senzala, essa articulação, mencionada por Oliveira (2001), ocorre desde o período colonial. Mesmo assim, essa articulação não torna o campesinato simplesmente um agregado do capitalismo, nem mesmo na dimensão econômica. O campesinato “corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos” (SHANIN, 2008, p. 34), diferente das sociedades urbanas. Nas “sociedades camponesas, [os indivíduos são] seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituídos da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos ‘em contrato’” (WOORTMANN, 1990, p. 24, grifo no original). Outro aspecto da contradição mencionada é a implantação do trabalho assalariado, no qual se encontram amplos segmentos camponeses.

Porém, o assalariamento não é definitivo, “além de ter razões, [...] tem significados [próprios] [...] longe de se opor ao modelo de família camponesa, ele pode ser acionado para evitar a ruptura desse modelo, no que se refere à complementaridade entre trabalho e ajuda” (WOORTMANN, 1990, p. 26). Na realidade, o assalariamento é um dos elementos da combinação referida por Shanin (2008).

No entanto, o trabalho assalariado é uma ajuda que não se assemelha à reciprocidade campesina baseada na ajuda mútua ou

troca de tempo [...], uma atividade descrita mais como festa que como labuta [...]. Além de responder a uma atividade prática, possui também um significado simbólico: não está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade (WOORTMANN, 1990, p. 32, grifo no original).

em inovações tecnológicas, na tríade de fatores tradicionais: terra barata, mão-de-obra barata e forte impacto ambiental” (ALVES, 2007, p. 26-27).

³⁴O debate sobre a relação entre campesinato e capitalismo como lembrar Moraes (1996) é amplo e envolve a concepção antropológica de *part-society* à relação de modo de produção subordinado ao modo de produção capitalista, provenientes de análises econômicas.

Por outro lado, a condição de assalariamento se dá no âmbito

[...] [d]o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

De todo modo, o campesinato não é algo sólido e absoluto (SHANIN, 2008), uma vez que é “capaz de adaptar inovações tecnológicas à sua racionalidade. A quantidade e qualidade das mudanças vão ter vários matizes porque o campesinato não é homogêneo, pelo contrário, é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza” (CAMPOS, 2006, p. 147). De fato, com as transformações no campo, sobretudo a partir da modernização conservadora, em meados do século XX, inclusive, com o avanço da fronteira agrícola, que perdura até os dias atuais, “as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008, p. 24-25). Assim, parcelas significativas dessas populações combinam trabalho camponês e migração temporária para o trabalho assalariado no complexo agroindustrial canavieiro. De fato, a migração pode ser vista como um movimento através do qual essas populações buscam reproduzir o próprio modo de vida, adaptando-se a novas realidades.

1.2 Migração: significações e ressignificações.

A passagem de um lugar a outro, é comum nas comunidades nômades, em tempos pretéritos como também na atualidade. De fato, a migração³⁵ marca a trajetória dos grupos humanos, funcionando como motor das transformações nas sociedades, ou seja, “o movimento e a migração [...] são as condições de definição sócio-histórica da humanidade” (GOLDBERG, 1994 apud HALL, 2003, p. 55). Posto que a migração é um processo social

³⁵O termo migração vem do latim *migratio,ónis*, que significa “passagem de um lugar para outro, emigração” (DICIONÁRIO..., 2001). Numa acepção geral, migração significa “movimentação de entrada (imigração) ou de saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida. Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país” (DICIONÁRIO..., 2001).

inerente à constituição das sociedades, e considerando-se as deferentes formações sociais, pode-se afirmar que os movimentos migratórios também têm significações diversas.

As pessoas têm se mudado por várias razões – desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico (HALL, 2003, p. 55).

A essas razões acrescenta-se, ainda, a ventura. Mesmo sendo rara a relação do migrar com o viver, pois esse processo se dá, sobretudo pela exploração do trabalho, é possível afirmar que migrar também é viver (SANTANA, 1998). São significações que expressam a lógica da migração. Nesse sentido, “as migrações são traduzidas, [...] como continuidades da ‘ventura’ na vida em busca de ‘fatura’ em novos lugares [...]” (SANTANA, 1998, p. 120, grifo do autor). Nesse sentido, a migração temporária resulta da desventura, no lugar de origem, que dificulta a reprodução social de camponeses/as. E fatura parece algo distante da realidade local para a população migrante do município de Francinópolis. Assim, a migração temporária para essa população talvez expresse mais uma perspectiva de começo que, propriamente, de continuidade da fatura.

A migração interna no Brasil, nos últimos anos, destaca-se a temporária, ao contrário de períodos anteriores em que os movimentos internos no país eram caracterizados pela migração tida como definitiva³⁶.

Para além da distinção referida, os movimentos migratórios intensificam relações socioculturais entre grupos distintos. É oportuno evocar, aqui, a difusão cultural própria desse processo, referida por Stuart Hall, para quem “as sociedades multiculturais não são algo novo [...]. A migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente ‘mistas’”(HALL, 2003, p. 55). Face ao exposto, questiona-se: como esses movimentos migratórios moldam indivíduos, comunidades e sociedades?

De fato, a migração se inscreve na trajetória da humanidade, sendo visíveis aspectos da mobilidade da vida contemporânea:

O primeiro [aspecto] diz respeito aos fluxos cada vez mais de pessoas em todo mundo [...] o “outro” já não é mais algo a ser procurado em lugares exóticos, [...] esse “outro” trabalha e vive ao nosso lado nas regiões metropolitanas. O segundo aspecto refere-se aos fluxos de informação e imagens que também ampliam o processo de compressão global. Já não temos mais necessidade de viajar para ver e compreender o outro [...] (FEATHERSTONE, 1997, p. 175).

³⁶A migração de retorno ocorre tanto na migração definitiva quanto na temporária. Na primeira como exceção e na segunda como regra.

Na atualidade, não há dúvida de que o “outro” pode estar próximo. Mas será a proximidade suficiente para o compreendermos? No caso desta pesquisa, o outro se apresenta como sujeito em trânsito (MARTINS, 2003) permanente, o que é típico da migração temporária. Nesse processo, esse outro nem sempre se fixa, ao contrário, transita entre contextos sociais, entre lugares. Mas há um lugar para o qual esse/a migrante temporário/a sempre retorna e cujo significado lhe é importante.

Queremos experimentar as satisfações sensoriais, emocionais e espirituais que somente podem ser conseguidas mediante uma interação íntima, ou melhor, uma real identificação com os lugares onde vivemos. Esta interação e identificação geram o “espírito do lugar”. O ambiente adquire os atributos de um lugar pela fusão das ordens natural e humana. Todos os seres humanos têm quase as mesmas necessidades fundamentais quanto ao bem-estar biológico e econômico, mas muitos de seus diversos anseios de humanidade só podem ser satisfeitos em determinado lugar (MORAIS, 1992, p. 31).

De fato, a relação do/a migrante com o lugar de origem não se rompe com a sua vivência em outra realidade social. Nesse sentido, “as mudanças ligadas à aculturação não se fazem ao acaso [...] os elementos não simbólicos (técnicos, materiais) de uma cultura são mais facilmente transferíveis do que os simbólicos (religiosos, ideológicos etc.)” (CUCHE, 2002, p. 119). No entanto, é importante considerar que “em condições diaspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificações deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (HALL, 2003, p. 76). Assim, camponeses/as migrantes são sujeitos híbridos, no sentido de “(...) um processo de tradução cultural, agonístico, uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade” (HALL, 2003, p. 74). Tanto a proximidade quanto a distância das raízes dependem da significação da migração.

Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, e constatemente, são revisadas e transformadas em resposta às experiências migratórias. Há notável variação tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as comunidades ou no interior das mesmas – entre distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre os homens e mulheres ou gerações. Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade às “tradições” de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta (HALL, 2003, p. 66).

Nessas interações sociais decorrentes da migração, o moderno e o tradicional, o global e o local, essência e aparência, embora opostos, são dimensões conciliáveis na identidade do/a migrante. Por conseguinte, existem casos em que “a aparência exterior dele [migrante] não é um mero projeto para enganar o público, para se parecer com algo diferente dele próprio. É a sua própria essência” (FRIEDMAN, 1994, p. 337).

Os emigrantes são uma dimensão do global que vernaculiza o local, não permitindo a total destradicionalização e descaracterização das tradições locais, permitindo que essas mudem dentro dos parâmetros do que consideram essencial e permanente no seu trabalho pessoal e coletivo de afirmação identitária na comunidade de origem e nos países onde estão estabelecidos (MENDES, 2002, p. 531).

Essas resistências concretizadas na afirmação identitária (MENDES, 2002) lembram que a migração é, em muitos aspectos, uma problemática social. As migrações decorrentes das diásporas, como enfatizado por Hall (2003), expressam em geral essa problemática. A afirmação identitária, nesse caso, não se refere à manutenção da identidade fixa. De fato, as identidades estão sempre em processo de construção e a migração acelera ainda mais esse devir³⁷. E, em meio ao devir, os indivíduos assumem várias identidades. Desse ponto de vista, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). É importante ressaltar que a construção da identidade não se dá apenas em relação ao presente, mas também integrando o passado. Com isso, a identidade está em pentimento.

À medida que o tempo passa, a tinta velha em uma tela às vezes se torna transparente. Quando isso acontece, é possível, ver os traços originais: uma árvore aparece através do vestido de uma mulher, uma criança dá lugar a um cachorro e um grande barco não se encontra mais em mar aberto. Isso se chama *pentimento*, por que o pintor se ‘arrependeu’, mudou de idéia. Talvez também se possa dizer que a antiga concepção, substituída por uma escolha posterior, é uma forma de ver e de, mais tarde, rever (HELLMAN, 1974, apud CUNHA, 2007, p. 17, grifo no original).

De acordo com Zygmunt Baumam, “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta” (BAUMAM, 2005, p. 19). A construção das identidades não se dá em situação de igualdade, mas na diferença. Nesse sentido, há uma estreita relação entre migração, identidade e desenvolvimento.

A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em processo que é caracterizado por grandes desigualdades. A migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento. No processo, o fator de “expulsão” dos países pobres é mais forte do que o fator de “atração” das sociedades pós-industriais e tecnologicamente avançadas. O movimento global do capital é geralmente muito mais livre que a mobilidade do trabalho (WOODWARD, 2000, p. 21).

A migração tem um forte impulso econômico ou, em outros termos, ela é marcada pela necessidade de reprodução social, como no caso das populações camponesas referidas. O

³⁷Do francês, *devenir*, sem tradução do alemão *das Werden* que significa transformação incessante e permanente pela qual as coisas se constroem e se dissolvem noutras coisas; devir, vir a ser (DICIONÁRIO..., 2001).

problema social da migração está no fato, como expressa Woodward (2000), de a expulsão do local de origem ser mais forte do que a atração das sociedades de destino. Assim, o contato do local com o global se dá mais pela necessidade econômica do que pelo fascínio da ventura. Aqui pode estar a força que

resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais [...] Ele [o local] emerge em muitos locais, entre os quais o mais significativo é a migração planejada ou não, forçosa ou denominada livre, que trouxe as margens para o centro, o “particular” multicultural disseminado para o centro da metrópole ocidental³⁸ (HALL, 2003, p. 61, grifo no original).

No entanto, a migração que trouxe as margens para o centro³⁹ é, em muitos aspectos, resultado dos deslocamentos que levou o centro até as margens, sobretudo através da globalização econômica. Historicamente, esse processo se intensificou na fase imperialista (séc.XIX), período em que muitos países pobres ficaram sob o domínio e dependência das grandes potências ocidentais. Não obstante a nova configuração sócio-histórica, hoje em dia, grandes empresas multinacionais dão continuidade a esse processo de exploração econômica.

Assim, a globalização da economia é parte e, ao mesmo tempo, impulsionadora de movimentos migratórios. Mas esse processo não é linear e nem despido de particularidades. Nesse sentido, é importante observar que “as rápidas e profundas transformações geradas pela globalização têm tido um grande impacto sobre os movimentos migratórios, mas de forma ainda fragmentada e contraditória” (MARTINE, 2005, p. 46), contradição que é própria do sistema capitalista, no qual a globalização só abre algumas fronteiras.

O estímulo massivo à migração internacional provocado pela globalização não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades, por que os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente a entrada destes. As fronteiras se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes (MARTINE, 2005, p. 48).

Essa relação entre migração e globalização é marcada por incoerências, como o fato de pessoas não poderem migrar, como desejam, no mundo globalizado. De acordo com George Martine, atualmente, o número de migrantes legais é menor em relação à “primeira fase da globalização (1870-1913). [...] Quando a legislação era muito mais acolhedora para os migrantes” (MARTINE, 2005, p. 47). Quando o centro (o capital) se desloca para as margens, as fronteiras estão abertas, mas, quando o movimento é inverso (das margens para o centro), acionam-se estrategicamente os estigmas da violência, da desordem, do disforme, do desventurado, dentre outros, para impedir esse movimento.

³⁸Hall (2003) analisa a migração de caribenhos para Grã-Bretanha, nos períodos pós-colonial e pós-guerra.

³⁹Neste trabalho, considera-se o termo “centro” como sinônimo do capital (sistema econômico) dos grandes complexos industriais nacionais e multinacionais.

Partindo desse quadro, podemos pensar a migração interna de trabalhadores/as. No Brasil, por exemplo, o avanço da fronteira agrícola⁴⁰ não deixa de ser um processo em que o capital, para se reproduzir, passa a explorar⁴¹ novas regiões, no geral, as que se encontram às margens do (des)envolvimento⁴² nacional e mundial. Essa dominação econômica é representada na exploração agrícola, quando “o arroz, a soja, a cana provocam tão forte migração que se constituem em genocídio pelo número dos que vem morrendo no caminho para o sul” (BOSI, 2003, p. 176). Com o avanço da monocultura, base do complexo agroindustrial (CAI), a reprodução social de muitos/as camponeses/as depende do deslocamento sócio-geográfico.

Assim é que transformações no campo, no Brasil (1960), forçam a migração de significativo contingente de populações camponesas. O estranho as expulsa para o encontro com outro estranho (SILVA, M., 1999). Nessa perspectiva, a migração que leva as margens para o centro não é, em geral, um movimento natural, mas forjado nos desencontros provocados pela presença do centro nas margens.

⁴⁰O movimento de fronteira no Brasil tem três fases: “a primeira entre as décadas de 30 [1930] e 60 [1960], com a ocupação do conjunto de áreas cobrindo o oeste de São Paulo, o norte e oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do então Estado de Mato Grosso; a segunda entre meados dos anos 40 [1940] e fins dos 60 [1960], na Faixa Central do país, abrangendo Goiás, Mato Grosso do Sul, e Maranhão; a terceira na década de 1970, na vasta região Amazônica” (MORAES, 2000, p. 167). Acrescenta-se ainda, uma quarta fase a partir dos anos 1980 que, com “a instituição dos cerrados nordestinos com *áreas dinâmicas* [...] vem-se desenrolando nos chapadões do Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí” (MORAES, 2000, p. 166, grifo no original). Com esses movimentos de fronteira “as migrações teriam deixado de ser predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rurais”(MORAES, 2000, p. 167).

⁴¹Esse termo está sendo utilizado no sentido de extrair lucro, compensação material, obter vantagens; iludir, ludibriar tirar proveito, beneficiar-se (DICIONÁRIO..., 2001).

⁴²O prefixo “des” exprime, sobretudo: oposição, negação ou falta: *desabrigo, desamor, desarmonia, desconfiança, descortês, desleal, desproporção, dessaboroso*; separação, afastamento: *descascar, desembolsar, desenterrar, desmascarar*; aumento, reforço, intensidade: *desafastar, desaliviar, desapartar, desferir, desinfeliz, desinquieta* (DICIONÁRIO..., 2001). Por sua vez, o sentido da palavra “envolvimento” é o mesmo que relacionamento, que significa capacidade de manter relacionamentos, de conviver bem com seus semelhantes, relação de amizade. É sinônimo também de envoltura, que quer dizer pano em que se envolvem as crianças; manta, mantilha, envolta (DICIONÁRIO ..., 2001). Portanto, o que é muitas vezes tido como desenvolvimento é, de fato, legitimado como “crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc” (DICIONÁRIO..., 2001), envolve, na realidade, formas de desagregação social, de solapamento de modos de vida baseados na harmonia, na amizade, na relação de reciprocidade, na afabilidade, na civilidade etc. Assim, o desenvolvimento é, nesse sentido, um “des” “envolvimento”.

1.4 Sobre o processo de construção das migrações internas temporárias no Brasil.

No Brasil, a migração tem momentos distintos. Segundo Vainer e Brito (2001), podem-se referir três grandes períodos da migração, a saber: a/ de 1888 a 1930, na fase de constituição do mercado de trabalho livre, caracterizada pela migração internacional de populações que viriam a constituir os colonos do sul/sudeste brasileiro; b/ de 1930 a 1980, na época marcada pelos processos de industrialização do Centro-Sul e de ocupação da fronteira agrícola. Ambos processos propiciaram a migração interna, seja para cidades, numa explosão de urbanização, seja para novas áreas de expansão agrícola; c/ 1980 em diante, fase da queda do crescimento econômico, e da saturação da capacidade de absorção do mercado de trabalho, com a conseqüente marginalização e exclusão do mundo do trabalho de significativos contingentes da população, a circulação interna de migrantes, e a retomada da migração internacional, principalmente de país sul-americanos (VAINER; BRITO, 2001).

Para os fins desse estudo, a década de 1930 é um marco importante nesse processo, pois é nesse período que os movimentos migratórios ganham novas configurações. Se antes dos anos 1930, através de incentivos do Governo Federal, o Brasil recebeu uma leva expressiva de mão-de-obra imigrante, sobretudo, de italianos e japoneses, para trabalho na lavoura de café, nos anos seguintes, os movimentos migratórios internos ganham novo sentido e direção, aumentando de forma significativa.

A década de 1930 tem importância nesse tema, na medida em que, a partir de então, a política brasileira toma novo rumo, com impactos importantes na economia do país. É o período em que se inicia o processo de industrialização no Brasil e como, a princípio, os pólos industriais se concentraram na Região Sudeste, foi para lá que migraram milhares de pessoas de outras regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste. De fato, a instalação de indústrias⁴³ na região Sudeste, a partir dos anos 1930, atraiu grande contingente populacional, sobretudo da região Nordeste. Como o setor industrial estava em expansão, absorveu grande contingente de mão-de-obra. Para muitos/as trabalhadores/as, a migração foi definitiva⁴⁴ na medida em que conseguiram se fixar no destino. A princípio, a concentração do processo industrial na Região

⁴³Como destacado, a industrialização é um divisor de águas importante para se pensar a migração interna no Brasil, principalmente na redefinição do mercado de trabalho. E, embora essa migração não seja movida apenas por determinantes econômicos, tem nestes um impulsor importante, sobretudo nos dias atuais.

⁴⁴A migração foi definitiva pelo fato de não se caracterizar como temporária. No entanto, no município de Francinópolis, existem casos de migração de retorno de trabalhadores depois de 20 anos trabalhando fora do município. Sobretudo, na atualidade, com o chamado processo de desindustrialização em curso, observa-se migração de retorno de trabalhadores.

Sudeste fez desta um grande pólo de atração de contingentes populacionais de outras regiões, sobretudo, dos estados do Nordeste. Se, por um lado, a região Sudeste era pólo absoluto de atração de mão-de-obra, por outro, a região Nordeste foi, e ainda é, grande exportadora de mão-de-obra.

Por seu turno, as décadas de 1940 a 1960, segundo Brito (2000), marcam-se por migrações interestaduais em decorrência de desequilíbrios regionais e sociais, como conseqüência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil⁴⁵. Os fluxos migratórios de então originavam-se, sobretudo, em Minas Gerais e no Nordeste, com destinos aos estados com maior crescimento urbano-industrial, como São Paulo e Rio de Janeiro, além das regiões da fronteira agrícola, como o Estado do Paraná e a região Centro-Oeste.

Nos anos 1960, se inicia uma série de transformações na agricultura, no sentido da modernização da base técnica que, por sua vez, acarreta mudanças significativas nas relações de trabalho no campo, processo no qual, pela expropriação de terras, muitos/as camponeses/as foram expulso/as das terras⁴⁶ onde se encontravam, em grande medida, instalados/as como moradores/as e posseiros/as submetidos/as ao que Forman (1979) denomina relações de patronagem-dependência. Também pequenos proprietários perderam suas áreas de terra no processo de expropriação do capital, no campo⁴⁷.

Nesse contexto, ganha corpo a figura do trabalhador volante, também conhecido como bóia-fria⁴⁸, categoria de trabalhador sem vínculo empregatício e que se ocupa de tarefas temporárias em cuja decorrência, passa de uma a outra atividade, constantemente. Convém lembrar, que o surgimento do bóia-fria não está ligado imediatamente à expropriação das terras, nem a dificuldades de ordem climática, mas às transformações nas empresas agropecuárias capitalistas que extinguiu a mão-de-obra residente no local de trabalho.

Ele [bóia-fria] surge de preferência nas regiões onde a ocupação da terra se tenha completado, depois que a agricultura capitalista penetrou através das grandes plantações, ou naquelas em que um processo de concentração da propriedade territorial tenha precedido a intensificação da produção agropecuária. De uma forma ou de outra, porém, essas regiões mostram o futuro das demais (BRANT, 1977, p. 40).

⁴⁵Os investimentos públicos e a política econômica de 1960 a 1980, segundo Lopes (1973) contribuíram para acentuar as disparidades regionais, reforçando a tendência migratória rural-urbana facilitada, então, pelos transportes públicos e telecomunicações.

⁴⁶Como observa Brant, “a expulsão das populações rurais não é um fato novo. As migrações rurais-urbanas constituem, desde a década de 1930, o movimento essencial de redistribuição espacial da população no Brasil” (BRANT, 1977, p. 39).

⁴⁷A força de trabalho migrante, no Brasil, nos anos 1960 tinha três destinos possíveis: 1/ migrar para os centros urbanos; 2/ empregar-se como força de trabalho temporária nas plantações de grandes propriedades; 3/ migrar para a fronteira agrícola, com vistas a reproduzir a agricultura de subsistência (LOPES, 1973).

⁴⁸O sentido específico do termo bóia-fria quer dizer “empregado que come no local de trabalho a bóia (comida) que traz de casa (tal como fazem os bóias-frias rurais) (DICIONÁRIO..., 2001). Para análise mais aprofundada, ver D’Incão (1977).

É na região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, onde as grandes plantações penetraram com mais intensidade, gradativamente desde os anos 1930, com o trabalhador volante sendo figura típica nessa região. Com a expansão da fronteira agrícola⁴⁹, este tipo de trabalhador aparece em outras regiões. É que o processo de transformação na agricultura brasileira tanto dificultou o acesso à terra para muito/as camponeses/as, quanto ocasionou modificações nas relações de trabalho.

Esse processo de modernização altamente seletivo propiciou o despovoamento do campo na medida em que expropriou várias categorias de pequenos produtores como proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, dentre outros. Uma vez desprovidos dos seus meios de produção, especialmente do acesso a terra, estes produtores se viram obrigados a migrarem para as periferias das cidades, restando como única alternativa o trabalho temporário (MARIA; HESPANHOL, 2003, p. 46).

Com a expropriação das terras, populações camponesas perdem meios de (re)produção social, transformam o modo de vida, sociabilidades etc; submetem-se à sazonalidade do trabalho temporário e a várias outras situações, “quais sejam: a renda familiar flutuante e inferior à dos residentes nos imóveis, a intermediação e exploração por parte dos empreiteiros (*gatos* ou *turmeiros*); as necessidades de migração durante o ano; a não aplicação da legislação trabalhista, dentre outras” (BAPTISTELLA et al, 1994, p. 63, grifo no original). As desvantagens do trabalho volante ficam mais visíveis quando se observam as oscilações na intensidade de emprego durante o ano: de março a maio, o número de empregos sazonais começa a aumentar; de junho a agosto é um período de forte emprego; de setembro a outubro, o número de empregos diminui e de novembro a fevereiro é um período de fraco emprego (BAPTISTELLA et al, 1994).

Os trabalhadores volantes dedicavam-se a ocupações diversas. No entanto, ao longo dos anos, essa mão-de-obra vai sendo cada vez mais absorvida pela lavoura canavieira, em parte, pelo aumento da área plantada. A figura do trabalhador volante, forjada no processo de modernização da agricultura⁵⁰, está na origem do trabalhador migrante temporário⁵¹, no cenário atual.

De fato, a Região Nordeste ainda continua sendo grande exportadora de mão-de-obra para as demais regiões do país, sobretudo para a Sudeste, em que pesem diminuição da saída

⁴⁹No Estado do Piauí, a expansão da fronteira agrícola é mais tardia que em regiões do Centro-Sul do país e ocorre em áreas de cerrados, processo iniciado na década de 1970 com a chegada dos “projeteiros” (MORAES, 2000), que começaram adquirir grandes extensões de terras na região Sudoeste do estado, ainda numa fase de valorização futura. A fase de estabelecimento se concretizara nos anos de 1990.

⁵⁰Essa transformação que acarretou a expropriação das terras de milhares de camponeses ficou conhecida como “modernização conservadora” (SILVA, 1981).

⁵¹Para os fins desse estudo, trabalhador temporário é aquele que assina contrato com prazo determinado.

de pessoas, por um lado, e aumento da entrada, por outro, no Nordeste, constatada pelo Censo 2000 do IBGE⁵².

A Região Nordeste continua como área de expulsão de indivíduos, contudo, a velocidade da perda populacional vem diminuindo continuamente no tempo. A saída de população no primeiro quinquênio [1986/1991] foi de 1 354 441 contra 1 411 421 pessoas no segundo [1995/2000], com um aumento de 4,2%. Já as entradas nesta região apresentaram um aumento de aproximadamente 36% no período intercensitário, representando um acréscimo de 169 466 indivíduos, sendo que uma parte expressiva deste fluxo é constituída provavelmente de migração de retorno, proveniente principalmente da Região Sudeste⁵³, passando de 334 434 indivíduos no período de 1986/1991, para 462 628 em 1995/2000, fluxo mais expressivo em valores absolutos (CENSO DEMOGRÁFICO, 2000, p. 48-49).

Mas, esses movimentos acima referidos, podem não indicar uma diminuição da migração e, sim, uma nova configuração dos movimentos migratórios (fig. 2). Nesse sentido, a migração de retorno que parece ser definitiva, pode assinalar mais uma das faces do que Silva, M., (1999) denomina processo permanente de migração temporária. Muitos que retornam empurrados pelo chamado processo atual de desindustrialização, principalmente, no Estado de São Paulo, passam a incluir a migração temporária em suas estratégias de sobrevivência.

De fato, muitos movimentos migratórios no Brasil atualmente se caracterizam pela temporalidade, diferentemente de momentos anteriores em que parcelas significativas de migrantes se fixavam no destino, estabeleciam relação de trabalho mais prolongada, principalmente na indústria metalúrgica e construção civil. Das relações de trabalho temporárias prevalecentes na lavoura canavieira, decorre a temporalidade da migração. Há camponeses que vivenciaram esses dois momentos da migração. Em alguns casos, a transição de um tipo de serviço a outro (da construção civil ao corte de cana) foi feita por um mesmo trabalhador⁵⁴. Em outros casos, a transição se dá entre gerações. O pai e o avô trabalharam na construção civil e o filho, hoje, trabalha no corte de cana (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007).

⁵²A partir de 1980, observa-se um enfraquecimento dos fluxos migratórios do Nordeste e de Minas Gerais em virtude da redução do crescimento econômico paralelo à desconcentração espacial de atividades industriais nos pólos de atração. Assim, migrantes são alocados no mercado informal de trabalho (BRITO, 2000).

⁵³Além disso, “as entradas provenientes das demais regiões também aumentaram, 9,3%, 67,8% e 47,8%, nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, respectivamente” (CENSO..., 2000, p. 47).

⁵⁴Esse é o caso de José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural da localidade Canto do Estreito. Ao longo de trajetória migrante (quase vinte anos), trabalhou na construção civil em 1989 na capital Paulista e em 2007 no corte de cana em Minas Gerais (ANEXO A).

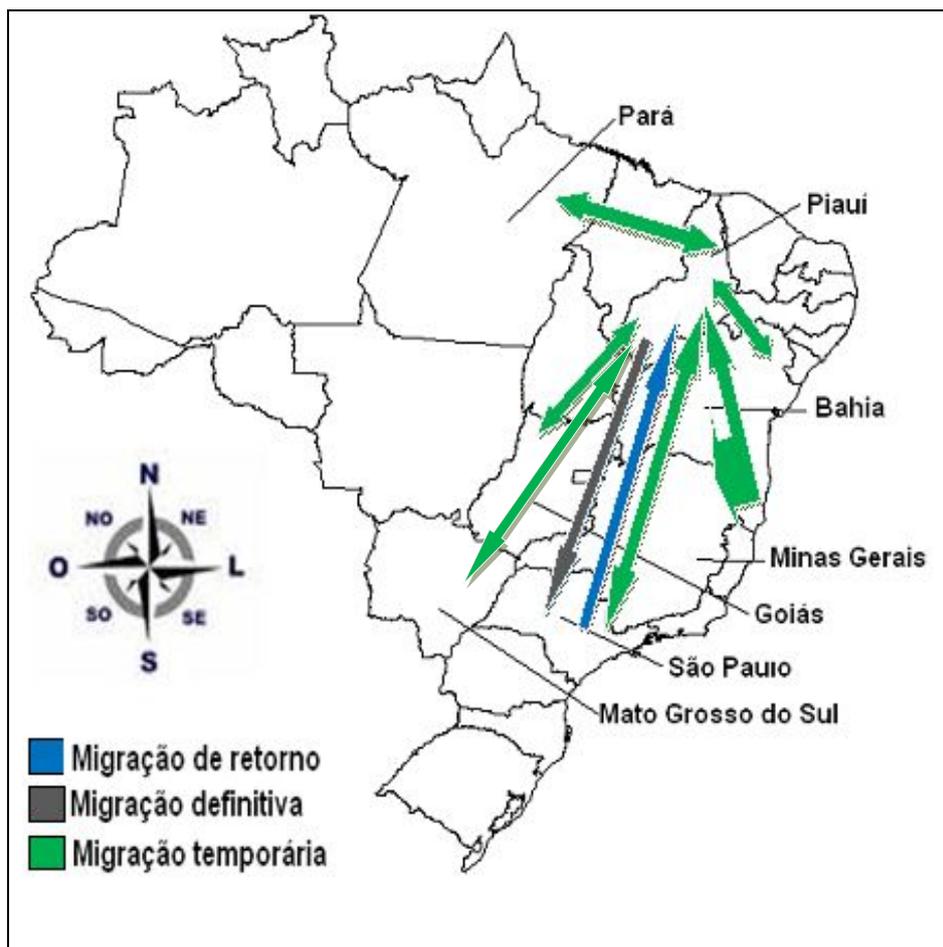


Figura 2 - Migrações no Piauí e em Francinópolis. Mapa construído com base em informações da pesquisa de campo⁵⁵.

Conforme dito, o avanço tecnológico que introduz a mecanização nas indústrias e o advento do agronegócio são elementos importantes para o entendimento dessa nova configuração dos movimentos migratórios. Nesse plano, contribui também, para isso, o fato de, até o momento, as indústrias de açúcar e álcool utilizarem muito o trabalho manual, pois a mecanização do corte de cana ainda está em processo de instalação⁵⁶.

Nesse processo, São Paulo é o destino real ou imaginário de muitos/as migrantes. Até os anos de 1980, a maioria desses/as migrantes se dirigia para a capital do Estado e se

⁵⁵Com base em mapa mudo disponível em: <<http://dtr2002.Saude.gov.br/caadab/indicadores/Piaui/Francinopolis.pdf>>. Acesso em: 5 fev.2009.

⁵⁶Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis, lembra que mesmo usinas em que o processo de mecanização está avançado ainda não excluíram totalmente a mão-de-obra migrante. Mas as máquinas, em muitas usinas, já substituíram as atividades de muitos trabalhadores, inclusive, máquinas e trabalhadores trabalham lado a lado: a máquina cortando cana no solo plano e os trabalhadores, no solo com declive (Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, em 27/09/2008).

ocupavam, sobretudo os homens, da construção civil⁵⁷. A saturação desse mercado e a ampliação da exploração da cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo deslocam boa parte da mão-de-obra migrante para a atividade canavieira⁵⁸. Só na região paulista de Ribeirão Preto, “em 1990, havia [...] 26 usinas e 16 destilarias; sessenta mil [60.000] trabalhadores eram empregados no corte de cana” (SILVA, M., 2005, p. 231). Assim, a lavoura canavieira, absorve boa parte da mão-de-obra temporária. De fato, “mais de duzentos mil [200.000] trabalhadores, no período de safra da cana, laranja, e café, no estado de São Paulo, são migrantes” (SILVA, M., 2005, p. 233). O contrato de muitos desses trabalhadores, homens, principalmente, corresponde ao período de safra dessas culturas agrícolas⁵⁹ e, ao final da safra, esses trabalhadores, no geral, voltam ao estado de origem. Sabe-se, no entanto, que há aqueles que permanecem para além de uma safra, no Sudeste, trabalhando em outras atividades temporárias até a safra seguinte, retornando depois para o seu município. A predominância do trabalho masculino é parte na segmentação da força de trabalho em relação ao gênero, “pois as mulheres foram praticamente alijadas do corte de cana” (SILVA, M., 2007, p. 71)⁶⁰.

Esses migrantes, “pelo fato de serem temporários, muitas vezes não são computados pelas estatísticas dos órgãos oficiais. Esse fato denota a invisibilidade dessa mão-de-obra [...]” (SILVA, M., 2005, p. 233). De fato, a definição de migrante do IBGE, como referido, não inclui os temporários. Os dados do IBGE registram, de maneira geral, os movimentos migratórios internos, inclusive, nessas duas últimas décadas, mas não retratam os fluxos migratórios temporários.

No entanto, a categoria migrante temporário ganha relevo no âmbito das organizações sociais como Serviço Pastoral do Migrante (SPM), entidade fundada em 1985 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com Irmã Darcila Antonioli, coordenadora dessa pastoral, no Piauí, havia necessidade desse serviço, devido à intensidade

⁵⁷Dados do IBGE confirmam que o eixo Rio-São Paulo é o destino de muitos migrantes, sendo que o Estado de São Paulo absorve um número absolutamente superior dessa população. No Estado do Rio de Janeiro “em 1991 foram recenseados 2 270 247 indivíduos não naturais do estado e em 2000, 2 476 072 migrantes, com acréscimo de 9,1%, enquanto em São Paulo este contingente foi de 7 076 066 e 8 821 030 pessoas em 1991 e, em 2000, respectivamente, com um aumento de 24,7%” (CENSO..., 2000, p. 34).

⁵⁸Essa saturação resulta, basicamente, de dois aspectos combinados: o aumento de trabalhadores, em geral migrantes, e, ao mesmo tempo, a mecanização da produção, processo em que o trabalhador é substituído pela máquina, diminuindo assim os postos de trabalho (ALVES, 2007).

⁵⁹A safra da cana, geralmente, é de fevereiro à novembro.

⁶⁰Assim, a migração é menos entre mulheres e homens já idosos “[...] digamos assim quase 80% dessas pessoas não viaja, não viaja [...]. [Os que fazem o Pronaf e não migra] a maioria é mulheres, algumas pessoa, homem, fizeram, pessoa de idade também” (Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008).

das migrações internas, na década de 1980. O SPM tem como objetivo trabalhar com e pelos migrantes nos destinos e na origem. Segunda esta entrevistada, usava-se, originalmente, o termo mobilidade humana para expressar a movimentação de pessoas, mas, a partir de 1980, o SPM passa a utilizar o termo migrante, pois “é específico, direto, a [a idéia de] mobilidade trabalha com cigano, trabalha com os próprios é... nômades [...]”⁶¹, categorias sociais que não se enquadram na problemática da migração. Assim, ganha força a expressão “migração temporária”, que passa a ser utilizada, também, na pesquisa acadêmica como categoria de análise dos deslocamentos de pessoas de seus lugares de origem para destinos temporários, no caso em questão, com finalidade de trabalho sazonal⁶².

1.4 Enraizamento e desenraizamento: paradoxos da migração temporária

Pesquisas (CARNEIRO; SOUZA; MARINHO, 2007; MARTINS, 1993; MENEZES, 2002; MORAES; FRAZÃO; ROGÉRIO JR, 2007; SANTANA, 1998; SILVA, M., 1999; dentre outras) que tratam do tema das motivações que levam camponeses a migrarem mostram serem tais motivações variadas, pendulando da ordem social, para a individual. No primeiro caso, é comum os motivos estarem ligados diretamente à expansão da fronteira agrícola ou a existência de zonas estagnadas. Geralmente, instalações de empresas agrícolas em áreas ocupadas por populações camponesas dão-se através da apropriação do espaço, inviabilizando a reprodução social dessas populações, seja pela expropriação direta das terras (SILVA, M., 1999), seja pelos cerceamentos (MORAES, 2000).

[A expropriação das terras] e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização desta região, vale do Jequitinhonha, Minas Gerais (SILVA, M., 1999, p. 28).

[...] os efeitos provocados pela incorporação das chapadas pelos grandes projetos de pecuária e reflorestamento de caju e, mais recentemente, pelos de monocultura de arroz e soja, em termos de deslocamentos de camponeses no *território*, fazem-se sentir não apenas no encurralamento desses camponeses nos *baixões* e na sua exclusão do processo de modernização da agricultura regional, como também na sua crescente expulsão do campo para as cidades, que experimentam acelerado aumento populacional. Em Uruçuí, [Piauí], por exemplo, novos bairros surgidos a partir do início dos anos 90 têm a maioria de sua população formada por famílias desalojadas

⁶¹ Ir. Darcila Antonioli, Pastoral do Migrante, Teresina. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 20/02/2009.

⁶² Na literatura internacional sobre campesinato migrante temporário, ver Shanin (2008).

das áreas rurais, que se encontram sem terra e sem trabalho (MORAES, 2000, p. 298, grifo no original).

Mas é importante ressaltar que o processo de modernização da agricultura não homogeneizou diferenças. Assim, há regiões de baixa dinâmica econômica, por conseguinte, de baixa capacidade de geração de emprego, sustentada por uma agricultura de sequeiro (MORAES, 2000) e de alta dependência de chuvas. Em tais condições, a migração temporária emerge como estratégia de reprodução social do campesinato local (MENEZES, 2002), como na região estudada no Piauí (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007).

Sem dúvida, no Estado do Piauí é elevado o número de migrantes temporários. Como referido por Moraes, Frazão Filho e Rogério Jr (2007), no município de Barra D'Alcântara, “uns 30% da população do município (algo em torno de 1.200 pessoas) se encontram no corte de cana [em 2006]. [...] cerca de 200 pessoas migram, semanalmente”⁶³ (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 278). Em Elesbão Veloso no ano de 2006, “mais ou menos 2.500 pessoas desse município [trabalham] no corte de cana em São Paulo e demais estados”⁶⁴ (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 277). Segundo Cícero Marcos de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elesbão Veloso, “saem migrantes de Elesbão Veloso três vezes por semana, de ônibus, nos meses de migração intensa, de fevereiro a maio, para os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo [...]. Elesbão Veloso é um ponto de partida (de ônibus) de trabalhadores dos demais municípios da região” (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 277).

De acordo com a CEPETE (2003), do Piauí, 90% das migrações no Estado do Piauí são temporárias. Em algumas regiões do Estado, como na microrregião de Valença não é a expansão da fronteira agrícola que interfere diretamente nas comunidades camponesas. Assim, os fatores de expulsão se encontram nas condições precárias de reprodução social das famílias e dos municípios, no baixo índice de desenvolvimento e na falta de perspectiva de crescimento econômico desses municípios (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007). Em outros casos, a expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio do complexo

⁶³Estimativas, segundo o prefeito de Barra D'Alcântara, Gilvan Ferreira dos Santos (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007).

⁶⁴Segundo Cícero Marcos de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elesbão Veloso, “saem migrantes de Elesbão Veloso três vezes por semana, de ônibus, nos meses de migração intensa, de fevereiro a maio, para os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo [...]. Elesbão Veloso é um ponto de partida (de ônibus) de trabalhadores dos demais municípios da região” (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 277).

carnes-grãos (MORAES, 2000) é elemento, em grande medida, propulsor das migrações temporárias.

Como referido, a busca da ventura e da fartura impulsionaram, outrora, movimentos migratórios internos no Brasil. Esse processo não estava ligado necessariamente às dificuldades econômicas; migrava-se também para viver (SANTANA, 1998). Mas, na região estudada, há casos em que a migração foi e continua sendo, para famílias camponesas, uma necessidade no processo de reprodução social, embora a busca da ventura também se faça presente.

Camponeses migram porque faltam condições de vida digna no município. Mas, a busca por melhores condições pode acarretar, também, perdas não apenas materiais. A nova configuração da migração, agora predominantemente temporária, tem significações diferentes em relação aos movimentos migratórios. Nesse caso, entre o lugar de destino e o de origem, existe uma relação de proximidade, devido às idas e voltas constantes, mas isso não impede as implicações nas sociabilidades camponesas: “antigamente o povo era unido, não tinha dinheiro, e hoje tudo é a dinheiro. Por isso o adjutório acabou” (SANTANA, 1998, p. 134).

Esse processo migratório, no qual entre o lugar de destino e o de origem existe uma relação de proximidade, devido às idas e voltas constantes, está permeado por

ambigüidades que fazem emergir interesses em criar e recriar cotidianos na confluência do passado com o presente e o futuro. Projetos que sugerem o ‘retorno’ a dimensões de modos de vida interrompidas no processo migratório (SANTANA, 1998, p. 116).

Nessa direção, lembremos com Ecléia Bosi, que a dominação econômica causa desenraizamento, assim como a migração. Nesse sentido,

o migrante [embora, temporariamente,] perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem (BOSI, 2003, p. 176).

E vale lembrar que no caso em estudo, esta situação se repete ano após ano. No destino, o migrante se depara com um ambiente no qual a temporalidade, o modo de produzir, as sociabilidades são diferentes do habitual. A variedade de atividades num ambiente acentuado pela diversidade, própria do lugar de origem, é substituída pela monotonia do trabalho na monocultura. Além dessas transformações desenraizantes, decorrentes da migração, há o desenraizamento por excelência, que “é a ignorância do trabalhador em relação ao destino das coisas que fabrica” (BOSI, 2003, p. 182). Nessa perspectiva, o desenraizamento tem o sentido de alienação (MARX, 1989) que, em geral, implica na

separação entre produtores e processo de trabalho, e entre produtores e produto do trabalho, assim como entre as classes sociais.

A noção de comunidade, base da sociabilidade de origem dos/as migrantes, expressa um contraste com a sociedade moderna, na medida em que sugere uma integração no passado. Para diferenciar comunidade de sociedade⁶⁵, Zygmunt Bauman distingue consenso de entendimento de vinculação entre os indivíduos. Para o autor, o consenso é produto de negociação. Ao contrário, “o tipo de entendimento em que a comunidade se baseia *precede* todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas um ponto de partida. É um sentimento recíproco e vinculante” (BAUMAN, 2003, p. 15, grifo no original). No caso, aproxima-se da idéia de campesinidade como se encontra em Woortman (1990).

Para Mike Featherstone, a determinação de uma comunidade integrada depende da localização no espaço-tempo e no espaço social de referência. Desse modo, é também importante “não operar com a visão de que as localidades têm a capacidade de mudar apenas através de um processo de modernização de mão única, que implica a eclipse da comunidade e da cultura local” (FEATHERSTONE, 1997, p. 150).

Para esse autor, a idéia de comunidade está relacionada a um lugar delimitado, de sociabilidade

no qual todo mundo conhece todo mundo, [e que é marcado pela] existência de um conjunto (...) integrado de ‘valores essenciais’ (...) enraizados na vida cotidiana, [e pela] geração de rituais, cerimônias e memórias coletivas, que é algo vigoroso e oferece grande base emocional (FEATHERSTONE, 1997, p. 150, grifo no original)⁶⁶.

Ao migrarem, camponeses/as são desenraizados/as, em certa medida, desses padrões de sociabilidades uma vez que as relações de produção típicas do capitalismo, “o cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam mundo, separam os amigos” (BOSI, 2003, p. 205). Mas, no caso da migração temporária, o desenraizamento não é definitivo. O/a migrante, no destino, está envolvido/a em várias regras da sociabilidade de origem (redes de parentescos, de amizades etc.). Quando retorna ao lugar de origem: “em algumas datas, as visitas retornam, os amigos (e familiares) se encontram, os fragmentos se religam” (BOSI, 2003, p. 205). Assim, de acordo com esta autora, os retornos típicos da migração temporária podem ser vistos como (re)enraizamento.

⁶⁵ Para debate desse tema no caso das ciências sociais, ver Tönnies (1963).

⁶⁶ Cumpre lembrar que esta concepção de comunidade não indica ausência de conflitos.

Nesse sentido, se, por um lado, a saída do lugar de origem pressupõe um certo desenraizamento, por outro, na medida em que é temporário, esse processo torna possível o reenraizamento com a volta, o que é, como lembram Moraes, Frazão e Rogério Jr (2007), aludido como positivo por famílias envolvidas na migração temporária, pela possibilidade de reavivar o sentido de pertencimento. Mesmo considerando que, “nada na sociedade atual favorece tais encontros: a estafa diária, a jornada intensa de trabalho, a televisão⁶⁷, tudo procura impedir a visitação [...] [dentre os] pobres” (BOSI, 2003, p. 205), as visitas tornam-se mais significativas com a migração temporária. Assim, por mais contraditório que possa parecer, o enraizamento e desenraizamento são partes do mesmo processo social. No entanto, na medida em que incorporam elementos do lugar de destino, camponeses estão num processo de tradução cultural (HALL, 2003) que nunca se completa, inclusive pelo caráter intermitente da migração temporária na vida dessas pessoas.

Nesse sentido, migrantes são desenraizados e enraizados temporariamente; são híbridos, “orientado[s] pela sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro” (MARTINS, 2003, p. 146) e por um processo de tradução cultural que pode ser tanto agonístico (HALL, 2003) quanto produtor de novas identidades

É nesse contexto social que muitos camponeses envolvidos na migração temporária são mutuários do Pronaf, como no município de Francinópolis. Como a migração temporária reflete, de alguma forma, ausência do Estado, analisar políticas públicas do Estado voltadas a essa população, caso do Pronaf, põe o desafio de entender como o Pronaf incide na trajetória de populações camponeses migrantes, sobretudo como essas populações incluem ou não o Pronaf em suas estratégias de sobrevivências. Esta é uma forma de trabalhar essa hipótese. O objetivo aqui é tratar de como camponeses migrantes lidam como o Pronaf.

1.5 Políticas sociais no Brasil: prolegômenos sobre o Pronaf

A trajetória das políticas sociais no Brasil foi marcada por três momentos importantes, ocasiões em que as questões sociais tornaram-se mais visíveis: Era Vargas (1930-1945),

⁶⁷Na pesquisa de campo que resultou no artigo “Andando pelo mundo” (MORAIS et al, 2007), a partir de relatos e de uma observação direta, constatou-se que, em algumas comunidades, a televisão já substituiu parte das freqüentes visitas de início de noite.

regime militar (1964-1985) e transição para a Nova República⁶⁸. A Era Vargas é considerada um marco importante na história das políticas sociais no Brasil, pois foi nesse período que se alicerçou o sistema público de proteção social. Com efeito, as políticas sociais no Brasil ganharam substância no início dos anos 1930, com a mudança de regime político. As iniciativas que antecederam a esse período não tinham um suporte organizacional com essa finalidade. Ações, então, levadas a cabo eram efetivadas na medida em que os problemas iam surgindo ou quando os existentes ganhavam maior visibilidade. Não havia um planejamento estatal significativo que incluísse as chamadas questões sociais. No governo Vargas (1930-1945), o planejamento das ações governamentais ganha expressão ainda não vista nos que o antecederam, com a criação de instituições importantes para arranjos e rearranjos das políticas sociais e públicas. Essa estrutura organizacional constituída no período tornou-se um marco importante para organização das políticas sociais no Brasil.

No regime militar, apesar da centralização das decisões, surgiram tendências no sentido de universalizar as políticas sociais. Nesse contexto, transformações na agricultura brasileira deveram-se a uma série de intervenções governamentais, sobretudo através de créditos subsidiados. Mas, tais “medidas políticas [...] [foram] altamente seletivas, de acordo com o tamanho das propriedades, tipo de produção e região” (GOODMANN; SORJ; WILKINSON, 1985, p. 40). Essa transformação na produção agrícola é tida como modernização conservadora (SILVA, 1981), pois beneficiou, sobretudo, os grandes estabelecimentos, mantendo-se o campesinato à revelia desse processo. Mesmo as políticas de reforma agrária, a exemplo da criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, e o Estatuto da Terra, em 1964, não promoveram ampla transformação da estrutura agrária.

Mais especificamente, na região Nordeste, nos anos de 1970, foram criados o “Programa de Integração Nacional (PIN), cujo principal objetivo era a construção da rodovia Transamazônica, pensada, entre outras coisas, como um instrumento facilitador da emigração de nordestinos para a Amazônia; e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste-Proterra, para financiar a aquisição de terras” (PARREIRAS, 2007, p. 16). Ambos financiados, em parte, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, que financiou também o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Este objetivava

⁶⁸A referência a esses períodos, para fins dessa dissertação, limita-se a mostrar aspectos da trajetória das políticas sociais no Brasil nesses momentos sócio-históricos. O tratamento de cada período transcende os limites desse trabalho.

“fomentar a criação de pólos de desenvolvimento no interior dos estados nordestinos [...]. Os investimentos do POLONORDESTE em cada uma das áreas escolhidas compunham o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI)” (PARREIRAS, 2007p. 17).⁶⁹

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), levado a cabo no período de 1986 a 1996, é um dos sucessores do POLONORDESTE. Foi implantado com mais de 60% de recursos oriundos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial. O PAPP manteve a mesma estratégia do POLONORDESTE, mas diminuiu a abrangência. Assim, esperava-se que superasse a desarticulação institucional, o que não aconteceu (VELOSO FILHO, 1998). Mas com acumulação de problemas estruturais e sem apoio do governo federal, o PAPP perdeu a simpatia do próprio BIRD, seu principal financiador (PARREIRAS, 2007). As inconsistências foram causadas, sobretudo pela “assimetria entre o grande número de pequenos projetos e o reduzido quadro técnico responsável pela execução estadual do programa – quadro que, em geral sediado nas capitais, seria incapaz de prestar assistência aos projetos no interior; tal assimetria, inclusive, facilitaria a proliferação dos intermediários” (PARREIRAS, 2007, p. 24). Com efeito, “o projeto não correspondia às necessidades da comunidade, nem refletia seus interesses, mas sim os do intermediário” (PARREIRAS, 2007, p. 22)⁷⁰.

A Nova República traz, em seu bojo, a perspectiva de reformar o sistema de intervenção social vigente que, até o momento, era marcado pelo caráter conservador e por práticas clientelistas. De fato, a redemocratização representou avanços no campo social, sobretudo na área rural, o que veio a ser significativo na organização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos anos de 1990, destinado às populações camponesas, até então, não contempladas, em âmbito nacional, por uma política específica de desenvolvimento⁷¹.

A propósito, no âmbito de uma reflexão teórica acerca de políticas públicas, convém lembrar que nas sociedades (pós) industriais, as relações sociais são caracterizadas por uma

⁶⁹No Estado no Piauí o POLONORDESTE foi, inicialmente, implantado com três PDRI, em 1975, e ampliados para seis, em 1977. Esse programa beneficiava “os proprietários de imóveis rurais com até 250 ha. Na etapa seguinte, do PDRI Vale do Parnaíba, adotou uma definição mais restritiva, considerando como pequenos produtores apenas os proprietários de imóveis com até 100 ha” (VELOSO FILHO, 1998, p. 135). Esse programa “atuou em níveis diferenciados de intervenção, em cerca de mil e quatrocentas comunidades espalhadas pela maioria dos municípios do Estado” (VELOSO FILHO, 1998, p. 144).

⁷⁰No Piauí, esse programa “atuou em níveis diferenciados de intervenção, em cerca de mil e quatrocentas comunidades espalhadas pela maioria dos municípios do Estado” (VELOSO FILHO, 1998, p. 144) sofrendo, porém, das inconsistências referidas. Sobre pequena produção familiar e PAPP, no Piauí, ver, ainda, Rocha (1988).

⁷¹ Podem-se considerar as políticas voltadas, até então, para essas populações, como de caráter universalista, tais como as de educação, previdência, habitação, saúde, dentre outras (DRAIBE, 1990).

diferenciação sociocultural acentuada, principalmente nas sociedades ditas em desenvolvimento. Esse aspecto, aliado a profundas desigualdades sociais em curso, forjam transformações nas ações do Estado frente às questões sociais, transformações estas que se convencionou definir como *Welfare State*⁷², cuja configuração depende das particularidades institucionais de cada país. Sem dúvidas,

os mecanismos políticos e institucionais de representação de interesses e de construção do consenso político interferem tremendamente na condução dos objetivos de bem-estar social [...]. Instituições fracas são incapazes de negociar acordos entre interesses conflitantes, e, conseqüentemente, objetivos de bem-estar, emprego e eficiência resultam mais facilmente em trade-offs e soma zero (ESPING-ANDERSON, 1995, p. 77).

No Brasil, é característico o fato de pouco se ter feito, por longo período, no sentido de construir consenso político para enfrentar problemas sociais resultantes, principalmente, do processo de industrialização no país, iniciado nos anos 1930. Ao contrário, o que predominou foi “uma permanente ‘fuga para frente’: a busca de crescimento econômico como forma de não enfrentar seus conflitos internos e as reivindicações populares por uma democratização da terra e da riqueza” (FIORI, 1995, p. 124)⁷³. As transformações sociais também estavam sujeitas à intermediação de interesse (MELO, 1993), ou seja, os avanços das reformas políticas e sociais dependiam do poder de barganha do demandante da política. Esse ambiente institucional favoreceu práticas clientelistas que impediam as ações daqueles que poderiam promover reformas (MELO, 1993). Nessa perspectiva, “ação coletiva tende a resultar em inação. O processo decisório converte-se em uma espécie de dilema de prisioneiro⁷⁴ em escala macrossocial” (MELO, 1993, p. 120).

Nessa direção, é importante ressaltar que, “no período do início do século XX até 1930, quando há a predominância de uma economia agrária exportadora no nosso país, as políticas sociais aí instituídas eram fragmentadas e de caráter emergencialista” (LEHFELD; VERONA, 2003, p. 1). A partir dos anos 1930, iniciou-se efetivamente a construção das bases institucionais, no sentido de discutir problemas nacionais vigentes. Com isso, “os novos governantes começaram a reformular, redimensionar e integrar órgãos governamentais

⁷²Entende-se por *Welfare State*, “uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre estado e mercado, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento” (DRAIBE, 1990, p. 2)

⁷³Nos dois últimos governos, incluindo o atual, a busca incessante de crescimento econômico, assim como alguns resultados alcançados nesse sentido, podem não se tratar de uma fuga, no sentido de Fiore (1995), mas há medidas que têm servido para legitimar ações, muitas vezes, contestadas pela chamada opinião pública.

⁷⁴O dilema do prisioneiro “é um jogo de soma diferente de zero que ilustra tanto a falha do princípio *Minimax* quanto a do princípio da estratégia dominante. Neste jogo frustrante, se os dois jogadores escolhem suas estratégias ótimas cada um deles ganha menos do que se ambos tivessem escolhido uma estratégia não-ótima” (EPSTEIN, 1995, p. 151-152, grifo no original).

preexistentes; ou a criar novos” (IANNI, 1986, p. 34). Foi o “momento em que efetivamente se organizam os sistemas nacionais públicos [...] área de bens e serviços” (DRAIBE, 1990, p. 9).

Com efeito, até esse momento, “a questão social não aparecia no discurso dominante senão como fato excepcional e episódico, não porque não existisse já, mas porque não tinha condições de se impor como questão inscrita no pensamento dominante” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 59). A explicitação da questão social teve um preço muito alto para os setores sociais desfavorecidos. Não obstante essa iniciativa nesse período, “as políticas sociais apresentam um profundo caráter conservador, marcado pelo autoritarismo e forte repressão aos movimentos da classe operária” (LEHFELD; VERONA, 2003, p. 1).

Mesmo assim, trata-se, de fato, de um momento de inovação e ampliação da política social: “o sistema de proteção avança para a incorporação – ainda limitada e socialmente discriminada [de] trabalhadores rurais” (DRAIBE, 1990, p. 9). No entanto, o ritmo desse avanço depende da configuração da estrutura sócio-econômica-política e cultural do país. Mas é na arena política, especificamente por intermédio dos mecanismos políticos e institucionais de representação de interesses (ESPING-ANDERSON, 1995), que se encontram os determinantes das políticas. Os efeitos desse processo estão explícitos nas práticas dessas políticas.

Esses programas [de intervenção social] operam de modo extremamente precário, uma vez que vagamente definidos, não institucionalizados e, por isso mesmo, descontínuos, e nunca avaliados. Face “pobre” da política social, esses programas tenderam sempre a [se] tornarem fértil campo para as práticas assistencialistas e clientelistas (...) desde o fim dos anos setenta, o crescimento do espaço assistencial de políticas sociais somente veio reforçar a dimensão clientelista; a abertura do sistema político pós-85, deixou transparecer, com maior nitidez, aquelas características (DRAIBE, 1990, p. 11)⁷⁵.

Na mesma perspectiva,

os investimentos sociais realizados pelo Estado evidenciam uma trajetória complexa e desarticulada das políticas sociais brasileiras, que acabam por possuir um caráter ambíguo voltado a uma intermediação dos interesses e reivindicações populares. Acabam por possibilitar somente um acesso discriminado a poucos recursos e serviços (LEHFELD; VERONA, 2003, p. 1).

Os aspectos destacados por essas autoras têm uma relação estreita com a realidade sociopolítica das instituições brasileiras, ou seja, dos mecanismos políticos e institucionais de

⁷⁵Essas práticas afetaram a educação, o sistema Nacional de Habitação e, principalmente, os programas previdenciários e assistências (DRAIBE, 1990). A incorporação dos trabalhadores rurais nessas políticas sociais se deveu com avanço do sistema de proteção social, mas ainda de forma limitada e socialmente discriminada (DRAIBE, 1990, p. 9).

intermediação de interesses. Os princípios e características fundamentais dessa estrutura são os seguintes:

A extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo; acentuada fragmentação institucional; exclusão da participação social e política dos processos decisórios; o princípio do autofinanciamento do investimento social; o princípio da privatização e; o uso do clientelismo da máquina social (DRAIBE, 1990, p. 15).

A estrutura institucional, assim como as práticas aversivas às questões sociais, visivelmente, estenderam-se aos anos 1980. Nesse período, “gastou-se muito mal, quando considerados os baixíssimos resultados em termos de efetividade, de melhoria das condições básicas de vida da população” (DRAIBE, 1990, p. 18) e, ainda, gastou-se pouco diante dos *déficits* sociais (DRAIBE, 1990). A partir dos anos oitenta, cria-se uma expectativa em relação à redemocratização, no sentido de se evitarem velhas práticas, sobretudo pelas pressões exercidas pelos movimentos sociais, até o momento, marginalizados pelo arranjo político vigente. No entanto, “a partir de 1986, parece ter sido exatamente estas as marcas das formas de operar as políticas sociais na nova república” (DRAIBE, 1990, p. 29).

Com a constituição de 1988, muitas reformas visavam à modificação dessa realidade. O ponto importante nessa discussão era a descentralização das políticas sociais. Não obstante tal fato, “as decisões da Constituição de 1988 redundaram numa situação na qual o Governo Federal transferiu recursos, mas não transferiu atribuições [...] não ocorreu [...] redefinição de funções na área social” (ARRETCHE, 2000, p. 26). De fato, a reforma do Estado traz em seu bojo a construção de instituições democráticas. No entanto, “tal aspecto da reforma do Estado tem sido considerado, no mínimo, secundário pelas principais forças políticas do país” (ABRUCIO, 1999, p. 165).

Essas forças políticas se constituíram em obstáculos às reformas. No geral, “a trajetória das reformas das políticas públicas na Nova República caracteriza-se por um período inicial de esforço concentrado, seguido de fragmentação e descontinuidades” (MELO 1993, p. 141). Quanto mais intenso o impacto do tipo de reforma na rede clientelista e no *status quo*, em geral, mais se impõem obstáculos, mais se torna explícito o dilema do prisioneiro.

A constituição de 1988 representou avanços, sobretudo para a agricultura, em relação à qual iniciativas antecedentes eram restritas às grandes unidades produtivas e fragmentadas em relação aos pequenos produtores. Mas é importante ressaltar que as iniciativas em si não resolvem os problemas sociais.

[...] A mera existência de políticas e programas *governamentais* destinados ao enfrentamento das questões agrária e fundiária não garantem a suficiência dos recursos nem a aderência dos instrumentos institucionais o as problemas de acesso à terra e ao trabalho produtivo no campo (CARDOSO JUNIOR; JACCOURD, 2005, p. 215)⁷⁶.

As demais políticas também podem ser contempladas nessa observação, pois, em muitos casos, as possibilidades construídas esbarravam na paralisia decisória decorrente do choque de interesses das forças políticas. É paradigmático o caso da questão agrária. Os mais prejudicados pela estrutura vigente são fragilizados no momento da intermediação dos interesses⁷⁷. Nesse contexto é que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁷⁸, que nasce como Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998), representou um avanço. Resta saber se e como as questões abordadas afetam de alguma forma essa política.

Convém lembrar que o Pronaf foi gestado em período de reconstrução do Estado. Com efeito, procuravam-se redefinir suas funções com uma clara intenção de ultrapassar o modelo desenvolvimentista vigente. Esse contexto foi marcado por um “momento maquiaveliano” (SALLUM JR, 1999). Para esse autor, “o essencial deste [momento] estava na composição política entre a direita e o centro político-partidário em torno de um projeto de conquista e reconstituição do poder de Estado segundo uma ótica predominantemente liberal” (SALLUM JR, 1999, p. 30). No entanto,

[o Estado] não deveria mais ser o grande produtor de bens e de serviços, mas sim usar seu poder de sinalização e de regulamentação e sua capacidade de investir para tornar viáveis empreendimentos de outras instituições que se considerem desejáveis: esferas subnacionais de governo (estado e municípios), empresas privadas e entidades da sociedade civil e das comunidades (TIEZZIA, 2004. p. 50)⁷⁹.

⁷⁶Essas políticas podem, ainda, não desfrutar de legitimidade perante seu público alvo podendo haver nesse sentido um distanciamento de valores entre formuladores das políticas e publico para o qual estas são destinadas.

⁷⁷No Congresso Nacional, especificamente sobre essa questão, existe a chamada bancada ruralista, vertente política que defende os interesses de grandes proprietários de terra. Nesse sentido, qualquer reforma política que, de alguma forma, possa contrariar os interesses desses políticos e de seus apadrinhados, dificilmente será levada a cabo. Em se tratando de leis, certamente será uma letra morta

⁷⁸A constituição do Pronaf foi e ainda continua sendo paradoxal quando se observa a concepção de desenvolvimento agrário dos governos brasileiros, até o momento. Ressalvadas as diferenças, esses governos fizeram uma escolha explícita do agronegócio como motor do modelo de desenvolvimento agrícola e rural.

⁷⁹O Pronaf, em alguns aspectos, está sendo implementado sob essa orientação. Mas, embora haja uma regulação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ação implementadora está a cabo de instituições e entidades que não participaram da elaboração dessa política. Em muitos casos, as concepções de reprodução social dessas instituições em relação ao chamado público-alvo são distanciadas desse público. No caso específico dos bancos, que são agentes operadores do Pronaf, esses são os mesmos que incentivam e financiam o agronegócio, numa lógica divergente da do fortalecimento da chamada agricultura familiar.

Essa orientação ideológica traz em seu bojo fundamento para as velhas práticas que se procuravam ultrapassar. Com efeito, pouco se fez para superar o distanciamento entre a construção das políticas e as aspirações do dito público-alvo.

Na elaboração de políticas públicas⁸⁰, o governo Fernando Henrique, ancorado no apoio difuso da população, restringiu a um mínimo sua articulação direta com grupos de interesse ou agrupamentos não-partidários de opinião. No exercício do poder, sua estratégia foi insular-se sistematicamente dos movimentos da sociedade organizada, concentrando seus esforços nas arenas institucionais e de influência (SALLUM JR, 1999, p. 44-45).

Apesar da importância das iniciativas, essa configuração política pouco avança na extensão do espaço público, pois não ampliou os mecanismos de participação social. Nessa estrutura, ainda persistem antigos vícios burocráticos propícios à intermediação de interesses dominantes⁸¹.

De fato, as políticas sociais e públicas ainda se caracterizam pela fragmentação das ações. Segundo enuncia Amélia Cohn,

é a conhecida focalização das políticas sociais que se traduz como testemunha da nossa larga experiência histórica, em políticas de cunho clientelista, de caráter imediatista e, portanto, em políticas de governos e não de estado (COHN, 1999, p. 186).

Se, como mencionado, tais características estão mais visíveis nas práticas dessas políticas, no entanto, é, sobretudo, na concepção e no processo de elaboração das políticas que as ações estão ancoradas.

1.6 Sobre desenho, organização e legitimidade de políticas públicas com vistas a relação entre populações camponeses e Pronaf

Entende-se por política pública “[...] um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogo de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais” (SILVA, E, 2001, p. 37). As políticas públicas, geralmente, são respostas a reivindicações de setores sociais

⁸⁰Políticas nas quais estava incluído o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que em seguida foi transformado em Pronaf.

⁸¹Na constituição de assentamentos rurais, esse aspecto é mais visível, pois “os assentamentos efetuados concentram-se mais nas regiões de ocupação recente do que nas antigas. Isso indica a grande capacidade de resistência da velha estrutura agrária e de seus representantes, mesmo quando não contam com o respaldo do poder executivo e encontram poucos porta-vozes explícitos” (SALLUM JR, 1999, p.39).

marginalizados. Nesse sentido, o Estado⁸² é sempre o elaborador das políticas, com ou sem a participação dos beneficiários. Nesse ponto, podem estar as fontes de divergências que, se não sintetizadas no momento da elaboração, tornam-se um obstáculo na efetivação da política. Mas, essas divergências estão também no âmbito do próprio Estado, ou seja, as instituições envolvidas na elaboração de uma política têm orientações ideológicas diferentes.

Nessa perspectiva, o desenho de uma política é extremamente complexo. As controvérsias e contradições se manifestam tanto no “jogo de interesses” (MELO, 1993) vigente no âmbito da administração pública⁸³, como nos distanciamentos socioculturais entre gestores e possíveis beneficiários. A formulação de uma política, assim como sua inclusão na agenda pública estão permeadas por interesses nem sempre condizentes com os problemas sociais. Mas, mesmo que haja uma intenção positiva na formulação de uma política, as ações podem não ter os efeitos previstos, porquanto o conhecimento que fundamenta as ações pode não refletir a realidade social em questão. Assim, para se entender como o desenho da política é projetado, é necessário identificar esse conhecimento. Para Bo Rothstein, este é um campo difícil de penetrar.

Analytically, because the state of knowledge is unclear, above all when it comes to how to caterize different programs. practically, because the various public measures involve many types substantive knowledge, about which we, as students of implementation, may find it difficult to form a clear opinion (ROTHSTEIN, 1998, p. 73)⁸⁴.

Essa assertiva expressa as nuances do processo de formulação das políticas públicas, sendo que “a program`s design is [...] central to whether or not it achieves its purpose [...]. A [...] mistaken design is one which, when executed faithfully [...], proves not to have the effects intended, or has such serious side-effects that it would be better to do nothing at all”

⁸²É importante ressaltar que o desenho de uma política tem uma relação estreita com a construção da identidade. Mas de acordo com Castells (1999), a identidade cultural não está mais vinculada exclusivamente ao Estado. A identidade é relacional, se constrói e se reconstrói constantemente, parecendo ser mais dinâmica que a lógica do Estado.

⁸³Sobre grupos de interesse na política, ver Belik (1998) no sentido de um legítimo jogo em um contexto em que o governo exerce a seletividade na distribuição de recursos e benefícios. No entanto, para além da legitimidade desse jogo, há que se considerar a ação dos lobbies, caso, por exemplo, da bancada ruralista no Congresso Nacional.

⁸⁴“Analiticamente, porque o estado de conhecimento anterior ali é obscuro, quando vem para categorizar programas diferentes. Na prática, porque as várias medidas públicas envolvem muitos tipos de conhecimento substantivos sobre os quais nós, como estudantes de implementação, podemos achar difícil formar uma opinião clara” (Tradução: Paulo de Tarso Silva Santos).

(ROTHSTEIN, 1998, p. 74)⁸⁵. Nesse aspecto, uma política pública, mesmo bem desenhada, depende de outros fatores para seu sucesso ou insucesso.

Dois aspectos são determinantes nesse sentido: o primeiro centra-se no momento da implementação. Esse momento é passível de fracassos, quando uma política, mesmo sendo bem elaborada, “[...] is entrusted to an organization unsuited to the purpose” (ROTHSTEIN, 1998, p. 71)⁸⁶. O segundo diz respeito à legitimidade da política:

it is scarcely possible to carry out a program successfully - however ingeniously designed it may be, however well-organized its implementation - if it does not enjoy the confidence of the group towards which it is directed, or for the citizens as large (ROTHSTEIN, 1998, p. 72)⁸⁷.

Esse aspecto expressa uma falta de legitimidade, pois “inscreve-se num contexto de cepticismo difuso por parte daqueles que se poderiam apresentar como principais beneficiários” (ROSANVALLON, 1981, p. 103). Esse fato pode implicar também um cinismo cívico (MELO, 1993).

Rothstein (1998) mostra que questões econômicas, políticas, sociais e culturais se manifestam em todos os momentos da política, sendo a participação dos possíveis beneficiários decisiva nesse processo. As políticas públicas são sempre avaliadas pelos sujeitos beneficiários, devendo a avaliação ser compreendida como parte constitutiva da própria política. Uma avaliação participativa “consiste em uma pesquisa sistemática que se vale dos sujeitos envolvidos no programa para ampliar o espaço de reflexão sobre o processo e resultados avaliados” (BARREIRA, 2000, p. 60).

A avaliação por iniciativas dos sujeitos beneficiários, mesmo não sendo sistemática no sentido estrito do termo, é determinante no processo. Por um lado, a inadequação na organização da política e, por fim, o seu fracasso representam uma distância de concepção entre formuladores⁸⁸ e organizadores/implementadores (supondo-se que a concepção daqueles seja representada por estes).

⁸⁵“o desenho de um programa é [...] central para se alcançar ou não seu propósito [...]. Um desenho [...] equivocado é aquele que quando executado fielmente [...], prova não ter efeitos pretendidos, ou possui efeitos colaterais tão sérios que seria melhor não ter nada” (Tradução: Paulo de Tarso Silva Santos).

⁸⁶“É confiada a uma organização inadequada para o propósito” (tradução: Paulo de Tarso Silva Santos).

⁸⁷“Raramente é possível levar a cabo um programa prosperamente – embora possa ser engenhosamente projetada, assim como bem organizada sua implementação – se este não desfruta a confiança do grupo para o qual é dirigido, ou para a grande maioria dos cidadãos” (tradução: Paulo de Tarso Silva Santos). Esse aspecto expressa uma falta de legitimidade, pois “inscreve-se num contexto de cepticismo difuso por parte daqueles que se poderiam apresentar como principais beneficiários” (ROSANVALLON, 1981, p. 103). Esse fato pode implicar também um cinismo cívico (MELO, 1993).

⁸⁸Nesse sentido, o fracasso está na falta de dinamismo do Estado como produtor de políticas, que não acompanha a lógica da identidade cultural nas sociedades pós-industriais (HALL, 2006). As sociedades camponesas referidas nesse trabalho, embora não tenham a mesma forma de organização das sociedades pós-industriais,

De outra forma, uma política habilmente projetada e fielmente implementada, que não alcança o fim a que visa, carece de legitimidade junto aos sujeitos beneficiários. O fracasso da política, quando organizada de forma inadequada, e sua deslegitimação são formas de reprovação. Acrescenta-se, ainda, a essa discussão, o fato de que o sucesso de uma política “pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17)⁸⁹.

Visto dessa forma, analisar o sucesso de uma política requer conhecimento teórico e empírico da realidade para buscar compreender se o desenho dessa política contempla as reais necessidades do chamado público-alvo. Quando se pensa no desenho, procuram-se identificar tanto o fundamento da política, quanto o conhecimento da realidade para a qual foi formulada. A formulação de políticas públicas tem como referências diversas fontes, no entanto, há um fascínio por planejar políticas, em grande medida, com base apenas em indicadores estatísticos (JANUZZI; GUIMARÃES, 2004).

A legitimidade social dessas propostas tem-se demonstrado pela visibilidade e frequência que os indicadores sintéticos têm conferido às questões sociais na mídia – pelo formato apropriado para sínteses jornalísticas – e à instrumentalização política do movimento social e ONGs no monitoramento [d]os programas sociais (JANUZZI; GUIMARÃES, 2004, p. 16).

Essa forma de legitimidade não assegura necessariamente eficiência. A utilização de indicadores, em grande parte constituídos de forma exógena aos sujeitos, para os quais se destina determinada política, tem desdobramentos que podem comprometer o seu desenho. Mesmo assim, “parece estar se consolidando em uma prática corrente a substituição do conceito indicador pela medida supostamente criada para operacionalizá-la, sobretudo no caso de conceitos abstratos complexos como desenvolvimento e condições de vida” (JANUZZI e GUIMARÃES, 2004, p. 5). Assim,

A reificação da medida em detrimento do conceito tem outro desdobramento muito preocupante sobre o campo da formulação de políticas públicas, que é o de reforçar a tendência se encará-la como isenta de valores ideológicos ou políticos, como se na construção não intervissem orientações teóricas e opções metodológicas dos proponentes (JANUZZI; GUIMARÃES, 2004, p. 5).

têm uma lógica semelhante na construção da identidade cultural, justamente por estarem socializados no trânsito da migração temporária e ainda, mesmo que de forma marginal, sendo parte do processo econômico próprio das sociedades urbanas industriais capitalistas.

⁸⁹Esse autor pensa liberdade em sentido amplo, “é necessário que se evite restringir a atenção apenas a procedimentos apropriados (como fazem às vezes os chamados libertários, sem se preocupar se algumas pessoas desfavorecidas sofrem privação sistemática de oportunidades substantivas) ou, alternadamente, apenas as oportunidades adequadas (como fazem às vezes os chamados consequencialistas, sem se preocupar com a natureza dos processos que geram as oportunidades ou com a liberdade de escolha que as pessoas têm)” (SEN, 2007, p. 32).

Os referidos indicadores têm, sem dúvida, sua importância na formulação de políticas públicas, mas também têm limitações. Desta forma, utilizado como fonte única, os indicadores não dão conta da complexidade social. Exemplo importante é o caso em questão, porquanto, como referido, as estatísticas oficiais do IBGE não contemplam a categoria migrante temporário ou migração temporária, por entender que esse tipo de fenômeno não se caracteriza como migração. Outro aspecto que limita ainda mais os indicadores é pensar em seus resultados como realidade objetiva e não como aspectos da realidade a partir de determinado olhar. Mesmo com essas limitações, muitas políticas são desenhadas tendo como fonte apenas indicadores estatísticos. A suposta realidade dos sujeitos é traduzida em números, em detrimento de suas próprias percepções sobre essa realidade. O presente estudo considera ser a percepção dos sujeitos fundamental para o sucesso ou não de uma política pública. Por isso, procura-se, aqui, dar visibilidade às condições sócio-históricas dos sujeitos beneficiários do Pronaf, caso dos trabalhadores migrantes do município de Francinópolis-PI, assim como suas concepções de problemas e as alternativas às suas necessidades, como se verá nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

1.7 Pronaf: gestação, implementação, possibilidades e limites.

Como referido, as políticas sociais no Brasil ganham espaço na agenda política, a partir de 1930, momento em que começa, efetivamente, a construção das bases das políticas sociais no país. Nesse sentido, pode-se afirmar que “a política social brasileira foi formatada a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente” (GOMES, 2001, p. 21). As políticas sociais gestadas nesse contexto tinham um forte traço “paternalista [e] clientelista, que não incorpora a participação da população nos processos de tomada de decisão” (GOMES, 2001, p. 23). E, apesar dos muitos avanços, essas práticas, de alguma forma, ainda persistem através de intermediadores, embora a configuração política atual seja mais favorável à participação da sociedade civil.

Na área rural, poucas ações tinham sido efetivadas antes dos anos 1980. Como referido, o Estado brasileiro apostou no chamado agronegócio como modelo de desenvolvimento da agricultura, projeto que se efetivou em detrimento de amplos setores da

chamada agricultura familiar⁹⁰. Não obstante o histórico descaso do Estado considera-se que, hoje, essa agricultura tem produção significativa: “com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional” (INCRA/FAO, 2000, p. 30). A prioridade dada a setores empresariais do complexo agroindustrial⁹¹, no processo de modernização agrícola no Brasil, evidencia a força patronal na intermediação de interesses (MELO, 1993).

A definição operacional de agricultura familiar, como utilizado no Pronaf, dá-se a partir de “estudos realizados, conjuntamente, pela associação FAO/INCRA que estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTTEI, 2004, p. 2). Esse “documento serviu de base para a elaboração do PRONAF em 1995 [FAO/INCRA, 1994]” (SILVA, E., 1999, p. 6), distinguindo três tipos de agricultura familiar no Brasil:

(a) agricultura familiar⁹² consolidada, [...] integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas; a maioria funciona em padrões empresariais e alguns até integram o agrobusiness; (b) agricultura familiar de transição [...] com acesso apenas parcial [à] inovação tecnológica e [ao] mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e que não estão consolidados como empresas, apesar de apresentarem grande potencial de viabilização econômica; e (c) agricultura familiar periférica, [...] geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de programas de reforma agrária, de créditos, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, e de agroindustrialização e comercialização, entre outros (SILVA, E., 1999, p. 6).

A categoria contrastiva é a de agricultura patronal. No entanto, a agricultura familiar, mesmo com financiamentos inferiores à chamada agricultura patronal, é tida como eficiente em todas as regiões e representa 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil (INCRA/FAO, 2000). No tocante à

⁹⁰Agricultura familiar é um termo que ganha força nos anos 1990 no discurso político e institucional sobre populações camponesas. Pesquisas de comparação internacional (LAMARCHE, 1993) apresentam uma definição de agricultura familiar como um amplo leque que vai de uma agricultura tida como mais tipicamente camponesa (mais trabalho familiar, menos vínculo formal com o mercado de fatores e produtos) à empresa familiar. Para Neves (2002), a categoria, longe de ser um conceito teórico, é descritivo e classificador. Não se pode usá-la na pesquisa esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica eufemizar significados subjacentes. Trata-se, portanto, de categoria de ação política, nomeando amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais via engajamento político, na concorrência de disputa por bens simbólicos (identidade, reconhecimento de protagonismo no processo de decisões políticas) e materiais (crédito, serviços, cadeias de comercialização menos expropriadoras, assistência técnica, política de reforma agrária de acesso a terra). A propósito, ver Moraes (1998) sobre a trajetória de denominações aludidas a populações rurais no Brasil.

⁹¹Sobre complexo agroindustrial, ver Silva J. F. G., (1981).

⁹²A agricultura familiar consolidada, de transição e a periférica são constituídas por 1,1, 1,0 milhão e 2,2 milhões de estabelecimentos respectivamente (SILVA, E. R. A., 1999).

condição de uso da terra [...] 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. O menor percentual de agricultores familiares proprietários está na região Nordeste, com apenas 65% dos estabelecimentos (INCRA/FAO, 2000, p. 20).

Os dados relativos à propriedade da terra, vistos de forma isolada, dissimulam a forte concentração de terra, característica marcante na estrutura fundiária do Brasil, pois os estabelecimentos familiares ocupam apenas 30,5 % da área para produzir. Assim, fica mais evidente essa concentração. Nesse sentido, entre “os agricultores familiares que são proprietários, muitos possuem menos de 5 ha, o que, na maioria dos casos, inviabiliza sua sustentabilidade econômica através da agricultura, com exceção de algumas atividades econômicas, sua localização e/ou seu grau de capitalização” (INCRA/FAO, 2000, p. 21).

No entanto, as transformações necessárias para uma nova realidade dessa agricultura vão, historicamente, de encontro a interesses de latifundiários, estes, fortemente representados no Congresso Nacional pela chamada bancada ruralista. Trata-se, na prática, da institucionalização da concentração de terras, que está na raiz de numerosos conflitos no campo. Assim, iniciativas da dita política de reforma agrária, na realidade, não conseguiram ir além de uma política de assentamentos, sem o caráter amplo que uma política de reforma agrária requer⁹³ e ainda restrita frente à demanda social. Além disso, se torna caras ao erário público devido à intermediação de interesses (MELO, 1993).

Desde FHC, o Governo Federal transformou a obtenção de terras para os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra num negócio de aquisição de terras, à revelia das proposições e denúncias das organizações sociais populares de luta pela terra. Declinaram do esforço de mudanças necessárias da legislação para que a desapropriação por interesse social tivesse um caráter público e, portanto, eliminassem os quesitos relacionados com o pagamento das terras improdutivas em situação ilegal a preços de mercado (CARVALHO, 2005, p. 7).

Assim, apesar de avanços em direção a mudanças na estrutura fundiária, ainda persiste o predomínio de interesses de latifundiários, madeireiros, grileiros de terras, dentre tantos outros. De acordo com esse entendimento, a formulação do Pronaf resulta de pressões dos movimentos sociais “em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas” (ANJOS et al., 2003, p. 3). Essa política foi demandada pelo movimento sindical rural.

As reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganharam evidência durante a Constituinte em 1987, com a elaboração de uma proposta de lei agrícola pelas entidades representativas, a qual incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar (SILVA, E., 1999 p. 5).

⁹³A propósito, ver Romeiro (2002) em sua abordagem sobre políticas de reforma agrária em países como Japão, EUA, Tigres asiáticos etc.

Não obstante as pressões e essa evidência na Constituinte, somente em 1994 o Estado dá uma resposta, através da formulação do Provap⁹⁴. De fato, essa primeira iniciativa “teve reduzido alcance, sobretudo por causa das rigorosas exigências impostas pelas instituições financeiras ao público-alvo” (SILVA, E., 1999, p. 5). No ano de 1995, o programa foi ampliado e redefinido como Pronaf. Essa política pública marca “indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro [pois], pela primeira vez temos um programa comprometido com o apoio àquele setor” (ANJOS et al, 2003, p. 3;11).

Nessa mesma chave interpretativa, convém lembrar que a implementação do Pronaf

sinaliza pela primeira vez a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, rompendo com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao *agrobusiness*, considerados como o único caminho viável de modernização para a agricultura brasileira (SACHS, 2001, p. 2, grifo no original).

Como referido, Pronaf pensa a agricultura brasileira em dois modelos: patronal e familiar. No primeiro, completa separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis; trabalho assalariado predominante; tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento. No segundo modelo: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequações ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (MORAES, 1998).

Na perspectiva institucional, o Pronaf nasce como “um programa de estímulo ao desenvolvimento rural, do governo Federal em parceria com os estados e municípios, coordenados pelo MAARA, que tem por base o fortalecimento da Agricultura Familiar e objetiva apoiar técnica e financeiramente os planos municipais que demonstrem opção clara pelos agricultores familiares que residam em aglomerados rurais ou urbanos próximos” (PRONAF...,1996). A proposta de instituição do Pronaf fundamenta-se no projeto UTF/BRA/036/BRA que gerou as “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável” elaboradas via convênio FAO/INCRA e que como um de seus substratos

⁹⁴Programa criado em 1994 e que “tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares” (MATTEI, 2001, p. 2), operando, basicamente, com recursos do BNDES. Com efeito, “os resultados do programa foram bastante restritos, sobretudo em função das dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para atender às exigências do sistema financeiro” (MATTEI, 2001, p. 2).

importantes o relatório, como referido por Veiga (1994, apud MORAES, 1996), “A opção pela Agricultura Familiar”.

Os princípios da lei da agricultura familiar (art. 4º) expressam alguns aspectos de justiça social que norteiam a política, destacando

descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; participação dos agricultores familiares na formulação e execução da política nacional da agricultura familiar (MDA, 2007).

Vale lembrar que o Pronaf encontra-se a meio caminho entre política econômica – geração de renda, acesso a mercados – e social: “[...] opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural” (SILVA, E., 1999, p. 6). Nesse sentido, procura contemplar “os pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTTEI, 2004, p. 23). Além de prover crédito agrícola e apoio institucional a esses agricultores, o programa tem como objetivos:

a) ajustar políticas públicas de acordo com a realidade da agricultura familiar; b) viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares através do acesso aos novos padrões tecnológicos e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores familiares aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTTEI, 2004, p. 24).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destaca, dentre outros fatores, que “o financiamento rural do Pronaf tem impactos tanto sociais quanto econômicos [...] mantém as pessoas ocupadas, gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade” (MDA, 2007), expectativas, em grande medida, frustradas. É importante anunciar que “as diretrizes do Pronaf têm como referência experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural” (CARNEIRO, 1997, p. 2). Alguns problemas mencionados estão no desenho dessa política, porquanto o Estado ainda não fez as adequações requeridas pela realidade brasileira.

Cabe ressaltar as diferenças estruturais da composição social da produção agrícola em um e outro país. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde a modernização da agricultura se sustentou nas grandes empresas e no benefício da acumulação do capital privado, na França a agricultura repousa historicamente na produção familiar, seja na geração de valores, seja em relações sociais de produção, o que justifica a decisão política de se processar a chamada “industrialização” da agricultura sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar e de médio porte (CARNEIRO, 1997, p. 3, grifo no original).

Convém destacar que o contexto social de gestação do Pronaf (1994-1995) é permeado por práticas e gestões de períodos passados, por centralização na gestão das políticas e práticas clientelistas e paternalistas. Mas as instituições criadas e reformadas ao longo dos anos proporcionaram um ambiente favorável à emergência do programa. Essas transformações abriram “espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no país” (MATTEI, 2005, p. 62). Pode-se afirmar com segurança que o Pronaf se transformou em uma política pública de abrangência nacional (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTTEI, 2004, p. 18).

Esse ambiente favorável não eliminou totalmente aspectos típicos de práticas anteriores, que marcariam o início da organização do Pronaf, processo caracterizado, sobretudo, pela concentração dos recursos e centralização da gestão de políticas⁹⁵.

No entanto, de fato, já se avançou muito, sendo que “o Pronaf estimulou o processo de descentralização, ao criar mecanismos e instituições que visavam a aproximar os diferentes atores envolvidos com esse tipo específico de política” (MATTEI, 2006, p. 55). Mas, em grande medida, resultados desse estímulo ainda estão por vir.

Ainda são verificados alguns vícios da burocracia dos órgãos públicos, os quais impedem a legitimação desse processo junto à sociedade civil, ao concentrar, excessivamente, o poder decisório nesses órgãos e ao não estimular as instâncias que estão sendo criadas nos estados a ganhar vida própria e serem sujeitos do processo de descentralização e de democratização das políticas públicas (MATTEI, 2006, p. 64).

Com efeito, esses aspectos vigentes nessa estrutura inibem uma melhor produção de capital social⁹⁶. Por um lado, limita a expansão da política; por outro, caso haja a descentralização, as instituições locais carecem de preparação para assegurar a implementação da política, por falta de redefinição de funções nessa área social (ARRETCHE, 2000). A descentralização, então, deve ser pensada como mudanças de gestão e de gestores. Muitos gestores ligados politicamente ao governo “discutem pouco as políticas de desenvolvimento rural necessárias para reverter o quadro de exclusão social a que estão submetidos os

⁹⁵A descentralização das políticas sociais é uma discussão que se inicia, praticamente, no momento de gestação das políticas sociais no Brasil, nos anos 1930. Os fracassos das políticas sociais tinham como uma das causas a centralização da gestão e a questão correlata da prevalência de interesses escusos, próprios de uma cultura política particularista, aversiva ao interesse público e impeditivas da descentralização efetiva (ARRETCHE, 2002).

⁹⁶Sobre capital social, no sentido aqui referido, ver Abromovay (1998).

agricultores familiares de todas as unidades da Federação” (MATTEI, 2005, p. 64). Questão estritamente vinculada a essa é o do acesso a financiamento.

Conforme assinalado, há uma definição operacional das três modalidades de agricultura familiar que deram base ao desenho do Pronaf. Se a tipologia dá conta da diversidade desse universo, no qual a própria relação do agricultor com a terra varia de uma região à outra, como também dentro da própria região, essa diversidade não foi totalmente contemplada pelas formas de financiamentos do Pronaf⁹⁷. De fato, nem todos tinham condições de se adequarem às exigências. As instituições financeiras impõem

garantias que nem sempre são compatíveis com a realidade do agricultor familiar (...) [e] abre-se a possibilidade para distorções que levam à concentração dos recursos em algumas regiões e/ou produtos, como o ocorrido nas fases iniciais do programa (MATTEI, 2005, p. 63).

Essas distorções são visíveis no ano de 1996 quando, por exemplo, “percebe-se que nesse período houve uma forte concentração, tanto dos contratos (78% do total) como dos recursos (65%), na região Sul do país” (MATTEI, 2005, p. 19), (Tabela 2). Essa concentração nos estados dessa região se deve, sobretudo, ao fato de que, aí, “a agricultura familiar é mais capitalizada e/ou articulada às cadeias agroindustriais” (SILVA, E., 1999, p. 20).

Tabela 2 - Porcentagem de contratos e recursos do Pronaf por região.

Montante	Porcentagem/região					Total
	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	
Contratos	3%	13%	1%	5%	78%	100%
Recursos	10%	13%	2%	10%	65%	100%

Fonte: Mattei (2005). Organizada pela pesquisa.

De fato, ainda nos anos de 1997 e 1998, os investimentos do Pronaf “também apresentaram cobertura nacional concentrada. [...] 62% (R\$ 445,1 milhões) do total dos recursos aplicados e 63,3% do número de contratos foram destinados para os estados do Sul” (SILVA, E., 1999, p. 20). Em decorrência dessa forma de financiamento, as diferentes categorias de agricultura familiar não foram contempladas na mesma proporção.

A focalização do programa em seu público-alvo (o agricultor familiar) é prejudicada, pois, exceto o segmento daqueles mais capitalizados e/ou dos já integrados às agroindústrias, a grande maioria dos agricultores familiares não tem as garantias patrimoniais exigidas pelas instituições financeiras (SILVA, E., 1999, p. 15).

⁹⁷ Embora nos últimos anos se estejam revendo as taxas de juros dos empréstimos.

O Pronaf, desde sua implementação no ano de 1996 até o momento, vem passando por diversas transformações, sobretudo nas formas de financiamento⁹⁸. Não obstante essas transformações, as distorções ainda persistem, “caso da elevada concentração dos recursos de custeio das safras nas duas categorias mais bem posicionadas da agricultura familiar, em detrimento das demais categorias geralmente em maiores dificuldades” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTTEI, 2004, p. 18). Esses aspectos demonstram que em que pese a ativa participação do próprio movimento sindical dos trabalhadores em sua elaboração, o Pronaf ainda é parte do movimento pelo alto, característico das políticas públicas no Brasil.

[...] o acesso ao crédito ainda não representou grande avanço em termos qualitativos, porque, a rigor, o PRONAF é um crédito rural tradicional, financiando o custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. A falta de crédito para financiar mudança nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural acaba prejudicando o desenvolvimento da agricultura familiar (ZINGA, 2004, p. 26-27).

Além das questões econômicas, outros aspectos têm um peso significativo no sucesso ou não do Pronaf, a exemplo da legitimidade dessa política junto aos sujeitos beneficiários, cuja participação se torna fundamental em todo o processo. Entretanto, observa-se que os limites dessa política estão, em parte, na ausência da participação efetiva dos beneficiários, nas definições do programa.

Esses vieses burocráticos que dificultam o acesso são propícios à intermediação de interesses. Camponeses/as ficam dependentes de intermediários que, em muitos casos, se apropriam dos recursos. No Estado do Piauí, de acordo com o que enuncia o jornal “O Dia”, “a polícia federal investiga casos de intermediação do programa de forma irregular e apropriação do dinheiro que seria destinado ao pequeno produtor rural a título de empréstimo para fomento a produção agrícola” (COELHO, 2008, p. 3). Esse caso, em investigação, resultou da inadimplência do agricultor. Inadimplência⁹⁹, aliás, é questão até o momento sem solução e que ameaça o programa (COELHO, 2008).

⁹⁸ O objetivo das mudanças é a simplificação das normas para a obtenção de crédito rural através de juros mais baixos e aumento do limite de crédito. Para os financiamentos de custeio, taxas entre 1,5% e 5,5% ao ano (antes 3% e 5,5%). As operações de investimento, juros entre 1% e 5% anuais, antes variavam entre 2% e 5,5% ao ano. Dentre essas mudanças, está a extinção dos grupos C, D e E do Pronaf e a criação de uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. Essas mudanças entraram em vigor a partir de 1º de junho de 2008 (Novas Regras do Pronaf. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf/index> >. Acesso em: 2 set. 2009. O tema dos tipos e mudanças será tratado no capítulo 3. Para detalhes ver, ainda, anexo C.

⁹⁹ A inadimplência já ultrapassou os 30% no município de Francinópolis-PI. No momento, estão bloqueados novos contratos. Mas os inadimplentes já foram convocados para renegociarem suas dívidas. Em tese, a regeneração dá direito automático a um novo contrato.

É perceptível, atualmente, no Pronaf, um processo intenso de descentralização e ampliação dos recursos assim como do acesso ao crédito¹⁰⁰. Mas, no que se refere à adequação, à realidade social de camponeses/as no município de Francinópolis, os avanços foram pouco significativos. Como referido, há muitas diferenças entre agricultores familiares, tanto inter quanto intra-regiões para além da dimensão econômica. Não obstante os princípios da agricultura familiar enfatizarem, dentre outros aspectos, a participação¹⁰¹ de camponeses e camponesas em todo processo, os entraves do Pronaf parecem estar justamente nessa participação. Assim, camponeses parecem apenas receptores/as dos recursos, quando não fraudados por intermediários.

Ainda que se chame a atenção para a diferença desta nova política [Pronaf] em relação às anteriores, criticadas como produtivistas, ou seja, com ênfase na dimensão quantitativa do crescimento econômico em detrimento da dimensão qualitativa do bem-estar social, as metas anunciadas nos remetem à velha fórmula desenvolvimentista: aumento da produção = diminuição de preço no mercado = competitividade (CARNEIRO, 1997, p. 4).

O desenho e a organização de uma política pública são complexos. E mesmo que habilmente projetada e fielmente executada, essa política ainda requer legitimidade, a qual não existe sem participação social. O Pronaf é uma política nacional projetada para camponeses/as que habitam o campo. O campesinato, no caso estudado, perdeu essa referência física, estritamente rural, por viver entre o campo e a periferia de pequenas cidades, nas pontas de rua, como referido por Carneiro, Souza e Marinho (2007) na origem, e na periferia de cidades¹⁰² de médio porte, no destino. Se a permanência absolutamente no campo pode ser observada em relação a outras populações camponesas, as aqui focalizadas vivem, de forma significativa, da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas¹⁰³ (MORAES;

¹⁰⁰ É importante mencionar que muitos camponeses no município de Francinópolis ainda não fizeram contratos. Isso ocorre por dois motivos, basicamente: primeiro, devido à inadimplência atual; segundo, por insegurança, ou seja, medo de não honrar os contratos. Voltaremos ao tema no capítulo 2.

¹⁰¹ A participação é entendida aqui como partilha efetiva do poder de decisão (DAGNINO, 2004). No entanto, é importante ressaltar que a “participação de setores da sociedade civil na discussão e formulação das políticas públicas [...] é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas” (DAGNINO, 2004, p. 102). Esse é o caso também do Pronaf, tendo em vista que a finalidade dos recursos é definida, previamente, restando aos mutuários adequarem-se a essas definições.

¹⁰² Aqui, vale lembrar, para o caso dos municípios do interior do Piauí, com população abaixo de habitantes, a reflexão de Veiga et al (2004) acerca das cidades rurbanas.

¹⁰³ Instituir o “bom” agricultor como aquele que aufera a renda familiar quase exclusivamente da atividade agrícola, implica excluir as possibilidades de combinar a agricultura com outras fontes de renda que, em alguns casos, são indispensáveis à continuidade da própria atividade agrícola e, portanto, fundamentais para a retenção da mão-de-obra no campo (CARNEIRO, 1997, p. 6, grifo no original)

FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, 2007) e da migração temporária como parte constitutiva do seu *modus vivendi*.

Não é incomum que a migração temporária seja parte essencial à reprodução do campesinato, no Brasil. Assim também ocorre no caso estudado, com populações camponesas cujo *modus vivendi* é objeto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 CAMPEPINATO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA EM FRANCINÓPOLIS-PI

2.1 Campesinato no município de Francinópolis.

Como lembra Shanin (1980), o conceito de camponês é uma abstração. “Não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 1980, p. 44).¹⁰⁴ Nesse sentido, como dito por Godoi (1999), torna-se necessário ter em conta o conjunto de práticas que objetivam o modo de vida camponês, no caso, de um campesinato piauiense que recorre geração após geração à migração em busca de trabalho e renda como uma de suas estratégias essenciais de sobrevivência.

A pertinência do conceito de campesinato, no caso em questão, deve-se a que, apesar de muitas famílias já viverem nas pontas de rua, camponeses/as do município de Francinópolis ainda têm como meios essenciais de produção e reprodução social a terra e a força de trabalho, elementos básicos da campesinidade (WOORTMANN, 1990). Nesse contexto, migração temporária e Pronaf são, atualmente, elementos presentes na vida desse campesinato que, como diz Teodor Shanin, “nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação” (SHANIN, 2008, p. 41). Assim, morar na periferia das pequenas cidades e manter o vínculo com o trabalho na terra e migrar temporariamente, mas manter elementos da ordem moral referida por Woortmann (1990) são elementos dessa combinação¹⁰⁵.

Nesse sentido,

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25).

Essa concepção de campesinato contribui na compreensão das condições dos camponeses migrantes do município de Francinópolis. O fato de morarem na sede do município, terem acesso a programas governamentais tais como Bolsa Família, Pronaf, e

¹⁰⁴ Sobre estudos Camponeses, no Piauí, ver Moraes (2000), Godói (1999) e Carneiro (1976;1986).

¹⁰⁵ Como lembrar Teodor Shanin, “os camponeses nem desaparecerão completamente, nem permanecerão como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo” (SHANIN, p. 57).

ainda migrarem, longe de ser uma contradição, faz parte da referida combinação, no seu modo de vida.

Nesse contexto, famílias camponesas habitam a periferia da sede da municipal sem perder a vinculação cotidiana com a terra, principal fonte de sua reprodução social e de representação (identidade sociocultural). No entanto, muitas dessas famílias não têm propriedade e, sequer, a posse da terra. Mesmo assim, a terra é expressão de uma moralidade campesina (WOORTMANN, 1990) que não perde o sentido com a migração.

Dentre camponeses/as de Francinópolis, há terras de herança indivisa, com “o uso comum [...] e a apropriação familiar sobre o padrão casa/quintal/roçado, tendendo-se a justificar a apropriação da terra pelo trabalho investido pela unidade familiar a cada ciclo agrícola” [...] (PAOLIELLO, 1998, p. 202). Há também apropriação individualizada, no sentido abordado por Paoliello (1998) de que embora se dando sobre parcelas de terras não restritas à residência e às áreas de cultivo, partilham com as situações de terra comum a apropriação possessória. De qualquer forma, assim como abordado por Emilia Godoi na região Sudoeste do Piauí, também em Francinópolis, “a noção de propriedade privada existente neste sistema de relações sociais [...] [campesina] é sempre revestida de laços de reciprocidade e caracterizada por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos que [em muitos casos] são também parentes” (GODOI, 1999, p. 73).

No município, na classificação dos imóveis rurais, feito pelo INCRA, a situação é a seguinte:

Tabela 3 - Classificação dos imóveis rurais em 2008 – Francinópolis

Categoria do Imóvel	Classificação por área (ha)	Qtd. de Imóveis	Área Total (ha)
Minifúndio	0,1 a 69,9	174	3.393,2000
Pequena propriedade	70,1 a 280,0	45	5.506,7468
Média Propriedade	280,1 a 1.050,0	4	1.711,1000
Grande Propriedade	1.050,1 a mais	1	1.840,4000
Não classificada	-	2	3,6000
Total		226	12.455,0468

Fonte: INCRA. Elaboração da pesquisa

Convém lembrar que como critério de enquadramento do Pronaf, o tamanho da propriedade considerado como de agricultura familiar é de até quatro módulos fiscais¹⁰⁶. Como o módulo fiscal em Francinópolis é 70 hectares, 219 imóveis rurais (minifúndios e pequenas propriedades) (Tabela 3) são passíveis de se enquadrarem no referido programa

¹⁰⁶ O módulo fiscal no município de Francinópolis equivale a 70 hectares.

Quanto ao número de pessoas envolvidas com essa agricultura familiar, este é bem expressivo. Como se observa na tabela 4, o número de estabelecimentos familiares soma 956 e quando com base em dados do IBGE esse número é multiplicado por 3,50¹⁰⁷, obtêm-se algo em torno de 3.346 pessoas envolvidas na Agricultura Familiar. Nesse universo, as condições em relação à terra são variáveis¹⁰⁸. Nesse sentido, pensar camponeses/as como categoria social unívoca é um equívoco que pode ter implicações negativas no desenho e na implementação de políticas públicas¹⁰⁹.

Tabela 4 – Estabelecimentos familiares por condição do produtor

Total	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares
956	185	5.719	201	175	391	290	179	772

Fonte: SADE - Banco de Dados da Agricultura Familiar¹¹⁰. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009. Adaptação da pesquisa.

Vale ressaltar que 81,7% dos estabelecimentos têm menos de cinco hectares (Tabela 5) nem sempre em termos de boa qualidade. Nessas condições, muitos proprietários, são também “rendeiros”¹¹¹, o que tem implicações para acesso ao Pronaf.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos familiares por estratos.

Total	Menos de 5 Ha		Entre 5 e 20 Ha		Entre 20 e 50 Ha		Entre 50 e 100 Ha		Mais de 100 Ha	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
956	781	81,7	78	8,2	59	6,2	23	2,4	15	1,6

Fonte: SADE - Banco de Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009. Adaptação da pesquisa

Nesse contexto, a migração temporária com finalidade de trabalho tem grande significado havendo, mesmo, casos em que a condição de proprietário resulta do trabalho temporário na migração, do “dinheiro da cana”, como é referido. Antes de se deslocar para a comunidade Chapadinha do Varjota, município de Francinópolis, José Reinaldo Lima dos Santos, por exemplo, morava com sua família no município de Regeneração-PI, onde,

¹⁰⁷ Média de moradores em domicílios particulares permanentes no município de Francinópolis, (IBGE, 2007). Na área urbana, a média é 3,41 e 3,62 no campo.

¹⁰⁸ Além das categorias sociais mencionadas, há também assalariados temporários, migrantes ou não, moradores e meeiros.

¹⁰⁹ Esse é, de alguma forma, o problema do Pronaf. Como explicitado no primeiro capítulo, a princípio, as diferenças entre as regiões do Brasil foram fundamentais na distribuição desigual de recursos do Pronaf. No momento, as diferenças intra-região e, mais especificamente, entre camponeses/as, têm conseqüências semelhantes na implementação do Pronaf. Essas implicações serão discutidas no último capítulo.

¹¹⁰ Tabelas baseadas no censo agropecuário 1995/96 e elaboradas pelo convênio INCRA/FAO. Trabalhamos com esses dados por que o Censo Agropecuário 2006/2007 ainda não foi publicado.

¹¹¹ Aquele que trabalha em terra arrendada e que paga esse arrendamento, no geral, em produto.

segundo ele, as terras em que trabalhavam “era dos outros proprietários, dos parentes, deles, lá, terra arrendada. [...] Essa [terra] aqui é nossa mesmo. Foi [comprada] com dinheiro de cana, né?”¹¹². No entanto, assim como José Reinaldo, muitos são, na realidade local, camponeses minifundistas, submetidos, à condição de “rendeiro”.

Rapaz, as terras, aqui, onde nós mora, mesmo, é de nós, mas é bem pouquinho, só três hectares! É duas hectares, é seis tarefas de terra, só! Essa que nós mora mesmo, aqui, é nossa, mas é bem pouquinho, só duas hectares, seis tarefas. É três para cada um [dono], três tarefa cada hectare, aí dá seis. Mas ninguém sabe aonde é porque não é dividida também. Aqui é de muito dono. Aí, aonde a gente mora, a gente diz que é da gente, que nós mora aqui. Aí, a gente diz que é de nós [...] Agora, a roça, a gente faz do terreno dos outro, ali, no Zezinho Bandeira, ali, ali, no tio meu, que nós tava lá, hoje, que chama Zé Raimundão, bem ali. Ali, embaixo também... Aí, é assim. A gente trabalha nas terras dos outros, assim, paga renda¹¹³.

Trabalhava em terra arrendada. No lugar que a gente morava, mesmo, era da gente mesmo. Só mesmo o lugarzinho que a gente morava. Só o nosso assento, ali, que era da gente, mas pra trabalhar, pra fazer agricultura tinha que ser nas terras arrendada mesmo, do pessoal, lá¹¹⁴.

Assim, embora morando em suas próprias terras, esses camponeses/as trabalham em terras alheias, pois as próprias são pequenos lotes por família, nos quais o chão da área de morada não viabiliza “botar roça”. São condições que dificultam também a criação¹¹⁵ de animais, importante na implementação do próprio Pronaf, principalmente o Pronaf B, que requer do possível mutuário, no mínimo, um espaço cercado para prender os animais. Na realidade local, um fator desse fracionamento parece ser a herança de uma área por membros numerosos de uma mesma família, observando-se, nas falas, referências à família ampliada, numa aproximação da condição desse campesinato com a que Woortman(1999) refere como Sítio (com “S” maiúsculo)¹¹⁶.

a terra] [...] é devoluta¹¹⁷ sabe? É uma terra, negócio de herança, mas é da gente. É muita terra, mas é gente demais! Cada qual tem um lugar, pelo menos para fazer a

¹¹² José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

¹¹³ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

¹¹⁴ Francimar Francisca Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis-PI. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

¹¹⁵ Outras dificuldades para criação de animais serão explicitadas no próximo capítulo.

¹¹⁶ Nesse sentido, “o Sítio é um território de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas patrimoniais, como domínio quase-corporativo do conjunto de suas terras” (WOORTMAN, 1990, p. 30, grifo no original).

¹¹⁷ “Terras devolutas são as sobras de sesmarias, ou seja, das terras do Estado não transferidas, por conseguinte, aquelas que não possuem registro de imóvel lavrado na forma da lei em nome de particular (seja pessoa física ou jurídica). Compreende o referido conceito, tanto as terras sem título de domínio, como aquelas com título de domínio formado ilegalmente” (Gênese e problemática das terras devolutas. Disponível em: <<http://www.appe.org.br/>> Acesso em: 29 jan, 2009). Na fala de João Taulentino da Silva, o termo é empregado para referir uma situação de ausência de definição legal da terra, entre herdeiros. No entanto, não foi levantada cadeia dominial da terra para elucidar se, na origem ela se caracteriza como devoluta, nos termos da lei.

casa, quando chega. E, aí, nós estamos por aqui [na cidade]. Aí, foi só por isso. Não foi problema de questão¹¹⁸.

Aqui é da minha mãe. Está com uns anos que ela mora aqui. Ela faltou [faleceu], agora, a terra aqui é de nós. Somos seis, assim, só tem aqui eu mesmo. Os outro tá espalhado. Eu tenho mais cinco irmão¹¹⁹.

É [terra de herança], são muitos donos entendeu? Aí, cada qual tem sua parte. Meu sogro, minha sogra tem, o pessoal que mora acolá tem. Tudo família¹²⁰!

No entanto, no povoado Campestre, as terras não são de herança familiar. As famílias camponesas estão na condição de moradoras residindo em lotes de terras que circunscvem o local de moradia e os quintais. Essa situação de fracionamento das terras segue padrões de um loteamento tipicamente do espaço urbano¹²¹. Muitas famílias moram, ali, há anos, de modo que legalmente já teriam direito à terra. Por conseguinte, o dono da terra, consciente da possibilidade de moradores/as se tornarem donos/as dessas glebas, por direito (usucapião), antecipou-se e loteou a terra para venda, dando preferência moradores/as. Mas, dentre estes/as houve quem recusasse a oferta de venda dos lotes, em função do preço. No entanto, a rejeição à proposta de venda dos lotes não tem como causa apenas o preço tido como elevado. Reflete ainda a consciência de direitos.

Como morador não paga não, paga nada não. Esse ano passado agora ele andou loteando um bocado de terreno aí, vendendo, parece que era duzentos e cinquenta reais [R\$ 250,00], era vinte por trinta[20x30 metros]. Eu digo: “- não, para nós eu não vou comprar não, esse terreno não, esse terreno teu estão caro de mais”. Ele disse: “- é, você não compra, mais fica de morador”. Eu digo: “- não, eu já sou de morador mesmo!”¹²².

Assim, mesmo sem acionarem a lei de usucapião dizem “- daqui nós não sai não, está com muitos tempo que a gente... [mora aqui]!”¹²³ ou ainda: “-só [de] casado tem o quê?... Uns dez anos”!¹²⁴. Então, preferem, no caso, continuar, como moradores/as, a pagar um preço elevado por uma gleba que, de fato e de direito, já lhes pertence.

¹¹⁸ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹¹⁹ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador Rural, localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

¹²⁰ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹²¹ Loteamento “é a subdivisão de uma gleba (área) em lotes, destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos ou de ampliação, modificação ou prolongamento dos existentes”. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoafisica/IRPF>. Acesso em: 28 mai. 2009.

¹²² Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

¹²³ Joselina dos Santos Oliveira, esposa de Pedro, localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

¹²⁴ Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

Além da condição de morador, há também a de posseiro¹²⁵ que tem importante significação para esse campesinato, na medida em que transmite uma sensação de propriedade: “Não, a terra, lá, é posseiro, que minha mãe já tá, deixa eu ver o que... Está com bem uns trinta [30] anos que ela mora lá. Lá [onde minha mãe mora] é [do] Estado”¹²⁶.

[a terra] nossa, assim, porque é do Estado né? Porque cada qual tinha um pedaço, mas era do Estado, lá. Eu não tava nem aqui, eu já tinha ido embora, quando ele [seus pais] saiu de lá [localidade São Marcos no município de Francinópolis para a sede] [...] ¹²⁷.

Sujeitos da pesquisa, na condição de posseiros, por motivos mencionados, já residem na sede do município. Alguns, pela precariedade da relação com a terra e a progressiva saída de pessoas da família (filhos) para tentar a sorte em outros lugares, ficando no estabelecimento apenas o casal. Nessa condição, e estando ainda – marido e mulher – idosos/as se viram na impossibilidade de permanecerem no “interior”.

Mas, há, também, quem foi deslocado em decorrência de grilagem de terras no município. Trata-se de uma extensa área de terra situada na localidade Ponta da Serra, mais conhecida como “Chapada da Luíza”, que fica a leste da sede do município de Francinópolis e referida como tendo sido alvo de grilagem do maior proprietário de terras no município: “tem muita terra [do Estado]. Tem e não tem, porque já está tudo já debaixo de cerca. Inclusivamente, o Edmilson¹²⁸ tomou cem por cento [100%] da terra. Aí, foi onde o povo desabrigou. Foi por isso”¹²⁹. A intensidade desse fator pode estar no número de famílias forçadas a migrarem: “saiu, saiu povo todinho de lá. Hoje, tem oito casa e ali antigamente era trinta e cinco [35] casa. Aí, o povo desabrigaram todinho. Hoje, tem gente para Elesbão, Teresina... saíram tudo e tomaram as terras”¹³⁰.

Esse acontecido, segundo moradores, não se deu sem conflitos. Estes se intensificaram quando muitos resistiram em sair da terra: “lá, esse tempo,¹³¹ teve um tempo que era o pai

¹²⁵ A posse, em termos legais, se dá pela posse fática, ou seja, “por meio da usucapião, desde que preencha os requisitos de se exercer a justo título de boa-fé, e, no âmbito da legislação agrária, caracterizar-se por morada e cultivos efetivos, [assim] configura, [...] a possibilidade de sua conversão em domínio titular, [...] [que é o] fundamento do direito à propriedade (PAOLIELLO, 1998, p. 207-208).

¹²⁶ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida em 21/09/2008.

¹²⁷ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Barro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida em 27/09/2008.

¹²⁸ Proprietário da única terra com mais de 1500 hectares no município de Francinópolis-PI (ver tabela 3).

¹²⁹ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹³⁰ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹³¹ A data desse acontecimento não fica clara na conversa: “não estou bem aspar não, mas parece que foi em 1986, isso aí, não estou bem aspar, por dentro não, foi nessa base, aí, em 1996” (C. M. F., lavrador, Francinópolis, 29/09/2008). Em conversas informais com outras pessoas, entre as quais algumas referidas na pesquisa, se observa que houve duas tentativas de tomar as terras das famílias camponesas ali instaladas na

dele [de Edmilson]. O pai dele é uma pessoa boa. Aí, entrou o Edmilson do Jona, aí, tomou as terras do povo, teve até bala, ainda! Saiu nêgo baleado¹³² ainda!”¹³³. Nesse episódio, assim foi dito da ação do Estado¹³⁴:

o que o Estado fez? Nada! o povo saíram e ele [Edmilson] tomou de conta. Você não passou naquele mata-burro? Passou no último, lá? Ali, tudo era dos morador que morava lá. [...] fica naquela arinha, ele [Edmilson] saiu rodeando a cerca, desviando aquela cerca ali [...]. Desviou um pouco das casas, um pouco, uma parte das casas foi derribada, os caras saíram e as outras ele saiu desviando. Do lado da estrada para cá, ele atingiu porque era as terras que eles trabalhavam, faziam, tinham uma roça, faziam uma roça, faziam aquela roça, plantavam mandioca, plantavam o arroz e tudo, aí, depois...¹³⁵.

A expulsão dessas famílias trouxe várias conseqüências: em termos econômicos, na medida em que interfere na fonte de renda – “os que moram? Cada qual se dirigiu, partiu para ir plantar em outro lugar. Mas lá, na gleba que ele [Edmilson] cercou, lá, ninguém... não planta nada”¹³⁶ – e em termos culturais, pelo deslocamento forçado das famílias do lugar em onde muitos nasceram e se criaram, assim como suas gerações antecedentes, desenraizando-as. Nesse processo, relações de sociabilidade antes ali construídas são rompidas abruptamente: “nasceram, todo mundo tinha nascido e se criado lá! Eu mesmo, meus avó, nasceu e se criou lá. Meu pai nunca saiu de lá! Toda a vida, é lá! Aí, o povo debandaram tudo. Hoje mora só essa família que estava dizendo, as oito casas. Não tem mais”¹³⁷.

Esse acontecimento aponta para o fato de que deslocamentos camponeses e, por conseguinte, migração temporária ou mesmo esses dois processos, simultaneamente, resultam de diversas motivações. Tais fatos tiveram implicações significativas nas condições atuais de reprodução social camponesa, inclusive na configuração do referido campesinato de ponta de rua. A expropriação das terras transformou as condições das famílias camponesas em relação à terra com posseiros tornando-se arrendatários. Nessas condições, o acesso à terra é precário, no município de Francinópolis, mesmo para minifundistas.

condição de posseiras. Essas tentativas coincidem com duas eleições (1986-1991) para governador envolvendo a candidatura de Antonio de Almendra Freitas Neto, eleito em 1991. Há quem diga que a primeira tentativa foi frustrada em decorrência da derrota de Freitas Neto nas Eleições de 1986.

¹³² Nas conversas do cotidiano sobre essa questão, afirmam a existência, nesse período, de capangas fortemente armado sob as ordens de Edmilson.

¹³³ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹³⁴ Não é incomum, no Brasil que o posicionamento do Estado deixe a desejar no que tange as populações com precariedade de acesso a terra ou que lutam por ela. A propósito ver Dutra (2002).

¹³⁵ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008

¹³⁶ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹³⁷ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

2.2 “As condições aqui é roça”: cotidiano camponês entre a roça e a rua¹³⁸.

As referidas condições precárias de acesso à terra têm relação direta com a problemática da reprodução social desse campesinato, pois a terra é um meio essencial que, juntamente com a força de trabalho, compõe um modo de vida e de produção dessa população em Francinópolis. São famílias que sobrevivem diretamente do trabalho na agricultura, no sistema de cultivo conhecido como roça-de-toco (MORAES, 2000)¹³⁹. Esta é a principal fonte de renda dessas famílias. No município de Francinópolis, há 43 (quarenta e três) estabelecimentos com lavouras permanentes e 719 (setecentos e dezenove) com lavouras temporárias, com áreas, respectivamente, de 62 (sessenta e dois) hectares e 1996 (mil novecentos e noventa e seis) hectares (CENSO..., 2006)¹⁴⁰. Nesse âmbito encontra-se inserida a produção desse campesinato.

Nessa agricultura, na preparação do solo, é realizada a broca (Fotografia 1)¹⁴¹, a derrubada (Fotografia 2), retirada da madeira de dentro da roça e, depois, a queima (Fotografia 2, 3 e 4)¹⁴².

¹³⁸ O trânsito desse campesinato nesses espaços faz lembrar DaMatta quando analisa a relação entre *a casa e a rua*. Nessa perspectiva, “a casa e a rua e outro mundo demar[cam] fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais [...] (DAMATTA, 1997, p. 48). Os espaços aqui referidos podem ser pensados respectivamente como a roça, a rua e “mundo” do destino da migração. A atitude camponesa no sentido que Roberto Damatta analisa a relação entre a casa e rua, “não é conduta única nos três espaços, mas diferenciad[a] de acordo com o ponto de vista de uma das esferas de significação” (DAMATTA, 1997, p. 48). Nesse caso, o comportamento depende do significado do lugar. Na roça, o comportamento é um, na rua, é outro. Embora Francinópolis seja uma cidade que pode ser referida como “rurbana” nos termos de Veiga et al (2004), há, ali, diferença simbólica entre cidade e interior. De fato, essas mudanças de comportamentos são mais nítidas e até contraditórias entre esses espaços mais familiares e o “mundo” do destino, esfera social não-familiar. Nesse caso, os camponeses assumem, de acordo com DaMatta parafraseando Max Weber, “éticas dúplices”, entendidas como “códigos de interpretação e norteamo de conduta que são opostos e valem apenas para pessoas, ações e situações” (DAMATTA, 1997, p. 46).

¹³⁹ Trata-se do sistema conhecido também por “coivara”, um ecótipo camponês referido por Wolf (1976) como *swidden*, “sistemas de pousio de longa duração, associados a roças conseguidas pelo fogo e cultivo pela enxada” (WOLF, 1976, p. 38). Nessa cultura, a terra é utilizada até a queda da produção, em seguida, abandonada por certo tempo para recuperar a fertilidade. “A limitação técnica desse [...] ecótipo, repousa [...] em deixar nas mãos da natureza os trabalhos à recuperação das terras usadas” (WOLF, 1976, p. 41). Nesse período de recuperação, utilizam-se outras terras. Como vimos, quase 82% dos estabelecimentos familiares, no município de Francinópolis, têm menos de 5 hectares (Tabela 4). Nesse caso, esse campesinato não tem a quantidade de terra necessária para esse ecótipo. Em consequência, muitos minifundistas são também arrendatários.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 25 mai. 2009.

¹⁴¹ Processo de “foiçar (o mato) e/ou derrubar (árvores), no preparo do terreno para o cultivo” (DICIONÁRIO... 2001). Embora essa atividade inclua a derrubada, em Francinópolis faz-se uma diferença entre “brocar”, que refere corte das árvores de pequeno porte, no qual se utiliza a foice, e “derrubar”, corte das árvores de médio e grande porte. A derrubada destas requer um processo de trabalho mais pesado, realizado com o machado e ainda, algumas vezes, com motor-serra.

¹⁴² Depois desse processo, dependendo da necessidade, fazem-se as coivaras e toca-se fogo novamente.



Fotografia 1 – Roça brocada, Francinópolis. Fonte: Frazão (2008).



Fotografia 2 - Roça derrubada, pronta para a queimada - Francinópolis. Fonte: Frazão (2008).



Fotografia 3 – Processo de queimada da roça. Fonte: Frazão (2008).



Fotografia 4 – Roça queimada. Fonte: Frazão (2008).

Assim, “[...] nesse tempo, trabalha mais pouco que, brocou, derribou, já estou com a roça derribada, e agora só, vou tirar a madeira de dentro, aí, só no tempo para plantar. Botou fogo, plantou, pronto! [...]”¹⁴³. No caso de terreno aberto, este é cercado antes de plantar.

¹⁴³ C. M. F., lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

Após o plantio, ocorre o processo de “limpa”¹⁴⁴ para evitar que o mato prejudique o desenvolvimento das plantas cultivadas. Por fim, colheita e armazenamento¹⁴⁵. Na realidade, esse processo não é linear. Trata-se de ciclo de produção que apenas em casos extremos é interrompido com a migração. Mas, na maioria dos casos, quando o homem migra, a mulher assume o trabalho com a “roça”, como referido, e todo o processo de cultivo dos legumes¹⁴⁶.

O padrão típico dessa roça camponesa pesquisada (Fotografia 5) corresponde ao cultivo de “milho (*Zea mays*), feijão (*Vigna*), fava (*Vicia faba*), arroz (*Oryza sativa*), abóbora *Abobra tenuifolia*), melancia (*Abobra tenuifolia*), mandioca (*Manihot esculenta*). Essa agricultura de provisão¹⁴⁷ é a atividade básica desse modo de vida.



Fotografia 5 - Senhor Raimundo Nonato Bispo em sua roça de arroz, milho e mandioca, Francinópolis. Frazão (2008).

No entanto, embora essa agricultura seja, por excelência, a ancoragem sociocultural, material e simbólico dessa população, ela não existe isoladamente. Desse modo, essa população camponesa realiza outras atividades, a exemplo de trabalho pago em diárias avulsas, a serviço do STR, de empresas privadas ou da prefeitura (Fotografia 6).

¹⁴⁴ Processo feito com a utilização da enxada, “instrumento que consiste em uma lâmina de metal, com um orifício na parte oposta ao gume em que se encaixa um cabo em sentido perpendicular” (DICIONÁRIO..., 2001). O objetivo é retirar o “mato” que se mistura ao legume cultivado.

¹⁴⁵ A produção, geralmente, é armazenada em sacos reaproveitados e no paiol, uma espécie de depósito de produtos agrícolas em geral.

¹⁴⁶ Segundo Ferreira (1999), o termo legume designa “qualquer cereal no sertão”. Mas como lembra Moraes (2000), pode haver variantes na classificação (verduras/legumes) segundo os momentos do Processo produtivo. No estudado, refere os cereais cultivados na roça.

¹⁴⁷ Nesse tipo de agricultura, “a produção doméstica não se define exatamente como produção voltada exclusivamente para o consumo direto da família camponesa, nem esta é auto-suficiente. A venda e a compra, contudo, são aqui limitadas [...] e freqüentemente visam prover o grupo daquilo que ele não produz [...]” (MORAES, 2000, p. 242-243). A propósito, ver Godoi (1999).

A atividade é roça, eu tirando da roça, que faço tudo, de tudo eu faço um pouquinho. Se você ver, eu trabalho, ali, no Sindicato. Sou diarista de lá. E outro ganhinho que eu ganho é que vendo passagem para a Itapemirim [empresa de ônibus]. Mas o restante é roça. Aí, vou trabalhar esse ano, trabalhei bastante de roça, inclusive, o arroz que a gente pegou esse ano, passei mais ou menos um mês apanhando arroz [...] ¹⁴⁸.

Uma diária, particularmente, vez em quando, da prefeitura. Uma diária, uma semana de serviço, duas. Essas coisas, mesmo. A roça, esse benefício do governo... [Pronaf C] Quando eu podia trabalhar, alguma diária que eu dava, variada, por, digamos assim, serviço na olaria, na alvenaria, esses tipo de coisas, assim, além da roça esse benefício. Mas pouca coisa ¹⁴⁹.



Fotografia 6- Camponeses trabalhando em estradas como diaristas da Prefeitura de Francinópolis-PI.

Como referido, essa agricultura de provisionamento, embora tida como a atividade axial dessa população, se dá em situação de acesso precário a terra, de descapitalização e com inserção quase nula (a não ser como mão-de-obra) no mercado de fatores e produtos. Além disso, é uma agricultura de sequeiro sujeita às intempéries de um ambiente natural propício a veranicos e a uma distribuição irregular de chuvas. Nesse contexto, ela é tida como “atividade”, “serviço”, mas não como emprego. E famílias, várias, contam com transferência de renda no Governo Federal.

Aqui pra sustentar a família, rapaz, é o seguinte: é sempre o que eu te falo. É correndo da roça, que emprego nós não tem. Ninguém tem emprego, aqui. Eu não tenho emprego; ela não tem emprego. O único dinheiro que entra aqui para resolver os nossos problemas, água, luz, colégio, alguma coisa do colégio do menino é um cartãozinho [bolsa família] que ela tem. Aí, nós fica naquela correria para cima e

¹⁴⁸ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

¹⁴⁹ Domingos Antonio da Silva, Trabalhador Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

para baixo, compra uma coisa aqui, outra acolá, dou uma volta por ali, assim, arrumo uma coisa¹⁵⁰.

Aliás, dados do Programa Sim Brasil (CAIXA..., 2003) apontam para a presença das transferências governamentais para o município de Francinópolis (Tabela 6).

Tabela 6- Transferências de Benefícios (ano 2003) – Francinópolis.

	Famílias atendidas	Valor Total R\$	Valor médio/ família
Auxílio gás	507	88.605	14,57
Bolsa alimentação	196	51.855	21,99
Bolsa Escola	378	110,580	24,37
Bolsa Família	339	75.835	74,49

Fonte: SIM Brasil.

Esse modo de vida não prescinde, ainda, das atividades de extrativismo e quebra de coco babaçu (Fotografia 7)¹⁵¹, realizadas, predominantemente, por mulheres.



Fotografia 7– Extrativismo e quebra de coco babaçu por camponesas de Francinópolis. Frazão (2008).

¹⁵⁰ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹⁵¹ Fonte de alimento (óleo, principalmente) e de combustível doméstico (carvão). Talhas e palhas são utilizadas da cobertura de casas a peças artesanais utilitárias.

Além disso, recorrem também ao trabalho em caeiras, (forno utilizado para produzir carvão), assim como em olarias, atividades predominantemente masculinas (Fotografia 8).



Fotografia 8 – Atividade de olaria entre camponeses de Francinópolis. Fonte: Frazão (2008).

No entanto, a roça é sempre reafirmada como “a atividade”, “a profissão”.

Não, além da roça aqui não tem outra profissão. Eu trabalhei um ano na educação [professor da educação básica], mas bolsa você sabe [...] Aqui, quando eu não tô no meu serviço é... Eu tô numa diária, é assim, pra ganhar o pão de cada dia. Frente à mão... Minha mulher quebra coco pra fazer o azeite, o carvão, essas coisas. Nós não depende de comprar carvão, essas coisa, nós sempre... Mesmo na caieira na roça, lá, quatro metro o tamanho [da caieira], quando a fogueira esfriar trazia para esquentar, cozinhar nosso feijão¹⁵².

Dentre as diversas atividades desenvolvidas, inclui-se o ofício de vaqueiro; “é eu trabalho, aí, trabalhando de vaqueiro, pelo menos não tá parado”¹⁵³. Convém lembrar ser este ofício de grande significado por permitir, em muitos casos, a constituição de pequenos rebanhos de gado vacum, através da quarta¹⁵⁴.

Esse contexto de associação da atividade agrícola a trabalhos avulsos, vários, é marcado por dificuldades sofridas por quem não é apadrinhado, politicamente, apontando para situações de clientelismo político, na esteira do que Forman (1979) chamou de patronagem-dependência.

¹⁵² Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹⁵³ Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

¹⁵⁴ Sistema em que o vaqueiro dá “[...] conta do rebanho periodicamente, separando uma rês, como pagamento, para cada três marcadas para o dono. Assim, o vaqueiro ia juntando as peças do seu próprio rebanho [...]” (RIBEIRO, 1995, p. 342). No município de Francinópolis, de acordo com Antonio Mendes, o pagamento não se dá dessa forma, mas em dinheiro. Assim, é comum que reses sejam transferidas para o vaqueiro como completo do pagamento em dinheiro.

“bolsa..., política quando muda a coisa muda tudo, né? Até eu sair antes de mudar o prefeito, né? Com as políticas, lá, não concordei com as política que eu vi lá dentro. Lá tinha um professor da minha... Da minha capacidade, mesmo grau de instrução que eu tinha. Ganhava salário e meio na época, lá. E eu também fui cobrar do prefeito me arrumar pelo menos uma turma pra mim ver se eu trabalhava, lá. Disse que não eu tinha condição “- pois, então, se não tem condições, eu vou cair fora, porque não tem condição de vida com salarinho seu aqui! Porque era à tarde. “- Mude pra noite”. “Não tem vaga pra noite” [disse o prefeito], “- então eu vou desistir, porque não tá dando pra mim”¹⁵⁵.

As estratégias de sobrevivência baseadas em diversas atividades, inclusive não-agrícolas¹⁵⁶, ratifica a combinação (SHANIN, 2008) como característica fundamental no processo de reprodução desse campesinato cujo deslocamento das famílias para a sede do município, embora, em contato, muitas vezes, com outras atividades, não as fazem abandonar o que é tida como seu eixo.

Lá [“interior”, onde morava] nós trabalha mesmo de roça, porque é igual aqui [sede do município]. Aqui também nós trabalha de roça. Tem um velho e a velha que é aposentado, mas as vez não quer parar. Nós trabalha de roça também. Ele [pai] vai sempre. Ele vai, aí, ele diz: “não vou ficar em casa sem fazer nada”. Aí, nós faz um pedacinho de roça, ali, embaixo, nós planta¹⁵⁷.

De fato, o trabalho na roça perpassa gerações, no processo de transmissão da atividade rural com elementos de um modo de vida campesino, mesmo em situação de pontas de ruas. Nesse caso, a “[atividade principal] é a roça. Aqui, a minha mãe sempre trabalhou e meu pai também. Só que meu pai já era acostumado ir para São Paulo”¹⁵⁸. Assim, parece que deslocamentos para a sede do município, migração temporária, e Pronaf não têm alterado as condições de vida desse campesinato, em sua totalidade¹⁵⁹, não suscitando, até então, mudança significativa no modo de vida. De fato, a combinação desses elementos (trabalho na

¹⁵⁵ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹⁵⁶ De fato, no município de Francinópolis e região camponeses/as lançam mão de varias estratégias que “formam um conjunto de práticas variadas, dentre as quais se incluem a migração temporária, aposentadoria dos membros mais velhos, o trabalho como diarista na roça (para algum fazendeiro) ou na cidade (geralmente para as prefeituras), a dependência das políticas de transferências de renda, por meio de programas governamentais, algum raro emprego público no local, o artesanato, o fabricação de remédio caseiro, a quebra do coco babaçu, a prestação de serviços de manicure, os pequenos negócios, as hortas comunitárias, a carvoaria, a olaria, o trabalho de mecânico, o de vendedor ambulante, o de costureira” (MORAES; FRAZÃO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 271).

¹⁵⁷ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹⁵⁸ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008. No momento da entrevista, o marido da senhora Maria Inês estava em Morro Agudo-SP, no trabalho de corte de cana. No intervalo entre uma migração e outra, ele trabalha na roça.

¹⁵⁹ É importante destacar que as melhoras aludidas pelos sujeitos abordados na pesquisa são sempre seguidas do “mas”. Isto aponta para o fato de que os aspectos positivos são restringidos pela ausência ou perda de alguma coisa.

roça, Pronaf, Bolsa-família, diárias, quebra do coco, migração temporária etc) não garante estabilidade econômica desses/as trabalhadores/as em sua luta pela sobrevivência¹⁶⁰. Na busca de segurança para se reproduzirem socialmente, salário “fixo” passa a ser uma referência que deve ser considerado na análise de suas condições de vida.

As condições de vida, assim, a gente que não tem salário é duro. Eu não tenho, aí, a gente tem que, aqui e acolá, dar uma diarinha ou, então da roça, trabalha na roça mesmo, não tem outro jeito, mesmo, da gente passar. O jeito é esse aqui, mesmo, trabalhar, brocar, derribar, cercar, plantar. É pesado viu? Quando a gente tem [algum produto] para vender não tem não preço. A gente vive de uma diarinha. Aí, apareceu esse cartãozinho, o bolsa família, dá para gente viver mais ou menos. Mas se não fosse, o negócio era acochado demais. É pouquinho, mas serve. Que, se não tivesse, a gente passava mais ruim ainda. Que a gente vai, lá, na feira, compra uns trenzinho, aí, no outro mês vai pagar de novo, aí, dá para ir levando. Mas se não fosse, era aperreado demais. Mas dá que é cento e dois reais [R\$ 102,00] para quatro pessoa. Dá o que, né? Não dá nadinha, o salário [bolsa família]! Aí, a gente é aqui, mesmo, sofrendo, mesmo, sem dinheiro, sem dinheiro mesmo. Aqui não tem dinheiro não! Tem, assim, quem é aposentado, que é empregado, tem um salário. Mas os que não, [tem] é, a vida é pesada. O caba vive porque deus dá um jeito. Tem que viver, mas é fraco [...]¹⁶¹.

As categorias, emprego, salário, aposentadoria, nas falas camponesas, transmitem a idéia de estabilidade, de uma vida menos sofrida ou mesmo sem sofrimento. Mas para quem não tem salário, a vida é “dura”, “aperreada¹⁶²”. Esse sofrimento, mesmo amenizado com a pequena renda do programa bolsa família, não é suficiente para viver com dignidade.

Nesse contexto, o cultivo da roça pode ou não assegurar o provisionamento familiar. Com efeito, o ciclo básico de atividades referido como “trabalhar, brocar, derribar, cercar, plantar”¹⁶³ parece expressar regularidade. No entanto, como se observa a fala que discrimina os verbos indicativos das ações que se realizam no ciclo, não inclui o verbo “colher”. De fato, a ausência da colheita, no ciclo de atividades mencionado, expressa as condições dessa agricultura de sequeiro: todas as atividades mencionadas não garantem, necessariamente, a colheita da produção, principalmente devido a “invernos”¹⁶⁴ irregulares (Tabela 7).

¹⁶⁰ Sobreviver significa “resistir ao efeito de [alguma coisa]” (DICIONÁRIO... 2001), ou seja, quando se diz que as pessoas sobrevivem, significa que apenas resistem a momentos difíceis sem superá-los. Assim difere de “viver”, que é “aproveitar (a vida) no que ela tem de melhor; gozar a vida, passá-la bem” (DICIONÁRIO... 2001).

¹⁶¹ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

¹⁶² O termo “aperreado” significa “sem liberdade; oprimido, preso” (DICIONÁRIO... 2001). No sentido referido pelos sujeitos abordados pela pesquisa, refere a dificuldade em prover a alimentação básica.

¹⁶³ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

¹⁶⁴ Na região Nordeste, há uma classificação específica para designar as estações do ano (primavera, verão, outono, inverno). Esta classificação se funda na oposição binária: “inverno”/“verão”. Assim inverno, no sistema classificatório das quatro estações, corresponde à “estação mais fria do ano, que se situa entre o outono e a primavera [no hemisfério sul, estende-se do solstício de junho (21) ao equinócio de setembro (23); no hemisfério norte, do solstício de dezembro (22) ao equinócio de março (21)” (DICIONÁRIO..., 2001). No

Tabela 7 – Índice de Precipitação de Chuva no Município de Francinópolis: quantidade expressa em mm/mês

N,posto	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
642006	2000	181,0	325,0	230,0	218,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,0	50,0	1037,0
642006	2001	188,0	126,0	172,0	77,5	60,0	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-	-
642006	2002	332,0	139,0	289,0	136,0	68,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	139,0	1103,0
642006	2003	155,0	237,0	246,0	31,0	45,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44,0	37,0	795,0
Média	1994 a 2003	169,2	155,5	263,7	193,0	80,7	1,5	0,0	0,0	0,0	12,3	40,3	70,9	1013,7

Obs. (-)sem informação

Fonte: SEMAR (2006).

Nessa condição, o cultivo da terra “é um jogo que a gente joga”¹⁶⁵, cujo desfecho depende, em muito, da relação inverno/verão.

Aqui, no Canto do Estreito? Rapaz aqui é fraco! É fraco porque ganho nenhum, aqui, não tem! Não tem ganho. Aí, a gente faz a rocinha, aí, só apela para o servicinho da roça mesmo. É cansado porque os invernos vêm fraco, não dá para vender o legume. No ano passado, a gente viu não pegar foi nada, foi nada! Mas depois, Deus ajudou a gente pegou um leguminho, aí. Dá para comer, mas não dá para vender. Se for vender, fica com fome. Aí, é o seguinte; uma diária não aparece, aí, vai tombando por, aí, mesmo, dia melhor, dia pior¹⁶⁶.

Lá? Fraquinha, fraquinha! Lutando na roça, pra comer, pra arrumar o que comer. Sempre, minha vida foi meia difícil. Porque aquilo é o seguinte: não tem ninguém, ninguém é igual. Às vezes o cara não força muito, você vê! O cidadão não força muito para caírem as coisas na mão dele! E tem deles que forçam. Aquilo que o cabra não nasce para ter, não tem não! Porque eu já mexi demais. Agora só que eu não sou envolvido com riqueza não! Meu negócio é arrumar para sobreviver com minha família está bom! A minha vida sempre foi meia cansada, mas com tudo isso eu agradeço a Deus em estar vivo e ter coragem¹⁶⁷!

Nas condições mencionadas, as limitações são visíveis: quando a produção dá para comer, não dá para vender¹⁶⁸; é uma coisa ou outra. Com efeito, os elementos da referida combinação, nesse modo de vida camponês atuam, muitas vezes, de forma fracionada e não conjuntamente no cotidiano das famílias e, com isso, as condições de vida são inconstantes –

Nordeste, esta estação corresponde ao período de chuvas que, geralmente, vai de novembro a maio quando tido como chuvoso. Caso contrario, o período chuvoso é mais curto e ainda pode ser marcado pela irregularidade na distribuição das chuvas no período. Por sua vez, verão, é designado pelo sistema classificatório das quatro estações como a “estação mais quente do ano, situada entre a primavera e o outono [No hemisfério sul, inicia-se quando o Sol atinge o solstício de dezembro (21) e termina quando ele atinge o equinócio de março (20); no hemisfério norte, inicia-se no solstício de junho (21) e finda no equinócio de setembro (21).]”. (DICIONÁRIO...,2001). No Nordeste, verão corresponde à estação seca, período que, geralmente, se estendo de junho a outubro, podendo ser mais extenso, a exemplo dos veranicos e das grandes secas.

¹⁶⁵ Francimar Francisca Oliveira Moura, trabalhadora rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis-PI. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

¹⁶⁶ José Ferreira dos Santos, trabalhador rural, localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

¹⁶⁷ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹⁶⁸ Nessa agricultura de aprovisionamento, a comercialização do legume tem como finalidade obter o recurso para atender a outras necessidades familiares, muitas vezes, outros mantimentos.

“dia melhor dia pior”, como se diz localmente. E comum que os/as residentes na cidade refiram as condições atuais contrastando com momentos anteriores quando viviam no interior: “no interior, rapaz, era bom, eu não achava muito ruim não, não sei [se é] porque eu nasci e me criei lá, eu achava bom, no interior, eu não achava muito ruim não”¹⁶⁹. No interior, “[a condição de vida] é bom, não é muito ruim não, é razoável”¹⁷⁰. Em que pese algum grau de idealização, nessa comparação, há nela elementos concretos. Um deles é o fato de o interior ser tido como bom para criação de animais, pois ajudam na alimentação básica além de funcionarem como elementos de troca no mercado, através do qual se obtém algum dinheiro para suprir certas necessidades. Mas nas condições atuais¹⁷¹, residindo na sede do município (Fotografia 9), fica difícil criar.

Não, aqui nós só criava umas cabrinha, aqui. Criava ovelha, criava uns porquinho, mas, aí, entrou essa lei¹⁷² de criar [plantar] no aberto, assim cria no aberto. Aí só cria quem pode. Quem não pode não cria. Aqui, nós tinha cabra, tinha ovelha, tinha porco, tinha tudo, mas nós [a]cabemo com tudo, nós não tem nada disso, mais, porque não pudemo criar cercado, nós não tem terra e nem condições de comprar, né? Aí não pode criar, só cria quem tem terra, quem pode criar. Nós não tem, não cria, aí, é assim! Hoje, o cara para comprar um quilo de carne tem que... Para comer um quilo de carne de porco ou de bode tem que procurar na rua [na cidade, por oposição a roça] e tá difícil, tá entendendo? Tá difícil [por]que não tem, acabou tudo. Nós tinha uma sementinha boa: porco, cabra, ovelha, mas não tem mais, [por]que vendemo. O cara vendeu, ficou com o dinheiro, não tem como não acabar, quer comprar uma coisa, precisa de uma, precisa de outra... Aí não tem como não gastar o dinheiro, não tem! Aí estamos sem nada, sem nada, sem nada!¹⁷³

¹⁶⁹ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador rural, Bairro Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/200.

¹⁷⁰ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹⁷¹ No entanto, há quem mesmo tendo se deslocado para a sede do município continua criando animais no interior e até na cidade [foto 6].

¹⁷² No município de Francinópolis, alguns proprietários têm suas plantações cercadas por apenas três fios de arame. Com isso, não impede a entrada de animais de pequeno porte (caprinos, ovinos e suínos). Essa forma de cercar as roças surgiu há pouco tempo. Essa prática foi copiada de uma empresa agrícola paulista que se instalou e cultivava arroz em Chapada Grande (município de Regeneração PI) sem cercar o terreno. Segundo camponeses e Antonio Mendes (Presidente do STR de Francinópolis), os animais que entram na área da empresa são apreendidos, e a devolução se dá mediante pagamento de taxas. Não existe lei que proíba as pessoas de criarem seus animais soltos. No entanto, o prejuízo causado pelos animais é arcado pelos seus donos. Essas dificuldades apontadas têm uma influência significativa na aplicação dos recursos do Pronaf. Nessas condições, camponeses/as aplicam recursos em outros fins em vez de aplicarem na aquisição de animais de criação. Tema que será tratado no capítulo seguinte. Quando este entrevistado refere “essa lei de criar [plantar] no aberto” ele diz da regra que passou a vigorar no município de Francinópolis a partir da instalação da referida empresa agrícola no município de Regeneração.

¹⁷³ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.



Fotografia 9 - Criatório de suínos no fundo do quintal de residência de família na sede do município¹⁷⁴. Fonte: Frazão (2008).

Esses são aspectos importantes no modo de vida e de sustento das famílias camponesas no ambiente pesquisado. A agricultura de provisionamento baseada no sistema de roça-de-toco, alia-se a outras atividades, inclusive a migração: “as condições de vida é aquele negócio: eu sempre vivi pelo mundo trabalhando pra manter a família. Quando não, estou aqui é na roça, trabalhando na roça pra dar sustento pra família”¹⁷⁵. Viver pelo mundo corresponde a migração temporária, um elemento fundamental para essas famílias, no âmbito das suas estratégias de sobrevivência (Quadro 1).

¹⁷⁴ De fato, essa “semente” de porcos como referido localmente, é fruto de investimento do Pronaf C custeio, formalmente destinado para o cultivo da roça. Nesse caso, a camponesa (50 anos), não quis se identificar. Ela é mutuaría do Pronaf e por motivos de saúde, ficou impossibilitada de trabalhar na roça. Com isso, investiu na compra de suínos, como uma maneira pagar as parcelas do empréstimo.

¹⁷⁵ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

Quadro 1- Ciclo anual de atividades e participação da família camponesa no trabalho em Francinópolis-PI.

	Meses	Atividades	Participação da família (♂ ♀ ☺) ¹⁷⁶
I N V E R N O	Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Plantio de arroz “lagiado”¹⁷⁷ de ciclo longo (seis meses), “na Berlenga” ou “terras de dentro”¹⁷⁸; ☞ Plantio de mandioca. ☞ Preparo da roça dentro da Berlenga ou “terras de dentro”¹⁷⁹: encoivramento e queima ☞ Início de retorno de migrantes (segunda quinzena). ☞ Coletar e quebrar coco babaçu¹⁸⁰. 	<p>♂ planta o arroz (homens que não migraram e/ou que já retornaram).</p> <p>♂ ♀ ☺ planta a mandioca (a criança começa ajudar os pais a partir dos 10 anos)</p> <p>♂ prepara a terra (mulheres e crianças ajudam a encoivar a roça</p> <p>♀ quebra coco. Há homens que auxiliam as mulheres nessa atividade.</p>
	Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Plantio de arroz “comum”¹⁸¹ e do feijão “ligeiro” (ciclo de dois meses) nas terras altas. ☞ Início da capina do “mato” antes e/ou depois do plantio. ☞ Retorno de migrantes. ☞ Solicitação de crédito do Pronaf do C custeio: preenchimento e cadastro da DAP no EMATER¹⁸². 	<p>♂ abre as covas e planta o arroz;</p> <p>☺ semeia as covas</p> <p>♀ cobre as covas semeadas.</p> <p>♀ e ♂ podem solicitar o crédito do pronaf C, desde que se tenham o CPF e a assinatura de ambos.</p>
	Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Plantio do milho. ☞ Saída de migrantes para trabalhar no corte de cana (safrinha)¹⁸³ ☞ Acesso ao crédito do Pronaf do Pronaf C custeio. 	<p>♂ abre as covas; migra para trabalhar no corte de cana</p> <p>♀ ☺ semeiam as covas</p>
	Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Plantio do feijão comum (ciclo de três meses) nas terras de fora ☞ Saída de migrantes para o corte de cana 	<p>♂ abre as covas; migra para trabalhar no corte de cana</p> <p>♀ ☺ semeiam as covas</p>

¹⁷⁶ ♂-homem ♀-mulher ☺-criança

¹⁷⁷ O arroz “lagiado” (arroz agulha) foi trazido do estado do Maranhão. É tido como resistente a inundações, daí ser cultivado nas “terras de dentro”. Tem dois ciclos de reprodução: ciclo de seis meses (longo) e ciclo de quatro meses (curto ou “ligeiro”). Este é considerado menos produtivo.

¹⁷⁸ “Na Berlenga” é a chamada “terras de dentro”. Corresponde às várzeas do rio.

¹⁷⁹ As “terras de fora” são as terras altas, não inundadas pelo Berlenga.

¹⁸⁰ A quebra do coco é realizada durante o ano todo, exceção dos locais onde os babaçuais são inundados pelo Rio Berlenga.

¹⁸¹ Por arroz comum (“pingo de ouro”, “agulhinha”, “redondo”), se denominam variedades menos resistente a inundações. Esse arroz é cultivado nas terras de fora e tem dois ciclos de reprodução: quatro meses e três meses.

¹⁸² Pronaf B e C investimento podem ser solicitados em qualquer mês do ano. Nas DAPs do município de Francinópolis, disponibilizadas no site do MDA, os períodos mais frequentes de solicitação são: maio, junho julho, outubro. O crédito geralmente é liberado no período de quinze a vinte e dois dias

¹⁸³ Safrinha é o período entre safras e consiste na preparação do solo e plantio da cana. Nesse processo, trabalhadores migrantes cortam a cana para ser plantada e auxiliam na limpeza do terreno.

		☞ Solicitação de crédito do Pronaf do C custeio: cadastro da DAP no EMATER.	
	Março	☞ "Roço" ¹⁸⁴ ou capina. Dependendo da necessidade pode variar de uma a quatro capinas ☞ Trabalho como diarista para a prefeitura municipal (limpeza de mato nas ruas) ☞ Saída de migrantes para trabalho no corte de cana	♂ capina o mato; trabalha como diarista; migra para trabalhar no corte de cana ♀ ⊕ ¹⁸⁵ capinam o mato na roça. ♂ limpa o mato das ruas.
	Abril	☞ Roço do pasto ☞ Colheita do arroz comum (ciclo de quatro meses), geralmente, plantado em dezembro, nas terras altas (terras de fora). ☞ Saída de migrantes para o trabalho no corte de cana	♂ Colhe arroz; roça o mato; migra para trabalhar no corte de cana ♀ ⊕ Colhem arroz
	Mai	☞ Colheita do arroz "lagiado" (ciclo de seis meses) na Berlenga. ☞ Solicitação de crédito do Pronaf B: preenchimento e cadastro da DAP no EMATER	♂ ♀ ⊕ colhem arroz ♀ e ♂ podem solicitar o crédito do pronaf C, desde que se tenham o CPF e a assinatura de ambos
V E R Ã O	Junho	☞ Colheita de arroz lajeado (ciclo seis meses) plantado dentro da Berlenga (várzea, alagadiço), terras inundadas pela enchente do rio Berlenga. ☞ Solicitação de crédito do Pronaf B: preenchimento e cadastro da DAP no EMATER	♂ ♀ ⊕ colhem arroz ♀ e ♂ podem solicitar o crédito do pronaf C, desde que se tenham o CPF e a assinatura de ambos.
	Julho	☞ Colheita de milho, de fava, do feijão e de mandioca. ☞ Início do preparo da roça: a "broca" ¹⁸⁶ de foice ☞ Solicitação de crédito do Pronaf B: preenchimento e cadastro da DAP no EMATER. ☞ Trabalho em Olarias ¹⁸⁷	♂ colhe milho, fava, feijão, e mandioca. Realiza a broca. ♀ colhe milho, fava, e feijão. Quando o marido migra, costuma contratar diarista com dinheiro enviado pelo marido. ⊕ ajuda a colher milho, fava, e feijão ♂ e ♀ podem solicitar o crédito do pronaf C, desde que se tenham o CPF e a assinatura de ambos. ♂ Confeção de tijolos.
	Agosto	☞ Colheita de milho e de fava. ☞ Início do preparo da roça fora da Berlenga ou "terras de fora" ¹⁸⁸	♂ continua o trabalho iniciado no mês anterior. ♀ idem ⊕ idem ¹⁸⁹

¹⁸⁴ Processo de limpeza da roça ou do pasto feito com foice e enxada.

¹⁸⁵ Na ausência do homem (migrante) muitas mulheres e crianças realizam essa atividade. Há casos em que a mulher, com recursos enviados pelo marido, contrata trabalhadores diaristas.

¹⁸⁶ Processo de "foiçar (o mato) e/ou derrubar (árvores), no preparo do terreno para o cultivo" (DICIONÁRIO..., 2001). No mesmo sentido é referido localmente.

¹⁸⁷ Essa atividade é feita apenas no verão, geralmente de julho a outubro.

¹⁸⁸ As "terras de fora" são as terras altas, que não são inundadas pelo rio Berlenga.

	Setembro	☞ Continua o preparo da roça: a broca, derrubada ¹⁹⁰ , pinica ¹⁹¹ , queimada ¹⁹² e cercamento ¹⁹³ . Trabalho em diárias da prefeitura (recuperação de estradas).	♂ derruba, pinica, queima e cerca a roça. ♀ Contrata diarista para esses serviços quando o marido migra ¹⁹⁴ .
	Outubro	☞ Continua o preparo da roça: derrubada, pinica, queimada e cercamento ☞ Acesso ao crédito do Pronaf B e C investimento.	♂ continua o trabalho iniciado no mês anterior ♀ e ♂ podem solicitar o crédito do pronaf C, desde que se tenham o CPF e a assinatura de ambos.

¹⁸⁹ A intensidade do trabalho das crianças varia de uma família a outra. As crianças que residem no campo trabalham mais intensamente na roça, conciliando esse trabalho com os estudos: trabalha em um turno e estuda em outro. As crianças de famílias que moram na cidade trabalham, propriamente, “na roça” durante as férias escolares. No período das aulas, esse trabalho se restringe à levar o almoço para trabalhadores, na roça.

¹⁹⁰ Nesse processo utiliza-se o machado e, com menos frequência, o motor-serra.

¹⁹¹ A pinica é o processo de retirada da madeira de dentro da roça que pode ser antes ou depois da queimada. Se a roça tiver madeira de qualidade é retirada. De fato, é essa madeira pinicada e retirada da roça que os camponeses fazem a cerca. Se necessário faz o encoivramento.

¹⁹² Esse processo ocorre geralmente no período de 15 de setembro a 20 de outubro.

¹⁹³ A roça é cercada geralmente com a madeira retirada da roça.

¹⁹⁴ Mas há mulheres que enfrentam esse trabalho, mesmo sendo considerado pesado para as mulheres.

2.3 Migração temporária na trajetória das famílias.

Como referido por Carneiro, Souza e Marinho (2007), o campesinato não se encontra mais exclusivamente no campo, estando presente, também, nas pontas de ruas das cidades interioranas, como no município de Francinópolis. Assim, na sede do município, referida como cidade em oposição a interior, encontram-se muitas famílias camponesas, inclusive as que têm pequenas glebas de terras. Mas, na cidade, de fato, está apenas a moradia: “a gente morava na cidade mesmo, só que trabalhava no interior, no meio de semana estava pro interior, ia para a cidade no fim de semana”¹⁹⁵. As atividades do cotidiano são realizadas no campo, lugar de onde se tira o sustento das famílias, seja no plano real ou ideal. No sentido referido na seção anterior, os limites geográficos entre cidade e campo são atenuados pelo trânsito cotidiano de um espaço a outro, nesse campesinato “rurbano” (VEIGA et al., 2001)¹⁹⁶. Tendo em vista esse modo de vida, entre a roça e a rua como referido, é importante se compreenderem melhor as experiências de migração desse campesinato e como ela se relaciona com sua, segundo Wortmann (1990), campesinidade

A população camponesa investigada possui experiências diversas relativas à migração, por geração ou intergeracional. No primeiro caso, há famílias oriundas de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará, como referido na introdução, cujos antepassados se fixaram no Piauí. No segundo caso, numa mesma geração, pais e filhos migram, o que pode ocorrer na migração temporária com fins de buscar trabalho. Esse movimento migratório de camponeses/as do campo à cidade ou na forma temporária marca gerações¹⁹⁷ familiares e impulsiona transformações socioculturais dessa população. Mas nem o movimento campo-cidade, nem o da migração temporária seguem uma linearidade no tempo, ou seja, eles não se dão, necessariamente, nessa ordem: ir para a cidade e depois, temporariamente, para o Estado de São Paulo. Aliás, o movimento inverso também acontece: migrar para São Paulo e depois se deslocar, definitivamente, para a cidade.

¹⁹⁵ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

¹⁹⁶ Se é que se podem considerar propriamente urbanos pequenos municípios do interior do Brasil, em especial, do Piauí. A propósito do debate contemporâneo sobre a oposição rural/urbano, no Brasil, ver Veiga et al. (2001) e Abromovay (1998).

¹⁹⁷ Jean-François Sirinelli define geração como ritmo de uma “sanfona”, “dilatando-se ou encolhendo-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores” (SIRINELLI, 1996, p. 134). A geração, nesse sentido, não tem delimitações rígidas. O ritmo da “sanfona” depende dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Por conseguinte, a geração é “uma escala móvel do tempo” (SIRINELLI, 1996, p. 135). Aqui a tomamos pela demarcação dos ciclos de vida (avós, pais, filhos) no interior dos grupos familiares.

[...] nesse tempo [período da mudança] nós andava para São Paulo. Aí, nós fomo lá, aí, os outros [irmãos] foi inteirando a idade, foi indo. Aí, foi ajeitando, ajeitemo, compremo... Primeiro nós compremo um chãozinho[na cidade], era até uma casinha de palha, que nós fizemo pra eles [pais], no lugar da casa dela, ali¹⁹⁸.

Há, ainda casos em que, com a migração, fez-se o movimento inverso, da cidade para o interior, a exemplo de José Reinaldo Lima dos Santos¹⁹⁹, que migrou da sede do município de Regeneração para a comunidade Chapadinha do Varjota, no município de Francinópolis, onde ele aplicou o ganho monetário conseguido no corte de cana, na aquisição da terra. De acordo com José Reinaldo, o que conseguiram, incluindo a gleba de terra e a casa de morada na localidade Chapadinha do Varjota, foi resultado do trabalho no corte de cana. Além de experiências como essas, observam-se também, camponeses/as que nasceram e se criaram no interior e que, no momento, migram para a cidade e, em grande medida, visando ao estudo para filhos e filhas.

De fatos, os deslocamentos para a cidade são motivados, sobretudo pela necessidade de educar filhos/as, porquanto a estrutura da educação formal, no interior, é básica, contemplando apenas as séries iniciais e, mesmo assim, não apresentando qualidade, na concepção dos sujeitos entrevistados. Há casos em que a educação básica sequer existia. Essas condições exprimem, muitas vezes, um fato inaugurador da migração, que marca a trajetória social desse campesinato, em busca de “condição”.

Ah! Foi a escolaridade que puxou! Porque tinha os meus filhos, né? Aí, tinha quatro filhos e, aí, então os mais velhos já estavam passando do dia de ir pro colégio. Então, lá era muito difícil. (...) Tinha uma... Tinha um colégio, lá, no interior, mas também ficava muito distante pra crianças ir sozinha ou [para] a gente deixar todo dia. Era longe demais! (...) Alternativa a gente tinha a choupaninha [casa], aqui, [cidade de Francinópolis]. Alternativa que tinha era para aqui, mesmo, para ver se colocava os filhos no colégio. E até hoje é assim. Graças a Deus! Eu me dei bem. Acho que eu fui vitoriosa. Meu moleque mais novo tá na sétima série, tá bom demais! O mais que a gente quer no mundo, hoje em dia, as pessoas quer, principalmente os pais que não tem condição, é ver o filho numa escola, e o sonho da gente mesmo é ver ele formado. A minha condição, que vai até o ensino médio, é o que eu quero pra todos. E passou do ensino médio, mas só o Senhor ajuda! A gente não tem condição, não²⁰⁰!

Não, eu vim de lá porque tinha meus meninos para botar no colégio, aí, não tinha para onde botar, aí, lá, não tinha colégio, aí, eu vim, aí, eu disse: “- não, tem que botar [na escola]”. Para [não] botar nas casas alheias... Eu vim para cá²⁰¹.

¹⁹⁸ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

¹⁹⁹ Esse camponês tem irmãos migrantes, inclusive campeão no corte de cana, mais conhecido como “faca cega”.

²⁰⁰ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis-PI, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

²⁰¹ Francisco das Chagas Monteiro de Lima, Lavrador, Bairro Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

Para Francinópolis? Rapaz, foi porque a mãe tinha uma casa, aqui, e era... Era melhor prá mim, [...] tava estudando na época que eu vim, aí, ficava melhor. Porque [no interior] ficava longe, não tinha transporte, aí, pra eu ficar vindo de bicicleta, ficava ruim na época. Aí, eu preferi vim morar aqui que ficava mais perto do colégio, no período que eu estudava²⁰².

Assim, camponeses/as querem oferecer a filhos e filhas oportunidades que não tiveram. O sonho de pais e mães é os/as verem formados/as, almejando-lhes uma vida melhor que as suas e sem as necessidades atuais. E vêm na educação formal essa alternativa. Além dos sonhos educacionais, o deslocamento se dá também por falta de serviços básicos no interior, como abastecimento de água e energia elétrica. O senhor João, por exemplo, expressa o desejo de possuir um aparelho televisor, mas, no interior, no período que refere esta aquisição, não foi possível, devido às condições mencionadas.

Não, é porque... A história: eu botei na cabeça, e digo sério pra você: escola de interior não desenvolve aluno, entendeu? Eu tinha sempre aquela história, aquela vontade de meus filhos estudar, de meus filhos estudar. Outra coisa: o mundo sempre está evoluindo de vez a mais. A gente tem vontade de possuir uma coisa e, lá, não tinha energia, lá, não tinha água encanada, não tinha nada, sabe? Eu tinha vontade de possuir uma televisão [...] ²⁰³.

Depois que o senhor João se deslocou da comunidade Chapadinha, instalaram energia elétrica e água canalizada, mas, para ele, já era tarde demais: “eu não queria vim, mas já estou aqui agora. Aí nós estamos aqui [na cidade de Francinópolis], 13 ano (sic.). Só por isso”²⁰⁴.

Deslocar-se pelo desejo de possuir um aparelho de televisor pode parecer a muitas pessoas um motivo sem importância. Mas não se pode pensar o modo de vida das novas gerações de camponeses/as migrantes tendo como espelho apenas seus pais e mães. A identidade desses migrantes é reflexiva, acomodando elementos do próprio processo migratório e da relação rural/urbano seja pela experiência na migração, seja através de meios de comunicação de massa. No caso, o televisor é um meio de comunicação mais almejado por esses/as camponeses/as, que o utilizam para se divertirem e se inteirarem das transformações sócio-históricas em curso, pois têm consciência de que “o mundo sempre está evoluindo de vez a mais”²⁰⁵.

²⁰² João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador Rural, Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

²⁰³ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²⁰⁴ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²⁰⁵ João Taulentino da Silva, Lavrador, Morro da Esperança, 27/09/2008. A história de vida deste camponês é marcada pela migração precoce. Desde os 17 anos de idade anda “pelo mundo”. Hoje, está com 50 anos.

As falas camponesas sobre esses deslocamentos para a cidade, muitos dos quais em decorrência da ausência ou precariedade dos serviços de educação e dos demais mencionados, expressam que tais deslocamentos são, de certa forma, compulsórios. A perspectiva de atingir “condição” é o que parece amenizar as implicações socioculturais dos próprios deslocamentos que acarretam significativas mudanças na vida das famílias camponesas.

As condições lá era mais precárias do que agora, porque a água é bastante longe, agora tá mais perto. Mais perto, não, tá perto, porque cavaram um poço. Mas era longe, Ave Maria! Eu sofri muito carregando água, lá, carregando água na cabeça! Levantava... As vez levantava às quatro hora da manhã, aí, botava dois caminho de água. Quando terminava, era umas seis horas, eu e meu pai, [por]que, sempre, quatro hora da manhã, eu não ia só. Meu pai ajudava bastante. [Quando] chegava, ele ia para roça e eu ia cuidar do almoço, deixar na roça, sabe? Aquela rotina de roça mesmo, mas era bem precário. E melhorou mais para mim quando eu vim de lá, quando eu vim estudar na casa do meu irmão. Teve época, antes de eu vim para cá, morar aqui, todo santo dia, eu fazia tudo isso aí, cinco hora da tarde, não umas quatro e meia mais ou menos a gente vinha a pé para cá, para estudar. Aí, foi o tempo que... É por isso que hoje eu não tenho meu estudo completo porque era esse problema. Não tem quem agüente. No início, a gente pensa: “- não dá mais! Não agüenta não. A pessoa trabalhar o dia todinho, na força, e vim ainda a pé, de lá do interior para cá, para estudar, [e] de manhazinha, cedo, tá de novo [lá], não tem como! E aí foi o tempo que eu casei, fui para São Paulo. Aí, quando a gente chegou continuei trabalhando de roça, inclusive, trabalho até hoje²⁰⁶.

Dentre os fatores de expulsão presentes nas falas, como referido no item 2.1 deste capítulo encontra-se a relação com a terra.

Eu tinha treze [13] anos. Agora tenho trinta e três [33] [anos] [...] Ela [mãe] veio porque as terras não eram da gente e o dono vendeu. Aí, a gente precisou saí. Era de um padraсто do meu pai as terras. Eles venderam e vieram para a cidade e a gente teve que vim²⁰⁷.

No caso da perda da terra, elemento essencial na reprodução social camponesa, o deslocamento não é planejado; é antes de tudo, inusitado, compelido e, por isso, sem elaboração de perspectivas. O resultado, para muitos/as pode ser um jogo de soma zero.

Ai, meu Deus do céu! Era quase que a mesma daqui! A diferença só porque aqui tem... a água. Aqui tem, é mais fácil, porque existe água encanada, mas toda mulher tem que trabalhar na roça para pagar o talão [a conta de água]! E lá não, lá, a gente ia pegar, lá, no olho d'água. Era muito distante, mas só que a gente não pagava mesmo, só pagava o trabalho pra ir pegar e trazer. Mas era muito difícil, e muito longe, muito ruim. Ave Maria! Mas era trabalhando de roça, mesmo, era o que dava na rocinha, vendia alguma coisa que dava, quando tava precisando demais. Aí, ia sobrevivendo, pegando uma diária de um serviço, que o marido dava, e comprava alguma coisa. Era assim. E, aqui, é o mesmo jeito né? Tá a mesma pisada. A

²⁰⁶ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

²⁰⁷ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

diferença só é essa. Só porque tem água. E, às vez, tem que trabalhar na roça pra pagar a energia e água; se não, não usa. Mesma coisa²⁰⁸!

Esses deslocamentos camponeses seja o inaugural na direção campo-cidade, seja na migração temporária apenas na aparência podem aparecer como não-compulsórios. E de alguma forma, impulsionam transformações na relação campo-cidade, sem quebrar por completo laços de dependência mútua desses espaços socioculturais e geográficos. Benefícios encontrados na cidade podem depender do trabalho na roça. Assim como este é básico no provisãoamento familiar. São faces de um campesinato que se adapta constantemente a novas condições; que deixa de ser predominantemente rural, para ser híbrido, rurano, talvez podendo ser entendido como um ser em permanente processo de tradução no sentido referido por Cuche (2002) e Hall (2003).

Através de conversas do cotidiano (MENEGON, 2000), na pesquisa de campo, percebe-se que Francinópolis pode ser vista como uma terra de migrantes. Mesmo em famílias com renda fixa (pessoas com vínculo empregatício, aposentadoria), ocorre a migração de alguns de seus membros. Mas a migração costuma ser mais intensa nas famílias sem renda fixa²⁰⁹. A migração temporária tem assim, importante papel na sobrevivência²¹⁰, constituindo-se em quase uma regra na trajetória social das famílias camponesas de Francinópolis.

O Estado de São Paulo continua sendo, predominantemente, o destino desses/as camponeses/as cujas gerações anteriores foram atraídas pelo trabalho na construção civil, na capital paulista. Hoje, o são para o trabalho no corte de cana no interior do mesmo estado, principalmente em Morro Agudo, na mesorregião de Ribeirão Preto. “[...] Antes, [...] a maioria ia pra São Paulo [capital], mas, hoje em dia, a maioria tá na cana mesmo, na bóia fria chamada. A maioria tão migrando mesmo pra cana, mesmo²¹¹. Outros destinos da migração mencionados pelos sujeitos no Estado de São Paulo: Guarujá, São Bernardo, Pontal, Orlândia, Tabuão da Serra, Diadema, Guarujá, Ituverava- SP, Jaborandi, Guará, Miguelópolis, Ipuã. Há, também, referencias a outros estados: Mato grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia (Figura 3).

²⁰⁸ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

²⁰⁹ Todos/as os/as camponeses/as incluídos/as no programa Bolsa Família do Governo Federal. Como não existe previsão para saírem do programa, essa renda, de certa forma, é fixa. Mas, para fins desse trabalho, renda fixa refere a remuneração de assalariados/as. É importante ressaltar, segundo conversas informais, que atualmente existem problemas com o Programa Bolsa Família no município de Francinópolis: muitos cartões bloqueados sem justificativa aparente.

²¹⁰ Na pesquisa (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007), a migração temporária aparece em 99% das famílias entrevistadas como a grande estratégia de sobrevivência.

²¹¹ Francimar Francisca Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

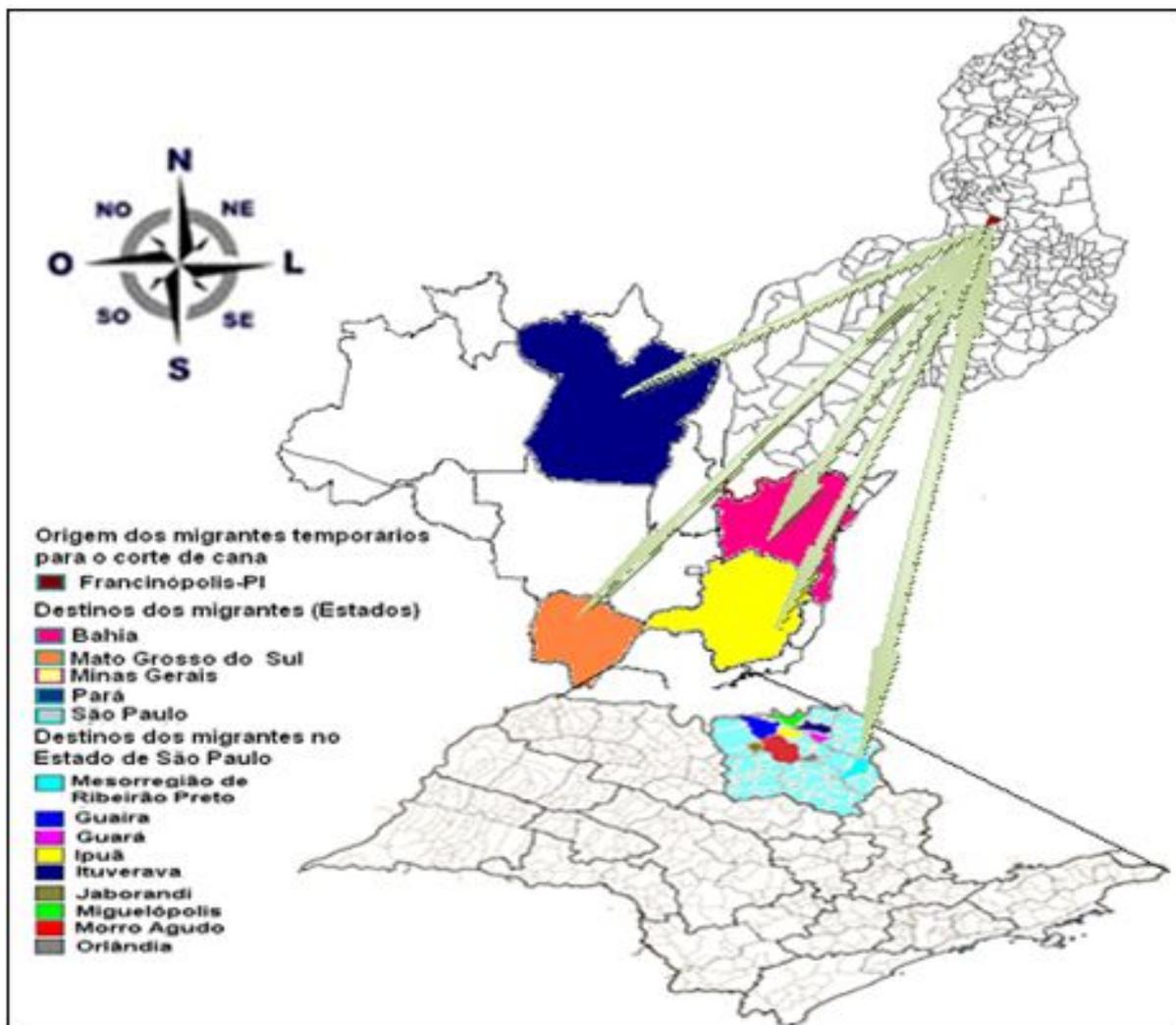


Figura 3 - Mapa dos destinos de migrantes de Francinópolis. Construído com dados da pesquisa de campo²¹².

Aspecto importante nessa perspectiva é a construção social do destino. O “sul” do país foi destino de retirantes nortistas e nordestinos no momento de construção da identidade regional nordestina (ALBUQUERQUE, 1999). São Paulo se constituiu, assim, como um destino real e imaginário de migrantes nordestinos. Isso, quando “São Paulo era São Paulo”, expressão local que significa São Paulo como lugar de oportunidades de emprego garantido (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007). Atualmente, o trabalho na cidade de São Paulo exige qualificação, estudos, o que reduz postos de trabalho para essa população migrante. Com a expansão da indústria canavieira, surgiram, no interior do Estado de São

²¹²Figura construída com base em mapa mudo. Disponível em: <<http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/Piauí/Francinopolis.pdf>>. Acesso em: 5 fev.2009. Adaptações da pesquisa.

Paulo, novos postos de trabalho, mas com contrato temporário²¹³. Inicialmente, o município de Morro Agudo-SP absorveu boa parte da mão-de-obra migrante e, no imaginário social, assemelha-se à cidade de São Paulo da fase industrial e da construção civil. De fato, em conversas com grupos de trabalhadores diaristas da Prefeitura de Francinópolis, também, migrantes, afirmava-se que muitos camponeses, embora migrando para outras cidades, diziam ir para Morro Agudo, que se transforma, assim, em um destino simbólico para migrantes dessa região piauiense.

Para muitos/as camponeses/as, a migração para a lavoura canavieira não significa o fato inaugurador da vida “errante”, pois, como vimos, a própria condição de agregado/a, arrendatário/a, meeiro/a, morador/a ou posseiro/a já traduz essa condição, concretizada com o deslocamento para sedes de municípios. Agora a migração temporária não se deve apenas à atração no destino, mas, sobretudo ao fato de se ser compelido/a pela precária condição de vida.

A família [migrantes]... A família microrregião (parentes próximos), né? Existe. Existe é muitos. É cunhado, é sobrinho, quase todos, sessenta por cento [60%] tão no mundo viajando²¹⁴.

Da minha família? Têm três, meus filhos, não sabe? Agora, da família, mesmo, tem muito, tem. Minha família é grande²¹⁵!

Minha família? Não, minha família tá todinha em São Paulo! Nós somos sete irmãos. Só tem eu aqui e os dois velho [pai e mãe], ali, porque eu não posso sair, porque os velhos são doente, né? Então eu já andei muito também²¹⁶! Aí, os outros foram. Aí, esqueceram de voltar. Acharam bom e esqueceram de voltar. Aí, eu não tenho vontade de abandonar minha família, não, meu pai, minha mãe. Tenho vontade não! A última coisa que você tem na vida é o pai, a mãe e a família em casa²¹⁷.

[...] No corte de cana? Meu irmão está para lá, meu pai, o irmão dele [Domingos, marido] também está para lá. Aqui é assim. Inteirou os dezoito [18] anos, aí, tem que caçar um meio de ganhar um real que aqui não tem como! Alguns têm sorte, faz um concurso, e passa, aí, dá para ficar. Aí, os que não passa, [...] aí, é o jeito sair fora, mesmo, caçar um meio de vida. É como o Domingo disse: viajava todo ano não era porque gostava de viajar, que eu tinha cinco filho para criar e como é vai dar comida²¹⁸?

²¹³ Os movimentos migratórios para nessa região são resultado do processo de expansão do complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI) que “necessita da migração de trabalhadores vindos de regiões distantes de São Paulo, como Maranhão, Piauí e outros Estados do Nordeste” (ALVES, 2007, p. 21).

²¹⁴ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

²¹⁵ C. M. L. Lavrador, Bairro Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²¹⁶ O senhor Damião viaja em busca de trabalho desde 1983. Em 2008, estava cortando cana no interior do Estado de Minas Gerais. Assim, completou quatro safras no corte de cana.

²¹⁷ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²¹⁸ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

Migra “por que fica mais fácil [criar os filhos] do que aqui. Aqui, é corrido de mais”^{219?}

Para José de Sousa Martins, a problemática da migração longe de resumir-se ao membro migrante, diz respeito ao grupo familiar. De fato, o grupo familiar é categoria importante para se entender a migração para a qual as condições precárias das famílias se tornam um elemento propulsor de camponeses/as, na realidade, compelidos a migrarem na busca de melhor “condição” da própria família. Foi assim com gerações anteriores, de avós, pais e mães, e está sendo com a geração atual de filhos e filhas, netos.

Pensar sobre esse campesinato compelido a migrar, em muitos casos, por necessidades econômicas, traz à tona o tema do código moral camponês, no sentido de que o camponês longe de ser visto apenas como

um pequeno produtor maximizante, secularizado, próximo a um *homo oeconomicus* [...] [é] uma pessoa mais próxima a uma ordenação moral e sagrada do mundo, mais perto de um *homo moralis*. Mas na realidade, é a mesma pessoa que move em dois universos (WOORTMANN, 1990, p. 18-19).

A isto Woortman (1990) se refere como elementos do que chama de campesinidade em cujo âmbito honra, independência e liberdade, são elementos fundamentais.

A necessidade... E eu não sei ficar no pé de ninguém pedindo as coisas, [por]que aqui pra quem tem empreguinho, aqui, hoje, ele teve que adular! A linguagem... [...] chama puxa-saco né? Eu nunca tive esse estilo de ficar pedindo. Tô aqui, ta? Não tô devendo nada, aqui. [...] Então, não tinha condição de ficar no pé de ninguém pedindo. Então, mesmo com privação de todo mundo, pra não depender de ninguém sabe? Pra não depender de ninguém! Tô aqui, hoje, e amanhã: “ah! Rapaz! esses cabra tem hoje aqui, porque eu dei, tá aqui empregado porque eu dei[...]”. Hoje, eu sou um cara livre, não tenho nada, mas modesta parte eu bato no peito: “aqui, hoje, eu sou um cara livre, não dependo de cidadão nenhum aqui, como político”. Como amigo, sim, é diferente né^{220?}

Ah! a experiência, lá, em São Paulo, que eu tenho, lá, passei dez[10] ano, lá, sabe, é uma experiência que não gostaria de ir de novo, não. E eu poderia ir, lá, em São Paulo, assim, a passeio. Eu acho que nem a passeio. No início, quando eu cheguei lá, a cidade muita bonita. Mas, para você conviver lá, eu sou mais estar na minha rocinha aqui, tu acredita? E é porque a gente tando, lá, em São Paulo, viche! Fica com uma cor bonita, fica tudo, tudo que você quer, tem o dinheiro, tem tudo, mas é muito corrido. Com toda correria que eu tenho aqui, mas aqui a gente é livre, sabe? Eu faço tudo isso aí, de tudo eu faço um pouco, mas a gente é livre, a gente anda sem medo, a gente conversa, tem as amizade. Lá em São Paulo, não, a gente entra dentro de uma casa, sai, trabalha vinte quatro hora[24hs], é correria demais, é correria. Se socado dentro de uma firma, sai e pronto, é com medo de bandido [...] não gostei de jeito nenhum! Tive lá dez ano, mas foi porque foi o jeito. Mas não gostei de jeito nenhum de São Paulo! Agora, é bonito, o pessoal ave Maria! Os

²¹⁹ Domingos Antonio da Silva, Trabalhador Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

²²⁰ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

paulistas são pessoas muita educada. Se falar em gente educada, assim, sabe? Acolhedor os paulista são um. [...] É são muito acolhedor... É o pessoal de São Paulo. Mas, o lugar mesmo para morar não gostei não! Logo é bandidagem demais! Quando não é bandido, é frio [risos], frio demais lá. Eu cansei de amanhecer o dia... [...] E ali a gente cochilava, dormia, às vez perdia a hora, já com medo de perder a hora. Eu cansei de passá as noite em claro, dormindo sabe? Só aqueles pouquinho. [...] Ave Maria! Foi uma experiência para mim muito horrível, sabe? Eu cheguei tá lá em São Paulo e ter saudade da roça, você acredita nisso? Pois eu cheguei ter saudade da roça, porque é sofrido, é quente, é pesado. Mas, aqui quando dá onze hora, você vai almoçar de baixo do pezinho de pau, correndo vento, você volta a hora que você quiser, uma [13hs], duas hora [14 hs] sabe? Não é corrido e humilhante que nem aquele emprego de São Paulo, que às vez quando a pessoa encontra um emprego, tem um encarregado que... Sabe? Que é unha dura, que é humilhando a gente... A gente agüenta cada situação, cada coisa ruim, às vez é obrigado a gente agüentar, por questão de sobrevivência, que tem que agüentar ou manda embora! Mas tem que sobreviver, tem que agüentar! A melhor coisa que eu já fiz na minha vida foi vim de lá para cá. Lhe digo de certeza. A experiência para mim de São Paulo foi péssima²²¹.

Migração e liberdade, em princípio, estabelecem uma relação de perfeita simetria, quando se pode escolher. Mas, quando se trata de migração compelida, essa relação já não terá o mesmo sentido. Mas, mesmo assim, migrantes relacionam migração temporária com trabalhar com liberdade dos laços históricos do que Forman (1979) define como relações de patronagem - dependência e das relações de clientelismo político que vigoram no local. Assim, migrar é também uma forma de ser livre, de buscar os objetivos, sem depender das relações personalizadas de poder local²²². Esses princípios valorativos paternos, de maneira geral, tornam-se referência positivada para filhos, no seio familiar. Assim, experiências dos pais influenciam nas decisões dos filhos em relação à migração, numa cadeia intergeracional.

O que motivou eles [os filhos] pelo mundo foi a minha falta de oportunidade, que eu não tive, porque, pelo estudo que eu tive, o que eu ralei pra conseguir, mesmo, estudar aqui, foi o que mais motivou eles a não insistir, insistir, estudando. Queria ficar em primeiro lugar, ía estudar, e não chegava em lugar nenhum! “Rapaz, vou conseguir, vou trabalhar pra mim conseguir ficar independente. Arrumar um meio de vida pra mim trabalhar por minha conta [...] pra que eu não siga como o senhor. Você ralou tanto, você vem lá do interior, saía cinco horas e meia de casa, vinha estudar aqui na rua até sete horas, ficava no colégio até onze horas, saía daqui chegava lá uma légua de distância, no sol quente, com fome, chegava lá comia o cozido, ía pra roça de tarde, aquele negócio todo! Aqui dentro estudando, você fez o seu ginásio, fez o seu pedagógico, fez o seu adicional, sempre aqui! Ninguém nunca lhe viu. Então, eu vou trabalhar. Com fé em Deus, eu conquisto um espaço no meu trabalho, que eu possa vim pra cá, mas trabalhar de maneira independente tá entendendo? Não depender de ninguém, lá por minha conta!”. A intenção deles é conseguir arrumar um meio pra eles, pra quando chegar aqui, trabalhar por conta deles²²³.

²²¹ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

²²² Há, aí, uma forte representação simbólica. De fato, o próprio acesso ao trabalho no corte de cana-de-cana depende, geralmente, de um mediador presente nas referidas redes sociais abordadas por Carneiro, Souza e Marinho (2007) que se formam no mundo de migrante e nele atuam, muitas de forma personalizadas.

²²³ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008. Nas conversas com o senhor Raimundo, ficou evidente sua frustração em relação à

Nesse caso, o estudo como alternativa de vida foi uma frustração na experiência do pai. Assim, para o filho, estudar significa chegar “em lugar nenhum”. Sem dúvida, a migração temporária para trabalhar no corte de cana, como alternativa de reprodução social das famílias, tem sentidos peculiares para migrantes, inclusive no enfrentamento das condições mais adversas desse tipo de trabalho não suportado por qualquer um,

os trabalhadores das regiões de emigração [Nordeste] estão, desde muito jovens, aptos ao duro trabalho agrícola, ao passo que os jovens das regiões canavieiras apenas se defrontam com o trabalho duro sob o sol quando completam 18 anos [...]. No Maranhão e no Piauí, além dos demais Estados do Nordeste, ao contrário, as crianças e os jovens são criados segundo as tradições da pequena produção familiar, na qual a produção é resultado do trabalho da família, da qual participam os adultos, os idosos, as crianças e os jovens (ALVES2007, p. 45).

Se isto ajuda a compreender a realidade dessas populações, não é suficiente para entendê-las e explicá-las, como lembram Moraes, Frazão e Rogério Jr (2008)²²⁴. Assim, o enfrentamento das condições adversas, referido, implica, também, determinantes morais²²⁵ que fazem parte das regras e códigos de comportamento dos grupos sociais aos quais pertencem como lembram Silva, M., (1999) e Woortmann (1990).

Nessa direção, vale lembrar que a labuta na roça-de-toco e no corte de cana, embora assemelhadas, guardam entre si, diferenças significativas. Uma diferença fundamental é o controle do processo de produção por parte do próprio camponês, no qual se inclui horário, descanso, ritmo de trabalho, escolha dos dias de trabalho na semana, dentre outros. Além

desvalorização do seu estudo. Falou de sua experiência como estudante e do seu esforço na busca do conhecimento, assim como para ser reconhecido por isso. Mas expressa com orgulho sua curta trajetória como professor polivalente, que só foi possível no momento em que se tornou voluntário nas escolas do “interior”. Pelo que afirma, sua trajetória de professor foi interrompida pela estrutura de apadrinhamento ainda fortemente arraigada na prática sócio-política do município. Sua experiência foi um incentivo para seus filhos deixarem de estudar, pois, apesar do esforço, ainda continua sobrevivendo da roça. Durante a pesquisa de campo, tivemos vários contatos e o Senhor Raimundo falava, constantemente e, com orgulho, do seu acervo de livros.

²²⁴ Moraes, Frazão Filho e Rogério Jr (2008) quem “tal ‘aptidão’ não pode ser naturalizada, sob pena de transformar-se em mais um rótulo atribuído a populações rurais do Nordeste, principalmente, quando se considera com Roberto da DaMatta que, no imaginário brasileiro, quanto mais próximo da natureza, menos valorizado na hierarquia social”(MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2009, p. 4).

²²⁵ Assim, esses/as camponeses/as encontram-se numa posição alienada (MARX, 1989), não por um determinante inserto na natureza, mas pelas condições sociais em que se encontram. Esse aspecto os torna atraentes para as indústrias canavieiras, por serem, nessas condições, aversivos a práticas sindicalistas. Essa postura “passiva” é, antes de qualquer coisa, uma estratégia de sobrevivência em meio a essas relações conflitantes e conflitivas. Essa identidade é construída a partir de vários elementos nem sempre visíveis. Antes de tudo, trabalhadores migrantes nos locais de destino, são “de fora” e, por isso, estigmatizados de alguma forma.

disso, quando as atividades são realizadas por um “adjutório”²²⁶ (Fotografia 10) no caso da roça, as relações sociais têm significado diferente em relação ao corte de cana.

[...] E é divertido, também, para apanhar o arroz. Quando é meio dia, todo mundo vai para debaixo de um pé de pau que tem, lá. Junta mais ou menos de umas vinte [20] a trinta [30] pessoas. É muitos, lá! Quando termina de apanhar o arroz... Quando termina de apanhar... Não, na hora lá do almoço, onze horas [11hs], aí, todo mundo vai para debaixo de um pé de pau, lá. Aí, vai conversar, e tudo, até dar duas hora [14:00], a gente volta novamente. Então, é gostoso. É tão tanto, [que] quando termina o tempo de apanha de arroz, as pessoas sente falta, [por]que [essa atividade] é só de ano em ano [...]²²⁷.



Fotografia 10 - Adjutório na cobertura de uma casa²²⁸. Fonte: Frazão (2008).

Nesse trabalho, na roça, diferentemente do que ocorre no corte de cana, não se estimula a competição²²⁹ e sim a colaboração. Vale lembrar ainda a dimensão lúdica espessa na conversa descontraída depois no almoço, no horário de descanso. Portanto, assemelhar atividades, afirmando que a experiência com o trabalho na roça torna o camponês migrante nordestino mais apto para cortar cana, passa por alto em relação a diversos sentidos e significados da migração temporária para esse fim, assim como não dá conta das diferentes

²²⁶ “Mobilização coletiva para ajuda de caráter gratuito, especialmente entre trabalhadores do campo; mutirão, ajutório” (DICIONÁRIO..., 2001). É prática comum na sociabilidade camponesa.

²²⁷ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

²²⁸ Nessa imagem a esquerda, descendo da casa, de camisa vermelha, Raimundo Ferreira dos Silva, um dos sujeitos da pesquisa.

²²⁹ No trabalho de corte de cana, a competição é estimulada com vistas ao aumento da produtividade do trabalho. Os mecanismos utilizados são vários: premiações, publicização dos “melhores cortadores de cana”, dentre os trabalhadores, dentre outras.

matizes dessas atividades que vão além de condicionamentos físicos. Até porque, para os próprios migrantes, o trabalho no corte de cana aparece como um serviço pesado e realizado no ritmo e com controle do tempo diferente do trabalho na roça.

Rapaz, a diferença de lá e daqui, tem muita, que aqui você trabalha muito e é pouco [dinheiro] né? Mas é seu lugar; você tem que ficar! E lá você trabalha muito, serviço pesado, mas ganha bem. E lá depende de você, também. Só que o serviço é pesado, mas ganha bem. [O ritmo] aqui é lento. Aqui, você vai um dia, amanhã se você não quiser ir você não vai. E lá não. Você tem que ir todo dia. Aqui você vai no dia que quer, no dia que você não [quer], tá trabalhando para você: “- não, hoje eu não vou para roça, não!”. Lá você não pode dizer isso. Tem essa diferença, né²³⁰? [...] o trabalho daqui é maneiro à vista o trabalho de lá. Agora, é porque não aparece o serviço fixo [aqui] para você ganhar aquele pão todo o dia. E ganha, assim, porque, se você trabalha propriamente para si, você não tem o dinheiro, mas está movimentando, ali, você tem qualquer acordo, não tem? Mas, aí, o cabra vai porque já quer ganhar o dinheiro para decidir alguma coisa²³¹.

Aqui não chega nem os pés de lá! Lá é baião, lá, ao pingo do meio dia, uma hora, você está cortando cana e o solão está tremendo! Tem vez que acaba de tocar fogo no taião[divisão do plantio], antes do fogo sair, lá, você já está dentro dele! Solta uns eito, aí, e começa o pau: cortar cana! Você sai com a cana, aqui, e vai apagando o fogo, que fica nos troncos. Brabo, lá! É... como diz a história, eu não aconselho ninguém para ir²³²!

Ah! O trabalho, lá, tem que ser muito doido, não tem serviço daqui para comparar com o de lá, não! O tranco é meio pesado lá![...]²³³.

A diferença, lá, é que o cara trabalha muito e pega no dinheiro né? E, aqui, o caba trabalha, trabalha mais pouco, mas não tem dinheiro, também, para pegar²³⁴.

Não, aqui é muito diferente, porque se você... Sendo para você, você vai no dia que quer. Porque bem, aqui, eu vou trabalhar pra mim, aqui, hoje. Hoje, se eu disser “- hoje não vou trabalhar”, eu não vou! E, lá, eu não posso fazer isso porque, se eu fizer isso, eu vou comer da onde? Manda de comer pra comer da onde? Porque, lá, ou que teje doente ou que fique sadio você tem que trabalhar. Porque se você pegar um atestado e for no médico, ele vai dar a diária de dez conto [R\$10,00], cinco[R\$ 5,00] a dez conto[R\$ 10,00]. Hoje, se você tivesse trabalhando, se tivesse serviço, mesmo, você vai ganhar o quê? Cinquenta [R\$ 50,00], sessenta [R\$ 60,00], setenta [R\$ 70,00], oitenta conto [R\$ 80,00] por dia [...]²³⁵.

A diferença que eu acho [é] a questão do esforço físico que a pessoa tem bastante. [cortar cana] é um serviço bastante puxado e, no interior, onde a gente tá a gente trabalha por conta da gente e [...] no corte de cana, é serviço de produção. Quando mais a pessoa produz, mais ele ganha. [Já] a pessoa trabalhando na roça da pessoa no, interior, na lavoura, por sua conta, a pessoa trabalha de acordo com que seu

²³⁰ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

²³¹ Francisco das Chagas Monteiro de Lima, lavrador, Localidade Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²³² Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²³³ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²³⁴ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²³⁵ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

corpo tá agüentando. E o corte de cana a pessoa tem que se esforçar além do esforço do corpo da pessoa que às vez não tá nem agüentando, mas é o jeito trabalhar pra puder ter uma produção melhor no fim do dia, no final do mês, a pessoa ganha mais um pouco. A diferença que eu acho [é] essa, aí²³⁶.

O trabalho é algo valorizado socialmente por essa população camponesa em cuja ética, trabalhar é uma forma de não se subjugar moralmente, mesmo quando necessitado economicamente. Tal significado ameniza as severas implicações do trabalho no corte de cana como, por exemplo, a separação da família. Daí, o trabalho no corte de cana, embora tido como trabalho pesado, ser avaliado positivamente quando possibilita atingir objetivos.

Rapaz, mudou bastante coisa, hein? [...] o meio de vida, assim, melhorou mais. O que eu tenho? [...] Tudo, tudo o que tenho é tudo de lá²³⁷.

Com essas viagens? Eu acho, assim, que é como eu te disse: o objetivo da pessoa, [por] que quando ele vai, ele vai com um objetivo. Meu primo foi com o objetivo de terminar a casa dele. Eu acho que ele vai terminar a casa dele, entendeu? E o meu marido o objetivo dele é comprar uma moto [motocicleta]. Aí, eu acho que o ganho é esse²³⁸.

Através do... [trabalho no corte de cana] adquiri muita coisa; comprei televisão, comprei antena, comprei geladeira, comprei um bocado de coisa. Ajeitei aquela casa também, ali²³⁹.

Nesse sentido, não se pode confundir, simplesmente, a aplicação dos ganhos monetários oriundos do trabalho no corte de cana com mera postura consumista. No município de Francinópolis, a motocicleta é um objeto muito visado pelos migrantes (Fotografia 11). Mas, embora a motocicleta seja esgrimida localmente como símbolo de status de quem “se deu bem”, ela é mais do que isto. Assim, o que parece apenas vaidade, é na realidade, um elemento importante no vai-e-vem desse campesinato que transita cotidianamente entre a roça e a rua. Trata-se de uma perspectiva onde estão implicados sentidos do que se chama, localmente, “mudança de condição” e dos quais fazem parte o sentimento de liberdade, embora, paradoxalmente, os próprios cortadores de cana, como referido, apontem para diferenças em relação ao controle do próprio tempo de trabalho na roça e na cana.

²³⁶ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador rural, Bairro Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

²³⁷ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²³⁸ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

²³⁹ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.



Fotografia 11 - Placas de motocicletas indicando destinos de migrantes. Fonte: Frazão (2008)

As avaliações dos resultados do trabalho no corte de cana dependem do papel social que o migrante ocupa no grupo familiar. É comum, como expectativa generalizada, que este contribua de alguma forma com a reprodução social de sua família. Mas, para os chamados “chefes de família”, ou seja, homens casados, os custos são maiores, pois o que ganham é destinado ao próprio sustento da família. Embora haja exceções, vigora o princípio de que ajudar a família também é uma vantagem, até mais importante do que aumentar os bens materiais:

Pra mim, que eu ganhei pouco. Não tenho... Hoje, não tenho como mostrar o que eu ganhei. Mas tenho meu sonho pra mostrar, minha família. O que eu ganhei eu investi

neles: educação, na alimentação, na saúde, tudo o que eu ganhei investi neles, né? [...]²⁴⁰.

Mas os ganhos com a migração temporária podem atender apenas necessidades mais básicas. Nesse sentido, pode haver uma distinção entre ganho e direito, para referir ao resultado monetário da migração.

Geralmente, quem é casado... Os ganho dessas firma hoje só dá para você se manter e mandar para cá. O que você conseguiu trazer é só os direito. Mas chegar aqui os direito para quem tem família, se não botar em futuro, numa roça, é comprar algumas coisinha, geladeira, fogão, esses tipo de coisas. Se não quiser investir, é segurar no bolso para ir comprando alguma coisa, é arroz, feijão, esses tipos de coisas. Hoje, para quem é casado, só traz os direito, o dinheiro mensal só dá para você se cuidar e mandar para casa²⁴¹.

A vantagem das viagem mesmo é como ele diz, só que ficava mais para ajudar a família na alimentação, remédio, alguma coisa. Mas como você vê, o dinheiro que sobrava não dava para comprar nem uma cadeira²⁴².

Por ganho, nesse caso, entende-se, no sentido amplo, os bens que se adquirem a partir da remuneração alcançado no corte de cana. No sentido estrito, ganho é a remuneração quinzenal no trabalho com o corte de cana que não se traduz em um salário com valor fixo:

[...] A gente trabalha muito para ganhar um troquinho bom, sabe? Trabalha muito, pesado mesmo. Lá, a gente ganha assim, não [é uma quantia fixa] todo mês²⁴³. É por quinzena. Quinzena a gente ganha quatrocentos [R\$ 400,00], quinzena a gente ganha quinhentos [R\$ 500,00], quinzena a gente ganha trezentos [R\$ 300,00] e, assim, tem quinze dia bom, tem quinze dia ruim²⁴⁴.

Por direito, compreende-se o seguro desemprego referente ao período de trabalho. Esse seguro é uma assistência financeira, garantida pelo artigo 7º dos direitos sociais da Constituição Federal,

concedida em no máximo cinco parcelas, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de dezesseis meses (carência), conforme a seguinte relação: a) três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de, no mínimo, seis meses e, no máximo, onze meses, nos últimos trinta e seis meses; b) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de, no mínimo, doze meses e, no máximo, 23 meses, nos últimos 36 meses; c) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de, no mínimo, 24 meses, nos últimos 36 meses. [O] valor mínimo da parcela do benefício Seguro-Desemprego corresponde ao

²⁴⁰ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁴¹ Domingos Antonio da Silva, Trabalhador Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

²⁴² Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

²⁴³ Remuneração do trabalho no corte de cana varia de acordo com a produção do trabalhador. É importante ressaltar que a mecanização diminuiu bastante a produtividade do trabalho manual. Em algumas usinas é visível máquinas e camponeses trabalhando no mesmo espaço.

²⁴⁴ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

salário mínimo vigente e o valor máximo não excederá R\$ 870,01 (oitocentos e setenta reais e um centavo)²⁴⁵.

No caso desses migrantes temporários, que geralmente trabalham de seis a nove meses, o seguro desemprego é concedido em três parcelas. Camponeses que migram todos os anos recebem seguro um ano e outro não, em decorrência da carência de dezesseis meses estipulados por lei. Há quem afirme que a migração só compensa por causa do seguro desemprego. Assim é comum que se migre um ano e outro não, para ter acesso ao seguro.

Aspecto importante, nesse sentido, é que os ganhos através da migração, em sentido amplo, são tidos como positivos em relação às condições adversas de remuneração no município, ou seja, cortadores de cana avaliam os seus ganhos comparando-os com suas condições locais de privação. E pelo que expressam, não vêem perspectiva de melhoria dessas condições sem o concurso do trabalho conseguido através da migração temporária para o corte de cana, trabalho este tido como a única alternativa de melhora de renda para esse segmento social.

Eu acho que é bom. É bastante sofrido, puxado, serviço pesado, mas a pessoa ganhar um dinheirinho [isso] dá para a pessoa ganhar. Eu acho que é bom, dá pra pessoa... No estado que a pessoa mora... E a cidade não oferece muita oportunidade para quem não tem estudo, pra quem não é formado. Aí, fica difícil. Aí, o único lugar que tem para a pessoa ir, e que ganha, que a pessoa se satisfaz, é fora, no corte de cana, para quem não tem [ganho suficiente no local de origem]²⁴⁶.

De fato, as falas apontam para a migração temporária para o corte de cana como único meio de ter acesso a trabalho e remuneração. Nesse sentido, esse trabalho é bem visto. Mas, isto não eclipsa o fato de essa migração ter conseqüências ou perdas. Não suprime os sentidos negativos dessa experiência

[...] Cheguei lá, agora é aquele negócio, não tem espaço pra aprender, trabalhar em diária. O cara não te deixa você aprender nada, que não tem nenhum... “- Não, vai fazer aquilo dali, vai botar pra cá!” “- Rapaz eu estou ficando velho, a mente está ficando já meia curta, eu vou é pra casa, lá, vou trabalhar na minha roça, lá, vou no dia que eu quero, ninguém me empurra”. É assim²⁴⁷.

Às vezes tem ganho, as vezes tem perda. Não existe só o ganho. Como eu terminei de falar agora. Essa vez, que ele [marido] foi pra São Paulo, de lá ele se destacou pro garimpo²⁴⁸ [no Estado do Pará] e não trouxe nada. A única coisa que ele trouxe foi só a malária. Não trouxe nada e trouxe muito, porque trouxe a malária. Trouxe muita

²⁴⁵ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/seg_desemp/q>. Acesso em: 15 fev. 2009.

²⁴⁶ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador rural, Bairro Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

²⁴⁷ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁴⁸ “Lugar onde existem explorações diamantinas e auríferas” (FERREIRA, 1999). Nesse sentido, vale destacar o garimpo da opala no município de Pedro II-PI, a propósito, ver Lima (2008).

coisa pra cuidar, aqui, sem dinheiro. Aí, fica bom mesmo! Muito difícil pra cuidar²⁴⁹!

“A vantagem? Eu acho que não tem muita vantagem, que se fosse para optar eu preferia que ele [marido] [es]tivesse aqui. Não tem vantagem, não”²⁵⁰.

De fato, a experiência da migração temporária para o trabalho no corte de cana passa pelo crivo das famílias envolvidas, em termos de compensar ou não. Para quem já trabalhou, tanto na capital paulista, na construção civil e outros, quanto na região da cana, o trabalho no corte de cana compensa mais. “[...] de São Paulo não tive muito ganho, não. Não tive muito ganho, não, [por]que lá eu não era fichado. Mas, em Morro Agudo foi melhor, em Morro Agudo foi melhor”²⁵¹. No entanto, o processo de mecanização²⁵² do corte de cana, em curso, nas usinas, já pode ser sentido tanto pelos/as trabalhadores/as que ainda estão lá, quanto por quem já retornou para Francinópolis, no ano de 2008, antes mesmo de terminar a safra.

Lá? Tá muito é ruim os ganho lá, inclusive, que o Rony [filho] ligou pra mim, ele disse que tá muito ruim! Só tá lá, mesmo, porque tem aquele contrato. Aí, vai pedir pra mandar ir embora, a firma não quer mandar embora; quer que ele peça a conta. Pra pedir a conta, perde o fundo de garantia. [Por que] que esse ano ele não tem nem o seguro desemprego? Porque no ano passado ele pegou e disse que esse ano não pega, né? Acho que não pega dois ano seguido, não pega. Aí, disse que perde o seguro de garantia, se ele pedir a conta. E aí, mas ele disse que o ganho lá tá muito ruim, só trabalhando duas horas por dia. Os fiscal chega... Tá sustentando o pessoal porque não querem mandar embora, aí, tá sustentando o pessoal até o final do ano, mas, aí, só dá duas hora pra trabalhar por dia, por isso que, no fim do mês, só tá dano mesmo só pra compra, aluguel, água e luz²⁵³.

Não. É como eu expliquei pra você: quando não tinha máquina, dá pra você ganhar um negócio. Agora, do dia que apareceu a máquina, não dá. Por causa disso, muitos deles vem embora, por causa disso, porque não dá pra você pagar aluguel, água e luz²⁵⁴.

Trata-se, nesse caso, de situações vivenciadas na safra de 2008. No primeiro caso, o informante, filho da senhora Maria da Mercedes, só permaneceu para garantir o seguro-

²⁴⁹ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

²⁵⁰ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

²⁵¹ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²⁵² Trata-se de uma “modernização perversa [...] primeiro transformou as terras de agricultura familiar em terras de grandes culturas tecnificadas modernas, e segundo transformou postos de trabalhos, no corte de cana, em um conjunto de espólios, engrenagens e elevadores hidráulico: era o desemprego tecnológico” (ALVES, 2007).

²⁵³ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

²⁵⁴ Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008. O senhor Damião é um dos muitos trabalhadores que voltaram antes de terminar a safra. Por isso, ele sempre destaca a influência da mecanização do corte de cana nos ganhos, assim como na determinação da permanência ou não dos trabalhadores.

desemprego. Por seu turno, o senhor Damião Santos Pereira, por iniciativa da usina, retornou para o município antes de a safra terminar, mas com o seguro garantido. De fato, a mecanização apenas ratifica uma realidade já sentida e expressa pelos camponeses: o seguro-desemprego é a única garantia de retorno econômico do trabalho no corte de cana.

No entanto, mais recentemente, a mecanização do corte de cana, além de diminuir os postos de trabalho, implica no arrocho salarial. Tais condições originaram um movimento grevista, no município de Morro Agudo-SP, no ano de 2008. Esse fato resultou na migração de retorno precoce de muitos camponeses a Francinópolis, embora, boa parte desses camponeses, segundo informações locais, já tinham migrado, novamente, em fevereiro de 2009. A migração temporária, assim, se justifica pela necessidade de alcançar o que não se tem, mas também para manter o que já se têm.

Eu achei uma boa vantagem. Aqui, eu não tinha conseguido esse dinheiro. E tinha conseguido, assim: se pegasse alguma coisa de bem [valor] e tivesse apurado [vendido]. Mas, aí, tinha ficado a mesma coisa, porque tinha tirado daqui para botar aqui. Então, lá eu fui para ver se reservava alguma coisa, aqui. E assim, eu me dei bem²⁵⁵.

Mas, a vantagem da migração não está relacionada, apenas e necessariamente, à aquisição de bens materiais. Pode ter sentidos subjetivos de alargamento de mundo: “[...] [a experiência da migração] foi boa, assim, porque conheci diversos lugar que eu não conhecia. E aí, fazer como a história do homem: conheci e, graças a deus, me dei bem, para mim foi bom!”²⁵⁶.

Alguns, em princípio, não vêem desvantagens na migração temporária: “As desvantagem... [pausa longa] para mim não tem, não. Por lá, não tem tempo ruim. Para mim, lá só tem tempo bom”²⁵⁷. Ou: “não, para mim foi boa, não achei desvantagem não”²⁵⁸. É importante ressaltar que essa visão que privilegia o destino da migração é um processo de racionalização de uma situação de fato que independe da vontade do indivíduo (BIANCHI, 1993 apud JANNUZZI, 2000).

Como lembram Moraes, Frazão e Rogério Jr (2007), as vantagens, sejam econômicas, sejam simbólicas, não eliminam as desvantagens, cuja referência expressa, mais claramente, a

²⁵⁵ C. M. L., lavrador, Bairro Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁵⁶ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁵⁷ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008

²⁵⁸ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

problemática social da migração temporária. Tal problemática diz respeito à reinclusão, ao problema da dificuldade da inclusão, à forma patológica da inclusão (MARTINS, 2003). Isto significa que camponeses são compelidos a se incluírem nesse mercado, com regime de trabalho muito diferente do modo de vida campesina, diferenças que implicam em desconforto físico e moral. Vários trabalhadores, em conversas diversas, destacam como desvantagem o esforço físico e a rotina diária das atividades em casa e no corte de cana. A fala seguinte aponta, para além dessas questões, as relações sociais estabelecidas entre eles e os chefes de turma no corte de cana, destacando as diferenças de valores humanos no destino e na origem.

A desvantagem de ir para lá é que você sofre demais. Você tem que acordar quatro hora, fazer comida, você chega cinco hora da tarde [17:00] [e tem que], lavar roupa fazer [e] comida de novo. Amanhã, à mesma quatro hora, de novo, você tem que levantar e fazer comida de novo e ir para roça, trabalha o dia todinho no sol quente, sol quente pesado, humilhado sabe? Humilhado! [...] No dia que você não trabalha para satisfazer eles [chefes de turma], eles fica jogando piada: “- ah, vocês não fez nada, não sei o quê! Morto!” É assim, humilhado, o cara humilha demais! Eu fui lá, mas acho que não tenho vontade de ir mais não! Que eu fui porque eu estava precisando só de uma motinha [motocicleta] velha para andar e, aqui, não comprava. Aí, eu fui lá e comprei essa motinha. Mas é humilhado, moço, lá é humilhado demais! Lá você pode tá doente, doencinha, tem que ir mesmo! [...] você não pode ficar em casa não! Aqui, não! Não tem salário não tem nada, mas se disser: “- hoje eu não vou trabalhar”, não estou nem aí! Eu não morro de fome! Posso ficar em casa, vou deitar, vou fazer o que eu quiser e pronto! E, lá, não! [...] Se o caba não tiver doente, de morrer, tem que ir mesmo! Ou vai ou aquele [dia] você não ganha nada e o que você ganhou já descontado, já, vai descontado! Aí, o cara tem que ir mesmo. Se for doencinha, pouca, não tem como não ir mesmo, não! E o cara trabalha chovendo, é de todo jeito, lá não tem disso não! É ruim por isso. O caba ganha um troquinho lá, mas é humilhado. É humilhado e trabalha muito, trabalha a morrer. Acredita? A morrer mesmo! Tem caba que morre, mesmo. É pesado demais²⁵⁹.

As relações sociais nesses dois ambientes sociais (origem e destino) têm diferenças significativas. Nos locais de destino da migração, surge ou prevalece a relação de submissão imediata no âmbito do trabalho que implica numa humilhação para o migrante. As relações são de fato instáveis porque a importância desses/as camponeses/as como seres humanos, ali, equivale ao seu vigor físico. Desse modo, são vítimas de ofensas morais quando, porventura,

²⁵⁹ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008. É importante ressaltar que o senhor Raimundo se identifica, socialmente, como trabalhador Rural. Disse que nasceu, foi criado e cria seus dois filhos na comunidade Chapadinha do Varjota, município de Francinópolis-PI. Migrou duas vezes para o corte de cana, sendo a última vez em 2007. Nesse caso, sua experiência como trabalhador rural não ameniza a forma degradante desse trabalho cujo enfrentamento fundamenta-se na necessidade de sobrevivência.

não mantêm o mesmo ritmo de trabalho, em muitos casos, em decorrência de doenças, muitas delas provocadas pelo esforço físico excessivo²⁶⁰ despendido no próprio trabalho.

Como se vê, destaca-se em diversas falas referentes às desvantagens do trabalho no corte-de-cana o tema do controle do seu próprio tempo. O repouso ocorre somente em casos extremos, pois esses trabalhadores não têm a liberdade de decidir sobre seu tempo e suas condições físicas de trabalho. Eles podem até repousar, quando se sentirem indispostos, mas terão que enfrentar a consequência de o salário, no final do mês, ser insuficiente até mesmo para alimentação. Nesse contexto, relações de reciprocidade humana dão lugar à lógica capitalista e individualista da competição, própria da busca de lucros pelas empresas²⁶¹. Com isso, o trabalho humano é coisificado e, por conseguinte, substituível, quando não satisfaz o sistema. Mas, tais condições são enfrentadas como parte do compromisso moral com a família.

A desvantagem que eu acho de viajar, porque chegar é bom, viajar é ruim você sabe né? É você deixar tudo pra trás, seus pais, sua mãe. Minha mulher é muito... Tá aí coitada. Ela tem problema de depressão. Tem dia que ela relaxa, não come nem nada, pensando neles [filhos] lá no mundo, essa vida deles para lá! [Por]que ela teve lá, já viu como era a vida deles lá, né? [...] Ao mesmo tempo ela conforma [...] E nós não temos condição de fazer uma roça, tudo, e pegar e depois dar o troco [resultado em dinheiro] em junho pra comprar roupa e calçado pra eles. E eles, lá, sofrendo como eles tão, mas eles têm com o que comprar roupa, um calçado, sem ter que mexer no pão de cada dia deles²⁶²!

E estar longe da família é outra desvantagem, constante, nas falas, principalmente das camponesas com marido migrante.

A desvantagem... No primeiro lugar, ficar separado da família. A desvantagem maior que tem é essa, aí. Hoje em dia, é difícil você criar uma família, separado do pai, principalmente a minha que é grande, é muito difícil controlar. É sério, o problema é sério, mesmo! A desvantagem, em primeiro lugar, que acho é essa daí. Você cuidar de filho, sozinha, aliás, de tudo, só, não é brincadeira não! O negócio é sério! Tem que saber planejar e replanejar. Senão dá tudo errado²⁶³.

A desvantagem é a questão da família. A desvantagem é essa da família não estar presente. [...] Aí, é corrido, corrido, mas minha maior preocupação é porque ele [marido] não está presente na criação dos filhos dele, não tá! Também, porque eu vejo que ele sofre, lá. Ele costuma me dizer que é sofrimento. Lá não tem... A vantagem é que ele tem o dinheiro todo mês, uma coisa que aqui a gente não

²⁶⁰ A temática de adoecimentos e mortes relacionadas ao trabalho na cana vem sendo mais especificamente trabalhada por Rogério Jr (2009).

²⁶¹ Convém lembrar, no entanto, que migrantes fazem frente a esta situação, recorrendo a elementos do próprio padrão de sociabilidade presente em seus lugares de origem. Assim, as redes sociais de parentesco e de amizade funcionam como apoio que se traduzem em empréstimos de dinheiro para financiar viagens, iniciação do “carteira branca” (iniciantes no mundo da cana) moradias coletivas nos locais de trabalho, etc.

²⁶² Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁶³ Francimar Francisca Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

costuma ter, entendeu? [...] E outra coisa: costuma chegar doente. Conheço pessoas que chegou de lá, doente. Doente que o tratamento custou até mais caro do que eles ganharam lá, entendeu? Conheço muitas pessoas [...]²⁶⁴.

De fato, toda a família sofre com essa separação que parece não ter fim, pois se repete a cada ano. Assim, os ganhos econômicos da migração temporária, por mais positivos que sejam, não amenizam conseqüências da ausência do migrante na família. As dificuldades se expressam, sobretudo, nas reordenações dos papéis sociais. Com a migração do pai, a mãe passa a desempenhar funções que antes cabiam ao marido, na família, inclusive, no que tange às atividades na roça. A “labuta” ou trabalho na roça é até suportada pela mulher e mãe, mas a função de pai é vista como essencial na criação dos filhos e, por isso, insubstituível.

[...] eu acho que se o pai estivesse presente, eles [filhos] temiam mais, [por] que [eles] não é acostumada com aquela pessoa, aquela pessoa educada, está entendendo? A questão da educação, o pai. Não costuma educar, só com a mãe. Aí, eu acho... Me ajudar também a criar. Porque eu mesma não vou para a roça não, mas tem é muita [camponesa] aí, mesmo ele [marido] estando na cana é obrigada a ir pra roça porque... Entendeu²⁶⁵?

De fato, em Francinópolis, é comum o trabalho feminino na roça, principalmente com a migração dos homens: “sempre, todo ano, assim, eu planto um pedaço, assim uma tarefa. Que quando ele [marido] está aqui, ele inicia o serviço. Aí, ia para o corte de cana e eu continuava. Quando ele voltava era o tempo da colheita, ele ajudava a colher. Sempre foi assim”²⁶⁶. O trabalho na roça “[...] É meio pesado. Mas é o que a gente pode fazer. Para a mulher eu acho pesado. Mas aqui a gente faz o rural, não tem outra saída. Tem que trabalhar mesmo para o sustento da família. Não tem outra coisa para a gente fazer”²⁶⁷. Redefinições dos papéis sociais²⁶⁸ e separação dos entes queridos são as desvantagens da migração temporária mais referidas pelas famílias preocupadas com a vida de seus parentes. Há uma concepção de que o estranho representa perigo, principalmente em terras alheias. Assim, o fato de estar longe da sua terra aparece como uma ameaça à vida.

A desvantagem é a seguinte, porque aqui é o seguinte: você estando aqui, a vida da gente é julgada em todo lugar, mas se você estiver em terras alheias, sua vida é mais

²⁶⁴ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

²⁶⁵ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

²⁶⁶ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

²⁶⁷ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008. Hoje, o marido de Evanildes está doente, impossibilitado de trabalhar e seu pedido de auxílio doença foi negado pelo INSS. Quando conversamos, em 07/02/2009, Evanildes afirmou que sua família está sobrevivendo com auxílio dos vizinhos.

²⁶⁸ Quando os trabalhadores migrantes são mutuários, geralmente, as mulheres são responsáveis pela continuidade do programa no caso de aplicação dos recursos, como será explicitado no capítulo seguinte.

julgada. Então, faz mais medo a gente... A mais desvantagem que tem no meio do mundo é só essa. Porque com a violência que tem hoje, é tudo mais perigoso para você. Sua vida é mais... é mais pequena que você estando em sua casa, estando no meio do mundo, em terras alheias, a sua vida é mais pequena, que de repente você pode sair de casa, mesmo para o serviço, e não chegar[...]”²⁶⁹.

No entanto, as desvantagens apontadas, não impedem o fluxo da migração temporária. Assim se demarca a formação de novas gerações de migrantes, à medida que pais migrantes presenciam seus filhos migrarem, ou mesmo migram com eles. Neste plano,

longe de ser, massivamente, parte fundamental de ascensão social de trabalhadores/as rurais, [a] migração temporária se insere na problemática social das migrações, no tocante à questão da reinserção precária de populações camponesas ou de origem camponesa (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR, 2007, p. 261).

2.4 Migrante temporário: identidade sociocultural?

Ao afirmar que a migração temporária está inserida na trajetória social de famílias camponesas do município de Francinópolis, entende-se trajetória “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189). A migração no âmbito mais abrangente da trajetória social camponesa é impulsionada, sobretudo, como dito, pelas precárias condições de vida as quais se põem como obstáculos à reprodução social da categoria.

Minha infância foi uma infância pobre, porque naqueles tempo, no interior, a gente não tinha o que o povo tem hoje. É não tive muito... Eu não tive aquela oportunidade de luxar, de sair, não! [...] Mas sempre a infância muito humilde, entendeu? Muito humilde mesmo, sem ter... Sem ter aquele prazer, assim, de hoje ta, aqui. Quando você tinha... Comprava uma roupa, faltava um calçado. Sempre faltava uma coisa, nunca você tava... Dificilmente dava certo pra tá tudo junto, ali. Pobre, família pobre, a gente humilde, humilde pra caramba! Pra mi criar foi sofrido, para criar meus filho também, ralei. Não passaram fome, mas eu ralei pra manter eles, para tá todo de barriga cheia, que nunca chegou o dia de nós não ter, assim, hoje saber “-que é que vou comer amanhã?” Não, nós sempre, a gente lutando, ralando ali, pra que nunca acontecesse [...] O negócio foi sofrido, entendeu, pra mim criar esses meninos hoje. E eles hoje estão pensando, tão vendo o que eu sofri pra criar eles. Num lugar desse, aqui, sem você ter uma renda mensal, porque, naquele tempo, não tinha bolsa, cartão [Programa do Governo Federal], não. Cartão veio aparecer agora. Aí, era diária mesmo, trabalhar na roça sobrando um troco, cassando uma diária, aqui, outra acolá! [...] Sempre batalhei. [...] As condições de vida é aquele negócio, eu sempre

²⁶⁹ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

vivi pelo mundo trabalhando pra manter a família. Quando não estou aqui, é na roça, trabalhando na roça pra dar sustento pra família²⁷⁰.

Nesse olhar, migração é uma parte da combinação de elementos que constituem o modo de vida do campesinato. Com a experiência migrante perpassando as gerações, a migração dos filhos alimenta essa combinação: “então é ajuda que eu tenho dos meus menino; é uma ajuda, que eu tenho do meu menino. É assim, vamo trabalhando né? Eles, lá, trabalhando [no corte de cana] e eu aqui [na roça]”²⁷¹.

A migração de um ou mais por família camponesa, em Francinópolis, se inscreve nas trajetórias sociais de várias dessas famílias, assim como atua na construção de identidades socioculturais. De fato, em meio ao devir típico da migração temporária, camponeses acionam várias identidades, muitas, móveis como referido por Hall (2006) – que se transformam no decorrer da idas e vindas, resultado de uma sociabilidade em trânsito, o que significa

Estar um primeiro momento, duplamente orientado em relação a duas sociedades de referência, insuficientemente vivenciadas, uma das quais ainda pouco conhecida e compreendida, que é a sociedade de destino. Num segundo momento, é estar orientado pela sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro (MARTINS, 2003, p. 146).

Nesse sentido, esses migrantes não podem ser mais pensados como indivíduos ancorados numa referência única como na idéia iluminista que segundo Hall (2006) postula que o indivíduo é centrado, unificado e idêntico ao longo de sua existência. Assim, se quando fala de campesinidade, Klass Woortmann alinhava a idéia de comunidade que, em si, expressa um contraste com a sociedade moderna, na medida em que sugere uma integração no passado mesmo em condições de deslocamento, torna-se necessário, como alerta Featherstone (1997), lembrar que a determinação de uma comunidade integrada depende da localização no espaço-tempo e no espaço social de referência. Com a migração temporária reiterando-se ano após ano nas trajetórias familiares, identidades camponesas podem ser vistas no sentido de Bauman (2005) como que flutuando no ar. Nesse processo, quais identidades são de próprias escolhas, melhor dizendo, quais interpelam²⁷² os sujeitos migrantes? E quais são infladas e lançadas pelas outras pessoas no processo de fricção social?

Convém lembrar que tanto a auto quanto a exo-identificação (CUCHE, 2002) social desses/as camponeses/as de Francinópolis estão ligadas às funções realizadas no cotidiano

²⁷⁰ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁷¹ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁷² Sobre interpelação, ver Woodward (2000).

camponês. Nesse sentido, esses sujeitos sociais se identificam como lavradores/as, trabalhadores/as rurais, roceiros/as, cidadãos/ã, professores/as²⁷³, sindicalistas. Nesse contexto, essas identidades têm significados diversos. Ser lavrador aponta para algo integrado ao passado, à tradição e, como dito por Thompson (1981) à experiência²⁷⁴.

É porque minha profissão toda a vida foi essa e, aí, trabalho de roça. Não pode dizer que é outra coisa. Em casa, aqui, nunca entrou um emprego, não tem ninguém empregado, nem nada, é lavrador mesmo²⁷⁵.

Eu acho pelo os meu antepassado assim, eu acho normal, eu não estudei o suficiente pra mim continuar pra frente. Logo, não tive tempo. Tempo a gente tem tempo pra estudar sempre mas, aí, eu sei se foi falta de interesse meu, mas eu me sinto bem assim como sou²⁷⁶.

A identidade, nesse caso, por estar integrada ao passado é tida como natural, embora, não fixa. E aqui vale ressaltar que, em que pese a valorização desse passado, as condições precárias do trabalho na roça e a própria condição de migrantes fazem com que se vislumbrem outras possibilidades de condições de vida. Assim, embora essas identidades estejam fortemente integradas ao passado, estão de fato em permanente devir, em construção. Tal mobilidade identitária não constitui um paradoxo, mas uma característica fundamental das identidades, inclusive da campesina, não apenas no Brasil. Como lembra Shanin (2008), isso tem a ver com a combinação presente dentre camponeses/as. Nesse contexto, a identidade axial no processo de auto-identificação desses sujeitos é acionada pendulando entre contentamentos e descontentamentos.

Rapaz, aqui é como o dizer da história, a gente faz... Do que sobreviver da roça, que outro ganho, como você vê, é difícil. Aí, tem que ser da roça mesmo²⁷⁷.

É uma vida cansada, mas não tem outro meio. O meio é esse mesmo²⁷⁸.

Rapaz, eu sou trabalhador rural. Como uns dizem: “- ah, sou doméstico!” Que não sou! Eu não tenho emprego, não tenho nada, sou trabalhador rural [...]. Rapaz eu me sinto feliz assim mesmo, que não tem outro jeito, não outro meio de dizer, mas

²⁷³ “Eu costume dizer que eu sou professora, porque é assim uma coisa que se aparecer para mim eu não vou dispensar é professora, entendeu? Pode ser que apareça outra [...], mas eu mesmo, eu sou professora. Se tivesse oportunidade d’eu ficar sempre trabalhando, era como professora!”(Maria Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Morro da Esperança, 23/09/2008). A senhora Maria identifica seu esposo como roceiro, pelo fato de trabalhar na roça.

²⁷⁴ Experiência, segundo Thompson (1981).

²⁷⁵ C. M. F., Lavrador, Bairro Chapada do Brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁷⁶ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador rural, Bairro Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

²⁷⁷ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²⁷⁸ Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, Localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

assim mesmo eu sou feliz, graças a deus! Tendo saúde, dá para a gente ir escapando e vivendo²⁷⁹.

O que eu acho? É meio pesado. Mas é o que a gente pode fazer. Para a mulher, eu acho pesado. Mas, aqui, a gente faz o rural. Não tem outra saída. Tem que trabalhar mesmo para o sustento da família. Não tem outra coisa para a gente fazer²⁸⁰.

As falas revelam tanto conformismo quanto descontentamento com as condições precárias de existência. Daí, a recorrência à migração como alternativa para a própria reprodução desse campesinato. Assim, a migração longe de simplesmente afastar, mantém camponeses/as nesse modo de vida, embora, com a migração temporária, estes/as transitem constantemente de um contexto social a outro.

Nesses contextos, identidades se constroem e reconstroem em processos nos quais, “a identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição da identidade” (CUCHE, 2002, p. 183), ou ainda “através das estratégias dos atores sociais” (CUCHE, 2002, p. 196). Convém lembrar que o uso estratégico da identidade nem sempre expressa liberdade de escolha, pois “somos incessantemente forçados a torcer e moldar as nossas identidades, sem ser permitido que nos fixemos a umas delas, mesmo querendo [...]” (BAUMAN, 2005, p.96) ou mesmo que ocultemos a identidade pretendida sob pena de discriminação (CUCHE, 2002).

Explicitar as identidades das próprias escolhas desses camponeses/as traz a dialética da relação entre positividade e negatividade de ver-se como tal, presente nas narrativas. Há narrativas institucionais (bancos, governos e entidades) que sustentam que camponeses não querem mais exercer a atividade rural e que nem se identificam como rurais²⁸¹. De fato, ser trabalhador rural, lavrador, longe de ser algo socialmente negativo, tem um sentido também positivado, podendo expressar aceitação, felicidade e honradez²⁸².

Não, eu me sinto bem, né? Tudo o que você vai fazer tem que se sentir bem não é não? Porque seu serviço é aquele, você tem que se sentir bem, mesmo! Você não tem outro²⁸³.

Rapaz eu... É a profissão que tem né? Tem que dizer que é bom, a profissão que eu tenho mesmo é essa. Aí, não pode dizer que é ruim, tem que dizer que é boa²⁸⁴.

²⁷⁹ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²⁸⁰ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

²⁸¹ Nessas narrativas há afirmações de ser difícil encontrar um trabalhador que aceite trabalhar por diária. Mas como já mencionado, camponeses reclamam da dificuldade de encontrar até mesmo trabalho pago em diária no município. As críticas ao programa Bolsa-Família por parte das narrativas acima referidas geralmente enfatizam que, com o programa, os sujeitos deixaram de trabalhar. As falas camponeses mencionadas contrariam essa possibilidade.

²⁸² Ser trabalhador rural e lavrador expressa também o sentido de não ter emprego.

²⁸³ Damião Santos Pereira, Trabalhador Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

[...] Sou um pobre lavrador [...] Sou do campo da roça [...] rapaz, hoje eu me sinto feliz e honrado²⁸⁵.

Não, às vezes por onde eu rodo por aí, que eles procura o que... A minha função, rapaz, eu digo, rapaz, a minha função é lavrador, lavrador²⁸⁶.

[...] Sou trabalhadora rural, em todo lugar desse mundo, trabalhadora rural, até na igreja! Procura um papel meu lá, que é trabalhadora rural. Em todo lugar, trabalhadora rural²⁸⁷.

Nas falas acima, ao explicitarem as identidades de que camponeses/as lançam mão nas relações sociais locais, em momento algum, é acionada a identidade migrante. Nessa perspectiva, esta pode ser vista como identidade atribuída por nós, pesquisadores, por grupos sociais locais, por entidades sociais que atuam próximas desses sujeitos, por pessoas no destino da migração. Convém lembrar que identidades são constituídas por signos de nossa própria escolha, assim como pelos outros lançados por outrem. Nesse processo, os camponeses/as migrantes não procuram

assimilar ou manipular, mas sim integrar-se, ajustar o seu comportamento às exigências morais e sociais exteriores, manter uma certa coerência na definição da situação, num jogo permanente de negociação e de procura da aceitação”(MENDES, 2002, p. 509).

Assim, nos locais de destinos, acionam uma identidade estratégica (CUCHE, 2002). A construção de uma identidade é forjada nas relações sociais, econômicas, políticas e, sobretudo, culturais, nas quais estamos envolvidos. Assim, “a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais” (MENDES, 2002 p.504).

Migrantes nordestinos que trabalham no corte-de-cana são vistos como “trabalhadores subordináveis ao chefe e fiscal da turma” (ALVES, 2007, p. 40) e com “disponibilidade para receber baixos salários” (ALVES, 2007, p. 49). Essa identificação, atribuída por usineiros e por pesquisadores é, também acionada estrategicamente pelos camponeses migrantes, para se manterem no trabalho e alcançarem seus objetivos. Isto não significa serem esses migrantes passivos por natureza; são, antes de tudo, compelidos a agirem assim em decorrência de suas precárias condições de vida. Além disso, há o compromisso moral com a família ou mesmo com o grupo social ao qual pertencem.

²⁸⁴ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

²⁸⁵ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²⁸⁶ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁸⁷ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

Convém lembrar, ainda, que no processo de construção de identidade, as relações de poder têm uma influência significativa, sobretudo em relação às identidades infladas por estranhos, caso da identidade migrante, acionada pelos próprios migrantes dentro de certos limites. Nesse sentido, observam-se distintos olhares sobre essa identidade.

Ser migrante? Rapaz, para mim, eu acho que é bom, né? Que não tem... não posso ser outra coisa, tem que ser migrante mesmo²⁸⁸.

Não é uma coisa muito boa não, mas sendo o jeito... Só que é coisa de vantagem. Não, no lugar da gente. Tem que viajar pra ganhar né? Que [se] o cabra pudesse ficar aqui, direto, a coisa que era bom porque é o lugar da gente. Mas sendo o jeito, a gente não faz só o que a gente quer, tem algumas coisa que a gente tem que fazer²⁸⁹.

Observa-se uma hesitação em apreciar positivamente o ser migrante, ao mesmo tempo em que fica explícita a ausência de liberdade de escolha: “a gente não faz só o que a gente quer”. Nesse sentido, “ser” aparece também como não sendo uma questão de escolha: “não posso ser outra coisa, tem que ser migrante mesmo”. Aqui, “ser” e “fazer” expressam, a problemática social da migração, lembrada por Martins (2003). Assim, a identidade migrante não é uma escolha dentre outras possíveis, mas forjada num contexto de reprodução social precária.

Pra mim, é uma tristeza ter meu filho imigrante porque, se eu pudesse, tava tudo comendo dentro de casa aqui, não taria pelo mundo sofrendo o que eu sofri ou mais do que eu sofri. Eu sofri por um lado. Agora estou sofrendo pelo outro, né? A vida em São Paulo é uma coisa, nas cana é diferente! A gente ver falar, tem dificuldade no tempo quando você não tem conseguido um emprego. Pra mim, se eu estivesse estabilizado, aqui, eu não estaria com meu filho no mundo, mas ele quis assim. Eu quero que ele tenha sorte onde ele estiver e que venha [viver] aqui; qualquer intenção que eles tenham, aqueles plano dele tudo dê certo para que eles possam viver aqui, pra que meus netos não tenham o destino deles de sair pelo mundo pra poder sobreviver²⁹⁰.

O que significa imigrante? Rapaz eu acho que fica... não é muito fácil não, que você... O que era bom pra gente era tá no estado da pessoa, na cidade da pessoa da gente, que a pessoa nasceu e se criou. Mas para viajar eu acho que não é muito bom não, só sai porque é jeito, mas bom não é não²⁹¹!

Ah! Não, viajar ninguém acha bom! Viajar é bom, assim, se tivesse condição de sair daqui pra passear! Mas pra ir trabalhar em qualquer lugar, você não vai. Vai porque é obrigado, vai porque é obrigado. A precisão te obrigando, mais você pra sair assim

²⁸⁸ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

²⁸⁹ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

²⁹⁰ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁹¹ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador rural, Bairro Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

pra trabalhar, assim só se fosse uma coisa que, assim, se você fosse uma coisa que pudesse levar a família. Você sair e deixar a família é ruim demais.²⁹²

Ter um migrante significa uma péssima imagem; é só tem uma péssima imagem. Outra coisa não tem não porque é ruim demais, principalmente as crianças, os filhos sofre muito. Tem uma [filha] que quando lembra dele [pai], não gosta de falar dele [risos]. Agora, filha dele passou... ela passou um bom de tempo sem falar com ele. Veio falar com ele agora.²⁹³

[risos] Não, rapaz é ruim porque a gente né? Só de o cara ser pobre é um artigo ruim, né? Que o cara só vê as coisa, às vez interessa e não poder comprar é um pouco chateado. O cara fica um pouco chateado.²⁹⁴

No entanto, essa carga de negatividade não exclui apreciações positivas do ser migrante, sobretudo quando se vislumbra a possibilidade de conhecimentos, que a migração pode proporcionar. Nesse sentido, a migração é caminho para o mundo, possibilidade de ampliar conhecimentos.

É, sabe? É bom e é ruim, porque assim, é bom por um sentido de conhecer certas coisas, muitas coisas e... Sabe, assim, ver muitas coisas, porque tem aquele dizer: “o mundo ensina”. Não tem? O pessoal tem o dizer que o mundo ensina muito e ensina mesmo. Eu aprendi muitas coisas, muitas coisas que eu aprendi foi viajando. Viajando, assim, porque eu fui duas vez pra São Paulo. Porque eu fui a primeira vez, aí, vim de férias, quando casei, vim de férias, passei um mês e pouco dias aqui com minha mãe, aí, voltei. Foi o tempo que passei dez ano, mas dentro desses dez ano, eu aprendi. Então achei que... Que é só esse lado que eu acho do um filho ser emigrante, que as vantagens é só nisso, aí, de aprender, sabe? De abrir... Saber o que que é duro, que lá na cana é duro pra ele. Eu soffro é muito por causa disso, mas ao mesmo tempo é uma lição, sabe? É uma lição. Mais eu não gostaria que ele tivesse lá, não, mas tá lá, imigrante, justamente, porque aqui não tem esse emprego, mas tem essa vantagem que eu acho, tipo assim, o pessoal tem um dizer. Eu... O Chicão às vezes gosta de dizer pra mim assim, diz que eu falo muito em código, tipo assim, não tem aquele dizer: “- quem não faz seus filho chorar quando é pequeno dizem que mais tarde chora por eles” [...] Então, é como eu digo: ele tá sendo imigrante, lá, é ruim, mas, ao mesmo tempo, tem aquela vantagem porque ele tá aprendendo. É igual, eu disse assim: “quem tem seu filho pequeno que não faz chorar e que mais tarde chora por ele é porque tem que ensinar desde pequenininho”, que, aí, mais tarde não vai, sabe? Então, acho que isso, aí, tá sendo uma experiência boa pra ele, sabe? Porque o mundo que nós vive, daqui pra frente, é daí eu acho que não tem melhora não. Sabe? A pessoa tem que aprender mesmo de tudo, eu acho.²⁹⁵

Reiteramos ser a migração temporária parte constitutiva e essencial na trajetória social do grupo camponês abordado, inclusive como construtora de identidades socioculturais, no contexto das várias identidades, escolhidas, infladas e atribuídas por outras pessoas. A identidade atribuída - migrante - não perde sua significação social por não ser reconhecida

²⁹² Damião Santos Pereira, Trabalhador rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

²⁹³ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

²⁹⁴ José Ferreira dos Santos, trabalhador rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

²⁹⁵ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

pelos sujeitos e não é apenas um estilo teórico de classificar categorias sociais, mas uma construção ancorada em fatos sociais que compõem a trajetória social dos sujeitos da pesquisa²⁹⁶. Como vimos, camponeses/as têm identidades de suas próprias escolhas e claramente não acionam a identidade migrante, mas esta ressoa no modo de pensar suas necessidades, na maneira de agir e em sentimentos. Mesmo não estando acionada, a identidade migrante está sutilmente, aqui e acolá, em movimentos quase imperceptíveis, por ter elementos já assimilados pelos sujeitos. São esses/as trabalhadores/as migrantes marcados por identidades que flutuam no ar que acessam o Pronaf. Como se relacionam com este programa é do que trataremos no capítulo seguinte.

²⁹⁶ Ver DURKHEIM (1995).

CAPÍTULO 3 PRONAF EM FRANCLINÓPOLIS

3.1 Sobre Pronaf: perspectiva institucional

O crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar²⁹⁷ (Pronaf) “não é o ‘pagamento de uma dívida social’, é uma política dirigida, focada, que incentiva famílias agricultoras e estimula o sentido de responsabilidade” (MDA, 2006)²⁹⁸. Nesses termos, a concepção de justiça social do Estado é meritocrática²⁹⁹, ou seja, baseia-se no mérito individual para solucionar os problemas sociais³⁰⁰. O processo de intervenção social do Estado se realiza de forma indireta, na medida em que apenas atribui responsabilidade ao público-alvo, ao invés de agir diretamente no problema. O desenho do Pronaf, assim como sua forma de implementação, está claramente definido nessa estrutura.

O Pronaf está subdividido nos seguintes grupos: Pronaf A, Pronaf grupo A Complementar, Pronaf A/C, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf E, Pronaf Agroindústria, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar, Pronaf Cota Parte, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Semi-árido, Pronaf Floresta, e Pronaf Agroecologia (Anexo A). Com as mudanças referidas³⁰¹ foi criado o grupo Agricultores Familiares que substituiu os antigos grupos “C”, “D” e “E” (Anexo B).

No município de Francinópolis são operacionalizados apenas os Pronafs B e C (Tabela 8). O Pronaf B é destinado a agricultores/as familiares com renda bruta anual de até quatro mil reais (R\$ 4.000,00) e o Pronaf C é destinado a agricultores familiares com renda bruta anual acima de quatro mil reais (R\$ 3.000,00) e até dezoito mil reais (R\$ 18.000,00).

²⁹⁷ Com a implementação do Pronaf, o termo agricultura familiar ganha a cena pública para referir populações rurais.

²⁹⁸ Fragmento de texto de apresentação do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 28 dez.2008.

²⁹⁹ Sobre o modelo de intervenção social Meritocrático-particularista no Brasil, ver Draibe (1990).

³⁰⁰ Essa postura, que resolve problemas sociais através de ações individuais, é, em certo sentido, paradoxal, pois os problemas relacionados à reprodução social dos camponeses resultam da desigualdade socioeconômica na sociedade brasileira e não necessariamente de incompetências individuais.

³⁰¹ Ver nota 98 desta dissertação.

Tabela 8 - Grupos do Proanf operacionalizados em Francinópolis – safra 2007/2008.

Grupos	Modalidade	Crédito por operação (R\$)	Juros	Bônus de adimplência em cada operação	Prazo	Carência
Pronaf B	Investimento	Até R\$ 1.500,00	1% a.a.	25%	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf C	Investimento	R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil	2% a.a.	R\$ 700,00 por Produtor(a).	Até 8 anos	Até 5 anos
	Custeio	R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	3% a.a.	R\$ 200,00 por Produtor(a).	Até 2 anos	

Fonte: MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0807813854.doc>>. Acesso em: 23 jun. 2009. Elaboração da pesquisa.

O Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), instituiu normas de operacionalização do Pronaf³⁰² e os bancos planejam o acesso de possíveis mutuários/as ao crédito de acordo com as diretrizes. A implementação do Pronaf na microrregião de Valença do Piauí é feita pelos bancos operadores (Banco do Nordeste do Banco e Banco do Brasil), pelos EMATERs e STRs dos municípios. Sem pretender uma análise detalhada do processo de implementação do Pronaf, o que foge aos limites e objetivo deste trabalho, apresenta-se a seguir um esboço breve da operacionalização do programa na Microrregião de Valença e no município de Francinópolis, pelos Banco do Nordeste e do Brasil³⁰³, pela Emater e pelo STR do município em foco.

Segundo Francisco Borges Fernandes, gerente do BNB, em Valença do Piauí, o Pronaf está presente na Microrregião de Valença, desde que institucionalizado no Estado do Piauí, há pouco menos de 10 anos (Tabela 9)³⁰⁴. Ao longo desse período, o Programa sofreu alterações varias, em alguns aspectos, no sentido de atender as demandas. Tal processo se deu não apenas em relação ao volume de crédito, como também em relação ao surgimento de novas formas de acesso. O crédito do Pronaf é gerenciado pelo Banco do Brasil (BB) e pelo BnB. A

³⁰² Ver Resolução nº 3.559, de 28.03.2008, do Banco Central do Brasil.

³⁰³ Embora a tabela 7 apresente dados correspondentes a projetos financiados pelos BB e BnB, não foi possível, na pesquisa de campo, apesar do planejamento e das várias tentativas, conseguir uma entrevista com o gerente do Banco do Brasil (BB), ou mesmo com alguém responsável pelo Pronaf na agência desse banco, localizado no município de Elesbão Veloso. Na única oportunidade em que o pesquisador teve acesso à agência bancaria, a gerente alegou que, para conceder a entrevista ou designar outra pessoa, precisaria do aval do superintendente do Banco, no Estado do Piauí. Na ocasião, solicitou que fosse apresentado previamente o roteiro da entrevista, no que foi atendida, prontamente, mesmo sem se compreender tal atitude, já que se tratava de um banco público. Com isso, a gerente garantiu apresentar uma posição sobre a questão, mas não deu retorno. O motivo dessa indisposição de representantes do Banco do Brasil do Estado do Piauí não ficou claro.

³⁰⁴ Vale ressaltar que as operações do Pronaf, no município de Valença do Piauí só constam a partir do ano agrícola 1999/2000 (Disponíveis em: <<http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/>>. Acesso em: 28 dez. 2008).

cobertura do crédito do Pronaf teve ampliação significativa na agência do BnB de Valença do Piauí.

[...] Todas as modalidades... As modalidades do Pronafe [Pronaf] nós trabalhamos aqui. O Pronafe A, o bê [B], o pronafe comum, que no passado era o cê [C], dê [D] e é [E], o pronafe mulher, o pronafe jovem, o pronafe agroindústria, pronafe floresta, o pronafe semi-árido, ou seja, todos esses nós trabalhamos, normalmente, esses recursos, e temos recursos abundantes para trabalhar com esses produtores³⁰⁵.

Tabela 9 - Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por ano agrícola - Francinópolis-PI.

Ano Agrícola	Modalidade/Enquadramento							Total de Contratos	Montante do crédito (R\$ 1,00)
	Investimento/Grupo			Custeio/Grupo					
	B	C	E	B	C	E	Variável		
2003/2004	104	0	0	0	5	1	0	110	114.046,08
2004/2005	26	1	0	0	23	0	0	50	51.389,90
2005/2006	161	22	0	0	71	0	0	254	351.258,39
2006/2007	61	3	0	0	70	0	0	134	164.988,29
2007/2008	87	2	0	0	71	0	0	160	210.603,74
2008/2009	38	0	0	0	15	0	2	55	74.038,88
Total	477	28	0	0	255	1	2	763	966.325,28

Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB Até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 09/2008; BASA: até 09/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações. Disponível em: <http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano_agricola.asp>. Acesso em: 27 dez. 2008. Dados organizados pela pesquisa.

Essa ampliação de crédito ainda não se estendeu aos demais municípios da Microrregião de Valença, ou seja, nem todas as modalidades são, ali, operacionalizadas³⁰⁶. No caso de Francinópolis, encontram-se apenas as modalidades “B” e “C” para custeio e investimento nos valores referidos. Esse quadro, ainda deficitário, deve-se em parte à precariedade das informações acerca do próprio acesso ao Pronaf, nos municípios. As dificuldades em melhorar esse quadro estão, sobretudo, relacionadas à precária divulgação das modalidades do Pronaf por parte das agências mediadoras. Nas conversas, percebe-se que camponeses/as desconhecem demais modalidades³⁰⁷. Mas, mesmo com tais dificuldades, o Pronaf é analisado, positivamente, pelos intermediadores.

³⁰⁵ Francisco Borges Fernandes, Gerente do BNB, agência de Valença do Piauí. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 01/09/2008. É comum, na linguagem institucional a referência aos sujeitos da pesquisa como “produtor” a partir da tipologia utilizada pelo sistema bancário: grande produtor, médio produtor, pequeno produtor. Sobre esse padrão de classificação de populações rurais, ver Moraes (1998).

³⁰⁶ No caso, o Pronaf “A” destinado, exclusivamente, para assentamentos de reforma agrária, este não tem presença em todos os municípios, mas apenas naqueles onde há assentamentos. No entanto, outras modalidades, como o Pronaf Jovem, embora não tendo restrições à sua implementação, ainda fica limitada a alguns municípios. O Pronaf jovem é destinado a Jovens agricultores/as familiares entre 16 a 25 anos que cursaram ou estejam em centros de formação por alternância, escolas agropecuárias de nível médio e/ou cursos profissionais voltados para atividades agropecuárias.

³⁰⁷ Esse aspecto será abordado na seção seguinte.

[É] o primeiro crédito bancário, onde, ao invés do produtor pagar juros, ele tem um bônus de desconto de vinte e cinco por cento [25%]. Ele acaba pagando um valor inferior ao que ele recebeu. Isso modificou muito a visão que o produtor tem do banco e encorajou o produtor a pegar esse dinheiro para aplicar. Uma forma muito fácil de buscar o desenvolvimento. E, por isso, os produtores do município que se enquadravam nos critérios, logo em dois mil e quatro [2004], correu todo mundo para aderir ao Pronaf. Quem se enquadrou, no momento, não ficou fora e aproveitou a oportunidade³⁰⁸.

Eu acho o seguinte, houve mudanças positivas e negativas. Mas, de um modo geral, eu diria que foi uma coisa positiva, porque é um dinheiro a custo zero. Custo zero que estou me referindo é o juro, quanto ao juro, porque se pega na época que era no (trecho incompreensível), você pagava setecentos e cinquenta [R\$ 750,00], hoje você paga cento e vinte [R\$ 120,00 reais] e pouco em duas parcelas³⁰⁹.

O que mudou foi o acesso. A cada ano que passa, vem aumentando a abundância de recursos, ou seja, no início do pronafe [Pronaf] esses recursos eles eram um tanto limitados, porque isso é uma questão proporcional. Se eu tenho dez e oferto seis, só fica quatro. À medida que vou, mas é dizer para você que, no início, os recursos do pronafe eram... Nós já tivemos oportunidade há quase oito, seis, sete, oito anos atrás, que o governo [federal] declarava, aí, que eram quatro bilhões [R\$ 4.000.000,00] para o pronafe. Nós estamos aí, com esse plano safra dois mil e oito, dois mil e nove [2008/2009] com treze bilhões [R\$ 13.000.000,00]. Para você ver que aumentou três vezes isso, aí. Então, esse volume, ele é suficiente. Eu diria que é suficiente pra a gente atendermos o nosso... Não é suficiente, mas daria para a gente fazer, assim, uma aplicação muito forte, né? E dar para essas pessoas essa possibilidade de poder ter acesso ao crédito³¹⁰.

Nessa avaliação, dois aspectos positivos sobressaem. O primeiro diz respeito ao desconto. Quando camponeses/as têm acesso ao crédito, já têm o bônus de 25% em cada parcela da dívida com o programa, ou seja, fazem o empréstimo e pagam 25% a menos do valor emprestado. O outro refere o volume de crédito destinado ao programa, que passou de 4 a 8 bilhões de reais previstos para 2009. Esses dois aspectos, interligados, teriam sido fundamentais para o aumento do número de projetos. O primeiro aspecto atraiu camponeses/as; o segundo garantiu o atendimento da demanda.

Esse otimismo em relação ao Pronaf se justifica quando se analisa o histórico das políticas públicas no Brasil voltadas para a agricultura familiar, porquanto, até então, as iniciativas, nesse sentido, eram restritas e fragmentadas. Essa história faz do Pronaf uma política pública de relevo. Mas, essa qualidade não exime o programa de problemas, tanto no desenho quanto na implementação. O Pronaf é uma política nacional para atender a demandas regionais, com suas especificidades. E, como referido no capítulo 1 dessa dissertação, a concentração de recursos nas regiões Sudeste e Sul do país mostra que, no desenho original

³⁰⁸ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

³⁰⁹ Antonio José Mendes, Presidente do STR de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 31/08/2008.

³¹⁰ Francisco Borges Fernandes, Gerente do BNB, agência de Valença do Piauí. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 01/09/2008.

do Pronaf, especificidades não foram consideradas satisfatoriamente. Talvez, mesmo, nem se tivesse conhecimento de tais diferenças.

Ao que parecem, tais problemas foram corrigidos, embora isso não seja o suficiente para aperfeiçoar o desenho do programa, pois se trata apenas de sua dimensão econômica. Segundo Mariano Lima Bezerra, o MDA identificou, junto ao IBGE (CENSO AGROPECUARIO 2006/2007), a criação de caprinos e ovinos como sendo mais adequada ao município de Francinópolis. É importante ressaltar que o IBGE não trabalha com zoneamento³¹¹, apenas indica o número efetivo de rebanhos (Tabela 10). Mas, o foco na ovinocaprinocultura parece ir de encontro às condições de vida camponesesa, dentre as quais o acesso precário à terra e a ausência da estrutura necessária para se criar animais.

Tabela 10 - Pecuária no município de Francinópolis

Rebanhos	Bovinos	Eqüinos	Asininos	Muares	Suínos	Caprinos	Ovinos	Galinhas
Cabeças	2.353	51	363	29	2.061	3.591	1.571	4.378

Fonte: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 4 jun. 2009. Elaboração da pesquisa.

De fato, se a forma de acesso ao crédito e o aumento do volume de recursos atraíram muitos/as camponeses/as, isso não resultou, necessariamente, no sucesso das aplicações dos recursos. O sucesso de uma política pública também é condicionado pela sua legitimidade, ou seja, pelo grau de confiança que possíveis beneficiários/as tenham em relação às instituições ou ações do Estado. O atendimento à dimensão econômica, por si só, não garante legitimidade. Os problemas com os quais o Pronaf se defronta, atualmente, destacados pelos operadores parecem decorrer, em grande medida, de questões relacionadas à legitimidade, deste, junto a camponeses/as, embora não seja este o ponto de vista desses mediadores que apontam para a “questão cultural” e a não-aplicação dos recursos da forma prevista pelo programa.

O que eu vejo de negativo dentro do programa [Pronaf] ainda chama-se assistência técnica. A assistência técnica, ela precisa melhorar, está certo? Eu imagino que o produtor, se ele tem, lá, um acompanhamento, se ele tem lá uma decisão conjunta... Porque a assistência técnica é ajudar o produtor a tomar decisões. Quer dizer, tomar decisões e decisões corretas, ensinar o produtor a melhorar o que ele tem, lá. Então, eu imagino que a assistência técnica feita de forma... Porque ela começa, a assistência começa quando começa o projeto. Porque você vai lá discutir o projeto com a pessoa, porque não é o elaborador do projeto, não é o assessor do agro-

³¹¹ Segundo Aderson Soares de Andrade Junior, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-PI), não existe zoneamento de aptidão, mas zoneamento agrícola de risco climático. Nesse caso, ele afirma que os Bancos geralmente resistem em adotar o zoneamento agrícola de risco climática em relação à pequena produção, com receio de não ter retorno econômico nas aplicações (informação verbal).

amigo³¹² e nem é o Sindicato [STR] que vai dizer qual é a atividade. Quem vai dizer qual é a atividade é o produtor. E essa, aí, é que deve ser aproveitada, porque o produtor ele já tem um conhecimento, já nasceu com esse conhecimento, né? De estar fazendo aquilo, ali. Aprendeu com o pai, aprendeu com a mãe, aprendeu com a família, como é que está fazendo, ali, como é que cria galinha, como é que cria um carneiro, como é que cria um bode, um jumento, o cavalo, o boi. [...] Então, o lado mais negativo que eu vejo dentro do pronafe chama-se a assistência técnica. A assistência técnica existe, [mas] ela precisa melhorar. [...] A outra coisa negativa também que eu poderia citar: a questão cultural. A questão cultural da gente entender que já sabe, está certo? Por eu ter nascido, eu posso... Isso porque também eu venho do interior, conheço essa vida de lá. Meu pai era agricultor e fazia isso dessa forma, ou seja, o produtor ainda está com essa crença de que o meu pai fazia assim e eu vou continuar fazendo, que isso não é verdade. Aquilo que eu trabalhava, lá, com o meu pai serve pra mim, tem um valor pra mim, mas eu preciso é chegar à frente. Uma coisa: vamos falar aqui de ovino e de caprino. Eu preciso deixar de criar como o meu pai criava. O bicho solto ou criado extensivamente e que eu ia buscar no dia em que eu precisava, lá. Dormia não sei aonde, comia não sei aonde, reproduzia e eu só ia buscar o que sobrava. Essa é uma coisa que precisa mudar e ela tem grande fator com a assistência técnica. É dizer para eles: “- Olha, os seus animais têm que dormir no chiqueiro. A cabra, quando estiver prenha, no último terço da gestação, você tem que ter lugar tranqüilo, alimentação para ela ter [cria], ela vai ter um parto melhor, vai parir um animal melhor, mais gordo. Com isso, ele vai sobreviver”. Porque a gente sabe, hoje, que o grande gargalo do ovino, da caprinocultura para o pequeno produtor é exatamente isso, aí. Porque isso é tão verdade que nas localidades onde tem aqueles produtor que já cria com essa técnica, eles têm um volume de animais, eles vendem mais animais do que os outros, porque ele já sabe e essas atividades são extremamente rentáveis. Agora, elas exigem que você tenha também um trabalho muito forte. Viva diariamente trabalhando com isso, aí. “- Eu trabalho com as minhas cabras, com as minhas ovelhas de manhã, de tarde e de noite”. Então, eu vejo que esse ainda é um ponto negativo: a questão cultural da gente [camponeses] ainda querer fazer como se fazia no passado, que deixar lá e pegar apenas quando, realmente, tiver uma necessidade que sempre tem³¹³.

Os pontos negativos é que o dinheiro não foi, na maioria dos casos, não foi aplicado para o objetivo do projeto, que seria fomentar o desenvolvimento da pecuária nos municípios. O banco sempre financiou entre dez [10] e doze [12] animais por produtor, no caso do pronafe bê [Pronaf B] e uma quantidade bem maior no caso do pronafe cê [Pronaf C]. Aí, os produtores pegam o dinheiro e nem sempre adquirem os animais. A falta de uma pressão para que isso fosse executado de forma correta, a meu ver, é um ponto negativo. No mais, todos são positivos. É um recurso de fora, que chega no município com possibilidade de geração de renda e emprego de fixação do homem no campo. Isso não ocorre sempre por esse ponto negativo. O pessoal não aplica o recurso. Também muitas pessoas não estão preparados para aplicar o recurso, não têm onde criar os animais e fazem o projeto e por não ter onde criar, mais um incentivo, da parte deles, para não adquirir esses animais. O ponto negativo que eu vejo é esse, a não aquisição do objeto projetado³¹⁴.

³¹² [...] Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste [...] visa à concessão de financiamento para a área rural [...]. O programa destina-se a agricultores familiares classificados como PRONAF Grupo B que exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros e possuam renda bruta anual de até R\$ 5.000,00 excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (AGROAMIGO,2008). Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agroamigo/>>. Acesso em: 19/fev. 2008).

³¹³ Francisco Borges Fernandes, Gerente do BNB, agência de Valença do Piauí. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 01/09/2008.

³¹⁴ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008

A construção da legitimidade passa pela compreensão do saber local e da sua relação com a aplicação dos recursos. A “questão cultural”, mencionada, refere as práticas de camponeses/as que querem criar como no passado, certamente, não convencidos/as de que devem mudar essa prática. E nesse caso, a melhoria da assistência técnica, em si, pode não ser suficiente para promover mudanças. De fato, a aplicação dos recursos do crédito para investimentos do Pronaf requer uma estrutura (elementos essenciais para a criação de animais, tais como terra, área cercada, pasto, e água) o que muitos não possuem. Como evidenciado no segundo capítulo desta dissertação, o acesso à terra é problemático para camponeses/as do município de Francinópolis, como também dos demais municípios da microrregião de Valença.

A sua grande maioria [mutuários] não têm terra. A sua grande maioria são posseiros, né? Eu acho que a base maior são de posseiros. Eu acho que a terra ainda é uma coisa muito forte, né, para as pessoas. Um outro grupo são de pessoas que trabalham como agregado, como a gente chama, comumente, trabalha de agregado, trabalha de vaqueiro, trabalham para uma pessoa e essa pessoa deixa ele trabalhar, lá, na sua terra e fazer a sua pequena produção, lá, na sua terra. Então, a grande maioria é dessas pessoas que não têm terra³¹⁵.

Algumas famílias camponesas têm terra, mas não têm como cercá-la. Nesse caso, a criação dos animais soltos, ainda orientada por um modo de cuidar integrado ao passado, pode não ser explicável apenas pelo costume, mas estar relacionado, também, à estrutura precária vigente no município³¹⁶, resultando na não aplicação dos recursos no objeto financiado pelo projeto

Contudo, em que pesem problemas relativos à dimensão estrutural, a assistência técnica³¹⁷ tem papel fundamental na implementação do Pronaf e, por isso, deve ter não apenas uma expansão dos postos de atendimentos, mas, realmente, melhora na qualidade desse atendimento, no sentido de dialogar com os/as camponeses/as, ao invés de lhes impor um modelo pronto. Uma política pública cuidadosamente desenhada deve contemplar e não ir

³¹⁵ Francisco Borges Fernandes, Gerente do BNB, agência de Valença do Piauí. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 01/09/2008.

³¹⁶ O que se explicita nas falas camponesas, na seção seguinte.

³¹⁷ O serviço de assistência técnica na agricultura coube, historicamente, no Brasil, em grande medida ao Estado. Inicia-se em 1956 com a Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR). Nos anos 1970, institui-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) coordenando as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos estados. Em 1990, esse serviço sofre um processo de desmantelamento com o fim da EMBRATER. A partir de 1990, há uma nova mudança, passando-se a chamar Assessoria Técnica – ATER, envolvendo parcerias do Estado (EMATERs) com organizações não-governamentais. No município de Francinópolis, este serviço é prestado pela EMATER. No Piauí, no governo de Francisco de Assis Moraes Souza (2005 a 2008), a EMATER se transforma em Instituto, mas continua com a mesma sigla.

contra a cultura de beneficiários/as³¹⁸, o que é fundamental para que o programa tenha legitimidade junto a esses/as beneficiários/as.

No que tange à burocracia, houve avanços significativos no âmbito do programa. O acesso ao crédito está menos burocratizado, principalmente em relação ao Pronaf B que contempla a maioria dos beneficiários da Microrregião de Valença. Mas há, no campo dos mediadores, quem entenda essa facilidade como algo negativo.

Eu acho que faltaria um critério que ajustasse a condição verdadeira do cidadão para criar esses animais. Por exemplo, no Pronafe cê [Pronaf C], o programa não empresta dinheiro para compra de animais se o proprietário não comprovar que tem pastagem suficiente. No [Pronaf] bê [Pronaf B] não há necessidade dessa comprovação. O bê [Pronaf B] é simples demais. Para a liberação do pronafe bê [Pronaf B], só é necessário que a pessoa seja realmente trabalhador rural. Pra isso, ele leva uma declaração de aptidão ao pronaf [DAP] da empresa de assistência técnica e extensão rural [EMATER] comprovando quem ele é e que ele não tenha nenhum documento... [Que ele tenha] todos os documentos em dias, sem problema de essepecê [sistema de proteção ao crédito- SPC], ou do Serasa³¹⁹, sem débito ou cepeéfe [CPF] em atraso. Se tiver com toda documentação correta, ele recebe o crédito. A exigência é que ele seja produtor rural e que ele tenha a documentação dentro da normalidade. Então, acho que isso fica muito solto. Deveria ter um critério que o produtor comprovasse que tinha uma estrutura suficiente para criar os animais! Com isso, diminuiria o ponto negativo do pronafe bê [Pronaf B], por exemplo, que é a não aquisição dos animais³²⁰.

Problemas de organização institucional refletem nos resultados das experiências de mutuários/as. Embora tais problemas não sejam, necessariamente, determinantes para um possível resultado total ou parcialmente negativo, eles têm influência significativa no processo. De fato, um dos resultados negativos do Pronaf é a inadimplência, que já atinge a maioria dos municípios e ameaça a própria continuação do programa, no Estado do Piauí³²¹.

Então, essa coisa, eu vejo que a inadimplência, ela, tem dois fatos: um deles é que a pessoa significa dizer que ele está tendo problemas ou, em outros casos, que ele não quer pagar. Digamos assim que nós acreditamos muito mais nos problemas [dos mutuários] do que no não querer pagar. Essa é a nossa... A nossa leitura é essa. Tem casos que a gente sabe, com o laudo na mão, e esse laudo evidencia essas coisas. Mas os grandes problemas, mesmo, são por conta de projetos ou atividades que não deram certo. E muito disso tem a ver com a assistência técnica, com o afinco da pessoa, lá, do trabalhador, de olhar aquilo, ali, de estar por perto, de não deixar... Resolver os problemas logo. A cerca caiu, hoje, eu não tenho que esperar para amanhã, para a próxima semana. Eu vou ter que levantar, porque senão os bichos invadem e eu posso ter prejuízos. Então, a inadimplência, ela, está muito mais... O

³¹⁸ Isto não deve ser confundido simplesmente com a reificação de saberes locais. De fato, eles têm limites e potencialidades que devem ser considerados no diálogo.

³¹⁹ Centralização de Serviços dos Bancos SA (SERASA)

³²⁰ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

³²¹ Mais de 73% (165) dos municípios apresentam inadimplência, em termos de Pronaf, com os Bancos. Disponível em: <<http://180graus.brasilportais.com.br/geral/>>. Acesso em: 1 jan.2009. De acordo com Francisco Borges Fernandes, em todos os 14 municípios da microrregião de Valença, há inadimplência, embora com intensidade diferente.

foco dela é muito mais vista desse jeito, dessa forma, ou seja, os fatores, eles, são em sua grande maioria adversos à vontade do produtor³²².

Há dois fatores: primeiro, o produtor não ter a estrutura necessária para a manutenção dos animais. E segundo a cultura que tem hoje no Brasil de que não se precisa pagar tudo que deve. Essa cultura ela está existindo. O calote está muito presente na vida dos brasileiros. Isso está virando um aspecto cultural e é altamente prejudicial. Alguns produtores... Eu não vejo nenhuma preocupação em pagar o débito. Quando você não tem preocupação em pagar o débito, você tá adquirindo essa cultura. É diferente de quem está preocupado em pagar o débito e não têm meios e está à procura desses meios. É diferente. Já existem produtores que estão com essa cultura de que não precisa pagar [...] ³²³.

Falta de planejamento de produtor. Eles tomam o crédito... Lamentavelmente existe uma cultura que dinheiro de banco não é para ser pago. Hoje, a gente tem trabalhado muito, tem diminuído isso. Mas aconteceu quando a gente [não] operava o pronafe [Pronaf]. A prefeitura, uma vez, a dona Livramento [irmã do Prefeito] resolveu fazer na prefeitura e fez uma etapa, lá. E ela mandava chamar as pessoas mais carentes, aqui no [bairro] Morro da Esperança e dizia para as pessoas que era uma ajuda que o governo estava dando. No entanto, essas pessoas – na sua grande maioria, que foram feito nessa etapa, lá, foram vinte e oito [28 empréstimos] – às vezes nem sabiam do que se tratava, que era de um empréstimo. Então as pessoas não se planejam ³²⁴.

Nessas falas, de uma perspectiva institucional, a inadimplência aparece relacionada à falta de estrutura, a algum imprevisto e/ou mesmo à falta de planejamento dos/as camponeses/as. Nesse último caso, a assistência técnica poder-se-ia interpor e, assim, reduzir as possibilidades de inadimplência. Mas, a ênfase nas falas está na inadimplência motivada, sobretudo, por uma “cultura da inadimplência”, principalmente relacionada a bancos, que seria arraigada no imaginário social³²⁵. Mesmo assim, é importante ressaltar, segundo o próprio MDA, que “as famílias agricultoras que contratam financiamentos do Pronaf têm uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiros” (MDA, 2006). Nesse sentido, parece simplista afirmar apenas que existe uma “cultura da inadimplência” difundida entre camponeses/as³²⁶. Como visto, os problemas estruturais dificultam a aplicação dos recursos e, por conseguinte, o retorno econômico. De qualquer forma, a inadimplência significa que a agricultura camponesa não está sendo fortalecida de

³²² Francisco Borges Fernandes, Gerente do BNB, agência de Valença do Piauí. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 01/09/2008.

³²³ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

³²⁴ Antonio José Mendes, Presidente do STR de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 31/08/2008.

³²⁵ A propósito, lembramos com Sergio Buarque de Holanda que desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, de alguma forma, há apropriação do que é de domínio público, de forma privada. Nesse sentido, “não era fácil aos detentores das ocupações de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 1995, p. 145).

³²⁶ Embora possam existir pessoas que não cumpram os contratos, ao que parece, tal fato não é uma regra nos costumes locais. Na pesquisa de campo, em conversas, camponeses/as afirmaram que não haviam contraído o empréstimo por receio de não cumprir o compromisso com o Banco. Voltarei ao tema.

acordo com o propósito do programa³²⁷. De fato, a inadimplência de uns impede o acesso de outros, com os bancos dificultando o acesso ao crédito em decorrência da inadimplência.

O pronafe não era para ter nenhum obstáculo. A única exigência é o agricultor ser produtor familiar, se enquadrar de acordo com a linha, receber sua carta de aptidão [DAP] e se dirigir até a agência. De acordo com a linha de crédito, o projeto. Só que existe a dificuldade, como lhe falei, às vezes pela burocracia do banco, quando chega um determinado período, eles não querem emprestar, ficam exigindo uma coisa e essa de inadimplência que eles estão correndo [renegociando com os camponeses] agora. Mas o banco, antes que o município caísse na inadimplência, não existia burocracia, não existia, bastava que o produtor se enquadrasse. Agora, é claro, o programa tem suas regras. Se enquadrou na regra do pronafe o acesso era livre ao crédito, hoje é que existe esse empecilho da inadimplência³²⁸.

Ao que parece, a referida burocracia no acesso ao crédito não está, necessariamente, ligada ao limite [25%] da inadimplência nos municípios. De fato, o Pronaf no município de Francinópolis está bloqueado “porque o município está com mais de 25% de inadimplência e isso fecha novos contratos. Só é permitido contrato, hoje, pra quem já tem projeto, quita o débito e faz outro contrato, mas novos contratos, não”³²⁹! A inadimplência nesse caso, ganha caráter coletivo, afetando quem ainda não teve acesso ao financiamento, e sendo um obstáculo à concessão de novos créditos.

A saída encontrada foi a renegociação³³⁰ das dívidas (Anexo C), autorizada pelo Governo Federal, com camponeses/as, através de um termo de adesão (Anexo D). Essa é a forma de liberar novos empréstimos, pois a assinatura do termo de adesão, automaticamente, qualifica os inadimplentes a contraírem novo empréstimo. Nesse processo, o governo procura atingir também problemas estruturais, as quais em Francinópolis são em grande escala principalmente em relação à terra. Daí a preocupação do MDA em viabilizar financiamento de compra de terras.

Há cerca de quarenta e cinco [45] dias atrás, chegou uma resolução do Banco do Nordeste, aqui na região de Valença e o Banco esteve aqui fazendo uma reunião essa semana passada. O emideá [MDA] está financiando agora a compra de pequenas propriedades para produtores individuais – que o emideá só estava financiando para assentamentos, produtores em associação – e agora já está financiando a compra de propriedades para produtores individuais, pequenos módulos³³¹, o que vai atender o

³²⁷ Em alguns casos, o processo foi inverso ao fortalecimento, pois o empréstimo, de alguma forma, apressou a migração em busca de dinheiro para pagar o banco.

³²⁸ Antonio José Mendes, Presidente do STR de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 31/08/2008.

³²⁹ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

³³⁰ Os inadimplentes pagam trinta reais (R\$30,00) no ato da adesão. O pagamento do débito é parcelado. Essa renegociação divide opiniões. Em conversas do cotidiano, havia ponderações sobre a renegociação. Para o senhor Raimundo Nonato Bispo, trabalhador rural, o banco vai dificultar o acesso a novos créditos para ex-inadimplentes. Já a senhora Maria das Mercedes, trabalhadora rural, vê positivamente essa renegociação e aprova a postura do Governo Federal.

³³¹ Refere-se ao tamanho das propriedades financiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

pequeno produtor e quem sabe, futuramente, ele vai ter a estrutura necessária para criação dos animais [...]. Uma preocupação do emideá em ajustar aquilo que está vendo que está errado. Mas é difícil, o pronafe bê [Pronaf B] é um tanto solto. Na minha opinião, deveria ser mais amarrado. Mas, em contrapartida, se amarrar mais, tirar a oportunidade dos produtores... Nós temos ainda a situação de muita terra na mão de pouca gente, muita gente sem terra [...]. [Mas] acho que [a questão da terra] se torna uma realidade distante, porque eu ainda não peguei a planilha do emideá com as exigências para aquisição do crédito fundiário individual, mas, com certeza, tem lá todas as exigências que tem para fazer o pronafe cê [Pronaf C]. A terra deverá ter umas condições de capacidade de pagamento de si própria. Não se pode vender uma propriedade para quem não pode mantê-la. Além da aquisição dessa propriedade, o governo tem que pensar em abrir um crédito, da mesma forma [como] se faz através dos assentamentos. Mas eu vejo que isso não está andando a passos largos, por isso vai necessitar de um tempo para essa terra ser uma realidade. Também em geral, quem dispõe da posse da terra, em geral, não quer vender a boa, só quer vender a terra de menos qualidade. Nós temos, no município, o vale do Rio Berlenga e geralmente quem tem terra no vale do Rio Berlenga não vende³³².

A compra de terras pode viabilizar a aplicação do Pronaf de forma segura. Mas, como se observa na fala acima, a concretização dessa iniciativa ainda é imprevisível no município. O financiamento para aquisição de imóveis rurais é uma linha de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que o BNB começou a operar em 2005. Só recentemente foi discutida a possibilidade de aplicá-lo no município de Francinópolis. Este programa é importante, pois visa a solucionar um problema básico da agricultura camponesa e ainda pode amenizar os problemas do Pronaf. Mas esse programa, além de ser algo ainda ausente no município, pode, vir a ter sua implementação dificultada por condições específicas locais. Segundo Mariano Lima Bezerra, atual secretário de agricultura, no município de Francinópolis não há oferta de imóveis rurais produtivos para atender essa demanda.

De fato, trata-se de uma solução tardia que poderia ter resultados mais eficientes, se pensada antes ou quando da implementação do Pronaf. Mas somente agora se procuram considerar as diversidades regionais. Como o Pronaf tem um desenho, algo distanciado de certas realidades camponesas, as adequações vêm sendo feitas sob embasamento, porém, apenas em dados estatísticos.

O pronafe [Pronaf], ele, foi pensado para a agricultura familiar de uma forma igual para o país inteiro e isso a gente verifica que há uma diversidade muito grande de região para região. Mas, aos poucos, como eu te falei, anteriormente, de três em três meses, o ministério de desenvolvimento agrário [MDA] faz um ajuste no programa e, aos poucos, o programa vai se adequando à cada região. Por exemplo, na microrregião de valença, o emideá [MDA] verificou, junto ao instituto brasileiro de geografia e estatística [IBGE], qual foi, no último censo, a criação mais adequada que o ibegeé concluiu para essa região. E a conclusão do ibegeé [IBGE] tinha sido caprino e ovino. Então, o banco tá buscando, através do pronafe, financiar a

³³² Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

produção de caprino e ovino. Num espaço de tempo, não muito grande, o banco vai... O emideá e o banco vão ajustando o programa, ajustando, trazendo uma novidade no sentido de procurar fazer o produtor comprar, no sentido de aumentar o valor do crédito do pronafe bê [Pronaf B] e de adequar às regiões. Nós começamos em dois mil e quatro [2004] com financiamento, tanto pro indivíduo como pra cônjuges. Financiava a galinha, suíno, caprino e ovino. Como a produção de ave não mostrou desenvolvimento, a coordenação do banco regional tirou a oportunidade do financiamento de ave na nossa microrregião. Depois, tava acontecendo a mesma coisa com o suíno. Foi tirado também o financiamento de suíno. Então, hoje, só financia caprino e ovino. E são dois, os dois animais mais voltados para nossa região. Então, desta forma, houve uma adequação aos animais próprios para a região. O produtor é que, nem sempre, se encontra preparado para comprar esses animais³³³.

Tais adequações do Pronaf não melhoraram as condições dos mutuários. O acesso precário à terra dificulta a aplicação dos recursos do programa. Nesse caso, a criação de caprinos e ovinos fica comprometida. Mas é importante ressaltar que apesar de existir uma criação significativa desses animais, essa atividade não pode se transformar em panacéia, pois, no município, há diversidades de condições, estas, nem sempre, propícias à criação de animais. Deste modo, adequações referidas, por um lado, não melhoram as condições de camponeses/as em geral e, por outro, limitam suas possibilidades, à medida que reduzem as alternativas de investimento. De fato, a elaboração do Pronaf, assim como suas adequações, foram processos realizados com um distanciamento da avaliação da realidade e sem a participação dos próprios sujeitos para os quais se destinam. Alguns elementos dessa avaliação do programa por camponeses/as serão considerados na seção seguinte, a partir das falas de camponeses e camponesas.

3.2 Experiências com o Pronaf na ótica camponesa: “o negócio do empréstimo”.

Uma política pública tem como finalidade transformar as condições de vida daqueles/as a quem se destina, de alguma forma, o que depende, em grande medida, da sua legitimidade junto a esses destinatários. Nessa direção, o Pronaf apresenta significado explícito: fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, a representação do Pronaf entre camponeses/as de Francinópolis ganha outros sentidos. Em um deles, o programa está explicitamente relacionado à tomada de empréstimo bancário, sendo o Pronaf sinônimo de empréstimo. O Pronaf é realmente um programa de crédito, significação que suplantou a

³³³ Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

finalidade mais ampla dessa política. Muitos mutuários, no próprio ato do empréstimo, já guardam o dinheiro para o pagamento da primeira parcela da dívida. Mas também há casos de quem tem dificuldade em identificar o que seja Pronaf.

Não [...]. O que é esse Pronaf que tu fala? E aquele...? [...] Não, é... Aquele [??] lá, eu fiz sabe? [...]³³⁴.

O Pronaf é esse do banco? [...] está com dois que eu faço [...]³³⁵.

Como diz a história, eu... Nunca me tocaram, não tocaram nesse assunto para mim, se precisa desse pronafe [Pronaf], se não precisa [...] Não, a gente sabe que tem um negócio do empréstimo, mas eu nunca fiz³³⁶.

O pronafe [Pronaf] é aquele tipo de empréstimo que a gente recebe? Tem não³³⁷.

Não. Ah! Aquele emprestimozinho? Ah! Ela [a esposa] fez. Ela fez uma vez.³³⁸

No banco? Tem [...]³³⁹.

Pronafe [Pronaf], talvez não³⁴⁰.

De todo modo, é a significação de “negócio do empréstimo” que parece prevalecer no imaginário social camponês em Francinópolis. De fato, como empréstimo, o Pronaf atraiu muitas pessoas, mas nem todas tiveram acesso ao crédito. No que diz respeito a este ponto, a DAP (Anexo E) qualifica quem pode ter acesso ao empréstimo bancário: “[...] é através da Emater³⁴¹ a gente faz o projeto, faz a dápe [DAP] dele, cadastra ele, faz a dápe e envia o projeto, a dápe e a documentação, a cópia da documentação pessoal dele pro banco, pra ser analisado”³⁴². Munido de uma DAP, só não se terá o crédito se, porventura, houver alguma pendência na documentação. Nesse sentido, apenas a DAP não garante, necessariamente, o crédito. Mas, as pendências, por sua vez, não se constituem, em geral, um empecilho ao

³³⁴ Damião Santos Pereira, Trabalhador Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³³⁵ Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, Localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

³³⁶ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³³⁷ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

³³⁸ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³³⁹ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

³⁴⁰ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

³⁴¹ No início, as DAPs eram emitidas pelo STR do município. Depois que montaram o escritório do EMATER e, em decorrência de divergências políticas entre STR e EMATER, as DAPs são emitidas exclusivamente pela EMATER. Mas, tanto o EMATER como o STR podem emitir a DAP.

³⁴² Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

acesso ao crédito. Tais empecilhos estão em outros fatores, sendo um deles a inadimplência. Os municípios com taxas acima de 15% de inadimplência e pelo menos 50 (cinquenta) operações em atraso no Pronaf terão novas operacionalizações suspensas³⁴³. No caso de Francinópolis, segundo Antonio Mendes, presidente do STR, a taxa de inadimplência estava em algo acima de 25%. Por ter, em parte, uma consequência coletiva, essa inadimplência impediu a muitos o empréstimo, pela primeira vez.

[...] a pessoa fazendo e botando no interesse tem, dá para conviver. Eu tive vontade de fazer, mas... Está com uns vinte [20] dias que eu fui lá, lá, na emater [EMATER], para fazer mas, aí, a mulher [funcionária] disse: “- não, agora não faz não, não tem projeto para fazer não. Só quem já fez, quem já fez paga e faz de novo!” Eu digo; “não, mas eu não tenho” [...] Eu já tenho procurado, já tenho procurado a valer, porque em dois mil e seis [2006] eu não estava aqui. [Em] dois mil e seis eu estava[...] [trabalhando no corte da] cana. Mas daí para cá, rapaz, se desse certo eu fazia, eu ia fazer, já está com umas poucas de vez que eu vou lá, mas diz: “- não faz, não faz”. Então, é até bom, [não ter feito] que [assim] eu não estou devendo. [Mas] eu tinha vontade de fazer³⁴⁴.

No que tange à significação do Pronaf para esses/as camponeses/as, o empréstimo é atrativo por ter um bônus de 25% em cada operação³⁴⁵ o que, no entanto, parece não ter contribuído para facilitar os pagamentos. A propósito, convém destacar, na fala acima, o fato de que a impossibilidade de fazer o empréstimo, no momento, tem mesmo um lado positivo: não ficar devendo ao banco. Isto leva a pensar que a inadimplência não é um valor, regra cultural, como parecem crer os mediadores da assistência técnica, dos bancos etc., mas um fenômeno mais complexo e que precisa ser melhor compreendido. Em outubro de 2008, o BNB intensificou a renegociação das dívidas, com a intermediação do STR junto aos inadimplentes. Mesmo sem a negociação com todos os mutuários, o município saiu da inadimplência.

A assinatura do termo de adesão à renegociação libera novos empréstimos mesmo para quem se encontre inadimplente. Mas, além da inadimplência, há outras dificuldades relatadas, para se conseguir o crédito do Pronaf, dentre elas, a relação com a terra e até a dimensão de gênero.

Eu fui lá falar com eles, aí, eles perguntaram de quem era a terra. Aí eu disse. A mamãe tem uma terra, assim, de herança, sabe? Não pode dividir, [por]que eles não têm condições de dividir. Aí, fica assim: todo mundo faz sua roça, seu pedacinho. Aí, eu fui lá e expliquei pra ele [representante do émater [EMATER] no município] que a terra era de herança. A gente não tinha propriamente um pedaço, sozinho, mas que a gente tinha parte. Aí, perguntou o que era que eu ia criar. Nesse tempo era para criar animal: era bode, criação de ovelha [...]. Aí, eles disse que só dava certo se fosse na parte não sei de onde, lá. Lá de cima, que pra baixo não podia mais criar,

³⁴³ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

³⁴⁴ C. F. M. Lavrador, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

³⁴⁵ O mutuário terá direito ao bônus se pagar em dia as parcelas do financiamento.

solto, não podia fazer terra. Aí, não deu certo. Até que eu queria fazer, mas não deu, não. Eu fui com meu irmão, eu queria fazer, assim, como nós dois juntos, como se fosse uma sociedade. Aí, nesse tempo eu estava separada do Domingos [marido]. Ele perguntou se eu era casada. Eu disse que era, mas estava separada. Ele disse: “- quem é que vai olhar estes bichos para você?” Eu disse: “- não, se der certo eu fazer como eu estou pensando, meu irmão vai me ajudar. Aí, a gente faz e ele me ajuda com a criação”. E ele [irmão] foi até comigo [ao escritório do Emater] e disse que ajudava. Ele [técnico do Emater] disse que, sendo assim, criar em roça aberta não dava certo, que a terra não é da gente. Aí, não deu certo mais não [...] Das terras, ele disse que, nessa parte, aqui, onde tinha as terras, não podia mais criar animal solto. Não teve aquela lei³⁴⁶ lá que pode criar animal solto, pode fazer roça, não sei mais o quê mais, lá? Que tem uma parte, aí, que ele disse que pode fazer a roça e criar os animais. Se os animais comer os legumes da pessoa, o dono é que tem que pagar, inclusive muita gente já fez roça assim. [...] Faz a roça aberta. [Se] esses animais comer, o dono é quem paga. Ele disse que nessa parte, aqui, de baixo, não podia mais criar animal solto. [...] Eu conversei primeiro com a Fernanda [funcionária do EMATER]. Aí, que a Fernanda me explicou que estava tudo direitinho: só faltava eu levar a identidade da mamãe para fechar o contrato, lá. Aí, quando chegou o chefe dela, que eu não me lembro bem como é o nome, aí, ele [técnico do Emater] disse que não dava. Aí, foi que ele foi alegar essa parte [das terras impróprias] [...] Já estava tudo certo. Ela disse que, no outro dia, era pra mim levar a identidade da mamãe que dava para fazer. Aí, no outro dia que eu fui já não era mais a Fernanda. Já era esse chefe. Ele já contou outra história³⁴⁷.

No relato acima, não ficam muito claros os reais fatores que impedem o enquadramento dessa camponesa no Pronaf. Como ela diz, a princípio, não havia impedimento, exceto pela registro geral (RG) de sua mãe, o que ia ser resolvido. Mas, depois, já não se podia mais fazer o empréstimo. Embora Mariano Lima Bezerra (chefe referido no relato) faça outras alegações, a exemplo dos cuidados para com os animais, ao que parece, o fator terra foi um empecilho maior. Nesse caso, não se trata de ausência de terra, mas das condições da terra: estar situada numa região em que animais não podem ser criados soltos: ser terra de herança e em decorrência das condições socioeconômicas da família, não ter sido ainda dividida, sendo usada coletivamente pelos membros da família. Assim os argumentos incisivos para não conceder a DAP foram: o fato de não se poderem criar animais soltos; a terra não pertencer à solicitante.

Este caso serve para se pensar que o Pronaf parece algo distante da realidade daqueles a quem se destina. Nesse sentido, como fortalecer uma agricultura carente de uma estrutura mínima? Além do acesso precário à terra, (poucos têm a propriedade)³⁴⁸ a maioria das terras onde esse campesinato se situa não é adequada às exigências do Pronaf que por sua vez, até o

³⁴⁶ De fato, como mencionado (Nota 162), não existe uma lei específica sobre a forma de criar, mas no imaginário social, a lei existe nos termos da proibição.

³⁴⁷ Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

³⁴⁸ Os mutuários do Pronaf C custeio que são arrendatários necessitam de carta de anuência (Anexo F) para adquirir o financiamento. Carta de anuência é um documento emitido por proprietários de terras, através do qual autoriza a outrem o uso de áreas de terras de sua propriedade para cultivo.

momento, não se adequou a essas condições camponesas. Em decorrência disso, há mesmo quem prefira não acessar o Pronaf.

Pronafe [Pronaf]? Não, não dá certo, não [...] Empréstimo para mim não vinga não! O valor desses empréstimo vem, no máximo, dois mil reais [R\$ 2.000,00], pouquinho coisa. Isso em dois mês eu tiro [no corte de cana]. Aí, não dá certo não! O que você faz com dois mil reais num lugar desse, aqui? Você bota na carteira, você consome ele ligeirinho [...]. Não, hei! Não é fácil não! [...]. Não tem em que investir aqui³⁴⁹.

Não, às vez [alguém] diz: “- rapaz faz!” Eu tenho medo de fazer, assim, esse empréstimo, eu nunca fiz não! [...] Não, Joaquina [vereadora municipal] vem direto aqui: “- rapaz, faz”! Mas é meio embasado para aquilo, ali. Para mim fazer, eu tem que empregar em alguma coisa, né? Aí, aqui não pode criar mais nada, tem que criar preso! O cara não tem tempo para criar esses bichos. Aí, para criar solto, só vai criar problema para os outro. Aí, tem que empregar em alguma coisa. Aí, não acho, assim, em que empregar para naquele tempo ter para pagar. Aí, fica ruim, aí, eu fiz não. Ela me incentiva direto. Toda vez que tem, ela vem aqui: “- Gilson, rapaz, faz para comprar isso, faz aquilo”. Digo: “- não”. Eu não queria não [...]. Não. Eu tenho medo é de, no tempo de pagar, eu não ter aquele que eu empreguei. Adiantar mais para frente [prorrogar a dívida, aí, fica mais ruim]³⁵⁰.

Como exposto acima, o trabalho no corte de cana pode compensar, em termos financeiros, mais que o Pronaf, ao que parece, pelo fato de as condições do lugar não serem adequadas para se investir na agricultura, ou seja, a precariedade das condições locais dessa população camponesa chega a inviabilizar a utilização do recurso do Pronaf, produtivamente. Talvez isto explique o índice de inadimplência em relação aos financiamentos.

Nesse contexto, emerge como grande problema da implementação do Pronaf B no município de Francinópolis a impossibilidade de criar animais soltos. E a solução de prendê-los não é viável para todos, pois, se muitos não têm a propriedade da terra, outros não têm como cercar a terra e, ainda, nem todos/as têm condições de manter os animais presos, por ausência de pasto natural e de condições para fazer ou mesmo comprar ração. Já no caso do Pronaf C custeio, as irregularidades das chuvas ameaçam a safra.

O seguro safra poderia dar segurança aos mutuários do Pronaf C custeio, que correm o risco de perder a safra em consequência das chuvas irregulares, mas, no município de Francinópolis, esse seguro não se viabilizou. E que o seguro safra depende de uma contrapartida da prefeitura, no entanto, “[o prefeito] não tá nem aí³⁵¹. O que a gente sabe é isso: que não assinou porque tinha que pagar essa taxa de dezesseis reais [R\$16,00] por cada

³⁴⁹ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁵⁰ Antonio Gilson de Jesus Sousa, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis, Entrevista concedida a Francisco Frazão em 28/09/2008.

³⁵¹ Sobre essa pendência, Mariano Lima Bezerra (atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis) alegou que a prefeitura, na realidade perdeu o prazo estipulado para dar entrada no seguro-safra.

agricultor”³⁵². Com isso, os mutuários têm receio em tomar o empréstimo para custeio agrícola (Anexo F). Assim, não se trata de medo de trabalhar, mas de não cumprir o compromisso com o banco.

De fato, são fatores interdependentes que inviabilizam o Pronaf para muitos/as camponeses/as, de várias formas:

A maior dificuldade? Porque para criação [caprinos, ovinos] não dá. Não dá mais! Para criar porco também, não³⁵³!

Rapaz, a dificuldade [que] tem com programa assim, [é] que eu vou, lá, pegar o dinheiro, aí, chega aqui, aí, eu vou e compro esses dois garrotinhos, os dois bichinhos. Aí, a dificuldade é que tenho... Porque labutar com eles, tenho que dar comida para eles. Aí, o dinheiro não dá, não dá! A desvantagem é essa, daí, que não dá para mim sustentar eles só com o dinheiro, né? Tenho que me virar com outro jeito para dar comida para eles para puder pagar depois. Só isso, aí, de desvantagem³⁵⁴.

Ah! Sim, pra pagar de novo, quer dizer pra pagar? Não, pra pagar não dá, porque aquilo, ali, você vai... Já deixa logo aquele que você vai pagar. Pelo caso, você vai pagar... Eu fiz agora, daqui a um ano eu tenho que pagar. Então, aquele dinheiro, ali eu já tenho que deixar ele empregado no objeto, né? Aí, vou pagar no mês que vem. Um mês antes, eu vendo [os animais] e já deixo guardado o dinheiro, porque se você ficar com [ele] em mãos, você gasta, você tem que empregar em qualquer coisa³⁵⁵.

Ah! dificuldade pra gente aqui, em primeiro lugar é o nosso semi-árido. Aqui é fraco! As chuvas são pouca. Primeiro lugar é isso, aí. Que se tivesse mesmo um inverno abundante, era bom demais. Aí, sim. Aí, era outra coisa. Aí, você podia falar mais bem dele, mas a não ser, nosso sertão aqui é muito ressecado. Tem muito sol. Você planta, por exemplo, se eu fizer uma planta, faço para mandioca. Pego essa mandioca, pego essa terra, preparo todinha, que até mesmo com esse dinheiro que eu vou fazer, do começo ao fim, o preparo, até chegar o dia daquela... Os pés dela vão ficar grandinho. Esse dinheiro não dá quase nada não, pouca coisa dá pra fazer com ele, pouco, pouca. [...] O pedaço de chão, a área que você vai fazer é muito pequena, com esse pouco de dinheiro. E, aí, você pega e planta, às vezes você faz todo o processo, como eu tô falando: broca, derruba, queima, faz tudo. Aí, chega a chuva, você pega; “- ah, vou plantar porque a chuva chegou! Amanhã eu já tenho que plantar cedo; tem que plantar a macaíba cedo”. A gente pega e planta, lá, aí, baixa sol, sol, sol! E a... Pega, a mandioca, morre todinha lá no chão, lá. A manilha despela todinha e pronto, acabou. Você perdeu a planta todinha. Aí, pra você reformar ela de novo, só pra você encontrar a mania já dá difícil, para você encontrar outra de novo. Aí, fica meio difícil para a gente trabalhar, aqui, nesse tempo, aí, de inverno. O inverno para a gente aqui é meio precário, é difícil, quentura demais. A água aqui é pouca demais! É isso aí³⁵⁶.

³⁵² Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

³⁵³ Maria da Silva Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁵⁴ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁵⁵ Damião Santos Pereira, Trabalhador Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁵⁶ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

As dificuldades apontadas nas falas desses mutuários se referem ao Pronaf B investimento e C custeio. Tais dificuldades decorrem principalmente da ausência de estrutura adequada à criação dos animais (caso do Pronaf B) e das irregularidades das chuvas que afetam o custeio agrícola do Pronaf C. Para mediadores, essas modalidades são menos criteriosas e, ao contrário, a modalidade Pronaf C investimento é tida como “mais organizada”³⁵⁷ e por isso tem melhores resultados que as demais operadas no município.

Mas vale ressaltar que há experiências satisfatórias na modalidade investimento do Pronaf B, a exemplo do mutuário João Ferreira da Silva, que já utilizou recursos do Pronaf B pela terceira vez. Os resultados são visíveis, a própria terra que possui foi adquirida com ganhos da utilização de recursos do Pronaf. No caso da experiência tida como positiva do senhor João, esta positividade resultaria – para os mediadores – do fato de ele ter uma vida dedicada ao trabalho rural. Como ele mesmo expressa: “- não sou de andar muito pelo mundo”. Diferentemente dos filhos que já não têm a mesma trajetória (sete deles vivem e trabalham na capital paulista), mudou-se apenas uma vez, da terra de seus familiares para a terra dos familiares de sua mulher. Nesse sentido, ele tem raízes ficadas na sua localidade. Esse camponês já pensa em fazer um investimento maior, buscar o crédito do Pronaf C, modalidade investimento.

Ma é importante ressaltar que há mutuários que utilizam o Pronaf de forma intermitente, ou seja, fazem o empréstimo, investem os recursos de acordo com o programa e, quando termina a carência (2 anos), migram. Mesmo nessas condições, esses próprios camponeses avaliam de forma positiva os resultados do Pronaf. A exemplo, pode-se citar experiência como a de Pedro da Silva Oliveira

De fato, o que se relaciona estreitamente com insucesso do Pronaf é, para muitos, a ausência de estrutura, como o senhor João Ferreira da Silva que deixa transparecer o receio de não cumprir o pagamento de um crédito maior, além de estar impossibilitado de acesso ao pronaf C investimento, por não se enquadrar nessa modalidade. É que mutuários do grupo C investimento, necessariamente, devem ter título de propriedade da terra e senhor João Ferreira da Silva tem a posse, mas não o título. E a declaração de posseiro (Anexo G) não parece suficiente para resolver o impasse. Nesse ponto, há controvérsias. De acordo com o Presidente do STR de Francinópolis, Antonio Mendes, a declaração de posseiro seria suficiente, pois, pela formalidade do Pronaf, a declaração é permitida e o impasse resulta de determinação do banco que financia os projetos. No entanto, o EMATER já não aceita apenas essa declaração.

³⁵⁷ É como referem os mediadores para os quais essa modalidade é mais criteriosa. É que tal modalidade requer um contrato prévio especificando o empreendimento (Anexo I).

O que se vai evidenciando é que o progresso do agricultor, com o Pronaf, depende da existência de uma estrutura prévia.

Se eu conheço? Só tem um, ele, inclusive, ele já tava no interior, mas não viajou mais. [...] o Valdinar [...] Agora eu não sei se o pronafe [Pronaf C] que ele fez [...] Então ele fez mesmo. É... Ele não viajou mais, inclusive, ele progrediu. Aí, é onde eu te digo porque também ele tinha estrutura. Tinha terra, a terra dele, água no local e luz. Então, acho que ele já fez, já, com bastante... [estrutura] Acho que a primeira vez que ele fez, não sei se já foi de três mil [R\$ 3.000,00], foi cinco mil [R\$ 5.000,00]. Então, ele já foi, já tinha a roça dele, já comprou logo já, já, o capim, como é... As semente, já, ração pros bicho, comprou os bicho. Então, assim, vai pra frente. Mas ele não viajou [para o corte de cana] mais não. Inclusive, eu conheço ele, lá de São Paulo, é gente boa, aí, demais. Da época que ele chegou não viajou mais³⁵⁸.

Vale ressaltar que, embora a fala acima associe Pronaf com não-migração, as experiências com o Pronaf C investimento no município de Francinópolis, em alguns casos, não tem impedido a migração. De acordo com o presidente do STR, há experiências com o Pronaf C investimento tidas como positivas na perspectiva dos técnicos e, mesmo assim, os mutuários migraram.

O que se percebe é que mesmo em meio a condições adversas o Pronaf é avaliado positivamente em decorrência de algumas mudanças promovidas para mutuários, em alguns casos.

Rapaz, foi bom, bom para a gente. Aí, a gente tirou a mandioca. Certo que não pegou toda mas pegou um bocado. Fizemos um mandiocada³⁵⁹, comemo um pouco de farinha, um pouco de tapioca³⁶⁰.

Ah! Muda! Que graças a deus, se não fosse ele [Pronaf], para aqui, acolá, fazer um feirinha... Não dá é para a farra [diversão, festa], mas ele [marido] não vai, pegou [dinheiro] segura, compra as coisa de casa e pronto! Assim, uma carne, o mais necessitado³⁶¹.

Basta ser o que a gente já ganha, porque é mil e quinhentos [R\$ 1.500,00]. Você pega mil e quatrocentos [R\$ 1.400,00] e pouco. Aí, quando vai pagar, só é mil e cem [R\$1100,00], mil e cento e pouco, por aí assim³⁶².

Mudou porque a gente nunca mais não comprou mais arroz, de jeito nenhum! A gente não comprou arroz no quilo, entendeu? Mudou, muda isso, é muito bom, entendeu^{363?}

³⁵⁸ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

³⁵⁹ Mandiocada, farinhada e desmanche tem o mesmo significado no município de Francinópolis. Ambos os termos se referem ao processamento da mandioca para produzir farinha de mandioca, goma e puba.

³⁶⁰ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁶¹ Joselina dos Santos Oliveira (esposa de Pedro), Localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

³⁶² Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, Localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

Rapaz, melhorou mais um pouquinho, porque a gente ia pegar, sobrava... A gente ia, assim, só para buscar, lá, tinha duzentos [R\$ 200,00] contos, duzentos e pouquinho para gente, fora o da gente pagar, né? Que lá a gente comprava uma coisinha comprava outra, aí, comprava esse dois garrotinho, aí, vende um para poder me arrumar, aí, deixava outro para pagar [a parcela, quando for] o tempo, no banco, né? Melhorou bastante [...]. Rapaz, eu já tem visto um vantagenzinha até mais ou menos, que já tenho me lucrado um pouquinho, já que faço uma coisinha faço outra, aí no fim, eu pago as coisinha, sobra, dá certo. Pelo menos sobra um pouquinho, eu livro uns quinhentos contos [R\$ 500,00], trezentos contos [R\$ 300,00], assim, no final do dinheiro. Vou lá e já trago o totalzinho, o totalzinho de pagar com dois ano, já deixo, lá, de lado. Aí, eu fico jogando com o restinho. Vou indo, vou indo, está dando certo³⁶⁴.

Do ponto de vista institucional, as experiências bem sucedidas com o Pronaf são as que, aplicadas ao objeto do programa, apresentam a produtividade esperada. Mas, o objeto definido, no caso do Pronaf B (caprinos e ovinos), requer uma estrutura prévia (terra, água, cerca e pasto), a qual está distante da realidade de muitos/as camponeses/as. Por isso, nem sempre os mutuários aplicam os recursos de acordo com as definições do Programa, mas, sim, lançando mão de estratégias outras. Assim, parte do recurso pode não ser aplicado, pois é a garantia de pagamento da primeira parcela do empréstimo e, de fato, o recurso do Pronaf, uma vez acessado, pode servir a outros fins que não apenas ser investido na produção agropecuária.

Quer saber o que mudou? Não, mudou, inclusive, mudou muita coisa, sabe por quê? Porque graças o pronafe [Pronaf]... Eu vou começar bem do começo: graças o pronafe, cheguei um dia não cortar a minha luz [risos] e nem minha água! Não foi através dele? Foi. Porque através dele eu consegui comprar minha criação [caprinos], tirei umas sementinha [crias]. Dessa semente, eu troquei[crias por animais adultos] com minha mãe. Foi no tempo que a minha luz ia cortar foi que eu troquei. Se eu não tivesse feito isso, eu não tinha [dinheiro] nesse dia. Então, eu acho que, pra mim, melhorou. Então melhora a estrutura, melhora tudo assim. Eu acho assim, até porque... Eu vou até mais longe do que me perguntou, por que eu corto cabelo também, sabia? Corto cabelo [risos]. Então, nessa época, eu lutei tanto para pagar essa luz, porque era época de festejo. A minha irmã tava em São Paulo mandou uma maquininha para mim cortar cabelo, então eu, sem luz, como era que ia ganhar meu trocadinho? Então, para você ver, o pronafe já vem desde lá de baixo, ele já me ajudou em tudo. Então, justamente, eu vendi a cabra para pagar a luz, para não cortar, [por]que eu tinha que ganhar aquele troquinho do corte de cabelo³⁶⁵.

O que mudou é o seguinte: que a gente com esse programa mudou, que a intenção do governo é que você deixe de ser o diarista, porque quando você não tem, você é obrigada a dar uma [diária] pro outro, né isso? Então, é essa ajuda e esses empréstimo que eles fazem aqui. Você tem o seu. Você não deixa de fazer o seu, pra ir fazer o do outro, pra ganhar o pão. Aqui, você faça o seu pra poder lutar pra você fazer o seu, tá com isso, aí, entendeu? Com isso, aí, a gente, eu mesmo, entendeu?

³⁶³ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

³⁶⁴ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade, Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁶⁵ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

As coisa melhorou, que a gente faz. E hoje eu paguei mais diária, que eu não pagava. Eu gastei setecentos reais [R\$ 700,00] de diária pra colher a roça, em dois mil e seis [2006], acredita? Eu tenho gasto com diária, com apanhar de arroz. Na época, eu... O arroz tava maduro, quebrei o dedo grande, aqui. Passei dois meses sentado numa cadeira sem poder me mexer. Tudo é na diária! Naquele tempo era dez conto[R\$10,00], passou pra doze [R\$ 12,00], somando tudo, [em] dois mil e seis [2006]. Os menino [filhos] pegaram esse projeto meu, que fiz em janeiro. Quando foi em junho, esse dinheiro veio todinho pra cá. Pra mim pagar, pra colher o arroz. Então pra mim ajudou bastante esse projetinho, entendeu³⁶⁶?

As falas indicam que recursos do Pronaf podem ser utilizados para os fins que os/as mutuários/as julgarem mais adequados no momento e que nem sempre condizem com a finalidade estabelecida no contrato. Assim, o Pronaf é visto positivamente pela “ajuda” na realização de objetivos e em situações emergenciais: do pagamento da conta de energia elétrica, a passagens de filhos para trabalharem no corte de cana. Deste modo, o acesso a esse recurso possibilita resolver situações que necessitam de soluções imediatas e representa mudança de condição, de alguma forma. Mas há quem considere a mudança nem sempre como positiva, pois implica em dívida: “o que mudou? O que mudou foi só que nós ficamos devendo [risos]”³⁶⁷.

Importa destacar que de fato há uma apropriação subjetiva dos recursos do Pronaf, muitas vezes indo de encontro ao estabelecido em suas diretrizes. Sem dúvida, o desenho do Pronaf, em geral, não contempla sonhos, saberes, hábitos, anseios e necessidades dessa população camponesa. Quando há consonância do desenho com a perspectiva dos beneficiários, em muitos casos, as condições precárias tornam-se obstáculos à efetivação dos objetivos. São diversos sonhos e anseios de camponeses/as em relação ao crédito do Pronaf. Alguns, diante das dificuldades de se manterem na atividade agrícola, apontam outras possibilidades para além da agricultura.

Investiria em criação de gado. Criar gado para engorda pode ser que dê certo, dê alguma coisa. Mas, a não ser, não dá para investir não. Tem que ser gado mesmo³⁶⁸.

Eu ia plantar coco [babaçu] porque eu já falei aqui com um rapaz que trabalha com isso e ele disse que dá³⁶⁹.

Rapaz, se pudesse fazer para investir, eu achava melhor investir no gado [vacum], né, que dá mais lucro³⁷⁰.

³⁶⁶ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

³⁶⁷ João Taulentino da Silva, Lavrador, Localidade Morro da Esperança. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁶⁸ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁶⁹ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

Eu fazia para investir em roupa, porque aqui em Francinópolis [o que] tá dando [retorno] é roupa, calçado, sabe? É bebida que dá! Mas eu não faria para isso, aí, não, para negócio de bebida. Acho, até, porque não tem, acho que não. Eu faria para isso, aí, no momento agora. Mas eu tenho um sonho de fazer um dia, mas que já esteja estruturada no interior, que já esteja, lá, já morando, que já esteja bem... Quando eu disser assim: “- eu vou fazer”! Eu já tenho que estar com minha roça pronta, minha, já toda no ponto! Dizer assim: “- fiz, mudei diretamente para o interior”. Se caso não mudar, as coisas não muda³⁷¹.

Ele [seu marido] sempre tinha um sonho de trabalhar, assim, com carne sabe? Com frigorífico, que desde pequeno, ele, o pai dele era marchante [açougueiro] e ele sempre ajudava. Ele sempre tinha um sonho de cortar carne, assim. [...] Aí, eu pensei assim, se desse certo, aí ele fazia assim, uma compra de animais e ia vendendo. Eu achava que dava certo, tirando o lucro dava para ele... Comprava e revendia, dava para [ir] tirando o caldinho [alimento] da gente e tocando o dinheiro para frente. Ele sempre tinha esse sonho. Mas, a gente sem dinheiro, sem nada, como é que faz? Que você tem que comprar – muita gente não quer vender para pagar no apuro – tem que ser com dinheiro vivo, aí, com dinheiro ficava mais fácil³⁷².

Comércio. Eu, no comércio, porque é que o dinheiro que... Que o comércio é o seguinte, comércio é um dinheiro vivo, você tá vendo o dinheiro todo dia! É como o cara do banco disse um dia, lá, no sindicato [STR], um dia. Ninguém planta o dinheiro, que não nasce. Pra fazer projeto como ele citou, fazer esses açudes, comprar arame, cercar, é um dinheiro que você investe sem retorno. Então, o dinheiro, na minha visão, se eu tivesse terra cercada, eu compraria gado. Aí sim, mas como não tem... Se hoje tivesse uma fonte assim, o Banco do Nordeste ou do Brasil abrir uma linha de crédito pra comércio, eu entrava sem medo, acredita? Sem medo, pra comércio. Agora, pra roça, eu não entro não! Ele pode me dar dois anos, entendeu? De estado de coisa lá, como ele chama lá, de carência, mas eu não arrisco. Aí, você vê a dificuldade dos outros que tão dentro... Dentro do projeto. Agora, fosse assim: “- ele tá dando uma linha de crédito pra comércio”, aí eu entrava. Que, aí, eu ia caçar minha área de comércio. Ia pro... Ia pro, pra qualquer área no comércio. Eu ia procurar minha área de comércio, até você achar, né isso³⁷³?

Eu ia ficar com o dinheiro. Comprar porco eu não vou mais. Eu vou me virar com o dinheiro. Eu sempre sou uma pessoa muito visível, assim, em negócio. Olha, você viu eu falar na diária, lá, na casa da menina [sobrinha]. O quanto der pra mim sair de uma diária eu me saio. Eu não gosto de diária. Eu nunca gostei de trabalhar por diária, pra ninguém. Não. Eu não trabalho aqui. É barata. Tem semana que você trabalha a semana todinha com vontade de comprar um quilo de carne, [no] sábado, e não recebe naquele dia. Então, eu sou mais... Eu vivo por minha conta. Eu sou uma pessoa que vive por minha conta. Eu vivo por minha conta. Eu compro uma moto velha, eu troco noutra, recebo cinqüenta reais [R\$ 50,00] de volta. Eu pego essa bicicleta, no dia em que eu estou aperreado demais e não tem outro jeito... essa bicicleta vale cinqüenta [R\$ 50,00] contos. Se eu achar trinta conto [R\$ 30,00] nela eu dou e vou comer mais a família. Fico de pé até arrumar outro calhau [bicicleta velha], aí, para ajeitar. Eu sou desse jeito. Eu não sou um homem de diária. Quando der pra mim sair de uma diária, eu me saio. Então, se eu fizer, se eu pegar esse dinheiro eu não compro mais porco. Eu vou me virar com ele. Eu vou comprar seja o que diabo for, vender, trocar e comer. E me virando. É duas parcelas? É. Guardo

³⁷⁰ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁷¹ Maria das Mercedes dos Santos e Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro do Galo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 21/09/2008.

³⁷² Evanildes Alves da Silva, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 02/09/2008.

³⁷³ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

um pedaço acolá pra, no dia, eu estar com o dinheiro, lá, pra pagar aquela parcela e pronto! Criar porco, eu não vou mais criar porco nem que Deus mande! Não quero criar diabo de porco, não! Porco eu só quero na panela! E não posso mais nem comer muita carne de porco. Aí, eu não quero mais porco. Porco, só eu mesmo³⁷⁴!

Nessas falas, observa-se que há uma descrença na atividade agropecuária que se constitui, de alguma forma, uma resistência ao Pronaf. Assim, como fortalecer essa atividade se os sujeitos nela envolvidos estão pessimistas? Vale ressaltar que essa descrença repousa na falta de condições mínimas como se percebe nas falas acima: “se eu tivesse terra cercada, eu compraria gado”, mas “agora, pra roça, eu não entro não!” a resistência a financiamento para a roça deve-se em grande medida ao fato de que a atividade agrícola de sequeiro não garante o retorno do investimento por estar sujeita a veranicos em função da irregularidade das chuvas.

Nesse caso, o zoneamento agrícola de risco climático para o cultivo de arroz de sequeiro no município de Francinópolis talvez pudesse amenizar os efeitos das chuvas inconstantes (Tabela 11). Mas, ao que parece, a assistência técnica não dialoga com camponeses sobre esse e outros cultivos.

Tabela 11 - Zoneamento agrícola de risco climático para o plantio de Arroz de sequeiro (ciclos curto, médio e longo) - Francinópolis-PI

Ciclos e tipos de solo ³⁷⁵	Ciclo curto			Ciclo médio			Ciclo longo		
	Solo			Solo			Solo		
	T. 1	T. 2	T. 3	T. 1	T. 2	T.3	T. 1	T. 2	T. 3
Períodos indicados para plantio	21 a 31 de dezembro.	21 a 30 de novembro. 1º a 10 de janeiro.	11 a 20 de novembro. 11 a 20 de janeiro.	21 a 31 de dezembro.	21 a 30 de novembro. 11 a 20 de janeiro.	21 a 30 de novembro. 21 a 31 de janeiro.	-	11 a 20 de novembro. 11 a 20 de dezembro.	21 a 31 de outubro. 21 a 31 de dezembro.

Fonte: MAPA. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Some-se a isto a ausência do seguro safra, no município. Como se não bastasse, os valores de crédito do Pronaf são considerados poucos pelos/as camponeses/as e, assim como o tempo da carência é tido como insuficiente para produzir, o que dificulta o pagamento das

³⁷⁴ João Taulentino da Silva, Lavrador, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁷⁵ Solo “tipo 1: solos com teor de argila maior que 10% e menor ou igual a 15%, com profundidade igual ou superior a 50 cm; ou teor de argila entre 15 e 35% e com menos de 70% de areia, que apresentam diferença de textura ao longo dos primeiros 50 cm da camada de solo, e com profundidade igual ou superior a 50 cm; tipo 2: solos com teor de argila entre 15 e 35% e menos de 70% de areia, com profundidade igual ou superior a 50 cm; e tipo 3: a) solos com teor de argila maior que 35%, com profundidade igual ou superior a 50 cm; e b) solos com menos de 35% de argila e menos de 15% de areia (textura siltosa), com profundidade igual ou superior a 50 cm”(Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta>>. Acesso em: 24 jun. 2009).

parcelas do empréstimo. Por conseguinte, há quem veja outras possibilidades de investimentos, a exemplo do comércio.

Ah, rapaz! Na nossa cidade, aqui, é meio complicado, é. Porque, aqui, a cidade, aqui é muito parada. Dá nem pra imaginar, assim, de repente, em que aplicaria! Que mil reais [R\$ 1.000,00] pra você aplicar em alguma coisa, ele rapidinho, ele... Não existe nada que dê! Tem que ser bem calculado pra você fazer pelo menos uma cesta, andar com uma coisa porque você não faz nada. Aí! Não sei... Aí! Não sei nem lhe falar em que a gente aplicaria porque, por exemplo, se eu fosse montar uma lanchonete, né!? Eu tô morando aqui na cidade, mais sempre eu trabalho no interior direto. Cidade pra mim é, assim, passageiro; é só dois quilômetros [2km]. Passo o dia, nem todas as noites fico aqui. Tô dizendo, se fosse montar a lanchonete, mil reais eu só daria pra comprar o fríse [freezer]. Outra coisa mais não dava. Aí, pronto. Ficou parado, só com o fríse não funcionava nada. Só comia energia. Eu ia pagar a despesa [risos]! Eita! É desse jeito. É meio difícil falar de mil reais [R\$ 1.000,00]. É complicado [pouco], é como se fala de um real só, que não dá pra comprar mais nem um sorvete. Um real... É muito difícil pra falar de mil reais, pois é³⁷⁶.

Com perspectivas e estratégias para realizarem seus objetivos, o julgamento da viabilidade ou não de investimento, pelos camponeses/as, baseia-se em suas experiências e condições atuais. Há experiências com o Pronaf, consideradas positivas pelos camponeses, outras não. Mas no geral tais experiências não são suficientes para interromper a migração temporária para o corte de cana. Com efeito, mesmo no período de carência do Pronaf, homens migram e o projeto fica, aos cuidados das mulheres.

[O projeto fica] funcionando como funciona tudo aqui, agora. Ele [marido] tinha que ser responsável por tudo, tudo. Mas como não podia, tem que viajar. Aí, o responsável tinha que ser eu mesmo. Até hoje eu sou responsável por tudo”³⁷⁷.

Assim, esse campesinato, nas pontas de ruas ou no campo, combina Pronaf e migração temporária, pois embora o Pronaf venha sendo implementado no município de Francinópolis-PI desde 2004, continua a migração, inclusive, dentre mutuários dos Pronafs B e C para custeio.

Como se vê, o Pronaf B e C custeio requerem uma estrutura ainda distante da realidade de muitos/as camponeses/as cujas condições precárias de sobrevivência tornam-se obstáculos à efetivação do programa. Assim, há uma apropriação subjetiva dos recursos do Pronaf dentre camponeses/as de acordo com suas necessidades que, em muitos casos, contrariam os objetivos do programa. Nesse contexto, as próprias experiências (Pronaf C investimento) tidas como positivas pelos implementadores não evitam a migração, mas a ela

³⁷⁶ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

³⁷⁷ Francimar Francisco Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

se associam. Na realidade, Pronaf e migração temporária tornam-se elementos de uma combinação estratégica desse campesinato em seu processo de reprodução social.

3.3 Migração temporária e Pronaf no cotidiano camponês: uma combinação estratégica.

A combinação entre Pronaf e migração temporária se dá, basicamente, de duas formas: simultânea e intercalada. Na primeira, migra-se mesmo tendo feito o projeto. Caso tenha empregado os recursos, a mulher e/ou a família ampliada assume a responsabilidade com as atividades. Na segunda, quando se faz o empréstimo via Pronaf, espera-se passar o período de carência para migrar. Nas falas seguintes, essas duas formas de combinação são referidas:

É, quando saí, ela [esposa] mais meu pai, ali, ficou cuidando [...]. Quando viajei e, aí, eu fui lá, trabalhei lá os onze [11] mês e ela ficou labutando com, aí, com os bichos, aí, duas garrocinha e uma vaca, só³⁷⁸.

[No período] Que eu fiz? Não viajei não. Quando eu fiz o primeiro, aí, quando ele venceu, eu paguei. Aí, eles disseram que era para mim fazer de novo, aí eu disse: “- não, não vou fazer, não, que eu vou viajar!” Aí, deixar bicho por conta [sob os cuidados] de mulher não dá certo, aí eu disse: “- não, eu não vou fazer agora”. Aí, viajei. Quando eu voltei, aí, foi que eu fiz de novo [...]. Eu fiz agora depois que eu cheguei, depois de novembro [2007] para cá, não sei se foi no mês de junho [...]. Quando terminar, eu pretendo entrar de novo, que se não for sair de novo, se eu for viajar, aí, eu pago e dou um tempo de novo [...]. E a precisão porque, porque é complicado. [O Pronaf] dá para ir levando, mas não para tocar a vida, não, aqui não [...] Só se fosse, assim, para aumentar o projeto, aumentar o tanto de dinheiro, parcelar, para ir pagando mais os pouco. Aí, tinha rumo de você ir se virando com o dinheiro. Aí, sempre que eu compro as criação [caprinos]. Aí, o que fica, em vez de eu ir beber cachaça, farrear, eu boto para ali, aí, aparece uma criação para mim ganhar dois quilos, três quilos, aí eu compro, mato, vendo³⁷⁹. Aí, aquilo já vai aumentando para frente³⁸⁰.

Como referido, o recurso do Pronaf é tido como insuficiente como expressa a fala acima: “dá para ir levando, mas não para tocar a vida”. Nessas condições, esse recurso não otimiza a agropecuária e, por conseguinte, não assegura a reprodução desse campesinato. Assim, o ganho do trabalho através da migração temporária e os recursos do Pronaf se complementam na composição da renda familiar³⁸¹. É comum, inclusive, que se migre para

³⁷⁸ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

³⁷⁹ Esse camponês também é açougueiro em alguns momentos.

³⁸⁰ Pedro da Silva Oliveira, Lavrador, Localidade Campestre, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 25/09/2008.

³⁸¹ O salário no corte de cana depende da produção de cada trabalhador. Para efeito de cálculo vamos considerar um salário médio, algo em torno de novecentos reais (R\$ 900,00) com base em informações de sujeitos da

pagar o débito com o Pronaf. De fato, há quem faça o empréstimo de recursos do Pronaf para poder migrar e, com os ganhos oriundos do trabalho via migração, pagar o Pronaf³⁸².

Isso acontece muito. O Pronaf está relacionado a isso. Eu conheço muita gente que [...] contraiu o empréstimo e tirou para a cana para pagar [...]. Eu [...] tenho [até] levado dinheiro, que a esposa chegou aqui e pediu que eu levasse, que o caba [marido] estava mandando do [trabalho] [...] na cana³⁸³.

Por outro lado, há quem migre, também, para pagar o Pronaf, para não ter que vender o que conseguiu adquirir com os recursos do programa.

Rapaz, eu viajei é porque eu queria ganhar o dinheiro, né? O dinheiro deu pagar ele [Pronaf], de pagar... Porque eu comprei as ovelha mas, aí, eu não queria vender as ovelha, entendeu? Aí, o legume, aqui, é como se diz, o legume aqui não dá dinheiro. É pouco. Aí, eu comprei minhas ovelhas e deixei, aqui, e fui para lá [corte de cana] no sentido de, lá, ganhar o dinheiro e pagar como paguei. Paguei com dinheiro de lá, paguei com dinheiro de lá³⁸⁴!

Nesse caso, a aplicação dos recursos atende à finalidade do programa. No entanto, o tempo de reprodução dos animais é insuficiente para pagar o Pronaf. Como vimos, em quanto há casos de camponeses que acessam o Pronaf para migrarem, outros migram para continuar a criação de ovinos financiada pelo programa. De fato, a pecuária de pequenos animais é atividade importante para esse campesinato de Francinópolis. Mas, há carência de uma estrutura mínima para a criação de animais, havendo camponeses que deixaram de criar por falta de condições para cercar a terra. Mas parece, as dificuldades com o Pronaf não se restringem a essas condições precárias de produção, pois, mesmo experiências com o Pronaf C investimento, tidas como positivas pelos implementadores, não evitam a migração, esta arrolada no bojo da “questão cultural” como referida por mediadores.

pesquisa. Os gastos com despesas próprias (aluguel, água, emergência, alimentação, lazer, etc.) somam algo em torno de quatrocentos reais (R\$ 400,00). Desse restante, em geral, uma parte, algo em torno de trezentos reais (R\$ 300,00), é enviada à família, para despesas gerais, alimentação, vestuário, calçados etc e, ainda, para o pagamento de diárias a alguém pago para “tratar” da roça e para a colheita da produção. Assim, a partir desses cálculos aproximados, sobram duzentos reais (R\$ 200,00). Quando se multiplica esse valor pelo número de meses de trabalho, geralmente oito meses, obtem-se algo em torno de mil e seiscentos reais (R\$ 1.600,00). Como referido na página 97 desta dissertação, os trabalhadores têm direito ao seguro desemprego, concedido em três e até cinco parcelas. O valor de cada parcela, dependendo do salário, varia do salário mínimo (R\$ 465,00) a oitocentos e setenta reais (R\$ 870,00). Se considerarmos a média desses valores (R\$ 657,50) multiplicada por três, número de parcelas baseado nos oito meses de trabalho definidos acima, obtêm-se o valor de dois mil reais (R\$ 2.002,50). Considerando esses cálculos, o “ganho” da migração temporária é algo em torno de três mil e seiscentos e dois reais e cinquenta centavos (R\$ 3.602,50). Importa lembrar que o seguro-desemprego tem uma carência de dezesseis meses. Mesmo assim o ganho da migração é superior ao crédito do Pronaf B (R\$ 1.500,00, por operação).

³⁸² O Pronaf foi desenhado para manter o camponês no campo, no entanto, aqui, custeia a migração.

³⁸³ Antonio José Mendes, Presidente do STR de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 31/08/2008.

³⁸⁴ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

Olha, especificamente, eu não vi isso acontecer, até porque essa questão de viajar para cana é uma questão, às vezes, eu acho cultural. Então é... Eu vi uma pessoa, um produtor uma vez me procurou e disse se conseguisse fazer o pronafe cê [C] não ia para [a] cana. Fez e o Pronaf dele até deu certo, só que esse ano ele foi. Inclusive, ele vai começar a pagar mandando de lá. Ele manda, agora, para pagar a primeira parcela³⁸⁵.

Tudo indica que a presença do Pronaf, sem que esse campesinato tenha uma estrutura previa, não cria um dilema para os/as camponeses/as de Francinópolis entre programa e a migração temporária, mesmo sendo, no destino, sujeitados a condições adversas, tanto física (ritmo de trabalho diferente do habitual) quanto simbólica (discriminação). Além disso, o retorno econômico do trabalho no corte de cana, embora tido, em termos monetários como mais significativo que os valores do pronaf, está aquém das reais necessidades das famílias. Mesmo nessas condições, migrar ainda compensa.

O trabalho na cana. A cana, porque mesmo você trabalhando, lá, você achando arroz para comprar aqui, mandando dinheiro e achando aonde comprar, lá recompensa mais do que estar plantando, que muita vez o inverno não é bom entendeu? O inverno não é bom. Se você não tiver trabalhando, lá, aí você não ganha lá, nem aqui. Aí, você estando lá, você ganha lá e manda para cá, [para] a mulher comprá³⁸⁶.

Não. Para lá, eu achei que para lá saiu melhor. A vantagem para lá foi melhor porque eu ganhei um dinheirinho, paguei, comprei outros tipo de coisa que interessei. Aí, para mim, para lá foi melhor³⁸⁷.

Ao se compararem os ganhos, econômicos, oriundos da migração temporária com os do Pronaf, os da migração são tidos como mais satisfatórios, inclusive para viabilizar o Pronaf. No entanto, a dimensão econômica, essencial para a própria reprodução física dos sujeitos, é apenas parte da vida social desses/as camponeses/as, a qual comporta, também, valores outros. Quando se comparam essas duas condições – de mutuários e de migrantes – migrar é mais compensatório economicamente. Mas, quando se consideram dimensões outras, os ganhos da migração não compensam perdas provocadas pela própria migração: redefinições das funções de membros da família, separação e perda da convivência com vizinhos e familiares, perda da liberdade de decisões no âmbito do trabalho, dentre outros aspectos da vida campesina.

Eu não vou te dizer que [a renda do Pronaf] seja [mais] não, porque não é. Eu acredito que não seja. Agora, as vantagens [do Pronaf] são maiores. Eles trabalham menos. [Além disto] ele [marido] tava junto com a gente, entendeu? E sem contar que esse projeto que ele fez, ele conseguiu plantar mandioca, feijão, fava, arroz,

³⁸⁵ Antonio José Mendes, Presidente do STR de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 31/08/2008.

³⁸⁶ Gedeias Mateus Moreira, Lavrador, Localidade Chapadinha do Arrogante, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁸⁷ José Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Canto do Estreito, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

entendeu? Porque até a semente do arroz a gente pode usar do ano para outro, entendeu? E assim, dá. E eu acredito que, em questão de dinheiro, não foi muito. Pode ter sido menos [a renda do Pronaf], mas de vantagens, assim, e em outras coisas, para mim foi melhor³⁸⁸.

Rapaz! É puxado na cana! Mas o lucro, eu acho, na cana não é bom, mas a pessoa ganha mais cortando cana. Porque pra pessoa tá com pronafe [Pronaf], a pessoa ter lucro, [...] é com um período mais longo. E a pessoa trabalhando no corte de cana tem um período curto. Até a pessoa, na questão financeira, a pessoa ganha mais um pouco [o ganho]. Mas a questão da pessoa tá com a família e na terra da gente, sossego, eu acharia melhor. Dando certo, no pronafe, era melhor. Demora mais a pessoa ter um algum lucro, mas tá em casa. Tá cuidando das coisa em casa³⁸⁹.

É importante observar nas falas camponesas que, com a migração, o retorno ocorre em curto prazo enquanto o Pronaf requer um período longo para se obter o retorno. Assim, a migração, mesmo nas condições especificadas, parece ser mais viável, na medida em que atende às necessidades imediatas. As transformações no Pronaf ainda não atingiram o ponto de mudanças nas condições desse campesinato. Nesse contexto, adequações no Pronaf, em curso, relativas à aquisição de terra, ainda são algo distante no município de Francinópolis. As adequações referidas à pagina 131 dessa dissertação, baseadas nos dados do IBGE, que priorizaram a criação de caprinos e ovinos não amenizam as dificuldades do Pronaf. O problema não é identificar em quê, mas como investir em tais condições. Com base na experiência, camponeses sugerem adequações ao Pronaf para torná-lo mais significativo que a própria migração temporária.

Rapaz, se a gente pudesse fazer, assim, de mais, dinheiro avançado [crédito], a renda do pronafe [Pronaf] dava melhor porque trabalhava aqui, mesmo, não sofria tanto como a gente sofre lá! Dava melhor aqui do que lá. Sossegado. Vamos supor: se a gente pudesse fazer, aqui, uma comparação, quatro mil [R\$ 4000,00], cinco mil [R\$ 5000,00], vixe!!! Era vantagem demais! Era vantagem, dez mil [vezes] do que você tá lá! Que você lá, você trabalhando muito, assim, a vontade, de juntar, assim cinco mil, você tem que trabalhar demais. Quando você vim chegar, aqui, você não tem os cinco mil mais. [É] gastando, pagando passagem, comendo tudo, não tem mais. E o caba, aqui, recebendo cinco mil bem, aqui, ele, sabendo trabalhar, aqui, ele sabendo trabalhar, vixe!!! Dá muito mais, muito mais! Eu já fiz três vez de mil reais [R\$ 1000,00], eu achei vantagem, achei vantagem! Como eu falei, comprava o garrotinho, aí, eu vendia, vamo supor: eu vendia por seiscentos [R\$ 600,00], quinhentos [R\$ 500,00], já dava para mim fazer outras coisinha sossegado, sem me aperrear. Esse meu, que eu fiz, essa derradeira vez, eu fiz, eu tinha um garrote, um marruazão, aí, que eu ganhei, que eu ganhei, já tinha o dinheiro de pagar o banco, lá, e esse já era meu já. Aí, eu vendi, comprei uma coisinha, paguei umas continha, outras continha, aí, foi o lucro do projetinho, lá. Não foi do trabalho meu não! Foi do projeto do banco que eu fiz [...] ³⁹⁰.

³⁸⁸ Maria de Inês Pereira da Silva Lopes, Professora, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 23/09/2008.

³⁸⁹ João Cícero Rodrigues de Meneses, Trabalhador Rural, Localidade Chapada do brejo, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 24/09/2008.

³⁹⁰ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

Na fala, acima, vê-se uma distinção entre trabalho camponês e “projeto do banco”. Assim, a concepção do Pronaf como proposta de fortalecimento parece não se encaixar nesse modo de vida. Na prática, como referido, o Pronaf é um empréstimo bancário, um elemento da combinação levada a cabo por esses camponeses em suas estratégias de reprodução social. Do ponto de vista camponês, o Pronaf necessita sofrer adequações, julgadas em consonância com a realidade local, podendo, assim, vir a superar até mesmo a vantagem econômica do trabalho via migração temporária, inclusive, para além do cálculo puramente econômico. Mas, para tal, precisaria sofrer adequações para ter legitimidade, essencial em uma política pública, junto aos beneficiários. Assim, na avaliação local, mesmo de mediadores, a lógica econômica do Pronaf, no momento, não contempla as necessidades das famílias camponesas.

[...] O pronafe bê [Pronaf B] hoje, tá no valor de... Por volta de mil e quinhentos reais [R\$ 1.500,00] pra comprar dez [10] animais. Se é uma família que realmente é fixa, tem, tenha um aposentado na casa, e tal, esses animais vão ser, digamos, um complemento. Mas se é um casal novo, jovens, esse valor é insuficiente, esses animais são insuficientes talvez pra sustentar seus sonhos. Então, eles pegam o crédito, a esposa fica cuidando desse crédito e o esposo vai para São Paulo. Esses mil e quinhentos reais comparados com a situação da cana, eles são irrisórios. Que como eu havia falado, anteriormente, o produtor passa sete [7] meses cortando cana com carteira assinada. Quando ele dá baixa na carteira, pra vir, ele recebe um fundo de garantia. O que economizou é suficiente para comprar uma moto [motocicleta] nova. Ele traz uma moto nova, passa cinco [5] meses recebendo um seguro desemprego³⁹¹, ou seja, férias remunerada de cinco meses. Quando termina o seguro desemprego, tá começando a safra seguinte de cana. Ele vende a moto, ou deixa com a esposa, e vai novamente. E esse ciclo vai se repetir por muito tempo porque a região não tem estrutura pra montagem de empreendimentos que gerem emprego pra essas pessoas não³⁹²!

Uma questão importante, relativa a esse campesinato e que emerge dessas falas é a de como o Pronaf ter eficácia para um campesinato sem uma estrutura mínima, incluindo-se, aí, a terra. Por outro lado, aquisição de objetos materiais, como motocicletas referidas acima, não aponta apenas para uma lógica consumista. De fato, esse meio de transporte é, sobretudo, instrumento essencial, principalmente para o campesinato de ponta de rua, no trânsito diário urbano-rural³⁹³. A compra da motocicleta, especificamente, se viabiliza, em muitos casos, com recursos do Pronaf. Como orienta Shanin (2008), o campesinato não é algo fixo, porém dinâmico. E é essa dinamicidade que permite que esse modo de vida se adapte a constantes transformações como aquelas pelas quais passam as populações aqui referidas. As políticas

³⁹¹ O valor da parcela do seguro depende do salário, mas os limites são definidos: o mínimo é o salário mínimo e o máximo do valor é R\$ 870,00. É importante ressaltar que, de um seguro para outro, a carência é de 16 meses. Assim, o seguro não é anual.

³⁹² Mariano Lima Bezerra, Técnico do EMATER e atual Secretário Municipal da Agricultura de Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/07/2008.

³⁹³ Sobre a importância desse trânsito campesino, ver Moraes (2000) quando analisa a “casa da cidade” e como elemento das estratégias de reprodução social, entre camponeses/as dos cerrados do Sudoeste piauiense.

públicas precisam aproximar-se dessa dinâmica campesina, ou seja, das especificidades dos diversos campesinatos, Brasil afora em suas múltiplas formas concretas de ser, como se infere de ponderações dos próprios camponeses sobre o Pronaf.

Rapaz, deve mudar quase nada, né? Porque se a gente não puder criar, fica ruim para gente, para gente fazer e depois... Mas no meu caso, eu acho melhor, eu acho melhor o gado do que a gente dar... A cerca, que todo mundo, quando chegou essa lei³⁹⁴, todo mundo tirou arame da cerca. Ficou três fios de arame. E com o gado [vacum], o gado não sai né? E com os outro bichos pequeno [caprinos, ovinos e suínos] não pode, nem tem como. No lugar do porco, do bode, o gado é melhor de criar. Assim, mesmo sem a gente ter condições, é melhor criar o gado³⁹⁵.

[...] Rapaz, eu não sei não, por exemplo, fosse o cultivo melhor pra gente, se tivesse um apoio melhor da secretaria de onde ele vem [MDA], né!? Se tivesse um apoio melhor pra gente, dava muito melhor pra gente trabalhar, por exemplo, é... A gente planta, a chuva não chega e aquela semente vai ter que ir todinha. Então, se você planta, a chuva não chega. Se tivesse como o programa mandar fazer uma irrigação pra não perder aquela planta, aí, sim. Aí, era outra coisa! Aí, evoluía muito bem. Mas, a não ser, no sertão que nós mora é muito... Fica meio atrasado. Às vezes, sim, você aproveita bem. Mas às vezes você perde mesmo total. Às vezes, a perda fica total. Às vezes ganha, às vezes perde³⁹⁶.

[...] Mudar, assim, só se fosse pra mudar, assim... Do jeito que tava, tava bom, porque de primeira vez você fazia um, você pagava com dois anos. Eles, agora, inventaram pra pagasse com um ano. Mas com um ano... Bem, aqui, você faz dois mil [R\$ 2.000,00] pra você pagar com um ano certo, que aquele é meio... É melhor você pagar quando chega os dois anos, porque com dois anos tem muito tempo pra você... Às vez você faz um negócio bem aqui. No ano que vem, já tem que pagar esse aqui. Aí, já tem que tirar aquilo dali pra pagar aquela parte. Às vez não dá pra produzir, porque com dois anos dá pra produzir, mas [pode] não dar. Assim, só com um ano, às vez produz mais pouco³⁹⁷.

As formas como eles falam de pagamento. Que te falam uma forma de pagar, chega lá é outra diferente. Tem um desconto de vinte e cinco por cento [25%], pagar antes do vencimento, ali, só farsa. Se for ano eleitoral, eleição, eleições gerais, eleições municipais e estaduais, sim. Que em dois mil e seis [2006], teve um desconto. Nêgo tirou, naquele tempo novecentos [R\$ 900,00], pagou quatrocentos e pouco [reais] [R\$ 400,00], pagou seiscentos [R\$ 600,00]. Como eu não paguei esse ano, não tinha nada a ver com eleição do governo. Tirei novecentos e sessenta [R\$ 960,00], paguei oitocentos e quarenta [R\$ 840,00]. Quando eu liguei pro cara – eu ía pagar setecentos [700] e pouco [reais] – quando eu cheguei, fui lá, disse: “- não. Você só paga no tempo, seu Raimundo. Você tem que agüentar até o dia quinze [15] de janeiro, que é tempo; é seu prazo”. Quando entrou janeiro, eu perguntei: “- e aí, rapaz, como é o negócio?” “- não, dá tanto, mas você só paga no tempo”. Cheguei lá, mandei o cara, peguei o papelzinho e tudo, botei aqui. Foi lá, puxou lá no computador, disse: “- oh! Quatrocentos e oitenta [R\$ 480,00]”. E cadê os vinte e cinco por cento? [25%]. “- Não tá com o desconto?” Nada. Não tive esse desconto³⁹⁸. Nada, nada, nada! Então é coisa que eu vejo assim: às vezes fala isso

³⁹⁴ Ver nota 172.

³⁹⁵ Raimundo Ferreira dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

³⁹⁶ Francimar Francisca Oliveira Moura, Trabalhadora Rural, Bairro Morro da Esperança, Francinópolis-PI. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 22/09/2008.

³⁹⁷ Damião Santos Pereira, Trabalhador Rural, Bairro Morro do Galo. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 27/09/2008.

³⁹⁸ Esse camponês se refere ao bônus de 25% que os mutuários têm direito, recebendo-o quando pagam as parcelas do débito, em dia. Na realidade, os bônus se caracterizam como crédito subsidiado. Mas, o governo

muito pra você entrar e depois não dá aquele desconto, que você tá esperando no seu pagamento. [...] Você tem que falar a mesma língua, tanto fazer o cara lá fora como o chefe lá dentro. Uma língua só. Mas, falar duas línguas não tem rumo não³⁹⁹!

Os discursos camponeses são relatos de quem tem como referência experiências como mutuários do Pronaf. Falam da impossibilidade de criar animais de pequeno porte (caprinos, ovinos, suínos), em decorrência da “lei” que assegura aos proprietários que plantam sem cercar o terreno, o ressarcimento dos prejuízos causados por donos de animais criados soltos. Por isso, a inviabilidade de criar esses animais. Também reclamam apoio infra-estrutural para cultivar a terra e questionam o tempo determinado pelo Pronaf como insuficiente para produzir. Acrescente-se ainda, como motivo de insatisfação desses camponeses, os ruídos na comunicação entre burocracia dos bancos e mutuários do Pronaf. Ao que parecem, os técnicos não falam “uma língua só”, fato que atinge a legitimidade da política.

De fato, o Pronaf não tem evitado a migração temporária, porquanto esse campesinato ainda carece de uma estrutura mais adequada à própria aplicação dos recursos do projeto. Por outro lado, o Pronaf contribui de certa forma, para uma melhoria nessas condições. Além disso, é importante ressaltar que mesmo quem aplicou os recursos com a estrutura necessária e de forma adequada do ponto de vista institucional ainda migra para o corte de cana, o que pode indicar insuficiência dos recursos do programa como, aliás, referem os/as camponeses/as. Assim, migração temporária e Pronaf em vez de se excluírem mutuamente, acabam por se complementarem na combinação estratégica levada a cabo por esse campesinato. Nesse contexto, os recursos do Pronaf são apropriados para fins variados pelas camponesas, atendendo, nesse sentido, a necessidades diversas. Assim, se os recursos não são destinados à produção, eles podem ser pagos ao com ganhos oriundos do trabalho na migração temporária. Deste modo, o funcionamento do programa nem sempre atende à perspectiva institucional dos agentes que operam essa política.

fala em “desconto” e não em subsídios para não ferir acordos internacionais de comércio que limitam subsídios à agricultura.

³⁹⁹ Raimundo Nonato Bispo, Trabalhador Rural, Bairro Centro, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 29/09/2008.

CONCLUSÃO

O presente trabalho examinou um tipo de campesinato para o qual a migração temporária para corte de cana, no Brasil, intensificou-se nas últimas décadas, principalmente com o crescimento das indústrias canavieiras paulistas, que absorvem contingente expressivo de mão-de-obra camponesa migrante, sobretudo advindo da região Nordeste. Como exposto, membros masculinos desse campesinato vêem-se compelidos a migrar em busca de trabalho em decorrência de suas precárias condições de vida. Estudiosos e, mais recentemente, a mídia, conferem visibilidade a essa questão, embora os governos ainda se mantenham alheios, em grande medida, a essa problemática. Assim, políticas públicas voltadas para essa agricultura ainda estão aquém do necessário para enfrentar questões da ordem daquelas aqui referidas com suas visíveis implicações.

Trata-se de um contexto no qual a migração temporária com fins de trabalho, no caso, na agroindústria canavieira tornou-se um processo permanente, dinamizado pelas idas e voltas de camponeses migrantes. Despedidas e re(des)encontros alteram a rotina das famílias e das comunidades, em muitos casos, redefinindo papéis no meio familiar e social local, pelas relações sociais construídas no destino, desconstruídas e reconstruídas na origem, e vice-versa. São relações móveis típicas da migração temporária, processo social que se insere no modo de vida camponês aqui referenciado.

A experiência do Pronaf, no caso em questão, realiza-se em um contexto no qual a condição de migrante se insere na trajetória social dos/as sujeitos e na construção de suas identidades. Trata-se de sujeitos que não têm apenas a sociedade de origem como referência, mas “duas sociedades de referência, insuficientemente vivenciadas, uma das quais ainda pouco conhecida e compreendida, que é a sociedade de destino” (MARTINS, 2003, p. 146).

Além disso, esses migrantes temporários/as, na maioria dos casos, estão orientados “pela sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro” (MARTINS, 2003, p. 146). Nesse sentido, o lugar de origem não é mais a única referência desses/as trabalhadores/as, embora seja, também, fonte de sociabilidades desenvolvidas na experiência do trânsito e na identidade de migrante.

Assim sendo, em decorrência da migração temporária, o modo de vida camponês em Francinópolis resulta numa combinação de elementos culturais tradicionais – aqui incluídos os valores e as atividades laborais – com elementos típicos das sociedades capitalistas, tais

como trabalho remunerado, valores orientados para o consumo e, ainda, um salário relativamente elevado⁴⁰⁰, se comparado à remuneração no espaço local que vai refletir na comparação dos ganhos advindos da migração com os oriundos do Pronaf: “o valor desses empréstimo vem no máximo dois mil reais, pouquinho coisa, isso em dois mês eu tiro, ai não dá certo não”⁴⁰¹. O ganho da migração é tido como expressivo em relação às condições no município, mas, ao mesmo tempo, ele nem sempre é suficiente para atender às necessidades das famílias camponesas.

A migração temporária, ora avaliada, se inscreve, assim, na trajetória social desse campesinato, incutindo novos elementos culturais e identitários. Nesse contexto, identidades auto-referentes se juntam às atribuídas em um novo amálgama. Trata-se de um campesinato com acesso precário à terra, principal meio de reprodução social, mesmo daquele em condição de ponta de rua. Essa relação com a terra está na origem de outros problemas relativos à estrutura mínima para reprodução social dessa categoria, repercutindo nas experiências do Pronaf B e C no município.

Verificou-se, a partir do ponto de vista institucional, que há experiências positivas e negativas, estas, em decorrência da não-aplicação dos recursos do pronaf. Como visto, experiências positivas são raras e determinadas pela presença de fatores estruturais como terra, água, cerca e pastos. Mas, tal estrutura é restrita a um número reduzido de famílias camponesas. Para além da concepção institucional do que sejam resultados positivos, existem outras experiências positivadas por camponeses/as, mesmo contrariando a lógica institucional. Assim, evidenciou-se que recursos do Pronaf atendem a necessidades dos/as camponeses/as, de alguma forma sem, no entanto, fazer cessar a migração. De fato, na experiência investigada, Pronaf e migração são articulados nas estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, há casos em que experiências com o Pronaf C investimento, consideradas positivas pelos implementadores, não excluem a migração temporária das estratégias levadas a cabo pela família dos/as mutuários. No caso do Pronaf B investimento e Pronaf C custeio, os mutuários conseguem o crédito e migram, muitas vezes, para pagar ao banco, aplicando os recursos do programa para manterem o que já têm. São, assim, vários casos em que o homem migra e deixa a mulher cuidando do “projeto”. Mas, a grande maioria não aplica os recursos na produção, destinando-os a outros fins. Nesse redirecionamento dos recursos do Pronaf, o que, por um lado, pode apontar para mau gerenciamento dos recursos,

⁴⁰⁰ Ver cálculos no capítulo III desta dissertação, à nota 381.

⁴⁰¹ José Reinaldo Lima dos Santos, Trabalhador Rural, Localidade Chapadinha do Varjota, Francinópolis. Entrevista concedida a Francisco Frazão em 26/09/2008.

por outro, indica também a adequação desse recurso no âmbito de uma lógica subjetiva não prevista pelo Pronaf. Assim, o que é incompreensível do ponto de vista gerencial evidencia sentidos outros. Como o campesinato de Francinópolis se encontra em condições diversas, nem sempre contempladas pelo Pronaf, seus membros utilizam os recursos desse programa segundo suas necessidades, as quais, muitas vezes, fogem a metas definidas pelo programa. Na perspectiva dos operadores do Pronaf, são experiências tidas como negativas e responsáveis pela atual inadimplência do município. Na de camponeses/as são estratégias utilizadas na alocação dos recursos “do banco” e do resultado de seu “trabalho”.

Verificou-se que o foco do Pronaf no município de Francinópolis é a modalidade B investimento, destinada à criação de animais (caprinos e ovinos), os quais no entanto não podem, ali, ser criados soltos. Ocorre que mesmo aqueles que têm terra não têm condições de cercá-lá e fazer pasto para os animais. Problemas relativos à infra-estrutura são, portanto, grande empecilho para aplicação dessa modalidade. A inadimplência, assim, em grande medida, é resultado dessas próprias condições. Mas há quem, dentre os próprios camponeses, avalie positivamente o Pronaf, mesmo tendo experiências frustradas com relação à criação de animais.

É certo também que, além de estrutura necessária, o êxito do Pronaf, para esse campesinato, sobretudo para custeio das lavouras depende, também, de sorte em termos de clima, pois as chuvas são irregulares. Essa insegurança afasta muitos/as interessados/as do programa. De fato, trata-se de uma população camponesa que, além do acesso precário à terra, pratica a tradicional agricultura de sequeiro em um ambiente natural sujeito a veranicos. Tais condições atingem a maioria dos mutuários enquadrados no Pronaf C (custeio) e no Pronaf B.

O Pronaf é constituído de um conjunto de ações integradas para fortalecer a agricultura familiar. No entanto, é implementado, em Francinópolis, de forma fragmentada. O pronaf C custeio necessita do seguro-safra no caso da perda da produção. Mas no município de Francinópolis, os mutuários não tiveram o seguro-safra assegurado, pois a prefeitura não garantiu a sua contrapartida. Assim, há uma distância entre a intenção do desenho da política e o processo de sua implementação.

Vê-se que há problemas nas políticas levadas a cabo por instituições ou entidades distanciadas culturalmente dos beneficiários, assim como distinções político-institucionais, quando um elo da cadeia do desenho da política se rompe – caso do seguro-safra, em Francinópolis. A desconfiança de beneficiários/as em relação às políticas se dá, assim, a partir de ações ou inações dos responsáveis pela implementação. A legitimidade de uma política é

construída e desconstruída constantemente e a inação da prefeitura municipal implica negativamente na legitimidade do Pronaf no município.

Nessas condições, o Pronaf no município de Francinópolis não pode ser visto como alternativa à migração, como de fato não o é pelos/as camponeses/as. Como elementos da combinação estratégica levada a cabo por esse campesinato, se o Pronaf não se adequa às suas necessidades, ele é acomodado às reais condições de vida desses sujeitos de cuja trajetória social a migração temporária é parte constitutiva.

Entendeu-se, sob amparo teórico e pesquisa “in loco”, ao contrário do que se ouve de operadores do programa, que tais condições estão na origem do que se refere como “cultura da inadimplência”. Assim, a inadimplência desse campesinato para com o Pronaf não parece ser sempre decorrente de má vontade ou falta de responsabilidade. Resguardados possíveis casos individuais em que isto ocorra, no geral, ela decorre de condições campesinas adversas as quais o Pronaf não consegue resolver: quem, por vezes, não tem o que comer, não consegue pagar o empréstimo do Pronaf.

Se é evidente que o Pronaf, em muitos casos, não se adéqua à realidade social desse campesinato, vale considerar também que resultados de políticas, incluindo o efeito de mudanças efetuadas nos programas, no geral, ocorrem em médio e longo prazo, quando então se tem condições de melhor avaliar. No entanto, há necessidades das famílias camponesas que são imediatas, que dizem respeito à constituição da renda, ou seja, à dimensão econômica e à própria sobrevivência. Além disso, há necessidades sociais e culturais não refletidas na concepção de eficácia econômica almejada pelas políticas. Dessa maneira, avaliações processuais se impõem.

Como exposto, migra-se, sobretudo, em decorrência da falta de alternativas que atendam às necessidades das famílias. Assim, a migração torna-se estratégia de reprodução social, embora essa estratégia não pareça corresponder a anseios de liberdade e autonomia de migrantes. Como lembra Sen (2000), cabe às próprias políticas públicas assegurar um desenvolvimento como liberdade, de modo que as mudanças na realidade social sejam significativas. Com efeito, a persistência da migração temporária como alternativa de trabalho e renda aponta para questões relativas a políticas, seja em termos de ausência, seja em termos de implementação.

Como demonstrado, nem o Pronaf impede as migrações, nem a migração temporária afasta as famílias do Pronaf: ambos coexistem na vida campesina em Francinópolis. Assim, a presença do Pronaf no município não garante a manutenção de camponeses/as no campo, pelas condições mencionadas. De fato, trata-se de um campesinato que não está

necessariamente apenas no campo, mas também nas pontas de ruas, em bairros periféricos, na sede do município, configuração que expressa as dificuldades de enquadramento no Pronaf, na forma como é praticado o programa.

Notou-se nesse estudo, que a trajetória social dessas populações camponesas, marcada pelo processo migratório, amplia suas referências identitárias. Ser migrante tem implicações no processo de construção de identidades socioculturais desse campesinato, o qual assume identidades caracterizadas pela fluidez. Esta identificação, “migrante”, interpela esses/as camponeses/as de alguma forma, mesmo não sendo de suas próprias escolhas. Embora essa identidade não seja acionada em situações estratégicas, por exemplo, na busca de recursos do governo, como o Pronaf, torna-se mister que o programa contemple essas identificações socioculturais decorrentes da migração temporária.

Por último, vale considerar um aspecto importante, embora não tratado sistematicamente nesta dissertação. Algo que se desenha e cujos contornos podem ser antevistos na migração de retorno antes do término da safra da cana, observado em 2008, o que expressa que o trabalho no corte de cana torna-se cada vez mais inviável como alternativa de reprodução camponesa. Pode-se pensar nisto, sobretudo, a partir da intensificação da mecanização na agroindústria canavieira que ainda não acabou com o trabalho manual, mas o vem reduzindo drasticamente. Nesse contexto, postos que serão mantidos, com exceção do plantio, requerem qualificação específica diferente exigida para o trabalho manual do corte de cana.

Um fenômeno social não muda de forma brusca, apesar do dinamismo próprio das relações sociais atuais. Desse modo, diferentemente das coisas materiais, os valores não se transformam ao sabor de tendências momentâneas. Mas, essa migração de retorno precoce pode indicar uma nova tendência que aponta para a transformação na tríade migração temporária-corte de cana-reprodução social camponesa, embora ainda se aposte na possibilidade de se voltar a migrar para o corte de cana, mesmo com a mecanização⁴⁰².

Essa situação nova é, sem dúvida, momento propício para reorganização do Pronaf, no sentido de adequá-lo às condições desse campesinato que carece de melhor estruturação socioeconômica. Isto implica em criar condições locais para viabilizar o uso do recurso do Pronaf, de forma efetiva, requerendo um conjunto de políticas específicas a serem

⁴⁰² Esse processo de mecanização acentuada, sobretudo no estado de São Paulo, está redirecionando os fluxos migratórios para os outros Estados, inclusive do Nordeste, no caso Bahia. Em fevereiro de 2009, um grupo de camponeses do município de Francinópolis estava na expectativa de migrarem para cortar cana no Estado da Bahia.

implementadas conjuntamente. Executado de forma fragmentada, como no momento, se o Pronaf não cria um dilema para os/as trabalhadores/as em relação à migração temporária, como funcionar no cenário que se desenha de redução do campo de trabalho via migração?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000.

_____. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Texto apresentado no seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 1998.15p

ABRUCIO, F. L. O longo caminho das reformas nos governos estaduais: crise, mudanças e impasses. In: MELO, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Massangana, 1999. p. 161-198.

AGROAMIGO-PUBLICO-ALVO. Disponível em:
<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agroamigo/>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

ALBURQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massagana/São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e do Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdFUSCar, 2007, p. 21-54.

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2004, p. 147-177.

_____. Revisão da Bibliografia. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2004, p. 179-188.

ANJOS, F. S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, p. 529-548, Jul./Set., 2004.

APRESENTAÇÃO - CRÉDITO RURAL, 2006. Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 28 dez.2008.

ARRETCHE, M. T. S. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo: Revan, 2002.

BANCO DE DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR(SADE). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

BAPTISTELLA, C S. L. et al. O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. **Agricultura em São Paulo**, SP, v. 41, n. 3, p. 61-83, 1994.

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras editora, 2000.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa. In:_____. **Projeto de pesquisa**. Propostas metodológicas. Petrópolis:Vozes, 1998, p. 36-69.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BELIK, W. Mudanças no padrão de intervenção do estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro. In: **Raízes**, ano XVII, n. 18, p. 9-25, set. 1998.

BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In:_____. **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998, p. 197-211.

BOSI, E. **O tempo vivo na memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, J. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 183-191.

_____. Compreender. In:_____. (Coord) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-713.

BRANDÃO, C. R. **Diário de Campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P.(Orgs.). **Além dos Territórios**. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 221-227.

BRANT, V. C. **Do colono ao bóia-fria**: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na alta sorocabana de Assis. Estudos CEBRAP, 1977.

IMIGRAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 10 fev.2008.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? **Anais da ABEP**, Caxambu, 2000. 44p.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Sim Brasil**. 2003. CD-Rom.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas e Resistências**, Londrina-PR, v.1, p. 146-162, set., 2006.

CARDOSO JUNIOR, J. C; JACCOURD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões estatais. In: JACCOURD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, p. 70-82, abr.1997.

_____. **Terra de pobreza**: um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1976, 190 p.

_____. Vidas irrigantes. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 66-72, 1986. 1993.

CARNEIRO, M. S.; SOUZA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura canavieira em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes**: trabalho no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdFUSCar, 2007. p. 215-232.

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. In: **revista ADUSP**, n.34, p. 30-38, São Paulo, mai. 2005.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 21-92.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006: resultados Preliminares. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 4 jun. 2009.

CERQUEIRA FILHO, G. Uma questão ilegal. In: _____. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 57-92.

CIPRANDI, O.; FERT NETO, J. As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura. **Ciência Rural**. v. 26. v. 1, jan/abr., 1996. Disponível em: <<http://www.Scielo.Php>>. Acesso em: 14, mar. 2009.

COELHO, L. Polícia Federal investiga Fraudes no Pronaf do Piauí. **Diário do povo do Piauí**, Teresina, p. 3, 13 fev. 2008.

COHN, A. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.11, n.2, p.183-197, out. 1999 (editado em fev. 2000).

COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 255-288.

COMISSÃO ESTADUAL DE COMBATE E PREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO (CEPETE). Teresina-PI, 2003.

CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF: modalidades e grupos. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

COOK, S. Implicações éticas. In: SELTTIZ, C.; WRIGHTSMAN, I. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: análise dos resultados**. São Paulo: E.P.U., 1987, p. 35-54.

CRÉDITO RURAL DO PRONAF POR ANO AGRÍCOLA, 2008. Disponível em: <http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano_agricola.asp>. Acesso em: 14 dez 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusp, 2002.

CUNHA, M. J. C. et al. **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Versão 1.0.5** – Ago. 2001.

D'INCAO, M. C. **O Bóia-Fria**: acumulação e miséria. Petrópolis: VOZES, 1977.
Disponível em: <<http://180graus.brasilportais.com.br/geral>>. Acesso em: 1º jan. 2009.

DRAIBE, S. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **IPEA**. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, IPEA, 1990, cap. I, p. 1-66.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DUTRA, C. A. S. **As Ocupações de Terra e a Produção do Direito**. Três Lagoas-MS: EbooksBrasil.com, 2002. Disponível em: <<http://www.ebookcult.com.br/>> Acesso em: 12 mai.2007.

EPSTEIN, I. O dilema do prisioneiro e a ética. **Revista de Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n.23, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2009.

ESPING-ANDERSON, G. O futuro de Welfare State na nova ordem mundial. São Paulo: **Lua Nova**, n. 35, p. 73-111, 1995.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 47 – 73.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Eletrônico** – Século XXI. Versão 3.0, nov.1999.
FIORI, J. **O vôo da coruja**: uma leitura (não liberal) da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRAZÃO FILHO, F. A. **Relatorio Parcial de Pesquisa de Campo**. Teresina, 2008. 63p.

FREITAS JÚNIOR, J. B. Gênese e problemática das terras devolutas. **APPE**, 2008.
Disponível em: <<http://www.appe.org.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

FRIEDMAN, J. Ser no mundo: globalização e localização. In: FEATHRSTONE, M. **Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 329-348.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GEERTZ, C. Uma descrição densa In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 13-41.

GOBO, G. O. Projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 91-115.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. S. (Org). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras editora, 2001, p. 17-35.

GOODMANN, D.E.; SORJ, B.; WILKINSON, Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes *J. Revista de Economia Política*, V. 5, n 4, out.-dez. p. 31-56, 1985.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANUZZI, P. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidade. **XIV ABEP**, Caxambu- MG, 20 a 24 set. 2004. 18p.

HAGUETE, T. M. F. A História de vida. In: _____. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 69-72.

HALL, S, Questão multicultural. **Da diáspora**. Identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Brasília, 2003, p.51-100.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IANNI, O. Política econômica nacionalista. In: _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira: 1986, p. 25-82.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/96**, Piauí, 1995.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2000**: migração e deslocamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **CENSOS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Tendências Demográficas**: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, n. 20, 2007.

INCORPORAÇÃO E LOTEAMENTO. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoafisica/IRPF>. Acesso em: 28 mai. 2009.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PIAUÍ: cadastro de imóveis rurais. INCRA, 9 dez. 2008.

JANNUZZI, P. M. **Migração e Mobilidade Social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

LAMARCHE, H. (Org.) **Agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEHFELD, N. A. S.; VERONA, K. F. O Estado e as políticas sociais brasileiras. **VIII Congresso Internacional del CLAD** sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, p.28-31 out. 2003.

LIMA, E. G. **Bamburristas da Terra do Opala [manuscrito]**: identidade sociocultural e os desafios frente a políticas de inserção produtiva em Pedro II, Piauí. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

LIMA, G. P. **Atlas da exclusão social no Piauí**: a herança deixada. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e migrações**: uma abordagem histórico-estrutural. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARIA, L. X.; HESPANHOL, R. A. M. As particularidades do trabalho temporário no Distrito de Guachos, município de Martinópolis – SP. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.1, n, 2, p. 45-61, dez. 2003.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: **Forum Social das Migrações**: travessia na desordem global. Serviço Pastoral do Migrantes (Org). São Paulo: Paulinas, 2005. p. 37-90.

MARTINS, J. S. A vida entre parêntesis – migrações internas no mundo contemporâneo. In: **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 139-150.

_____. O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio. In: **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 119-38.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos: trabalho alienado e superação positivista da auto-alienação humana. In: FERNANDES, F. (Org.). **Marx/Engels: História.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf:** análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

_____. **Pronaf 10 anos:** mapa da produção acadêmica. Brasília: NEAD Estudos /MDA, 2006.

MAY, T. Observação participante: perspectivas e prática. In: _____. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 173-203.

MELO, M. A. Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 1, p. 119- 164.

MENDES, J. M. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 503-540.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora? Pesquisando o cotidiano. In: SPINK, M. J. P(Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano.** São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 215-241.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFBA, 2002.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevistas não-diretivas em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987, p. 191-211.

MORAES, M. D. C. Ainda queremos ser...tão?(reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí). 25ª RBA. 11 a 14 de junho/2006, Goiânia. **ANAIS...** Cd Rom. 20 p.

_____. De camponês a Agricultor familiar: imagens do Campesinato como identidades na ordem da razão. In: **Raízes**, ano XVII, n. 17, p. 121-134, jun. 1998.

_____. **Memórias de um Sertão Desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP. 2000. 481p.

MORAES, M.D.C.; FRAZÃO FILHO, F. A.; JUNIOR, T. R. “Andando pelo mundo” (Significados da migração temporária: do Piauí para a agroindústria canavieira paulista). In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdFUSCar, 2007, p. 257- 296.

_____. Migrações temporárias do Nordeste para o Sudeste do Brasil: Trabalhadores/as do Piauí para a agroindústria canavieira de São Paulo. In: **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro**, Braga-Portugal, 2009. 16p.

_____. **Migrações temporárias do Nordeste para o Sudeste do Brasil: Trabalhadore/as do Piauí para a agroindústria canavieira de São Paulo (Relatório de Pesquisa/2006)**. Teresina, PI, Universidade Federal do Piauí.

MORAIS, E. R. **De papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

MORAIS, R.A. A realidade da cultura. In:_____. **Estudos da filosofia da cultura**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 19-34.

MORIN, E. Para um paradigma da complexidade. In: _____. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996, p. 236-250.

MÜLLER, G. **Modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Lopes, E. S.A.; MOTA, D.M.S.; SILVA, T. E. M. **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros / Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 133-152.

NOVAS REGRAS DO PRONAF. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/saf/index>>. Acesso em: 2 set. 2008.

NOVO RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O Brasil Redescoberto. Brasília: INCRA / FAO. 2000.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p. 185-206, set./dez. 2001.

PAOLIELLO, R. M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998, p. 201-227.

PARREIRAS, L. E. Programas governamentais de combate à Pobreza rural no nordeste. In: _____. **Negócios solidários em cadeias produtivas**: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro : IPEA : ANPEC : Fundação Banco do Brasil, 2007, p. 15-29.

PIAUÍ. LEI COMPLEMENTAR nº 87, de 22 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. In: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Sistema de Legislação do Estado do Piauí: Disponível em: <www.seplan.pi.gov.br/uapr/lei87_22-08-2007.pdf>. Acesso em: 23 jun.2009.

PINTO, J. B. G. **Indicações para o diário de campo**. Recife [1982]. Mimeo. 3 pgs.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO PARNAÍBA (PLANAP): Síntese executiva: Território Vale do Sambito/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2006.

PRONAF. **Manual Operacional**: documento para discussão. MAARA/SDR/DATER. Março de 1996.

RENEGOCIAÇÃO DE DÉVIDAS, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

RIBEIRO, D. O Brasil sertanejo. In: _____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 339-363.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n.

1, p. 29-68, jan./jun. 1988.

ROGERIO JR, T. **Doenças da Cana.** (Campesinato, migração, trabalho temporário na agroindústria canavieira e simbolização das doenças: desafios às políticas públicas. O caso de Elesbão Veloso-PI). Projeto de pesquisa. Teresina:Universidade Federal do Piauí, 2009.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: EDTORA DA UFRGS, 2002, p. 105 – 136.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado-Providência.** Lisboa: Inquérito, 1981.

ROTHEIN, B. What can the state do? The analytical model. In: _____. **Just institutions matter: The moral and political logic of the universal welfare state.** New York: Cambridge University Press, 1998, p.71-115.

SACHS, I. **Brasil rural:** da redescoberta à invenção. São Paulo: Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p.75-82, set. /dez.2001.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social;** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SANTANA, C. D. Migrar é viver. In: _____. **Fartura e ventura camponesas:** trabalho cotidiano e migrações. Bahia (1950-1980). São Paulo: Annablume, 1998, p. 105-140.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.;MARQUES, P.E. M.(Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004, p. 21-49.

SEGURO-DESEMPREGO. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/seg_desemp/q>. Acesso em: 15 fev. 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

_____. Campesinato: questões teórico-políticas. In: PAULINO, E. T.; FRBRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, E. R. A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Brasília: IPEIA, 1999.

SILVA, J. G. A **Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes**: trabalho no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdFUSCar, 2007, p. 55-86.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras editora, 2001.

_____. Migrantes temporários: a face oculta do agronegócio paulista. In: **Forum Social das Migrações**: Travessia na desordem global. Serviço Pastoral do Migrantes(org). São Paulo: Paulinas, 2005. p. 231-239.

SIRINELLI, J. F. A geração. In: AMADO, J.; FERREIRA, J. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 129-137.

SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DA INADIMPLÊNCIA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

SPINK, M. J. P., LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P.(Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 93-122.

STORINO, G. R.; SAMPAIO, A. M. M. Alguns aspectos da questão agrária brasileira em um contexto de globalização da economia. **XXIII Encontro da ANPAD**. Foz do Iguaçu / PR. Set. 1999.14p.

TEIXEIRA DA SILVA, F. **Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no Sertão de São Francisco (1820-1920)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF. 1981.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIEZZIA, S. Organização da política social do governo Fernando Henrique. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 49-56, 2004.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. New York, Harper Torchbooks, 1963.

VAINER, C. B.; BRITO, F. **Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil**. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th. General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, Sept. p.18-24, 2001. (Disponível em CD-ROM).

VASCONCELOS, C. Combate à febre aftosa acontece em duas etapas. *Matéria*, 1 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. In. **Estudos Sociedade e agricultura**. v. 12, n. 1, p.21-33, abr. 2004.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD. Texto provisório para discussão, ago. 2001, 105 p.

VELOSO FILHO, F. A. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional**: lições da experiência no estado do Piauí. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de economia. Campinas, SP: [s.n.]. 1998.

WEBER, R. Relato de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 163-83,1996.

WHITAKER, D. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: _____. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à margem, 2002, p. 115-120.

WOLF, E. R. Aspectos econômicos do campesinato. In: _____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976, p. 35-87.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

WOORTMANN K. A. Com parente não se negueia. In: **Anuário Antropológico**, v. 87, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 7-72.

ZINGA, M. R. M. A questão agrária e políticas públicas no Brasil. In:_____. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento zumbi dos palmares, campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, 2004. p. 21-49.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

ANEXOS

ANEXO A - Trabalho migrante: da construção civil ao corte de cana

05/11/2008 - 12:40:15

Pág.: 1 de 1



D A T A P R E V
C N I S - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Períodos de Contribuição

Inscrição Principal: 1.240.064.791-9

Inscrição Informada: 1.240.064.791-9

Nome: JOSE FERREIRA DOS SANTOS

Seq	Tipo	Empregador	Inscrição Cadastrada	Admissão/ Comp. Inicial	Rescisão/ Comp. Final	Comp. Ult Remun	Vínculo	CBO	Identificação da Obra	Acerto Pendente
001	CNPJ	51.697.977/0001-40 MORAES DANTAS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	1.240.064.791-9	16/10/1989	22/02/1990		CLT	99920		
002	CNPJ	55.677.215/0001-33 SANTOS - EMPREITEIRA DE CONSTRUCAO LTDA	1.240.064.791-9	13/03/1990	23/08/1991		CLT	99920		
003	CNPJ	49.788.474/0001-39 PROCESS COMERCIO DE POLIMEROS LTDA-EPP	1.240.064.791-9	06/02/1991	06/03/1991		CLT	90390		
004	CNPJ	55.110.548/0001-86 AGRO PECUARIA SANTA CATARINA S A	1.240.064.791-9	14/04/1992	10/12/1992		CLT	63150		
005	CNPJ	55.110.548/0001-86 AGRO PECUARIA SANTA CATARINA S A	1.240.064.791-9	01/03/1993	06/08/1993		CLT	63150		
006	CNPJ	45.353.141/0001-26 SERGEL SERVICOS AGRICOLAS GERAIS E TRANSPORTES LTDA	1.240.064.791-9	18/04/1994		09/1994	CLTD	63150		
007	CNPJ	50.403.385/0003-78 USINA DE ACUCAR E ALCOOL MB LTDA	1.243.272.683-0	11/05/1995	09/12/1995		CLTD	63150		
008	CNPJ	50.403.385/0003-78 USINA DE ACUCAR E ALCOOL MB LTDA	1.243.272.683-0	22/01/1997	24/12/1997		CLT	63150		
009	CNPJ	01.040.884/0001-70 AGRICOLA RODEIO LTDA.	1.243.272.683-0	29/03/1999	02/12/1999		CLT	63150		
010	CNPJ	12.282.034/0010-96 USINA CAETE S A	1.240.064.791-9	14/02/2006	09/12/2006		CLT	6221		
011	CNPJ	19.537.471/0001-61 U.S.A. - USINA SANTO ANGELO LTDA	1.243.272.683-0	24/04/2007		04/2007	CLT	6221		

*** Fim da pesquisa de vínculos ***

ANEXO B - Condições do crédito rural do Pronaf - modalidades e grupos

PLANO SAFRA 2007/2008
CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do INCRA.	Investimento.	Estruturação dos lotes dos (as) assentados(as).	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ater.	0,5% a.a.	De 45% se houver assistência técnica ou 40% nos demais casos aplicados em cada operação.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico ou até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Grupo A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	Investimento.	Recuperação das Unidades Familiares dos(as) agricultores(as) assentados(as).	Até R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf A/C	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	Custeio (1)(3).	Custeio de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3,5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	De R\$ 200,00 em cada operação, restrito a apenas um bônus por ano agrícola.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Até R\$ 1,5 mil por operação.	0,5% a.a.	De 25% aplicados em cada operação até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência.	Até 2 anos.	Não se aplica.

Pronaf C	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Investimento: R\$ 700,00 por produtor(a); (até 2 operações) Custeio: R\$ 200,00 por produtor(a); (até 6 operações)	Investimento : até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf D	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18 mil e até R\$ 50 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 10 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Não contempla.	Investimento : até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf E	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.	Investimento(5) e Custeio (1).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mil	5,5% a.a.	Não contempla.	Investimento : até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Até 5 anos.
Pronaf Agroindústria	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Investimento.	Investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais.	Até R\$ 18 mil	2% a.a. para os Grupos A/C, B, C e D. 5,5% a.a. para o Grupo E.	Não contempla.	Até 8 anos. Até 16 anos no FNE, FNO, FCO.	Até 5 anos.
Pronaf Custeio - Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Custeio.	Custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil Crédito formas associativas: até R\$ 2 milhões	4% a.a.	Não contempla.	Até 12 meses.	Não se aplica.
Pronaf Cota-Parte	Agricultores(as) familiares filiados(as) à cooperativas de produção de produtores rurais.	Custeio, Investimento e capital de giro.	Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil	4% a.a.	Não contempla.	Até 6 anos para investimento fixo. Até 3 anos nos demais casos.	A ser definido no projeto

Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras independente do estado civil.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: até R\$ 1,5 mil Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até R\$ 36 mil	Grupos A, A/C e B: 0,5% a.a. Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Grupos A, A/C e B: de 25% sobre cada parcela. Grupo C: R\$ 700,00 por produtora.	Grupos A, A/C e B: até 2 anos. Grupos C, D e E: até 8 anos.	Grupos C, D e E: até 5 anos.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores(as) familiares, entre 16 a 29 anos, que tenham no mínimo 100 horas de cursos ou estágios.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse do(a) jovem agricultor(a) rural.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico e até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Convivência com o Semi-Árido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infraestruturas de produção agropecuária.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf Floresta	Agricultores(as) familiares dos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável e plano de manejo e manejo florestal.	Recursos do FNE, FNO, FCO (6), Grupo B: até R\$ 2 mil Grupo C: até R\$ 8 mil Grupo D: até R\$ 12 mil Recursos dos Fundos para outras finalidades ou recursos das demais fontes Grupo B: até R\$ 1,5 mil Grupo A, A/C e C: até R\$ 5 mil Grupo D: até R\$ 7mil	2% a.a.	Não contempla.	FNE, FNO, FCO: até 16 anos. Outras Fontes: até 12 anos.	Até 8 anos.

Pronaf Agroecologia	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: C ou D ou E, que desenvolvam sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Investimento.	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Grupo C: até R\$ 6 mil Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até 36 mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5%a.a.	Não contempla.	Até 8 anos.	Até 3 anos.
Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E.	Investimento.	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6mil Grupo D: até R\$ 18mil Grupo E: até R\$ 36mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 12 anos para projetos de silvicultura e até 8 anos nos demais casos.	Até 8 anos para projetos de silvicultura e 3 anos ou até 5 anos nos demais casos, dependendo do projeto técnico.
<p>Quanto às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor(a).</p> <p>1. Nos casos dos custeios agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS, para o Grupo E, pode-se optar entre o Proagro e o Proagro Mais.</p> <p>2. O(A) produtor(a) somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.</p> <p>3. Os limites de crédito de custeio podem ser elevados em 30% quando destinados as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.</p> <p>4. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção.</p> <p>5. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura e em projetos de infra-estrutura hídrica, inclusive aquelas atividades relacionadas com projetos de irrigação e demais estruturas produtivas que visem dar segurança hídrica ao empreendimento; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção; atividades relacionadas com o turismo rural; aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.</p> <p>6. Exceto para os Grupos A e A/C</p> <p>7. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF: Garantia de preços para os agricultores(as) familiares que acessaram os créditos de custeio a partir da safra 2006/2007 para a produção de milho, mandioca, arroz, feijão, soja e leite.</p>								

ANEXO C- Mudanças no Pronaf.



MUDANÇAS NO PRONAF

O Banco Central publicou, em 28 de março de 2008, a Resolução No. 3.559 promovendo alterações no Capítulo 10 do MCR – Manual de Crédito Rural, que trata do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. As mudanças, que fazem parte do processo de elaboração do Plano Safra 2008-2009, basicamente extinguem os Grupos C, D e E, criando um escalamento nos encargos financeiros (taxas de juros) de acordo com o volume de recursos financiado, tanto para o custeio como para o investimento. Estas regras passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2008 (início do próximo ano agrícola), mas outras mudanças ainda serão efetivadas, entre elas a criação do Pronaf Sistemico, que deverão ser anunciadas em breve.

Apresentamos, em caráter preliminar (sujeita a complementações e ajustes) uma sistematização das mudanças mais significativas e como ficaram as linhas específicas de crédito do Pronaf.

1. Enquadramento no Pronaf.

ENQUADRAMENTO	CRITÉRIOS
GRUPO "A"	- assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário - reassentados em função de construção de barragens, com área de até 1 módulo fiscal e renda bruta anual de até R\$ 14.000,00.
GRUPO "B"	- área até 4 módulos fiscais. - mínimo de 30% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. - renda bruta anual de até R\$ 4.000,00.
GRUPO "A/C"	- assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário que já fizeram crédito pelo Grupo "A" e não financiaram através de outros grupos.
Agricultores Familiares com: (antigos Grupos "C", "D" e "E")	- área até 4 módulos fiscais. - mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. - mão-de-obra familiar preponderante, admitido a contratação eventual de trabalho assalariado, podendo manter até 2 empregados permanentes - renda bruta anual de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00
Obs 1:	São também beneficiários e enquadram-se como agricultores familiares do Pronaf a família com renda bruta anual até R\$ 110.000,00 e com no máximo 2 empregados permanentes.
Obs 2:	Para efeito de enquadramento, será rebatido da renda bruta anual: - 50% : avicultura não integrada, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, piscicultura, sericultura, fruticultura e suinocultura não integrada; - 70% : turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura e floricultura; - 90% : avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

2. Crédito de Custeio para agricultores familiares do Pronaf (exceto Grupos “A”, A/C” e “B”):

- Os encargos financeiros (taxa de juros) serão variáveis de acordo com o valor financiado.

Valor financiado	Encargos financeiros
Até R\$ 5.000	1,5% ao ano
De R\$ 5.000 até R\$ 10.000	3,0% ao ano
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	4,5% ao ano
De R\$ 20.000 até R\$ 30.000	5,5% ano ano

Regra de Transição: os agricultores enquadrados no Grupo “C”, com DAP emitida até 28/03/2008 e que ainda não contrataram as 6 operações com direito ao rebate de R\$ 200,00 – terão direito ao rebate até completar as 6 operações, tendo como prazo final a safra de 2012-2013. No entanto, a taxa de juros será de 3% ao ano e o valor do financiamento será entre R\$ 500 e R\$ 5.000.

- Poderão ser contratadas mais de uma operação por safra, que para efeitos da taxa de juros serão somadas.
- Se, com a nova operação ficar ultrapassado o limite do enquadramento, o novo financiamento se enquadrará de acordo com a soma dos valores financiados.
- No contrato de financiamento deverá constar a existência ou não de financiamentos de custeio de Pronaf já existentes na mesma safra em qualquer instituição financeira.
- Para efeitos deste enquadramento, não serão computados os financiamentos das linhas do Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e do Pronaf Cota-Partes.
- Igualmente não serão somados aos valores já financiados, se o novo financiamento for para lavouras irrigadas ou de safrinha de girassol, feijão, milheto, milho, soja e sorgo, bem como para produtos a serem utilizados como matéria-prima de biocombustíveis.
- O crédito de custeio pode incluir recursos para manutenção do beneficiário e sua família, como: compra de animais para a subsistência, medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas, construção ou reforma de instalações sanitárias e outros gastos indispensáveis ao bem-estar da família.

3. Crédito de Investimento para agricultores familiares (exceto grupos “A”, A/C” e “B”):

Valor financiado	Encargos financeiros
Até R\$ 7.000	1,0% ao ano
De R\$ 7.000 até R\$ 18.000	2,0% ao ano
De R\$ 18.000 até R\$ 28.000	4,0% ao ano
De R\$ 28.000 até R\$ 36.000	5,0% ano ano

- Prazos para pagamento: até 8 anos, incluídos 3 anos de carência, estabelecidos de acordo com o projeto técnico. Para a aquisição de máquinas, tratores e implementos novos, o prazo pode ser de até 10 anos.
- Os limites do valor financiado pode ser elevado em até 50% para aquisição de máquinas, tratores e implementos, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.
- Poderão ser contratadas mais de uma operação por safra, que para efeitos da taxa de juros serão somadas.
- Se, com a nova operação ficar ultrapassado o limite do enquadramento, o novo financiamento se enquadrará de acordo com a soma dos valores financiados.
- No contrato de financiamento deverá constar a existência ou não de financiamentos de investimento de Pronaf já existentes na mesma safra em qualquer instituição financeira.
- Para efeitos deste enquadramento, não serão computados os financiamentos das linhas do Pronaf Agroindústria, Floresta, Semi-árido, Mulher, Jovem, Cota-Partes, Agroecologia e Eco.

4. Pronaf Agroindústria:

- Para agricultores familiares individuais (exceto Grupo A)
- Para cooperativas, associações e pessoas físicas formadas por, no mínimo, 90% de agricultores familiares e mais de 70% da matéria prima proveniente de seus associados.
- Para cooperativas de leite e derivados formadas por, no mínimo, 70% de agricultores familiares e mais de 55% da matéria prima proveniente de seus associados.
- Até 30% do valor financiado poderá ser utilizado para investimento na produção agropecuária objeto de beneficiamento, processamento ou comercialização.
- Até 15% do valor financiado poderá ser aplicado pela unidade central para pagamento de serviços, como contabilidade, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, assistência técnica gerencial e financeira.

Valor financiado	Encargos financeiros
Individual - até R\$ 7.000 Cooperativas – até R\$ 500.000 (limitado a R\$ 7.000 por associado)	1,0% ao ano
Individual – de R\$ 7.000 a R\$ 18.000 Cooperativas – de R\$ 500.000 a R\$ 10.000.000 (limitado a R\$ 18.000 por associado)	2,0% ao ano

- Prazo para pagamento: 8 anos, incluídos 3 anos de carência.
- Para veículo utilitário, os créditos ficam limitados a 50% do seu valor.

5. Pronaf Floresta (Sistemas Agroflorestais):

- Para Investimentos em: Sistemas Agroflorestais, exploração extrativista e manejo florestas ecologicamente sustentável, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, enriquecimento de florestas diversificadas.

Valor financiado	Encargos financeiros	Prazos
Até R\$ 7.000	1,0% ao ano	12 anos, incluída carência de 8 anos

- Limitado a 2 financiamentos por unidade familiar.
- Proibido o financiamento de projetos com até duas espécies florestais destinadas prioritariamente para uso industrial ou queima.

6. Pronaf Mulher:

- Os limites, encargos financeiros e prazos de pagamento são os mesmos de acordo com o enquadramento da mulher no Pronaf, exposto acima no item 1.

7. Pronaf Jovem:

- Jovens agricultores e agricultoras, de 16 a 29 anos, com curso de formação por alternância, curso em escola técnica de nível médio ou curso profissionalizante concluído ou no último ano.

Valor financiado	Encargos financeiros	Prazos
Até R\$ 7.000	1,0% ao ano	10 anos, incluída carência de 5 anos

8. Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares:

- Para cooperativas, associações e pessoas físicas formadas por, no mínimo, 90% de agricultores familiares e mais de 70% da matéria prima proveniente de seus associados.
- Para cooperativas de leite e derivados formadas por, no mínimo, 70% de agricultores familiares e mais de 55% da matéria prima proveniente de seus associados.

Valor financiado	Encargos financeiros	Prazos
Até R\$ 5.000 por associado, limitado a R\$ 2.000.000	4,0% ao ano	12 meses

9. Pronaf Cotas-Partes:

- Para associados a Cooperativas que são formadas por, no mínimo, 90% de agricultores familiares e com patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000 e máximo de R\$ 3.000.000 e com 1 ano de autorização para funcionamento.

Valor financiado	Encargos financeiros	Prazos
Até R\$ 5.000 por beneficiário	4,0% ao ano	6 anos para recursos aplicados em investimento fixo 3 anos para outros casos

10. Pronaf “B” – Microcrédito produtivo rural:

- Limite: R\$ 1.500 – com direito a várias operações subsequentes, sendo que o limite total para direito ao bônus de adimplência é R\$ 4.000.
- Encargos financeiros: 0,5% ao ano.
- Bônus de adimplência: 25% sobre cada parcela.
- Prazo: 2 anos para cada financiamento.

11. Pronaf Agroecologia:

- As regras são as mesmas do Pronaf Investimento normal.

12. PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar:

Preços de garantia para a safra 2007-2008, na região Sul

PRODUTO	PREÇO GARANTIA
Arroz (saca 50 kg)	R\$ 22,00
Mandioca (tonelada)	R\$ 74,00
Feijão (saca 60 kg)	R\$ 53,00
Milho (saca 60 kg)	R\$ 14,40
Soja (saca 60 kg)	R\$ 22,00
Café arábica (saca 60 kg)	R\$ 190,00
Inhame e Cará (kg)	R\$ 0,61
Tomate (kg)	R\$ 0,53
Leite (litro)	R\$ 0,49

Curitiba, 04 de abril de 2008.

Amadeu A. Bonato

DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais.

ANEXO D - Renegociação de dívidas da Agricultura Familiar.

QUADRO RESUMO RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO – Versã atualizada em outubro de 2008.

Programa	Operações Renegociáveis	Possibilidades de renegociação	Prazos para adesão à renegociação
Dívida Ativa da União – DAU – (art. 8º da Lei 11.775)	Operações mais antigas do Pronaf A, A/C, B, Procera, inadimplentes, incluídas em dívida ativa da União até 29 de maio de 2009	<ul style="list-style-type: none"> Liquidação até 30 de dezembro de 2009 com descontos que variam de 38% a 70%, conforme tamanho da dívida. Prorrogação por mais 10 anos e com descontos para pagamento das parcelas que variam de 33% a 65% conforme porte da dívida. Região da SUDENE tem mais 10% de desconto. 	Até 30 de junho de 2009 para aderir à renegociação
Procera – Programa Especial de crédito para Reforma Agrária (art. 23 da Lei 11.775)	Todas as operações, inclusive as já renegociadas pela Lei 10.696, de 2003	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Concessão de descontos de 90% para <u>liquidação</u> em 2008, de 85% em 2009, e de 80% em 2010. Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Paga 1% da dívida e redistribuição do restante da dívida entre as prestações a vencer. 	Até 12 de dezembro de 2008 para aderir à renegociação.
Pronaf - Individualização das dívidas (art. 21, Lei 11.775)	Operações individuais com avalistas, grupais ou coletivas dos Grupos A, A/C ou B, contratadas até 30/06/2006	<ul style="list-style-type: none"> Permissão para individualização das operações, inclusive retirada do aval de operações individuais. Uma vez individualizadas as operações poderão ser renegociadas pelas condições mais vantajosas da Lei 11.775. 	Até 12 de dezembro de 2008 para aderir a individualização e também poder renegociar.
Pronaf – Custeio Grupos A ou A/C (art. 18 e art. 22 da Lei 11.775)	<ul style="list-style-type: none"> Operações contratadas antes de 01/07/2006, inclusive as com taxas de juros variáveis. Operações não amparadas pelo Proagro e Proagro Mais, da Safra 2007/2008 em municípios em estado de emergência ou calamidade pública após 01/07/07, reconhecidos pelo Governo Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes <ol style="list-style-type: none"> Concessão de desconto de 40% em substituição ao bônus de adimplência, caso de <u>liquidação</u> em 2008. Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Pagamento de 1% da dívida vencida permite a prorrogação da dívida restante por até três anos. Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07: <ol style="list-style-type: none"> Desconto de 30% da dívida para liquidação em 2008. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 12 de dezembro de 2008 para agricultores (as) aderirem à renegociação. Agricultores/as adimplentes devem continuar pagando suas prestações de 2008 que vencerem antes dessa data, pois só assim continuarão adimplentes. A renegociação exige a apresentação de laudo técnico, coletivo ou individual, que comprove a perda de mais de 30% da produção financiada.
Pronaf – Investimento Grupo A (art. 17 da Lei 11.775)	Operações inadimplentes em 30/04/08, que continuam ou não inadimplentes, contratadas com taxas de juros fixas ou variáveis.	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Se contratadas antes de 01/01/04, será concedido desconto de 60% (operações com juros fixos) ou 65% (operações com juros variáveis), em caso de liquidação em 2008. Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Pagamento de 1% do saldo vencido permite a prorrogação do saldo devedor atualizado por até quatro anos. 	Até 12 de dezembro de 2008 para aderir à renegociação da dívida.
Pronaf - Grupo B (art. 16 Lei 11.775)	<ul style="list-style-type: none"> Operações inadimplentes em 30/04/08, que continuam ou não inadimplentes até o momento; Operações não amparadas pelo Proagro e SEAF (Proagro Mais), da Safra 2007/2008 em municípios em estado de 	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Se contratadas antes de 01/01/06, concessão de desconto adicional de mais 10% para liquidação em 2008. Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Pagamento de 1% da dívida permite a prorrogação do saldo devedor atualizado por até dois anos; Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07 	Até 12 de dezembro de 2008 para aderir à renegociação da dívida.

QUADRO RESUMO RENEGOCIAÇÃO DE DÉVIDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO – Versã atualizada em outubro de 2008.

	emergência ou calamidade pública após 01/07/07, reconhecidos pelo Governo Federal.	1. Desconto adicional de 10% para liquidação da dívida até final de 2008.	
Pronaf – Grupos C, D e E - Custeio Safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06 (art. 14 e art. 22 da Lei 11.775)	<ul style="list-style-type: none"> Operações prorrogadas das safras 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006, incluídas as enquadradas em prejuízo dede que realizada com risco do FCO, FNE e FNO; Operações não amparadas pelo Proagro e SEAF (Proagro Mais), da Safra 2007/2008 em municípios em estado de emergência ou calamidade pública após 01/07/07 reconhecidos pelo Governo Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Concessão de descontos para liquidação em 2008 que variam de 15% a 35% conforme o Grupo e Safra; Redução das taxas de juros para as aplicadas na Safra 2007/2008 para operações não liquidadas Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Pagamento de 1% da dívida permite a prorrogação do saldo devedor atualizado por até três anos; Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07 <ol style="list-style-type: none"> Desconto para liquidação em 2008, sendo 30% para os Grupos C e D e 20% para o Grupo E. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 12 de dezembro de 2008 para aderir à renegociação da dívida. Agricultores/as adimplentes devem continuar pagando suas prestações de 2008 que vencerem antes dessa data, pois só assim continuarão adimplentes. A renegociação exige a apresentação de laudo, coletivo ou individual, que comprove a perda de pelo menos 30% da produção financiada.
Pronaf – Investimento Grupos C, D ou E, ou enquadrados nas linhas especiais de investimento do Pronaf (art. 15 da Lei 11.775 e art. 4 da Resolução 3578 e 3594)	<ul style="list-style-type: none"> Operações inadimplentes em 30/04/08, que continuam ou não inadimplentes até o momento, incluídas as enquadradas em prejuízo desde que realizada com risco do FCO, FNE e FNO; Operações contratadas até 30/06/07 e em situação de adimplência em 30/04/2008, mesmo que hoje já inadimplentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Inadimplentes em 30/04/08 <ol style="list-style-type: none"> Pagamento de 1% da dívida mais 30% da parcela de 2008 para ter direito a prorrogar por mais quatro anos; Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07 não precisarão pagar os 30% da parcela de 2008, somente 1% da dívida; Operações contratadas até 30/06/07 e adimplentes em 30/04/2008 <ol style="list-style-type: none"> A critério da instituição financeira, pelo MCR 2.6.9, mediante pagamento de 30% da parcela de 2008, prorrogação da dívida por mais quatro anos. Prazo de mais cinco anos em área da Sudene e Sudam e nos Estados do sul e Centro-Oeste (exceto DF), em municípios que tenham decretado estado de emergência ou calamidade pública em 2004 e 2005 em decorrência de estiagem; Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07 não precisam pagar 30% para prorrogar. 	Adesão até 12 de dezembro de 2008.
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (art. 27 da Lei 11.775)	Operações da modalidade Compra Antecipada efetuadas entre 2003 e 2004	<ul style="list-style-type: none"> Descontos que podem chegar a até 50% para liquidação até 2010. 	Até 30 de dezembro de 2008
Crédito Fundiário, Banco da Terra, Cédula da Terra - Individualização (art. 26 da Lei 11.775)	Operações coletivas ou grupais do Banco da Terra, Cédula da Terra, Programa Nacional do Crédito Fundiário, contratadas até 31/12/04	<ul style="list-style-type: none"> Permissão para individualização das operações. Uma vez individualizadas as operações poderão ser renegociadas pelas condições mais vantajosas da Lei 11.775 	Até 12 de dezembro de 2008 para aderir a individualização.
Programa Banco da Terra ou Cédula da Terra (art. 25 da Lei 11.775)	Operações do Banco da Terra ou Cédula da Terra contratadas até 07/03/2007.	<ul style="list-style-type: none"> Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> Redução da taxa de juros para as operações adimplentes, a partir de 01/06/08 Substituição dos bônus de adimplência por descontos regionalizados mais favoráveis as famílias agricultoras 	Adesão até 12 de dezembro de 2008.

QUADRO RESUMO RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO – Versão atualizada em outubro de 2008.

		<ul style="list-style-type: none"> • Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> 1. Permissão, até o fim da renegociação, para amortização das parcelas vencidas com bônus de adimplência 2. Mediante pagamento de 1% da dívida ou da parcela devida de 2008, a depender da data da inadimplência, fica permitida a distribuição da dívida restante entre as parcelas vincendas 3. Uma vez renegociada, permitir os mesmos benefícios dados aos adimplentes, inclusive liquidação. 	
Programa Nacional de Crédito Fundiário (art. 24 da Lei 11.775)	Operações do Crédito Fundiário, contratadas entre 08/03/2004 até 30/05/08	<ul style="list-style-type: none"> • Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: <ol style="list-style-type: none"> 1. Redução da taxa de juros a partir de 01/06/08, para operações adimplidas • Inadimplentes: <ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicação dos bônus de adimplência da situação de normalidade do contrato para liquidação das parcelas vencidas até 31/12/07, desde que renegociadas 2. Mediante o pagamento de 1% da dívida recalculada, fica permitida a distribuição da dívida entre as parcelas vincendas 3. Aplicar a redução de juros prevista para os que renegociaram e ficaram adimplentes 	Adesão até 12 de dezembro de 2008.
Lei 11.322/2006 da ADENE (art. 27 e art. 28 da Lei 11.775)	Operações de custeio e investimento, de valor de até R\$ 35 mil concedidas à agricultura familiar, mini e pequenos produtores até 31/12/97 na Região da ADENE, inclusive aquelas operações já renegociadas pela Resolução 2.765.	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de 1% da dívida para poder renegociar segundo as condições da Lei 11.322 apenas as operações de valor até R\$ 35 mil reais; • As famílias que renegociaram pela Resolução 2.765, de 10/08/00, também poderão se beneficiar da medida no que for mais vantajoso. 	Adesão até 12 de dezembro de 2008.
Outros Programas dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO, FCO) – (art. 29, art. 30 e art.44 da MP 432) Por exemplo, Prodex, Prorural etc	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de custeio ou investimento contratadas ou renegociadas entre 01/12/98 a 31/12/07; • Operações com taxas de juros variáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Operações inadimplentes até 30 de abril de 2008, mesmo que já adimplentes hoje: <ol style="list-style-type: none"> 1. Pagamento de 2% da dívida vencida para poder prorrogar por mais quatro anos; • Operações de investimento com dificuldades de pagamento, adimplentes até 30 de abril de 2008, ainda que agora inadimplentes; <ol style="list-style-type: none"> 1. Pagamento de 40% do valor da parcela de 2008 para poder prorrogar por mais três anos; 2. Municípios em estado de emergência ou calamidade após 01/07/07 estão dispensados do pagamento dos 40% da parcela de 2008; • Operações com taxa de juros variáveis: <ol style="list-style-type: none"> 1. As famílias agricultoras deverão ir ao banco pedir para mudar para taxas de juros fixas e nos valores atuais mais baixos, depois disso renegociar. 	Adesão até 12 de dezembro de 2008.

Alguns termos utilizados:

Dívida Ativa da União: estão na Dívida Ativa da União os financiamentos realizados no Procera – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária e algumas do Pron

QUADRO RESUMO RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, REFORMA AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO – Versã atualizada em outubro de 2008.

dos Grupos "A", "A/C", "B" que venceram, estão em atraso a pelo menos mais de 180 dias. As famílias agricultoras em dívida ativa recebem uma correspondência do banc informado.

Operações Adimplentes – significa que o(a) agricultor(a) não possui nenhuma parcela da dívida em atraso, **não é devedor, está em** dia com os seus pagamentos;

Operações Inadimplentes - significa que o(a) agricultor(a) possui alguma parcela da dívida em atraso, **é devedor, não conseguiu** pagar pelo menos uma parcela que devia;

Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes - significa que o(a) agricultor(a) ou estava inadimplente ou estava inadimplente mas voltou a adimplência porque conseguiu renegociar pela MP 432 e por isso pode ter as mesmas condições dos adimplentes.

Liquidação – significa pagar a dívida de uma vez, todas as parcelas que faltam juntas, sem parcelar. É encerrar a dívida, pagar todo o contrato.

Prorrogar – significa ter novo prazo, novas datas para pagar a dívida;

Bônus contratual – desconto para pagamento da data correta. Se a família paga a dívida sem atraso tem direito ao bônus, se atrasa, perde o bônus.

Operações contratadas na forma coletiva ou grupal: quando o contrato de crédito está em nome de mais de uma pessoa. Nesses casos a dívida é uma só e todo mundo tem que pagar a sua parte. No contrato coletivo todos pegaram crédito para executar um mesmo projeto: comprar uma máquina etc;

Operações em prejuízo – são operações antigas, geralmente com mais de um ano, que o banco só negociava em condições especiais. Somente na agência a família pode saber se sua dívida está ou não incluída em prejuízo.

Atenção: Não é preciso pagar nada para assinar o Termo de Adesão a renegociação até o dia 12 de dezembro! Apenas quem tem alguma parcela vencendo antes dessa data pagar normalmente!

ANEXO E - Termos de adesão.

Termo de Adesão do Banco do Nordeste

Local (xx), _____ de XXX de 2008

Ao
Banco _____
Agência de _____
Prezados Senhores,

ASSUNTO: TERMO DE ADESÃO - Medida Provisória nº 432/2008 e resoluções que a regulamentam, baixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Pelo presente termo de adesão, venho(vimos) manifestar meu(nosso) interesse em que seja aplicada à(s) operação(ões) de financiamento rural de minha(nossa) responsabilidade perante essa instituição financeira a providência indicada a seguir, prevista na medida provisória em epígrafe e suas resoluções regulamentadoras, conforme cada caso:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Liquidação em 2008. | <input type="checkbox"/> Renegociação. |
| <input type="checkbox"/> Liquidação em 2009. | <input type="checkbox"/> Renegociação com simultânea liquidação |
| <input type="checkbox"/> Liquidação em 2010. | |

Deste modo, pedimos-lhes a gentileza de examinar se a(s) operação(ões) de financiamento rural de minha(nossa) responsabilidade perante esse Banco têm enquadramento nas disposições da referida medida provisória e seus regulamentos, para que se efetive a medida ora solicitada.

Declaro(amos), sob as penas da lei, que os recursos que me(nos) foram liberados ao amparo da(s) operação(ões) de minha(nossa) responsabilidade perante esse Banco foram corretamente aplicados.

Quanto à regularização da(s) operação(ões) conforme previsto na medida provisória e sua regulamentação, estou(amos) ciente(s) de que o presente termo de adesão não significa a concretização automática da providência ora solicitada, o que somente ocorrerá após a análise que será feita por esse Banco e o cumprimento de todas as minhas(nossas) obrigações estipuladas pela medida provisória e sua regulamentação, além da satisfação por minha(nossa) parte de outras despesas decorrentes, se for o caso.

Cordialmente.

Nome do Cliente

CPF:

Endereço:

Termo de Adesão do Banco do Brasil

MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO ÀS POSSIBILIDADES DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS AUTORIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL

Manifesto adesão às possibilidades de regularização de dívidas autorizadas pela Medida Provisória Nr. 432, de 27/05/08 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) de números 3.569 a 3.580, todas de 29/05/08. Apresento a seguir meus dados pessoais e informações para a análise e estudo das medidas aplicáveis às dívidas.

01. MUTUÁRIO:

Nome: _____

CPF/CNPJ: _____

Agência de Relacionamento: _____

2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL DO MUTUÁRIO A SEREM ANALISADAS:

Nr _____ Valor _____ Vencida/vincenda em _____

Nr _____ Valor _____ Vencida/vincenda em _____

Nr _____ Valor _____ Vencida/vincenda em _____

3. GARANTIAS ADICIONAIS DISPONÍVEIS PARA VINCULAÇÃO:

4. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA (CND do INSS, CRF do FGTS, Instrumentos de Crédito ETC):

OUTRAS

INFORMAÇÕES:

Estou ciente de que, renegociando dívidas de investimento agropecuário, por força da legislação vigente, ficarei impedido, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de contratar novos financiamentos de investimento com recursos controlados ou equalizados, até a quitação das operações de investimento renegociadas ao amparo da regulamentação ora mencionada.

Local e data

assinatura do mutuário.

ANEXO F - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Declaração de Aptidão ao Pronaf		Ministério do Desenvolvimento Agrário	Secretaria da Agricultura Familiar	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
1ª Via Branca - Orgão emissor 2ª Via Branca - A ser encaminhada a SAF 3ª Via Verde - Beneficiário 4ª Via Amarela - Entidade Emitente				
I Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar		NUMERAÇÃO		
a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar				
TITULARES	1. Nome: _____	4. Nome da mãe: _____		2. Sexo: _____
	3. CPF: _____	6. Data de nascimento: ____/____/____		*7. RG: _____
	*5. Apellido: _____	*8. UF do órgão emissor: _____		11. Escolaridade: _____
	*9. NIS: _____	10. Código IBGE do município de nascimento: _____		13. Sexo: _____
	12. Nome: _____	15. Nome da mãe: _____		19. UF do órgão emissor: _____
	14. CPF: _____	17. Data de nascimento: ____/____/____		*18. RG: _____
	*16. Apellido: _____	21. Código IBGE do município de nascimento: _____		22. Escolaridade: _____
	*20. NIS: _____	24. Estado civil: _____		25. Regime de casamento: _____
	23. Nº de pessoas da família residentes no estabelecimento: _____	26. Local de residência: _____		
	27. Endereço: _____	29. CEP: _____		30. UF: _____
b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar:				
1. Organização(ões) social(is) a(s) qual(is) pertença: _____				
2. Condição de posse e uso da terra: _____				
3. Atividades principais: _____				
4. Área do estabelecimento: _____ hectares.				
5. Área menor ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais ou menor que 6 (seis) módulos fiscais no caso de pecuarista familiar? _____ (1=sim 2=não)				
6. Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:				
i. 10% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de avicultura ou suinocultura				R\$ _____,00
ii. 50% da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: piscicultura, avicultura não integrada, pecuária de leite, fruticultura, suinocultura não integrada e/ou sericultura, ovinocaprinocultura				+ R\$ _____,00
iii. 100% das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento				+ R\$ _____,00
iv. 100% das rendas não rurais, excluídos os proventos de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais				+ R\$ _____,00
v. 30% das rendas provenientes de agroindústrias familiares e turismo rural, olericultura, floricultura				+ R\$ _____,00
vi. Total				= R\$ _____,00
vii. 100% de rendas vinculadas a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais				R\$ _____,00
7. Percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento _____ %				
8. Força de trabalho utilizada além da familiar: i. () Não contrata ii. () Contrata empregados eventuais: quantidade de dias * homens / ano: _____				
iii. () Contrata empregados permanentes: () 1; () 2; () 3 ou mais.				
II Informações Complementares				
a) Reordenamento fundiário: 1. É beneficiário(a) de algum programa de reordenamento fundiário: _____ (1=sim 2=não) 2. Qual programa de reordenamento fundiário: _____				
b) Se beneficiário(a) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Banco da Terra, CFCPR ou Prog. 1ª Terra:				
1. Já recebeu crédito de estruturação produtiva do Pronaf Grupo "A": _____ (1=sim 2=não) 2. Montante recebido? R\$ _____,00				
c) Destinação da Operação de Crédito (casos especiais): _____				
d) Enquadramentos Anteriores:				
1. Já obteve anteriormente crédito ao amparo do Pronaf? _____ (1=sim 2=não) 2. Se sim, sob qual grupo? _____				
e) Imóveis Rurais: 1. Nº de imóveis explorados: _____				
Sobre o imóvel principal:				
2. Denominação do imóvel: _____				
3. Localização do imóvel: _____ 4. Área do estabelecimento: _____ ha				
5. É proprietário do imóvel principal?: _____ (1=sim 2=não) 6. Nome ou razão social do proprietário: _____				
7. CPF/ CNPJ do proprietário: _____				
III Declaração dos(as) Beneficiários(as)				
Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que as informações acima correspondem à verdade.				
Local: _____		Data: ____/____/____		
Assinatura 1: _____		Polegar direito 1		
Assinatura 2: _____				
IV Atestado da Entidade Credenciada pelo MDA				
Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(a)(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a)(s) do Crédito Rural do PRONAF				
GRUPO _____				
<i>Instituição de reforma agrária</i>				
Instituição: CNPJ _____				
Representante: CPF: _____				
Local: _____				
Data: ____/____/____				
Assinatura: _____				
Atenção: Este documento é gratuito *CAMPOS NÃO OBRIGATÓRIOS MODELO 1.6.1 - GRUPOS A e A/C				

ANEXO G - Carta de Anuência.

Local e data

Ao

Agencia em _____

Sr. Gerente Geral,

Declaro(amos) que o(s) senhor(es) _____
pretendente(s) a financiamentos nesse Banco, tem a minha(nossa) irrestrita e irrevogável autorização
para, em regime de _____ (citar o tipo de contrato), explorar a atividade de
_____ (especificar a(s) atividade(s) a ser(em) desenvolvida(s)), na área
de _____ ha, no imóvel denominado _____
situado no município de _____, Unidade Federativa (UF) _____, imóvel esse
de que sou(mos) proprietário(s), conforme Escritura _____, transcrita sob o nr.
_____, livro _____, fls. _____, em _____, - do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca
de _____, (UF) _____.

Autorizo(amos), também, o(s) aludido(s) senhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a
le(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência, a totalidade da produção a ser
auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os
materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados

Estou(amos) ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no
item precedente, valerá por 3 (três) anos para penhor agrícola e 4 (quatro) anos para penhor
pecuário, de conformidade com o artigo 1.439 do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002).
Findo referido prazo, o(s) arrendatário(s) (ou o que for) obriga(m)-se a prorrogar, ou conforme o
caso, reconstituir o penhor, ou ainda, oferecer, no vencimento do penhor, nova(s) garantia(s), em
montante suficiente para cobertura do saldo devedor desta operação, sob pena de vencimento
antecipado da totalidade da dívida.

Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) (ou o que for) a destinar, prioritariamente, sob
renúncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção
financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo
do pagamento de _____ (valor ou forma de pagamento do arrendamento, ou o que for)
a que farei(mos) jus a título de _____ (arrendamento, ou o que for).

Declaro(amos) ciente(s) do direito que assiste esse Banco de fiscalizar os empreendimentos
financiados e vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada
propriedade, concordando que ditos bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas
pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

Comprometo-me(emo-nos) a levar ao conhecimento desse Banco, previamente à consumação do
fato, a notificação do(s) arrendatário(s) (ou o que for) quanto à rescisão contratual, caso ocorrências
encaminhem para adoção da providência antes do vencimento da presente autorização.

Validade desta autorização: ____/____/____.

Nome e qualificação do arrendador (ou o que for)x _____
Nome e qualificação do arrendatário (ou o que for)

ANEXO H - Proposta de custeio agrícola.

AGRICULTURA FAMILIAR

PROPOSTA

Ao
BANCO DO BRASIL S.A.

Elesbão Veloso PI

Sr. Gerente,

Proponho ao BANCO DO BRASIL S.A., através da linha de crédito PRONAF ESPECIAL - Grupo C, o financiamento de custeio da lavoura de, em área de hectares, referentes à safra de 2008/2009, a ser cultivada em nossa propriedade () em propriedade de terceiro ().

Elesbão Veloso (PI),/...../.....

.....

ANEXO I - Contrato do Pronaf C investimento

NOTA DE CRÉDITO RURAL

Nº 57.2006.1182.490

Vencimento: em 6 de junho de 2014

Valor: R\$5.508,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oito Reais).

Nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, pagarei(emos) ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF nº 07.237.373/0057-84, doravante denominado simplesmente BANCO, ou à sua ordem, a quantia de R\$5.508,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oito Reais), em moeda corrente, crédito deferido exclusivamente para realização de investimentos rurais no(s) imóvel(is) de propriedade do Sr. Agenor Elias Bezerra, situado(s) no(s) Município(s) de FRANCINÓPOLIS, Estado(s) PIAUI, conforme orçamento deste instrumento, ficando explícito que a diferença entre o valor do crédito aberto e o dos gastos orçados será aplicada com meus (nossos) recursos próprios, na mesma época e proporção dos desembolsos.

Descrição dos Itens do Empreendimento	Qtd. / Unid.	ORÇAMENTO		Recursos Financiados		
		Recursos Próprios	Recursos Próprios	Desembolso	FNE (R\$)	
		Realização (mês/ano)	Valor (R\$)	Desembolso (mês/ano)	FNE (R\$)	
01 - Matrizes ovinas						
Matrizes ovinas	25 CAB	-	0,00	jun/2006	2.500,00	-
02 - Reprodutor ovino						
Reprodutor ovino	1 CAB	-	0,00	jun/2006	250,00	-
03 - Centro de manejo para ovinos						
Centro de manejo para ovinos	1 UND	-	0,00	jun/2006	1.300,00	-
04 - Capim pisoteio						
Capim pisoteio	3 HA	-	0,00	jun/2006	675,00	-
		-	0,00	jul/2006	675,00	-
05 - Elaboração de projeto						
Gx. Elaboração + Assistência Técnica	1 VERBA		0,00	jun/2006	108,00	-
TOTAL			0,00		5.508,00	0,00

FONTE DE RECURSOS: O crédito aberto será financiado com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

DESEMBOLSO - O crédito aberto será desembolsado em moeda corrente, em uma única parcela, ficando o BANCO autorizado a liberar diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviços os valores referentes a aquisição de bens e a realização de serviços, contra entrega da primeira via de nota fiscal ou documento equivalente.

ENCARGOS FINANCEIROS: Juros devidos à taxa efetiva de 3% a.a. (três por cento ao ano), sendo o valor dos juros calculado e capitalizado integralmente no dia 06 (Seis) de cada mês, no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo e exigível juntamente com as prestações vincendas de principal, proporcionalmente ao valor de cada uma delas.

ALTERAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS - Na hipótese de virem a ser substituídas ou suprimidas as taxas de encargos definidos neste instrumento de crédito, passarão a incidir sobre a dívida os novos encargos financeiros que forem legalmente estabelecidos ou, na sua falta, os encargos vigentes para os financiamentos com recursos da(s) fonte(s) que lastreia(am) o crédito ora aberto.

Continuação da NOTA DE CRÉDITO BUNAL nº 57.2006.1182.490, emitida por MAPIA DIOLEINA DE OLIVEIRA, em 6 de junho de 2006, no valor de R\$5.508,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oito Reais), em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com vencimento para 6 de junho de 2014

ENCARGOS FINANCEIROS EQUIVALENTES - Os encargos financeiros pactuados neste instrumento equivalem a encargos financeiros em base mensal, a saber, juros à taxa efetiva de 0,2466% a.m. (dois mil e quatrocentos e sessenta e seis décimos de milésimo por cento ao mês).

ENCARGOS DE INADIMPLENTO: No caso de inadimplemento de quaisquer obrigações ou condições estipuladas neste instrumento de crédito, passarão a incidir sobre os valores vencidos e/ou não aplicados nas finalidades previstas neste instrumento de crédito: a) os encargos pactuados na cláusula Encargos Financeiros, acrescidos de juros de mora de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sem bônus de adimplência; b) multa: além dos encargos de inadimplemento, será devida, ainda, em caso de cobrança do crédito em processo judicial, multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre os valores de principal e acessórios em débito.

RIBUTOS: Esta operação de crédito não está sujeita à cobrança do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF).

TARIFAS: Esta operação de crédito não está sujeita à cobrança de tarifas bancárias.

FORMA DE PAGAMENTO: O principal da dívida será reembolsado de acordo com o esquema de pagamento a seguir indicado, obrigando-me(nos) a liquidar, com a última prestação, todas as obrigações financeiras acaso remanescentes:

06/06/2009, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais), 06/06/2010, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais), 06/06/2011, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais), 06/06/2012, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais), 06/06/2013, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais), 06/06/2014, R\$918,00 (Novecentos e Dezoito Reais).

BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA: O EMITENTE/CREDITADO fará jus ao bônus de adimplência de até R\$ 700,00 (setecentos reais), limitado ao saldo devedor deste financiamento, ficando explícito que:

a) o valor do bônus será deduzido de forma proporcional de cada parcela da dívida paga até à data do seu respectivo vencimento;

b) o referido bônus não será concedido pelo BANCO também no caso de aplicação irregular dos recursos liberados ou no caso de desvio de crédito por pelo menos um dos EMITENTES/CREDITADOS.

PRAÇA DE PAGAMENTO - O EMITENTE/CREDITADO pagará todas as responsabilidades decorrentes deste instrumento de crédito na agência do BANCO que concedeu o presente crédito, ou onde este for cobrado ou reclamado pelo BANCO.

AUTORIZAÇÃO DE DÉBITO - Caso o reembolso dos créditos utilizados não ocorra nos vencimentos, fica o BANCO autorizado a debitar os valores correspondentes em conta de depósitos que o EMITENTE/CREDITADO mantiver no BANCO, desde que, na oportunidade, disponha de recursos suficientes para esse fim, obrigando-se, ainda, o EMITENTE/CREDITADO a liquidar, juntamente com a última prestação, todas as responsabilidades decorrentes deste instrumento de crédito, acaso remanescentes.

TOLERÂNCIA: A tolerância do BANCO em relação à inobservância ou ao descumprimento de qualquer obrigação aqui assumida pelo EMITENTE/CREDITADO de modo algum afetará as condições estipuladas neste instrumento de crédito, nem obrigará o BANCO quanto a vencimentos ou inadimplementos futuros.

ASSESSORIA EMPRESARIAL E TÉCNICA - Pagarei(emos) o custo da assessoria empresarial e técnica a ser prestada ao empreendimento financiado, no período de 06/06/2006 a 06/12/2006, no valor de R\$108,00 (Cento e Oito Reais) já incluídos no orçamento deste instrumento para fins de financiamento, referente à fase de implantação do empreendimento.

Continuação da NOTA DE CRÉDITO RURAL n.º 87.2006.1182.490, emitida por MARIA DIOLINA DE OLIVEIRA, em 6 de junho de 2006, no valor de R\$5.508,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oito Reais), em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com vencimento para 6 de junho de 2014

2 Será paga com recursos próprios do EMITENTE/CREDITADO a assessoria empresarial e técnica a ser prestada ao empreendimento após o período de implantação do projeto. O EMITENTE/CREDITADO, ao contratar empresa ou profissional para prestar-lhe assessoria empresarial e técnica, obriga-se a exibir ao BANCO, previamente ao desembolso do crédito, o respectivo contrato de prestação de serviços, ficando estabelecido que o BANCO poderá, como lhe faculta a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil, impugnar, a qualquer momento, o nome da empresa ou do profissional escolhidos, cumprindo, nesta hipótese, ao EMITENTE/CREDITADO efetuar a substituição.

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Autorizo(amos) o BANCO, em caráter irrevogável e irretratável, a fornecer aos órgãos e entidades federais competentes e ao Congresso Nacional, toda e qualquer informação ou dados relativos ao crédito concedido.

FISCALIZAÇÃO - Fica franqueado ao BANCO, ao Banco Central do Brasil e/ou aos representantes da(s) fonte(s) de recursos o livre acesso ao empreendimento financiado para a mais ampla fiscalização da aplicação das quantias desembolsadas à conta do financiamento concedido, comprometendo-me(nos) a fornecer aos seus representantes legais os dados e informações que me(nos) forem exigidos.

AUTORIZAÇÃO - Autorizo(amos) o BANCO, em caráter irretratável e irrevogável, a: I) fornecer ao Banco Central do Brasil, para fins de composição da Central de Risco de Crédito do SISBACEN e/ou do Sistema de Informações de Crédito (SCR) da referida autarquia e nos termos da legislação em vigor, todas as informações relativas a este financiamento; II) consultar, na Central de Risco de Crédito do SISBACEN e no Sistema de Informações de Crédito (SCR), sobre todos os financiamentos de minha(nossa) titularidade, mantidos no BANCO ou em qualquer outra instituição financeira.

OUTRAS OBRIGAÇÕES: Obriga-se ainda o EMITENTE/CREDITADO a cumprir as obrigações previstas a seguir:

a) reconhecer como prova de seus débitos os cheques, recibos e ordens de pagamento que assinar ou emitir, bem como extratos, demonstrativos ou avisos de lançamentos que o Banco vier a expedir-lhe em consequência dos débitos realizados na conta de empréstimo ou financiamento;

b) liquidar com a última prestação todas as responsabilidades oriundas deste instrumento de crédito, acaso remanescentes;

c) pagar, na forma da legislação vigente, os tributos que incidirem sobre o crédito ora concedido e/ou sobre este instrumento de crédito, os quais serão aplicados e cobrados pelo Banco, inclusive o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários, incidente sobre os saldos devedores ou parcelas do crédito que vierem a ser desclassificadas em virtude de determinação do Banco, da fonte dos recursos ou do Banco Central do Brasil;

d) responder por todas as despesas que o Banco fizer para a segurança, regularização e conservação do seu direito creditório, as quais poderão ser debitadas à conta de livre movimentação mantida pelo EMITENTE/CREDITADO no Banco ou em outra conta adequada, na falta de disponibilidade daquela, ou à conta de empréstimo ou financiamento vinculada a este instrumento de crédito, sob prévio aviso ao EMITENTE/CREDITADO, ficando entendido que, em qualquer hipótese, o EMITENTE/CREDITADO deverá efetuar, incontinenti, o respectivo pagamento, sob pena de incorrer em mora pelo valor devido;

e) cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;

f) manter, no mínimo, o nível de produção previsto nas diversas linhas de exploração objeto do crédito;

g) comprovar, perante o Banco, a correta aplicação dos recursos totais previstos no orçamento constante deste instrumento de crédito ou a ele anexo, bem como a total realização do empreendimento financiado;

Continuação da NOTA DE CRÉDITO RURAL n.º 57.2006.1182.490, emitida por MARIA DIOLINA DE OLIVEIRA, em 6 de junho de 2006, no valor de R\$5.508,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oito Reais), em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com vencimento para 6 de junho de 2014

h) comprovar, previamente ao desembolso de qualquer parcela do crédito e sob pena de sua suspensão, o efetivo recebimento dos insumos e/ou máquinas e/ou tratores e/ou veículos e/ou equipamentos financiados, se houver;

i) seguir as recomendações técnicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA para a exploração do algodão, nos financiamentos concedidos para produção desta cultura;

VALENCA DO PIAUI - PI, 6 de junho de 2006.

EMITENTE/CREDITADO

Maria Diolina de Oliveira

MARIA DIOLINA DE OLIVEIRA
CPF: 778.244.663-53
RG: 570278 SSP-PI 22/05/1982
BRASILEIRO(A), CASADO(A) COM
COMUNHAO PARCIAL DE BENS,
RESIDENTE E DOMICILIADA NA
LOCALIDADE PEIXE, S/N, ZONA
RURAL,
FRANCINOPOLIS-PI 64.520-000,
PRODUTOR(A) AGROPECUÁRIO

ANEXO J - Declaração de Posse.



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
FRANCINÓPOLIS - PI

Praça Newton Campelo, 65 - Centro - Fones: (89) 3472-1151
 CEP: 64520-000 - FRANCINÓPOLIS – PI
 E-mail: strfrancinopolis@uol.com.br
 C.N.P.J .: 05.808.936/0001-67

DECLARAÇÃO DE POSSE

Declaramos para os devidos fins, que o senhor
, maior,
 casado.agropecuarista, portador da cédula de identidade
 expedida por em/...../..... CPF: Residente e
 domiciliado na fazenda....., zona rural , neste
 município (Francinópolis) estado do Piauí é explorador há mais de 03
 (três) anos ininterruptos da área de terras que mede hectares
 denominada situada na região da
, neste município de Francinópolis, confrontado-
 se ao norte com as terras do senhor(a)..... ao sul com
, a leste com
 e a oeste com
, DECLARAMOS, outrossim , que o
 senhor possui
 área de terras mansa e pacificamente , tendo tornado produtiva e/ou nela
 estabelecida sua moradia .

Francinópolis, (PI), ____/____/____

 Diretor presidente do
 STR DE FRANCINOPOLIS

 Diretor presidente do
 STR DE FRANCINOPOLIS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)